



ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GOVERNANÇA E
DESENVOLVIMENTO**

**COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM PANORAMA BIBLIOMÉTRICO DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO
(1993 – 2022)**

EVERTON LUIZ PEREIRA MARTINS

**BRASÍLIA – DF
2024**

**COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM PANORAMA BIBLIOMÉTRICO DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO
(1993 – 2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Governança e Desenvolvimento
da Escola Nacional de Administração Pública –
ENAP como requisito para obtenção do título
de Mestre em Governança e Desenvolvimento.

Aluno: Everton Luiz Pereira Martins

Orientador: Prof. Dr. Ciro Campos Christo
Fernandes

**BRASÍLIA – DF
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

M3865c Martins, Everton Luiz Pereira

Compras públicas no Brasil: um panorama bibliométrico da produção científica nos programas de mestrado e doutorado (1993-2022) / Everton Luiz Pereira Martins. -- Brasília: Enap, 2024.
283 f. : il.

Dissertação (Mestrado – Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) -- Escola Nacional de Administração Pública, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes
1. Compras Governamentais. 2. Bibliometria. 3. Produção Científica. 4. Administração Pública Federal. I. Título. II. Fernandes, Ciro Campos Christo orient.

CDD 352.53

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

Dedico este trabalho aos meus pais, Julieta Pereira Martins e Silvio José Martins, cujo amor incondicional e apoio constante foram a luz que iluminou meu caminho acadêmico. À minha esposa, Érica Pereira da Silva Martins, pela paciência, compreensão e incentivo incansável durante esta jornada. Ao meu irmão, Cleber Pereira Martins, pelos momentos de companheirismo e estímulo mútuo. Aos meus amados filhos, Vítor Pereira Martins, João Gabriel Pereira Martins e Ana Júlia Pereira Martins, que são a inspiração para os meus esforços diários e a razão pela qual busco constantemente a excelência. Este trabalho é dedicado a vocês, minha fonte de amor e motivação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por ter me conduzido até aqui, por todas as oportunidades, amparo e proteção. A Jesus, pelos ensinamentos, exemplo e amor incondicional.

Aos meus pais, Julieta Pereira Martins e Silvio José Martins, cujo apoio inabalável, sacrifícios e valores moldaram meu caráter e me proporcionaram a base sólida para enfrentar desafios.

À minha esposa, Érica Pereira da Silva Martins, minha parceira incansável, cujo amor, compreensão e incentivo foram pilares fundamentais ao longo desta jornada acadêmica.

Aos meus filhos, Vítor Pereira Martins, João Gabriel Pereira Martins e Ana Júlia Pereira Martins, a luz que ilumina meus dias. Seu amor, alegria e compreensão foram a motivação constante.

Ao meu irmão, Cleber Pereira Martins, cujo exemplo de dedicação, apoio e estímulo mútuo foram fundamentais ao longo dessa vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes, cuja orientação sábia e metódica, incentivo e expertise foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Aos professores, que compartilharam seu conhecimento, experiência e paixão pelo aprendizado, moldando meu entendimento e inspirando meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos colegas de trabalho, cujo apoio, colaboração e amizade enriqueceram minha experiência profissional e pessoal.

Ao Exército Brasileiro, pelo ambiente propício ao desenvolvimento de valores e habilidades de dedicação, determinação, disciplina e resiliência.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta jornada, meu sincero agradecimento.

Vocês foram peças fundamentais na construção deste caminho e no alcance deste marco em minha vida.

“Tudo o que fizerem, façam de todo o coração, como para o Senhor e não para as pessoas, sabendo que receberão do Senhor a recompensa da herança. É a Cristo, o Senhor, que vocês estão servindo.”

Paulo de Tarso, Colossenses 3:23-24

RESUMO

Esta dissertação analisa a produção científica sobre compras públicas nos programas de mestrado e doutorado no Brasil, de 1993 a 2022, utilizando uma abordagem bibliométrica. A pesquisa teve como objetivo traçar um panorama abrangente dessa produção acadêmica, identificando a evolução temporal, os perfis institucionais e geográficos, os subtemas mais abordados e as abordagens metodológicas empregadas. A análise bibliométrica abrangeu 1.007 dissertações e teses identificadas em bases de dados nacionais, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, repositórios eletrônicos de instituições de ensino superior, e o Google Acadêmico. O estudo evidenciou um crescimento significativo na produção científica sobre o tema, especialmente a partir dos anos 2000, com picos que coincidem com mudanças regulatórias e avanços tecnológicos na administração pública brasileira. Observou-se que as regiões Sudeste e Sul lideram a produção acadêmica, concentrando o maior número de trabalhos, enquanto outras regiões apresentam menor representatividade. Além disso, a Universidade de Brasília (UnB), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) destacam-se como as instituições com maior produção na área. Em relação aos subtemas, a sustentabilidade emergiu como o mais proeminente. Outros subtemas como eficiência e arcabouço legal e normativo também receberam atenção significativa. A pesquisa revelou uma predominância de métodos qualitativos nas abordagens metodológicas, seguidos por métodos mistos e quantitativos. O estudo conclui que, apesar do crescimento e diversificação da produção acadêmica, há lacunas que ainda precisam ser exploradas, como a descentralização das compras e o impacto das inovações tecnológicas, como a inteligência artificial e o *blockchain*, nos processos de compras públicas. O aumento significativo na quantidade de teses e dissertações revela um interesse crescente da comunidade acadêmica e aponta para o potencial de desenvolvimento de um corpo teórico próprio, capaz de responder às demandas emergentes e de promover avanços no conhecimento sobre gestão de compras públicas. Dessa forma, a estruturação desse campo poderia não apenas estimular novas pesquisas e inovações, mas também contribuir para a formação de uma rede de pesquisadores e profissionais dedicada ao estudo e à melhoria das práticas de compras na administração pública.

Palavras-chave: compras públicas; bibliometria; produção científica; pós-graduação; *stricto sensu*.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the scientific production on public procurement in master's and doctoral programs in Brazil from 1993 to 2022, using a bibliometric approach. The research aimed to provide a comprehensive overview of this academic production, identifying its temporal evolution, institutional and geographical profiles, the most addressed subthemes, and the methodological approaches employed. The bibliometric analysis covered 1,007 dissertations and theses identified in national databases, such as the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, electronic repositories of higher education institutions, and Google Scholar. The study revealed significant growth in scientific production on the topic, especially from the 2000s onwards, with peaks coinciding with regulatory changes and technological advances in Brazilian public administration. It was observed that the Southeast and South regions lead academic production, concentrating the highest number of works, while other regions show less representation. Additionally, the University of Brasília (UnB), Fundação Getúlio Vargas (FGV), and the Federal Fluminense University (UFF) stand out as the institutions with the highest production in the area. Regarding subthemes, sustainability emerged as the most prominent. Other subthemes, such as efficiency and the legal and regulatory framework, also received significant attention. The research revealed a predominance of qualitative methods in methodological approaches, followed by mixed and quantitative methods. The study concludes that, despite the growth and diversification of academic production, there are gaps that still need to be explored, such as the decentralization of procurement and the impact of technological innovations, such as artificial intelligence and blockchain, on public procurement processes. The significant increase in the number of theses and dissertations reveals a growing interest from the academic community and points to the potential for developing a dedicated theoretical body, capable of responding to emerging demands and promoting advances in knowledge about public procurement management. Thus, structuring this field could not only stimulate new research and innovations but also contribute to the formation of a network of researchers and professionals dedicated to the study and improvement of procurement practices in public administration.

Keywords: public procurement; bibliometrics; scientific production; graduate studies; *stricto sensu*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Modelo de gestão das compras públicas.....	22
Figura 2 Filtros da revisão sistemática.....	42
Gráfico 1 Evolução da produção científica em compras públicas: quantidade de teses e dissertações por ano.....	56
Gráfico 2 Expansão da quantidade de programas de mestrado e doutorado no Brasil.....	57
Gráfico 3 Evolução nas principais áreas de conhecimento: produção de teses e dissertações (2013 – 2022)	60
Gráfico 4 Principais áreas de conhecimento: quantidade total de teses e dissertações (1993 – 2022)	61
Gráfico 5 Produção total de teses e dissertações (1993 – 2022)	66
Gráfico 6 Percentual da produção de teses e dissertações (1993 – 2022)	67
Gráfico 7 Distribuição das teses e dissertações por região.....	69
Gráfico 8 Evolução da distribuição das teses e dissertações por região.....	70
Gráfico 9 Distribuição ranqueada das teses e dissertações por UF.....	72
Gráfico 10 Cidades com maior produção científica em compras públicas.....	76
Gráfico 11 Instituições de ensino superior com maior produção científica em compras públicas.....	82
Gráfico 12 Distribuição de teses e dissertações por subtema de compras públicas.....	92
Gráfico 13 Evolução da produção de teses e dissertações sobre sustentabilidade.....	96
Gráfico 14 Evolução da produção de teses e dissertações sobre eficiência nas compras públicas.....	100
Gráfico 15 Evolução da produção de teses e dissertações sobre arcabouço legal e normativo.....	104
Gráfico 16 Distribuição percentual das abordagens metodológicas.....	107
Gráfico 17 Evolução das preferências metodológicas em dissertações sobre compras públicas.....	108
Gráfico 18 Evolução das preferências metodológicas em teses sobre compras públicas.....	109
Gráfico 19 Distribuição das teses e dissertações de acordo com a esfera de governo.....	112
Gráfico 20 Distribuição percentual das dimensões da gestão em teses e dissertações sobre compras públicas.....	115
Gráfico 21 Evolução da distribuição percentual dos subtemas em teses e dissertações sobre compras públicas.....	123

Quadro 1 Marcos relevantes relacionados às compras públicas no Brasil entre 1993 e 2022.....	62
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Categorização dos subtemas a partir da literatura.....	29
Tabela 2 Subtemas de compras públicas e descritores.....	37
Tabela 3 Quantidade de teses e dissertações sobre compras públicas por termos de busca no Catálogo da CAPES.....	41
Tabela 4 Trabalhos excluídos.....	42
Tabela 5 Trabalhos selecionados.....	43
Tabela 6 Métricas para resposta às questões.....	44
Tabela 7 Abordagem metodológica.....	46
Tabela 8 Esferas da Administração Pública.....	47
Tabela 9 Dimensões da gestão das compras públicas.....	49
Tabela 10 Quantidade total de teses e dissertações por ano de defesa.....	53
Tabela 11 Quantidade de teses e dissertações por ano de defesa.....	54
Tabela 12 Distribuição das teses e dissertações por área de conhecimento.....	57
Tabela 13 Produção de teses e dissertações: total x compras públicas (1993 – 2022)	65
Tabela 14 Distribuição das teses e dissertações por região.....	68
Tabela 15 Distribuição das teses e dissertações, população e PIB por UF.....	71
Tabela 16 Distribuição das teses e dissertações por cidades.....	73
Tabela 17 Distribuição das teses e dissertações por instituição de ensino superior.....	77
Tabela 18 Percentual de participação anual de dissertações (2008-2022)	83
Tabela 19 Percentual de participação anual de teses (2008-2022)	84
Tabela 20 Perfil temático de teses e dissertações (1993 - 2022)	86
Tabela 21 Distribuição das teses e dissertações por subtema de compras públicas.....	91
Tabela 22 Distribuição de teses e dissertações sobre sustentabilidade por ano de defesa.....	94
Tabela 23 Distribuição das teses e dissertações sobre sustentabilidade por área de conhecimento.....	96
Tabela 24 Distribuição de teses e dissertações sobre eficiência por ano de defesa.....	99
Tabela 25 Distribuição das teses e dissertações sobre eficiência por área de conhecimento....	100
Tabela 26 Distribuição de teses e dissertações sobre arcabouço legal e normativo por ano de defesa.....	103

Tabela 27 Distribuição de teses e dissertações sobre arcabouço legal e normativo por área de conhecimento.....	105
Tabela 28 Distribuição de acordo com a abordagem metodológica.....	106
Tabela 29 Distribuição das teses e dissertações de acordo com a esfera de governo.....	111
Tabela 30 Distribuição das teses e dissertações por subtema e esfera de governo.....	112
Tabela 31 Distribuição das teses e dissertações de acordo com a dimensão da gestão.....	114
Tabela 32 Distribuição das teses e dissertações de acordo com a quantidade de citações.....	116
Tabela 33 Distribuição das dissertações de acordo com a quantidade de citações por subtema.....	118
Tabela 34 Distribuição das teses de acordo com a quantidade de citações por subtema.....	119
Tabela 35 Distribuição percentual dos subtemas em teses e dissertações sobre compras públicas.....	122
Tabela 36 Distribuição das dissertações de acordo com o subtema (2018 – 2022)	124
Tabela 37 Distribuição das teses de acordo com o subtema (2018 – 2022)	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLAD	Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
EnANPAD	Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
IES	Instituições de Ensino Superior
JoPP	<i>Journal of Public Procurement</i>
MPGD	Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PNL D	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SRP	Sistema de Registro de Preços

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contextualização	14
1.2 Problema e questões de pesquisa.....	17
1.3 Objetivos.....	18
1.4 Justificativa.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Premissas teóricas e institucionais.....	21
2.1.1 Compras públicas, estado e gestão	21
2.1.2 A construção da área no Brasil: marcos legais, organizacionais e tecnológicos	23
2.1.3 A pesquisa sobre o tema nos programas de pós-graduação	26
2.2 O tema das compras públicas como objeto de pesquisa.....	27
2.2.1 Arcabouço legal e normativo	30
2.2.2 Centralização.....	31
2.2.3 Corrupção e integridade	31
2.2.4 Descentralização.....	32
2.2.5 Eficiência	32
2.2.6 Gestão de contratos	32
2.2.7 Governança	32
2.2.8 Impacto das compras públicas	33
2.2.9 Inovação e tecnologia.....	34
2.2.10 Metodologias e ferramentas de gestão.....	34
2.2.11 Participação das micro e pequenas empresas.....	35
2.2.12 Participação social	35
2.2.13 Reestruturação dos formatos de compra.....	35
2.2.14 Sustentabilidade	36
2.2.15 Transparência	36
2.2.16 Uso do poder de compra.....	37
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 Coleta e tratamento dos dados	40
3.2 Modelo analítico	44
4 RESULTADOS E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA	51
4.1 Perfil da produção científica.....	52
4.1.1 Quantidade de trabalhos	52
4.1.2 Áreas de conhecimento.....	57
4.1.3 Associação com marcos relevantes.....	61
4.1.4 Comparação com o total das áreas.....	65
4.2. Perfil geográfico e institucional.....	67
4.2.1 Distribuição geográfica	68
4.2.2 Distribuição por instituições	77
4.3 Perfil por subtemas de compras públicas	90
4.3.1 Distribuição por subtemas	90
4.3.2 Evolução da produção pelos principais subtemas e áreas de conhecimento.....	94
4.3.2.1 Sustentabilidade.....	94
4.3.2.2 Eficiência	98
4.3.2.3 Arcabouço legal e normativo	102
4.4 Perfil metodológico	106
4.5 Perfil por esferas da administração pública	111

4.6 Perfil por dimensões da gestão	114
4.7 Perfil por número de citações	115
4.8 Subtemas emergentes	121
5 DISCUSSÃO	128
5.1 Comparação com estudos anteriores	128
5.2 Perspectivas emergentes	132
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	136
6.1 Principais conclusões.....	136
6.2 Limitações da pesquisa.....	140
6.3 Recomendações	141
6.4 Considerações finais	142
REFERÊNCIAS	143
ANEXO A - Tabela de áreas de conhecimento elaborada pela CAPES	155
APÊNDICE A - Procedimentos de busca por citações no Google Acadêmico	162
APÊNDICE B – Relação da produção científica nos programas de mestrado e doutorado ..	165

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa é a análise da produção científica brasileira na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado que aborda a temática das compras públicas ao longo das últimas três décadas. O trabalho está estruturado em capítulos que se complementam, permitindo uma abordagem ampla e abrangente do tema. Nesta introdução, são apresentadas seções sobre a contextualização, problema e questões de pesquisa, objetivos e justificativa.

Na seção 1, é contextualizada a importância das compras públicas na administração pública brasileira. Discute-se como essa área evoluiu ao longo do tempo e como ela se relaciona com a gestão eficiente dos recursos públicos e o desempenho dos órgãos e entidades estatais. Na seção 2, são definidos o problema de pesquisa e as questões que nortearam esse estudo. A seção 3 destaca os objetivos gerais e específicos do trabalho, delineando o que a pesquisa pretendeu alcançar com a análise da produção científica. Na seção 4, são apresentadas as razões que motivaram a escolha desse tema e da abordagem de pesquisa adotada, sua relevância para a sociedade, administração pública e academia. Além disso, é apresentada a justificativa para a delimitação do período de análise entre 1993 e 2022.

O capítulo 2 apresenta o embasamento teórico que direciona a pesquisa. Nas suas seções são definidos um conjunto de subtemas das compras públicas como objeto de pesquisa: arcabouço legal, centralização, sustentabilidade, corrupção, descentralização, eficiência, gestão de contratos, governança, inovação, participação das micro e pequenas empresas, participação social, reestruturação de formatos de compra, impacto das compras públicas, transparência e uso do poder de compra.

O capítulo 3 descreve o método utilizado para analisar a produção científica, incluindo a seleção das fontes, critérios de inclusão e exclusão, coleta de dados, análise e interpretação dos resultados. Em seguida, o capítulo 4 apresenta a análise dos dados obtidos na pesquisa e o capítulo 5 a interpretação dos resultados e a relação dos achados com estudos anteriores. Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões e sugestões para futuras pesquisas.

1.1 Contextualização

Compras públicas refere-se ao processo pelo qual os governos e outras entidades do setor público adquirem ou contratam bens, serviços e obras de fornecedores externos. Esse processo é regido por normas e regulamentos destinados a garantir a competição, igualdade de oportunidades, transparência, eficiência, responsabilidade e uso adequado dos recursos públicos. A importância das compras públicas é amplamente reconhecida, visto que elas

representam uma parte significativa do gasto público e têm um impacto direto no desempenho sistêmico da administração pública e das políticas de desenvolvimento econômico e social de uma nação (SCHAPPER; VEIGA MALTA; GILBERT, 2006). Esse processo é estruturado não apenas para garantir a seleção da oferta mais vantajosa em termos de custo-benefício, visando a eficiência e a transparência na gestão de recursos públicos, mas também para funcionar como um instrumento estratégico de política econômica e social. Por meio das compras públicas, o Estado pode intervir na economia para fomentar o desenvolvimento sustentável, promover a inclusão social e econômica de grupos vulneráveis, como microempresas e empresas de pequeno porte, e contribuir para objetivos mais amplos como a geração de emprego e a redução da pobreza. Assim, as compras públicas transcendem sua função tradicional de atividades meio, assumindo um papel vital como atividades-fim na promoção do bem-estar social e na realização dos preceitos constitucionais.

A área de compras tem se tornado cada vez mais importante e estratégica no setor público, devido ao seu peso na alocação dos recursos financeiros e impacto sobre a eficiência e eficácia da prestação dos serviços e da implementação das políticas públicas. O montante total das compras realizadas pelo governo federal brasileiro aumentou de R\$ 172 bilhões em 2006 para R\$ 324 bilhões em 2017, representando 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, nesse período. Ao considerar as compras governamentais em todo o Brasil, incluindo União, estados e municípios, o valor subiu de R\$ 320 bilhões em 2006 para R\$ 633 bilhões em 2016, correspondendo a 10,1% do PIB (RIBEIRO; INÁCIO JR., 2019). A pandemia de covid-19 e a corrida para adquirir equipamentos médicos e vacinas destacaram a importância das compras públicas para a sociedade, bem como o papel estratégico e operacional dos governos em garantir o funcionamento das cadeias de abastecimento (HUDON; DUMAS; GARZÓN, 2021).

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as compras públicas representam cerca de 12% do PIB e quase um terço dos gastos dos governos nos países membros (MALACINA *et al.*, 2022). Os países da União Europeia gastam anualmente cerca de 14% do seu PIB em contratos de serviços, obras e fornecimentos. Nos Estados Unidos, onde as compras do governo federal excedem ao volume de 500 bilhões de dólares anualmente, iniciativas como compras públicas sustentáveis e compras cooperativas transformaram a compra pública, de profissão especializada responsável por processos rotineiros para entregar bens e serviços em profissão que participa também da formulação de políticas públicas e da governança do estado (TRAMMELL; ABUTABENJEH; DIMAND, 2020).

As compras feitas pelo setor público estão entre os instrumentos utilizados pelo governo para implementar políticas públicas e desempenham um papel crucial na estruturação da ação coletiva para enfrentar questões de interesse público (SANTOS, 2019). Assim, a investigação das compras públicas, abordando tanto os seus processos internos quanto as conexões com o desenvolvimento econômico e social, revela-se como um campo de pesquisa relevante para entender as políticas públicas e a gestão do Estado (SILVA; OLIVEIRA; LOPES, 2019).

O estudo elaborado por Prado (2014) oferece uma abordagem esclarecedora sobre a evolução histórica das compras públicas no domínio do direito público brasileiro. No decorrer desse estudo, são destacados diversos marcos regulatórios que moldaram o cenário das compras públicas no país. Inicialmente, o Decreto nº 2.926/1862 regulamentou as arrematações de serviços do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em seguida, o Decreto-Lei nº 4.536/1922 consolidou a licitação no âmbito federal ao organizar o Código de Contabilidade da União. O Decreto-Lei nº 185/1967 estabeleceu normas para a contratação de obras e serviços, enquanto o Decreto-Lei nº 200/1967 sistematizou regras de licitação para compras, obras, serviços e alienações. Essas normas foram posteriormente estendidas aos estados e municípios pela Lei nº 5.456/1968, e ao Distrito Federal pela Lei nº 5.721/1971. A Lei nº 6.946/1981 promoveu alterações nos limites de valor e na organização dos cadastros de licitantes. O Decreto-Lei nº 2.300/1986 revogou os decretos e leis anteriores, regulando o processo licitatório, as modalidades de licitação e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação no âmbito federal.

Fernandes (2014) explica que a evolução das compras públicas no Brasil, no que se refere à construção de um arcabouço legal e à reestruturação organizacional, percorreu várias etapas ao longo do século XX. Nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), o Decreto nº 19.587, de 14 de janeiro de 1931, centralizou as compras e durante o Estado Novo, o Decreto-lei nº 2.206, de 20 de maio de 1940, estruturou os serviços de material. Já na reforma administrativa do governo Castelo Branco (1964-1967), as regras de licitação foram revistas e incorporadas ao Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. O Estatuto das Licitações e Contratos, representado pelo Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, foi estabelecido durante a reforma administrativa do governo José Sarney (1985-1989).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o dever de licitar foi reforçado, competindo à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação. A Lei nº 8.666/1993, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos, consolidou e sistematizou as normas aplicáveis a todas as esferas de governo, detalhando procedimentos, modalidades de licitação, casos de dispensa e inexigibilidade, além de prever penalidades para infrações. Rosillo (2011)

e Fernandes (2020) destacam que essa lei, apesar de considerada um avanço em sua época, foi alvo de críticas por seu formalismo excessivo e por entraves à eficiência administrativa, gerando debates sobre a necessidade de sua reforma.

No início do século XXI, medidas como o pregão eletrônico e o Sistema de Registro de Preços trouxeram inovações importantes para o processo de compras públicas, facilitando a competição e reduzindo custos. Esses mecanismos foram posteriormente incorporados na legislação mais recente. A Lei nº 14.133/2021, que substituiu a Lei nº 8.666, consolidou essas inovações e introduziu novas diretrizes para modernizar e flexibilizar as compras públicas no Brasil, a exemplo da ampliação das modalidades de licitação e a aplicação de princípios como o da eficiência.

Fernandes (2020) ressalta que, apesar dos avanços normativos, ainda há desafios significativos na implementação dessas inovações, especialmente em relação à capacitação técnica e à adaptação cultural dos gestores públicos. A trajetória das compras públicas no Brasil, desde a promulgação da Lei nº 8.666 até a adoção da Lei nº 14.133, reflete uma evolução contínua e a busca por um equilíbrio entre controle, eficiência e inovação nas compras públicas.

A evolução do arcabouço legal e normativo desde a Lei nº 8.666/93, acompanhada de inovações tecnológicas como os microcomputadores e a internet, tem transformado os processos de compras e o mercado fornecedor, impactando a administração pública brasileira. Esse contexto de mudanças intensificadas também reflete na produção científica, que tem crescido substancialmente, buscando acompanhar e analisar essas transformações na área de compras. A crescente importância estratégica das compras no setor público, aliada ao impacto direto nos recursos financeiros e na eficiência das políticas públicas, torna fundamental a investigação dessa temática.

1.2 Problema e questões de pesquisa

Considerando o contexto descrito na seção 1.1, verifica-se que o sistema de compras públicas passou por profundas transformações no Brasil e no mundo. Desde o marco da Lei nº 8.666/93 as mudanças continuaram a se suceder, possivelmente impulsionadas por avanços tecnológicos e a consequente transformação nos mercados. Essas inovações tecnológicas, aliadas à globalização, ao comércio eletrônico, ao governo digital, e à crescente demanda por transparência e eficiência dos gastos públicos, têm exigido constantes adaptações no arcabouço legal, na organização e nos processos de compra, que buscam acompanhar essas transformações,

com sucesso ou não. Essas dinâmicas são exploradas com maior profundidade no capítulo alusivo ao referencial teórico.

Estudos de revisão bibliográfica e bibliométrica, como os de Prado (2014), Fernandes (2019) e Silva, Oliveira e Lopes (2019), demonstram que a temática das compras públicas tem atraído crescente interesse no meio acadêmico, destacando subtemas como eficiência, sustentabilidade e governança. Essas revisões fornecem um panorama importante da evolução e do foco das pesquisas na área, revelando uma diversidade de abordagens e subtemas que têm sido explorados ao longo dos anos. Apesar da existência dessas revisões, ainda não havia, até a presente pesquisa, um levantamento abrangente e detalhado da produção acadêmica específica dos programas de mestrado e doutorado no Brasil focada em compras públicas.

Para tanto, é apresentada a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o perfil da produção científica brasileira sobre compras públicas, nos programas de mestrado e doutorado, entre 1993 e 2022? Como subquestões: a produção científica acompanhou o desenvolvimento do campo de estudo Compras Públicas e reflete a sua relevância? Como foi a evolução quantitativa dessa produção, ao longo do período? Qual o perfil institucional e geográfico dessa produção e como evoluiu? Quais subtemas mobilizaram atenção dos pesquisadores e qual sua relação com o desenvolvimento do campo de estudo e das áreas de conhecimento? Que abordagens metodológicas foram utilizadas nessa produção científica? Qual o perfil dessa produção considerando os subtemas das pesquisas realizadas e, em especial, sua associação com as esferas de governo?

1.3 Objetivos

O objeto desta pesquisa é a produção científica sobre compras públicas. O objetivo principal é fornecer um panorama abrangente da produção brasileira em compras públicas ao longo do período de 1993 a 2022, focalizando os programas de mestrado e doutorado. Os objetivos complementares são: i) identificar a origem dessa produção por instituição de ensino e respectivos programas de mestrado e doutorado; ii) identificar e categorizar o perfil dessa produção por objetos de estudo, considerando as esferas de governo (União, estados ou municípios); iii) identificar e categorizar as abordagens metodológicas utilizadas nas pesquisas; iv) analisar a relação entre a produção ao longo do período e os avanços e necessidades decorrentes dos avanços e transformações verificados na área de compras públicas. Desse modo, a pesquisa permite uma compreensão aprofundada dos estudos acadêmicos produzidos sobre

compras públicas nesses programas, seus principais temas, tendências e lacunas de pesquisa identificadas ao longo dos anos.

1.4 Justificativa

O estudo é relevante devido à multidisciplinaridade do tema e seu caráter estratégico nas políticas públicas (KELMAN, 2009). Apesar dessa importância, nota-se uma lacuna na compreensão mais profunda desse campo emergente, conforme destacado por Mogre, Lindgreen e Hingley (2017), especialmente em relação à sua exploração no contexto brasileiro. Esta dissertação pretende contribuir significativamente ao preencher essa lacuna. Ao agregar novos achados, como a evolução temporal da produção científica, a distribuição geográfica e institucional, bem como a análise dos subtemas abordados, este estudo busca ampliar a compreensão sobre a pesquisa em compras públicas no Brasil.

A temática das compras públicas está em constante evolução e adaptação às demandas e desafios contemporâneos. A modernização tecnológica, as mudanças na legislação e os avanços na gestão pública demandam um olhar crítico e atualizado sobre o tema. A análise bibliométrica das teses e dissertações produzidas nas últimas décadas possibilita identificar tendências emergentes, lacunas de pesquisa e áreas promissoras para investigações futuras. Por meio dessa análise, busca-se apresentar uma visão ampla da produção acadêmica nacional no campo de compras públicas durante o período de 1993 a 2022, com foco nos programas de mestrado e doutorado. O recorte temporal adotado está fundamentado na publicação da Lei nº 8.666/93, conhecida como lei de licitações e contratos, que marcou o estabelecimento de um arcabouço legal e normativo que perdurou ao longo desse período, coincidindo com o momento em que o tema ganhou notável visibilidade pública. No período de 1993 até o presente, ocorreram inovações de grande impacto, como a introdução do SIASG-Comprasnet, sistema utilizado pelo governo federal do Brasil para apoiar processos de compras públicas, e mudanças procedimentais significativas, exemplificadas pelo advento da modalidade de licitação denominada pregão, entre outros avanços relevantes, que serão explorados oportunamente.

Vale ressaltar que a pesquisa realizada é inédita na abrangência a que se propôs e pretende contribuir para o fortalecimento da produção científica na área de compras públicas no Brasil. Essa pesquisa visa contribuir, também, para fomentar discussões mais informadas e embasadas no campo de conhecimento das compras públicas. Ao auxiliar a compreensão da evolução das pesquisas ao longo de quase três décadas, pretende-se oferecer *insights* para

acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas públicas interessados em promover a eficiência, a transparência e a inovação em compras públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordadas, inicialmente, as premissas teóricas relacionadas ao tema das compras públicas que orientaram a análise da produção científica em seu contexto: a inserção institucional das compras públicas no estado e as dimensões envolvidas na sua gestão (subseção 2.1.1), os marcos da trajetória recente de construção da área de compras no estado brasileiro (subseção 2.1.2) e a pesquisa sobre esse tema nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (subseção 2.1.3). Em seguida, será apresentada uma sistematização dos subtemas de relevância em compras públicas que têm sido objeto da produção científica (seção 2.2), que incluem: arcabouço legal e normativo, centralização, corrupção e integridade, descentralização, eficiência, gestão de contratos, governança, impactos das compras públicas, inovação e tecnologia, metodologias e ferramentas de gestão, participação das micro e pequenas empresas, participação social, reestruturação dos formatos de compra, sustentabilidade, transparência e uso do poder de compra. Cada uma das seções tem o objetivo de aprofundar o entendimento desses aspectos fundamentais no contexto das pesquisas sobre compras públicas, fornecendo uma base para a análise do perfil da produção científica. Os parâmetros metodológicos e institucionais para análise da produção são abordados nas seções 3.1 e 3.2.

2.1 Premissas teóricas e institucionais

2.1.1 Compras públicas, estado e gestão

A perspectiva teórica que fundamenta essa pesquisa considera as abordagens sobre a institucionalização das compras públicas como uma função administrativa, inserida na construção do Estado e da administração pública (FERNANDES, 2019). De acordo com essa perspectiva, as compras públicas são vistas como um elemento central na estruturação do Estado e na efetivação das políticas públicas.

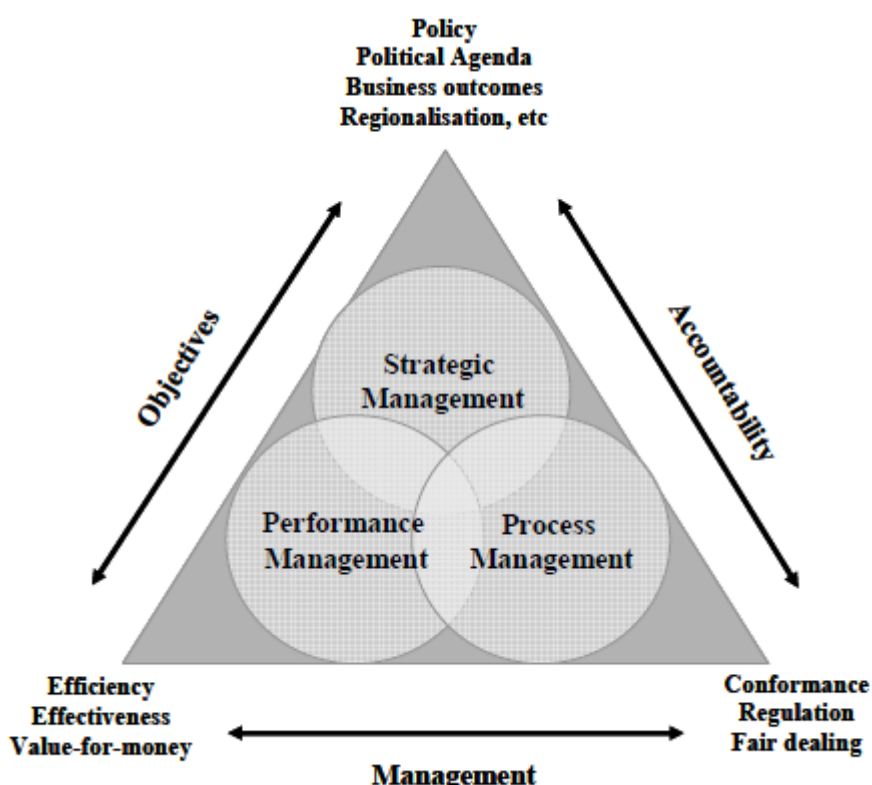
Segundo Baily *et al.* (2000), a atividade de compras pode ser definida como uma função administrativa responsável por coordenar um sistema de controle e informação capaz de adquirir externamente bens e serviços na quantidade certa, com qualidade certa, de fonte certa, no momento exato e ao preço correto (ALMEIDA; MACHADO; COSTA, 2002, p. 2). Através dessas práticas, o Estado adquire bens, serviços e obras necessários para o funcionamento e desenvolvimento das diversas áreas de atuação governamental.

A institucionalização das compras públicas como uma função administrativa é um processo que evoluiu ao longo tempo, destacando-se pela sua complexidade e importância estratégica, dentro da administração pública (TERRA, 2016). A percepção do caráter complexo

e estratégico das compras públicas tem sido reconhecida cada vez mais, dentro da administração pública. Essa função não é mais vista apenas como atividade operacional e tática, mas como componente de importância estratégica chave, contribuindo diretamente para a entrega de melhores serviços públicos e benefícios à sociedade (HUMPHREYS; MCIVOR; MCALEER, 2000).

A gestão das compras públicas envolve uma complexa interação entre diferentes objetivos e práticas administrativas. Segundo Schapper, Veiga Malta e Gilbert (2006), a gestão das compras públicas pode ser compreendida através de um modelo que contempla três abordagens principais: gestão estratégica, gestão de processos e gestão de desempenho. Essas abordagens são influenciadas por fatores políticos, econômicos e administrativos que moldam o ambiente das compras públicas. A Figura 1 ilustra a inter-relação entre esses elementos e suas implicações para a gestão das compras públicas.

Figura 1 – Modelo de gestão das compras públicas



Fonte: Schapper, Veiga Malta e Gilbert (2006: p. 16).

A gestão estratégica das compras públicas está relacionada com a centralização do *design* e documentação de contratos, especificações e avaliações, além da regulação dos processos. Esta abordagem é consistente com os papéis das agências centrais e com reformas abrangentes, como

a reengenharia de processos e políticas de desenvolvimento regional e empresarial. A gestão estratégica foca em alinhar as atividades de compras com objetivos políticos mais amplos, buscando harmonizar a eficiência, a efetividade e a conformidade regulatória com metas de desenvolvimento econômico e social.

A gestão de processos de compras públicas refere-se à administração das etapas do processo de compra, frequentemente em contextos de aquisição de itens simples e de baixo valor. Esta abordagem está associada à descentralização das operações de compra, permitindo que pequenas organizações realizem aquisições de forma autônoma. A gestão de processos enfatiza a eficiência operacional e a conformidade com regulamentos específicos, minimizando a discricionariedade e padronizando os procedimentos para garantir transparência e responsabilidade.

A gestão de desempenho de compras públicas está vinculada à descentralização da especificação, avaliação e regulação de contratos, mas com a centralização do valor contratual através da agregação de contratos. Esta abordagem é típica de organizações operacionais maiores e responsáveis por obras públicas. A gestão de desempenho visa alcançar resultados de alta complexidade, como contratação de parcerias e obras, mediante a utilização de contratos de alto valor e risco. Focaliza a entrega de resultados eficientes e eficazes, compatibilizando as exigências de conformidade com objetivos de desempenho e melhor resultado possível para a sociedade.

2.1.2 A construção da área no Brasil: marcos legais, organizacionais e tecnológicos

Ao longo do período abrangido pela pesquisa, observa-se um processo dinâmico de construção da área de compras públicas no Brasil, caracterizado por marcos legais, organizacionais e tecnológicos. A Lei nº 8.666/1993 instituiu normas gerais para licitações e contratos administrativos, estabelecendo regras objetivas e detalhadas. Apesar disso, a lei não impediu inovações sucessivas que transformaram os processos de compra pública. A criação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) foi um marco organizacional importante, desempenhando um papel central na promoção de inovações em compras e tecnologia da informação, como o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), lançado em 1994. O SIASG tornou-se uma ferramenta eletrônica de apoio aos processos de licitação, abrangendo todos os órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional. Outro marco tecnológico significativo foi a criação do Comprasnet, em 1998, um portal de compras na internet que permitiu a publicação unificada dos editais de

licitação, o cadastramento único de fornecedores e a realização de pregões eletrônicos. Esses desenvolvimentos organizacionais e tecnológicos foram complementados pela instituição do pregão, que objetivou simplificar e agilizar os processos licitatórios. O Quadro 1 (ver subseção 4.1.3, p. 61) destaca esses e outros marcos relevantes na trajetória das compras públicas no Brasil.

O ambiente político e a ocorrência de uma série de escândalos ligados ao governo abriram uma oportunidade para a revisão da legislação que regulava o principal foco de corrupção naquele momento: as compras públicas (ROSILHO, 2012). Assim, a Lei nº 8.666/1993 surgiu como iniciativa do Legislativo para combater o direcionamento das contratações de obras de engenharia: era uma lei que se caracterizava por uma rigidez procedimental como consequência da preocupação com o combate à corrupção e ao direcionamento, com regras objetivas e detalhadas.

Fernandes (2016) explica que a adoção do pregão no Brasil ocorreu em um momento de transformação na política de compras públicas. O autor esclarece que tal implementação decorreu da convergência de oportunidade política, proposta viável e persuasiva, bem como da identificação de uma solução que era prática, confiável e já testada com êxito. A criação da nova modalidade de licitação se deu pela Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000, convertida na Lei nº 10.520/2002. O pregão surgiu como alternativa que simplificava as regras de licitação, reduzia prazos e incentivava a competição entre os licitantes visando a apresentação da proposta mais vantajosa para a administração pública. O pregão se destina à aquisição de bens e serviços comuns e possui a peculiaridade de inverter as fases de habilitação e análise das propostas, priorizando a verificação das propostas antes das condições de habilitação dos licitantes. Essa modalidade traz benefícios como redução de custos e resultados mais rápidos.

O Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto, inicialmente, no art. 15 da Lei nº 8.666/1993 e outrora regulado, no âmbito federal, pelo Decreto nº 7.892/2013, é um formato que permite a concentração das compras, evitando a multiplicação de processos de licitação com objetos similares. Foi implementado visando agilizar as compras públicas, promover a economia de recursos e garantir a transparência e a eficiência nas compras públicas. O SRP permite a realização de licitação para registro de preços das propostas vencedoras, em que são estabelecidos valores máximos para futuras compras. Esses preços registrados ficam disponíveis para que outros órgãos possam realizar suas compras durante o prazo de vigência da ata de registro.

No contexto brasileiro, destaca-se a Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, permitindo a reserva de cota de até 25% do objeto da licitação exclusivamente para participação dessas empresas. A concessão dos benefícios associados a essas categorias, como a preferência em situações de empate, está condicionada à observância do limite estabelecido para a soma dos contratos, que não deve ultrapassar a receita bruta que caracteriza o enquadramento (ver art. 4º da Lei nº 14.133/2021). Apesar da restrição imposta, segundo Borges de Oliveira *et al.* (2022), a Lei nº 14.133/2021 preservou alguns benefícios estipulados na Lei Complementar 123/2006. Isso inclui a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista após a declaração de vitória na licitação, caso haja alguma restrição (art. 43, §1º). Além disso, a legislação garante preferência para microempresas e empresas de pequeno porte como critério de desempate (art. 44) e a prerrogativa de apresentar proposta de preço inferior à vencedora do certame (art. 45, inc. I).

Instituído no país por meio da Lei nº 12.462/2011, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) surgiu como uma alternativa aos procedimentos tradicionais de licitação previstos na Lei nº 8.666/1993. Ele foi originalmente criado com o objetivo de acelerar as contratações para a realização de obras e serviços relacionados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. O RDC previa preferencialmente a realização de licitações de forma eletrônica, introduzindo maior celeridade, transparência e economia nos procedimentos. O RDC incorporou a simplificação de regras da norma do pregão, dentre as quais destacam-se: projeto básico simplificado, disputa competitiva, fases sequenciais, negociação direta e prazos reduzidos. Além disso, o RDC estabelecia o modo de disputa aberto, julgamento por maior retorno econômico e a possibilidade de negociação com o licitante vencedor para a redução dos valores propostos, proporcionando maior economia ao setor público.

Nesse contexto, Fernandes (2020) analisou a presença do tema das compras públicas desde a reforma administrativa formulada no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 1998. O autor observou que os avanços estão associados a ajustes incrementais, como a criação do pregão, registro de preços e Comprasnet. Essas inovações impulsionaram transformações significativas nas compras públicas, sendo incentivadas pela confiabilidade e baixo risco da burocracia. O mérito dessas inovações reside na sua capacidade de promover melhorias sem alterações substanciais na legislação de licitações, seguindo uma estratégia de implementação gradual, não compulsória, à medida que ganhavam adesão crescente devido aos resultados positivos que proporcionavam.

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que substitui a Lei nº 8.666/93, o Regime Diferenciado de Compras e a Lei do pregão, foi

sancionada em 2021 com o objetivo de regulamentar os contratos públicos e os processos licitatórios. Algumas mudanças relevantes da nova lei incluem a preferência pela contratação digital, a retirada da sanção de suspensão em favor de outras penalidades (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de idoneidade para licitar ou contratar), novos critérios de julgamento, a inclusão do diálogo competitivo como modalidade de licitação, e possibilidade de compra direta em casos específicos. Essas alterações têm como objetivo promover a competitividade e impulsionar a economia brasileira.

As mudanças relacionadas às compras públicas implementadas ao longo do tempo visam atender aos anseios da sociedade e promover uma gestão mais eficaz e econômica dos recursos públicos (COSTA; TERRA, 2019). Essas alterações, segundo os autores, têm contribuído para aprimorar os processos de compras públicas, trazendo benefícios como redução de custos, maior eficiência, transparência e combate à corrupção.

2.1.3 A pesquisa sobre o tema nos programas de pós-graduação

No Brasil, o sistema de pós-graduação é monitorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹, uma entidade federal que organiza programas de mestrado e doutorado vinculados a instituições de ensino e pesquisa. Esse sistema promove a produção científica dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, sendo um componente essencial das atividades acadêmicas de candidatos a títulos de mestre e doutor.

A produção científica em compras públicas objeto dessa pesquisa é realizada no contexto institucional do sistema de pós-graduação no Brasil, resultado de um processo evolutivo e estratégico que visa impulsionar o avanço científico e tecnológico do país. Sua construção remonta ao início do século XX, com os primeiros cursos de mestrado e doutorado criados em universidades renomadas (ALMEIDA, 2017). No entanto, de acordo com Almeida (2017), foi a partir da década de 1960 que o sistema passou por uma significativa expansão e estruturação.

Além desses fatores, o sistema de pós-graduação no país cresceu e se consolidou, influenciando a produção científica nesse campo. No Brasil, existem atualmente 7.245 cursos e 4.643 programas de mestrado e doutorado², os quais desempenham um papel crucial na

¹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil, responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o país.

² Cursos avaliados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), conforme dados disponibilizados na plataforma Sucupira da CAPES. Dados disponíveis em: <<https://sucupira.capes.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

formação de pesquisadores, responsáveis pela produção do conhecimento científico. Esses cursos são oferecidos por instituições de ensino superior em todo o país, dentro de estruturas acadêmicas e administrativas denominadas programas de pós-graduação. Ou seja, um programa pode disponibilizar um ou mais cursos de pós-graduação.

Dados acerca da produção científica brasileira disponibilizados no catálogo de teses e dissertações da CAPES indicam um aumento na pesquisa em compras públicas ao longo das últimas décadas. Em 1994, havia apenas 1 tese registrada nessa área, enquanto em 2022, o número subiu para 4 teses e 96 dissertações. Um ponto de destaque se encontra no período de 2009 a 2019, durante o qual ocorreu um crescimento de 1.058,33% da produção científica em compras públicas (de 12 para 139 teses e dissertações). No capítulo 4, que apresenta os resultados dessa pesquisa, esse fenômeno é analisado detalhadamente. Os dados indicam que o volume dessa produção e sua tendência de crescimento criam condições para a construção de um campo de produção de conhecimento na área das compras públicas, impulsionado pela expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* existente no país.

2.2 O tema das compras públicas como objeto de pesquisa

As compras públicas representam um campo de estudo multidisciplinar e em constante evolução, que abrange diversos temas relevantes para a administração pública e a sociedade como um todo. Nesta seção, serão apresentados trabalhos de revisão bibliográfica e bibliométrica que categorizam e analisam a produção científica brasileira relacionada às compras públicas e que subsidiarão o modelo de análise da presente pesquisa.

Campos (2008) pesquisou artigos no site JSTOR, que é um sistema online de arquivamento de revistas acadêmicas internacionais e em periódicos nacionais voltados à área de administração pública, além dos anais de eventos de apresentação de trabalhos científicos como o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD e o congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD. Constatou que estão presentes no tema compras públicas importantes questões: decisões sobre alocação dos recursos públicos, que refletem a definição das agendas dos governos; impactos que o estado pode exercer sobre a economia em seu território, a partir de seu poder de compra e a busca pela melhoria do gasto público, da sua transparência e controle.

Prado (2014), a partir de uma análise bibliométrica de artigos publicados em congressos organizados pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração e

Universidade de São Paulo, no período compreendido entre o ano de 2008 a 2013, verificou que as temáticas mais abordadas foram: eficiência em compras públicas, relação entre a variação do gasto público e algum dado específico, análise da alocação do gasto público, modalidade de licitação – pregão, relação da variação do gasto público com indicadores na área da educação, meios eletrônicos na divulgação de compras públicas e temas relacionados, análise da divergência dos preços praticados nas compras públicas com o mercado privado, compras públicas sustentáveis, participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas, e ocorrência de desvios significativos nos gastos públicos.

Oshiro, Renda dos Santos e Jesus-Lopes (2016) realizaram um levantamento bibliométrico da produção científica entre 1995 e 2015, publicado no portal de periódicos da CAPES. Após análise do perfil de 35 artigos que abordam o tema compras públicas, constataram quatro subtemas: sistemas de informação, transparência, sustentabilidade e eficiência nos processos administrativos públicos, e alimentação escolar e saúde. Dentre estes, o subtema sustentabilidade e eficiência nos processos administrativos públicos apresentou maior número de publicações no período compreendido entre 2013 e 2015.

Fernandes (2019) analisou 70 trabalhos que tratam de compras públicas, apresentados entre 2008 e 2016 nos congressos de administração pública promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração, e identificou os seguintes subtemas: reestruturação dos formatos de compra e contratação; metodologias e ferramentas de gestão das compras; arcabouço legal e normativo; uso do poder de compra; terceirização; sistemas informatizados e portais na internet; ciclo de suprimento; centralização das compras; e institucionalização da função compras. Para a análise, utilizou uma categorização baseada em levantamentos internacionais da produção científica sobre compras públicas e na sistematização de tendências, experiências e práticas internacionais e dos governos estaduais brasileiros e dos componentes dos sistemas de compras públicas, no contexto das transformações que têm atingido essa área.

Silva, Oliveira e Lopes (2019) analisaram 37 artigos publicados na base de dados científica *Spell*, em periódicos com classificação superior a B2 (Qualis 2013-2016)³, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Segundo os autores, as pesquisas sobre compras públicas revelam um enfoque específico na investigação da eficiência

³ O "Qualis" é um sistema brasileiro de avaliação de periódicos acadêmicos, utilizado para classificar a qualidade dessas revistas segundo critérios da CAPES. Neste contexto, a classificação superior a B2 indica uma avaliação positiva e de boa qualidade para os periódicos selecionados.

e do desempenho do processo de compras públicas. Além disso, observa-se uma preocupação significativa em relação às compras públicas sustentáveis. Também foi constatada a falta de estudos abordando o compartilhamento, a centralização ou a descentralização das compras públicas, seja investigando cada estratégia individualmente ou comparando-as. Os pesquisadores apontam que seria benéfico realizar novas pesquisas sobre esses temas, explorando não apenas os aspectos relacionados aos custos e benefícios de cada estratégia, mas também as questões relacionadas à gestão e governança de cada abordagem escolhida, como autonomia, relações de poder, compartilhamento de informações, entre outros.

A categorização construída durante a pesquisa foi baseada em trabalhos de revisão bibliográfica e análise bibliométrica, conforme sistematizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Categorização dos subtemas a partir da literatura

Autor	Subtemas
Campos (2008)	Decisões sobre alocação dos recursos públicos, que refletem a definição das agendas dos governos
	Os impactos que o estado pode exercer sobre a economia em seu território a partir de seu poder de compra
	A busca por um melhor gasto dos recursos públicos e a transparência e controle sobre estes gastos
Prado (2014)	Eficiência em compras públicas
	Relação entre a variação do gasto público e algum dado específico
	Análise da alocação do gasto público
	Modalidade de licitação – pregão
	Relação da variação do gasto público com indicadores na área da educação
	Meios eletrônicos na divulgação de compras públicas e temas relacionados
	Análise da divergência dos preços praticados nas compras públicas com o mercado privado
	Compras públicas sustentáveis
	Participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas
	Ocorrência de desvios significativos nos gastos públicos
Oshiro, Renda dos Santos e Jesus-Lopes (2016)	Sistemas de informação
	Transparência
	Sustentabilidade e eficiência nos processos administrativos públicos
	Alimentação escolar e saúde
Fernandes (2019)	Reestruturação dos formatos de compra e contratação
	Metodologias e ferramentas de gestão das compras
	Arcabouço legal e normativo
	Uso do poder de compra
	Terceirização
	Sistemas informatizados e portais na internet
	Ciclo de suprimento
	Centralização das compras
	Institucionalização da função compras

Autor	Subtemas
Silva, Oliveira e Lopes (2019)	Eficiência e desempenho
	Compras sustentáveis
	Impacto das compras públicas na inovação
	Contratação de micro e pequenas empresas
	Pregão eletrônico
	Transparência
	Trabalho colaborativo
	Compras eletrônicas
	Inovação
	Avaliação da qualidade
	Processo decisório
	Custos de transação
	Impacto das compras públicas no desenvolvimento regional
	Gestão de estoques
	Gestão de riscos

Fonte: elaborada pelo autor.

Os 16 subtemas sistematizados a seguir foram derivados de uma análise abrangente das pesquisas e trabalhos acadêmicos dos autores citados na Tabela 1, os quais se dedicaram a explorar diferentes aspectos das compras públicas. Ao analisar os trabalhos mencionados, identificou-se que alguns subtemas se repetiam ou se sobrepunham. A partir desses pontos de interseção, foi possível criar uma estrutura organizada de categorias ou subtemas, que representam os principais subtemas investigados nesse campo de pesquisas. Essa taxonomia serviu como um guia de referência para a análise das dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre compras públicas, conforme as categorias descritas nas subseções que se seguem e sintetizadas na Tabela 2 (p. 37).

2.2.1 Arcabouço legal e normativo

O arcabouço legal e normativo refere-se ao conjunto de leis, decretos, regulamentos e normas que regulam as atividades de compras públicas. Ele estabelece os princípios, procedimentos, requisitos e diretrizes que devem ser seguidos pelos órgãos e entidades da administração pública no processo de aquisição de bens e serviços. O conjunto de leis e normas que regula as compras públicas tem sido profundamente impactado pela tendência global de transformação e convergência das regras e procedimentos. Esse movimento é impulsionado pela globalização dos mercados e iniciativas de integração econômica e abertura comercial (ARROWSMITH; DAVIES, 1998; ARROWSMITH; TRYBUS, 2003).

2.2.2 Centralização

A centralização das compras refere-se à concentração das atividades de aquisição de bens e serviços em um órgão central, ou em poucos órgãos especializados, com o objetivo de promover economia de escala e controle central. A centralização das compras tem se mostrado uma tendência clara, como pode ser observado pela criação recente de agências de compras nos países europeus. Esse modelo visa aproveitar os benefícios de economia de escala e realizar de forma qualificada as contratações ou aquisições de maior complexidade (DIMITRI *et al.*, 2006). No contexto brasileiro, devido à fragilidade política e institucional das compras, o modelo de centralização adotado durante o período Vargas entre 1930 e 1945 foi descontinuado, resultando em uma situação de fragmentação e excessiva autonomia dos órgãos ao longo do período seguinte (FERNANDES, 2015). Nos últimos anos, observa-se uma reversão dessa situação por meio do fortalecimento dos órgãos centrais responsáveis pela supervisão e normatização das compras na administração pública, além da implementação de iniciativas de centralização, como a criação da Central de Compras pelo governo federal e a prática de compartilhamento de compras. Essas medidas têm contribuído para a consolidação de um ambiente mais integrado nas aquisições governamentais (FERNANDES, 2019).

2.2.3 Corrupção e integridade

A corrupção nas compras públicas pode manifestar-se de várias formas, como o superfaturamento de preços, a superestimativa de quantidade e a exigência excessiva de critérios qualitativos (SANTOS; SOUZA, 2018). A corrupção é um problema de longa data no setor público, especialmente nas áreas de compras. Ela ocorre quando agentes públicos, empresas privadas ou outros atores envolvidos em processos de aquisição de bens e serviços utilizam sua posição de poder para obter benefícios ilícitos, como propina, suborno ou desvio de recursos públicos. As compras públicas são consideradas como uma das atividades do governo mais suscetíveis à corrupção. Portanto, superar a corrupção é um desafio que vai além de simplesmente impor restrições à discricionariedade dos agentes (COSTA; TERRA, 2019). A integridade do agente de contratação é indispensável para o controle contra fraude e corrupção. Ao manter uma postura íntegra durante o desempenho de suas atribuições, ele interrompe a dinâmica corrupta ou fraudulenta das etapas do processo e frustra a possibilidade de irregularidades nas compras sob sua responsabilidade (BRASIL, 2019).

2.2.4 Descentralização

A descentralização das compras públicas refere-se à transferência de responsabilidades e autoridade para a tomada de decisões de compras de um órgão centralizado para unidades administrativas subnacionais, como estados ou municípios. A descentralização pode ocorrer também no âmbito de uma Administração Pública ou dentro de uma organização. Essa prática tem como objetivo principal aproximar a gestão das compras das necessidades e realidades locais, buscando maior efetividade nos processos de aquisição de bens e serviços. A descentralização por meio da delegação de atividades e rotinas é também uma tendência que vem se contrapor ao modelo tradicional dos departamentos de compras (THAI, 2001).

2.2.5 Eficiência

A eficiência nas compras públicas refere-se à capacidade de realizar as aquisições de forma econômica, ágil e com qualidade, maximizando o valor para o recurso público investido. É um princípio fundamental para a gestão pública responsável e efetiva, pois o recurso público deve ser utilizado da melhor maneira possível, garantindo o alcance dos objetivos e necessidades da administração pública. A redução de custos e a agilidade nas rotinas e procedimentos deve ser prioridade nas compras públicas (BATISTA; MALDONADO, 2008).

2.2.6 Gestão de contratos

A gestão de contratos públicos desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade das compras realizadas pelo setor público. Consiste no conjunto de atividades e práticas adotadas para monitorar, avaliar e controlar a execução dos contratos, desde a fase de planejamento até o encerramento. Desse modo, o objetivo das atividades alusivas ao processo de gestão e fiscalização de contratos é a aferição do resultado daquilo que a administração pública contratou (FARIA, 2022). Além dos resultados, interessa o modo como ocorre a execução contratual e se a empresa contratada cumpre com os critérios previstos nas normas legais e cláusulas estipuladas no termo de contrato (FURTADO *et al.*, 2019).

2.2.7 Governança

Segundo da Cunha, Ferreira e Murari (2024), a governança em todas as áreas de uma organização é essencial para garantir uma gestão eficiente e eficaz, influenciando diretamente a tomada de decisões estratégicas, a estrutura organizacional, os processos de trabalho e os mecanismos de controle, o que é crucial para alcançar a eficiência nas compras públicas. A

crescente dependência de fornecedores do setor privado na prestação de serviços públicos destaca a importância de estabelecer estruturas de governança das contratações e desenvolver competências de gestão de contratos no serviço público (HUDON; DUMAS; GARZÓN, 2021).

A nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021) confere destaque à governança das contratações (ver parágrafo único do art. 11) e prevê que a alta administração do órgão ou entidade seja encarregada da governança das contratações, sendo responsável por implementar processos e estruturas, incluindo gestão de riscos e controles internos. A governança pública, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), consiste na aplicação de mecanismos de liderança, estratégia e controle no contexto da administração pública. O TCU desempenha um papel crucial na promoção da governança e na gestão eficiente no setor público. Isso ocorre por meio da condução de auditorias e fiscalizações destinadas a avaliar a aplicação dessas práticas em órgãos e entidades governamentais. Além disso, o TCU elabora orientações, guias e recomendações que auxiliam os gestores públicos na implementação de boas práticas de governança, com o objetivo de aumentar a transparência, a prestação de contas e a efetividade das políticas públicas em todo o Brasil. Por meio dessas iniciativas, o TCU tem desempenhado um papel fundamental na disseminação da governança e na promoção de uma gestão pública mais eficaz e responsável (BRASIL, TCU, 2020).

Com base em variáveis difundidas em jurisprudências pelo TCU, Fenili (2018) apresenta um modelo de governança das compras públicas. O autor categoriza as recomendações emitidas pelo TCU, relativas à governança das compras públicas, por função administrativa: planejamento, organização, direção e controle. Assim, para Fenili (2018) a governança das compras públicas é explicada pela ação causa-e-efeito dos seguintes elementos: plano de logística sustentável, plano estratégico de compras, plano anual de compras, políticas estratégicas gerais, divisão e delegação de responsabilidades (estrutura), gestão por competências, plano anual de capacitação, gestão de riscos (+ *checklist*), e diretrizes para sanções.

2.2.8 Impacto das compras públicas

O impacto das compras públicas é um tema de grande relevância, especialmente em momentos de instabilidade econômica e de estímulo a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e a recuperação da economia. Compreender essa relação é fundamental para entender o impacto das decisões de gasto público em áreas como o mercado de trabalho. Alguns dos aspectos dessa relação, considerando tanto os efeitos diretos quanto os indiretos do gasto

público: empregos criados e mantidos por meio das contratações governamentais, contratação de empresas para a realização de obras públicas, prestação de serviços ou fornecimento de bens. Nesse sentido, estudos buscam responder a questões relacionadas aos impactos das compras públicas em relação a alguma variável específica. Um exemplo dessa abordagem é a pesquisa conduzida por Sousa (2019), a qual concluiu que as compras públicas referentes ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) impactaram o mercado editorial brasileiro de material didático favorecendo as grandes editoras.

2.2.9 Inovação e tecnologia

A utilização de tecnologia e a inovação nos processos de compras públicas têm o potencial de promover maior eficiência, transparência e agilidade, além de estimular a participação de empresas de base tecnológica. Nesse sentido, as pesquisas têm abordado a aplicação nas compras públicas de tecnologias como a computação em nuvem, inteligência artificial e *blockchain*. Além disso, têm explorado o papel da inovação nas compras públicas, analisando a capacidade do setor público de adquirir soluções inovadoras por meio de parcerias com empresas e *startups*. Estudos têm demonstrado a combinação do uso de tecnologia da informação e comunicação com várias formas de inovação no setor público, especialmente nas compras públicas eletrônicas (SVIDROŇOVA *et al.*, 2016).

2.2.10 Metodologias e ferramentas de gestão

A gestão das compras públicas requer uma abordagem sistemática e eficiente para garantir a obtenção dos melhores resultados no processo de aquisição de bens e serviços pelo setor público. As metodologias e ferramentas de gestão desempenham um papel fundamental nesse sentido, oferecendo diretrizes e recursos para orientar e aperfeiçoar as práticas adotadas. Nessa perspectiva, as metodologias e ferramentas de gestão das compras públicas abrangem o planejamento das compras, a padronização de materiais e serviços, a determinação dos preços de referência das licitações, o controle de custos e a avaliação dos fornecedores (FERNANDES, 2019). O avanço na área de planejamento das compras, a consolidação das demandas e a exploração dos ganhos de escala, resultaram da adoção da abordagem estratégica das compras públicas. As metodologias para a estimativa dos preços de referência das contratações foram implementadas para substituir a simples coleta informal de cotações.

2.2.11 Participação das micro e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas desempenham um papel fundamental na economia, contribuindo para a geração de empregos, renda, a inovação e o desenvolvimento regional (MANDARINO, 2021). Reconhece-se a importância de promover a participação dessas empresas nas compras públicas como forma de fomentar a concorrência, impulsionar a economia local e promover a inclusão social e econômica (JACOBY FERNANDES, 2013).

2.2.12 Participação social

A participação social nas compras públicas refere-se ao engajamento ativo da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs), associações e cidadãos nos processos de compra de bens e contratação de serviços pelo setor público. Essa participação vai além do simples acompanhamento ou fiscalização, buscando uma maior interação e colaboração entre o governo e a sociedade (STRUECKER, 2016). Dentre os principais benefícios associados à participação social nas compras públicas, estão: o fortalecimento da transparência e da *accountability*, a promoção da ética e da integridade, a ampliação do controle social e da fiscalização, o estímulo à concorrência justa e à igualdade de oportunidades, a incorporação de demandas e necessidades da sociedade, e a melhoria da qualidade e eficiência das compras públicas (ANACLETO, 2019).

2.2.13 Reestruturação dos formatos de compra

A reestruturação dos formatos de compra e contratação envolve a revisão das diretrizes, processos e ferramentas de contratação, de modo a adequar-se às especificidades dos produtos e serviços, assim como aos padrões de oferta do mercado e às preferências de consumo das organizações (CARTER; NARASIMHAN, 2006). A reestruturação dos formatos de compra e contratação é um tema relevante, considerando a dinamicidade do mercado e a necessidade da sua adaptação às demandas e desafios contemporâneos. É fundamental repensar os modelos tradicionais e buscar alternativas que permitam melhorar a gestão, otimizar os recursos públicos e atender de forma mais eficaz às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, estudos dentro desse tema fornecem relatos e avaliações de experiências no setor público abrangendo: implantação de cartões de crédito corporativos, implementação de sistemas eletrônicos para cotação de compras, estabelecimento de acordos de níveis de serviço e parcerias de aprimoramento com fornecedores externos, contratação integrada de serviços de telecomunicações, negociação direta de tarifas de passagens, implementação de

sistemas de controle de viagens e a introdução de novos modelos para o abastecimento de frotas (FERNANDES, 2019).

2.2.14 Sustentabilidade

A questão da sustentabilidade tem ganhado destaque nas compras públicas, refletindo a crescente preocupação com o meio ambiente, a responsabilidade social e o desenvolvimento econômico sustentável. O conceito de compras públicas sustentáveis envolve a prática de adquirir bens, serviços e obras pelo setor público de forma a considerar e incorporar critérios de eficiência econômica, social e ambiental em todo o processo de aquisição (OLIVEIRA; SANTOS, 2015). Isso significa que, ao realizar compras, a administração pública não deve apenas buscar o menor preço, mas também considerar os impactos sociais e ambientais das suas aquisições. Essa abordagem vai além de uma perspectiva seccionada e reducionista, que se concentre apenas em aspectos econômicos imediatos, e adota uma visão mais complexa, que considera as interações entre diferentes dimensões da sustentabilidade. Considerando essa perspectiva mais ampla de análise, as decisões de compras públicas têm o potencial de impactar não apenas a economia, mas também a sociedade e o meio ambiente, de forma integrada.

2.2.15 Transparência

Transparência das compras públicas é um tema de extrema relevância e impacto na eficiência e na integridade dos processos governamentais. A transparência é um princípio fundamental que visa garantir o acesso à informação e a prestação de contas à sociedade, promovendo a confiança e a legitimidade das atividades do setor público. No contexto das compras públicas, a transparência desempenha um papel crucial na prevenção da corrupção, no fomento da concorrência justa e na efetividade do gasto público. Para que os dados referentes às compras públicas contribuam efetivamente para a transparência, é fundamental que eles estejam organizados em um formato que permita disponibilizá-los de forma completa e adequada às necessidades dos usuários (DUARTE, 2019). A transparência torna os dados, processos e procedimentos acessíveis e compreensíveis a todos os interessados, contribuindo para o controle social, ao permitir que a sociedade participe, acompanhe e fiscalize as compras públicas.

2.2.16 Uso do poder de compra

O uso estratégico do poder de compras é um tema importante e de grande impacto nas políticas públicas. O poder de compra refere-se à capacidade do setor público de influenciar o mercado por meio de suas decisões de aquisição de bens, serviços e obras. Esse poder pode ser utilizado de maneira estratégica para alcançar objetivos econômicos, sociais e ambientais, promovendo, dentre outros aspectos, o desenvolvimento sustentável e a eficiência na gestão pública. Nessa perspectiva de análise, estudos comprovam que o uso estratégico do poder de compra governamental é capaz de ampliar o mercado de certos produtos, proporcionando assim um incentivo para investir em inovação (FRANCISCO, 2016).

A Tabela 2 apresenta uma categorização dos subtemas de compras públicas e seus descritores, que detalham o foco das pesquisas em cada área.

Tabela 2 – Subtemas de compras públicas e descritores

Subtema	Descritor
Arcabouço legal e normativo	Legislação e regulamentações que governam as compras públicas, com foco na eficácia, lacunas e melhorias, incluindo estudos sobre a Lei nº 8.666/93 e comparações internacionais de marcos regulatórios.
Centralização	Centralização e concentração das compras públicas, abordando economia de escala, coordenação e controle, além das implicações nas políticas e práticas.
Corrupção e integridade	Natureza e extensão da corrupção em compras públicas, causas, consequências, e estratégias de prevenção e combate, com foco em responsabilização e fortalecimento dos sistemas de controle.
Descentralização	Descentralização das compras governamentais, incluindo a transferência de autoridade para entidades subnacionais, analisando efeitos na autonomia local e coordenação intergovernamental.
Eficiência	Estratégias e práticas para melhorar o desempenho nos processos de aquisição de bens e serviços pelo setor público, abordando otimização de processos, redução de custos, avaliação de desempenho e <i>benchmarking</i> .
Gestão de contratos	Práticas e técnicas de gestão de contratos, desde o planejamento até a execução e encerramento, incluindo elaboração, definição de cláusulas, monitoramento de desempenho e resolução de disputas contratuais.
Governança	Diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos na gestão das compras públicas, incluindo gestão de riscos e controles internos.
Impacto das compras públicas	Impactos das compras públicas em variáveis como crescimento econômico, desigualdade social e indicadores de desenvolvimento humano, utilizando modelos econométricos, análises estatísticas e estudos de caso.

Subtema	Descritor
Inovação e tecnologia	Aplicação de tecnologias inovadoras para aprimorar processos de compras públicas, incluindo plataformas eletrônicas, automação e práticas inovadoras como compra eletrônica reversa e soluções digitais para retorno de produtos.
Metodologias e ferramentas de gestão	Abordagens e modelos de gestão das compras públicas, incluindo planejamento, padronização, estimativa de preços, controle de custos e avaliação de fornecedores.
Participação das micro e pequenas empresas	Barreiras e acesso das MPEs às oportunidades de contratação governamental, estratégias de inclusão e impactos dessa participação.
Participação social	Mecanismos e práticas que promovem a participação da sociedade civil, ONGs e cidadãos nas decisões de compras públicas, incluindo audiências públicas, consultas, monitoramento e controle social.
Reestruturação dos formatos de compra	Modelos e instrumentos alternativos para compras no setor público, como cartões de crédito corporativos, cotação eletrônica, acordos de nível de serviço, contratação integrada, compra direta em plataformas de comércio eletrônico e sistemas de controle de viagens e gestão de frotas.
Sustentabilidade	Aquisição de bens e serviços orientada por critérios de responsabilidade social e preservação ambiental, explorando estratégias, políticas, práticas de sustentabilidade e impactos ambientais e sociais nas compras públicas.
Transparência	Políticas, mecanismos e práticas que promovem a transparência na aquisição de bens e serviços pelo setor público, incluindo divulgação de informações sobre licitações, contratos, fornecedores e medidas de <i>accountability</i> .
Uso do poder de compras	Uso estratégico do poder de compras para promover objetivos socioeconômicos, como desenvolvimento local, inclusão social, através de políticas de preferência, cláusulas sociais e outras estratégias para maximizar o valor social das compras públicas.

Fonte: elaborada pelo autor, com base em Campos (2008); Fernandes (2019); Oshiro, Renda dos Santos e Jesus-Lopes (2016); Prado (2014); e Silva, Oliveira e Lopes (2019).

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para análise do objeto dessa pesquisa, que são as dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre compras públicas. A pesquisa realizada é uma revisão sistemática de literatura com o seu foco na análise bibliométrica da produção científica em um segmento específico.

Conforme Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática de literatura é uma abordagem que utiliza a literatura existente como fonte de dados para investigar um tema. Esse método fornece um resumo das evidências relacionadas a um objeto de estudo, utilizando procedimentos explícitos e sistematizados para buscar, avaliar criticamente e sintetizar as informações selecionadas (SAMPAIO e MANCINI, 2007).

De acordo com Escorcía (2008), a bibliometria oferece informações sobre os resultados do processo de pesquisa, incluindo o volume, a evolução, a visibilidade e a estrutura das publicações, por meio de uma análise quantitativa das características bibliográficas de um conjunto de trabalhos. A análise bibliométrica utiliza métodos quantitativos para avaliar a produção científica, a disseminação e o impacto de publicações, dentro de uma área de conhecimento. A bibliometria permite identificar os artigos, autores e periódicos mais influentes, além de mapear as tendências de pesquisa e a evolução do conhecimento em uma determinada área (ESCORCIA, 2008).

Em seguida, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e tratamento dos dados sobre a produção científica brasileira em compras públicas (seção 3.1) e o modelo analítico utilizado para a análise dessa produção (seção 3.2). Inicialmente, a seção 3.1 detalha as etapas do protocolo de seleção e análise das fontes, seguindo a metodologia proposta por Cronin, Ryan e Coughlan (2008). Essa seção descreve o processo de busca e seleção de teses e dissertações nos repositórios do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e em repositórios institucionais, destacando os critérios de inclusão e exclusão utilizados e o refinamento dos resultados por meio de filtros específicos. Os resultados da coleta são apresentados de forma sistematizada, revelando o volume inicial de trabalhos encontrados e a amostra final utilizada para análise.

Logo depois, a seção 3.2 introduz o modelo analítico desenvolvido para a categorização dos trabalhos sobre compras públicas, baseado na consulta a estudos de revisão bibliográfica e análise bibliométrica sobre compras públicas. Este modelo é estruturado para responder às questões de pesquisa apresentadas na seção 1.2, e inclui métricas para a avaliação do perfil da produção científica, sua evolução temporal, os subtemas abordados, as abordagens

metodológicas empregadas e a associação dos trabalhos com diferentes esferas de governo. O modelo também contempla a categorização das dimensões da gestão de compras públicas, oferecendo um quadro compreensivo utilizado para analisar as 1.007 dissertações e teses selecionadas para compor a amostra dessa pesquisa.

3.1 Coleta e tratamento dos dados

A pesquisa adotou o protocolo de seleção e análise das fontes proposto por Cronin, Ryan e Coughlan (2008), contemplando as seguintes etapas: formulação do problema de pesquisa; definição dos critérios para inclusão e exclusão das dissertações e teses; seleção e acesso da literatura; avaliação da literatura incluída; e análise, síntese e divulgação dos resultados. Os dados trabalhados nessa pesquisa foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, mas também foram consultados os repositórios eletrônicos de instituições de ensino superior e o Google Acadêmico (ver APÊNDICE A). As teses e dissertações apresentadas para obtenção dos títulos de doutor e mestre nos programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES são depositados no Catálogo mencionado. Trata-se de uma plataforma digital que possibilita acessar informações sobre a instituição, título do trabalho, autor, orientador e data de defesa, bem como o resumo do trabalho e os termos para categorização.

O Catálogo é atualizado mensalmente e está disponível online (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). A Plataforma Sucupira, outro sistema online mantido pela CAPES, é responsável pelo registro de informações sobre a produção científica, corpo docente, corpo discente, infraestrutura e outros aspectos relevantes para a avaliação da qualidade dos cursos.

Foram realizadas buscas por teses e dissertações contendo os termos “compras públicas”, “contratações públicas”, “licitação” ou “aquisições públicas” nos títulos, resumos ou palavras-chaves. Os termos foram escolhidos considerando a sua relevância, frequência e relação com o conceito de compras públicas adotado, tema, pergunta, objeto, objetivos e escopo da pesquisa. Eles foram testados durante a disciplina Prática de Pesquisa Aplicada III do MPGD. As informações contidas nas dissertações de mestrado e teses de doutorado anteriores à Plataforma Sucupira foram pesquisadas nos repositórios eletrônicos das instituições de ensino superior que oferecem os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O período de estudo compreendeu os anos de 1993 a 2022, visando abranger os trabalhos produzidos durante o período caracterizado pela vigência da Lei nº 8.666/1993. A

pesquisa focalizou as teses e dissertações e não incluiu a produção de artigos publicados em periódicos científicos.

Ao buscar pelos termos “compras públicas”, “contratações públicas”, “licitação” e “aquisições públicas”, conforme Tabela 3, os resultados obtidos foram, respectivamente: 509, 330, 1.377 e 21, totalizando 2.237 teses e dissertações, ainda sem a aplicação dos filtros detalhados adiante.

Tabela 3 – Quantidade de Teses e Dissertações sobre compras públicas por termos de busca no Catálogo da CAPES

<i>String</i> de busca (*)	Data	Quantidade		
		Tese	Dissertação	Total
“compras públicas”	13/12/2023	37	472	509
“contratações públicas” NOT “compras públicas”	01/01/2024	37	293	330
“licitações” NOT “contratações públicas” NOT “compras públicas”	02/01/2024	219	1.158	1.377
“aquisições públicas” NOT “contratações públicas” NOT “compras públicas”	30/01/2024	2	19	21
Total		295	1.942	2.237

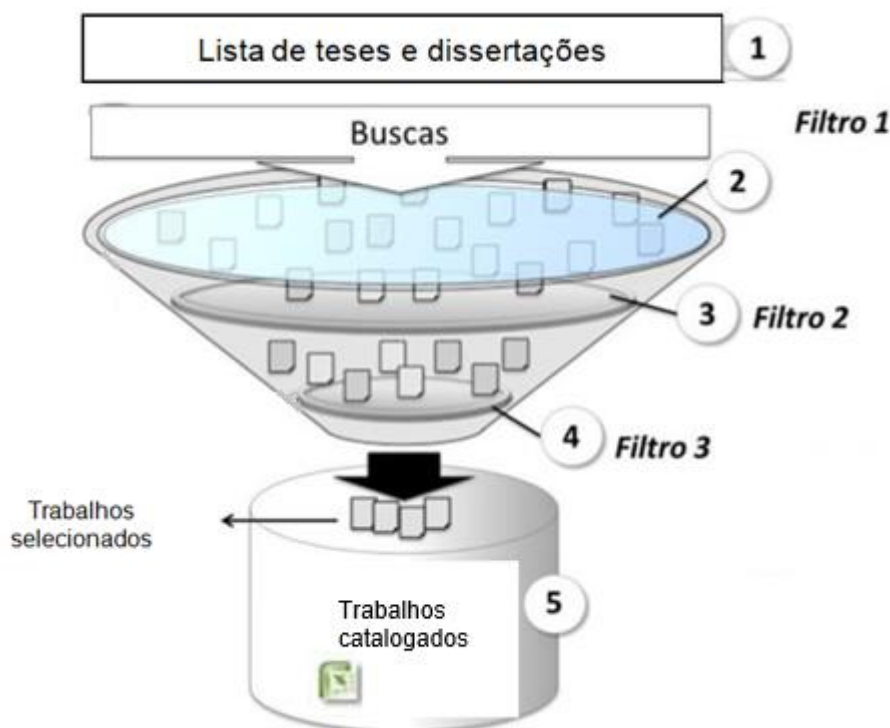
Fonte: elaborada pelo autor.

(*) Nas datas em que as buscas foram realizadas, alguns operadores booleanos, a exemplo do OR, não funcionaram de forma adequada, mostrando trabalhos que não apresentavam relação com o tema da pesquisa. Por isso, a opção pelo NOT, que se mostrou mais eficaz para compor a *string* de busca.

A etapa seguinte consistiu na leitura do título, resumo e palavras-chave das teses e dissertações pré-selecionadas, buscando uma correlação com o tema da pesquisa, a fim de excluir os trabalhos não aderentes ao conceito de compras públicas e escopo definidos.

Após a pesquisa no catálogo, os resultados listados foram submetidos aos filtros 1, 2 e 3, conforme ilustrado na Figura 2. Os filtros de pesquisa elaborados por Conforto *et al.* (2011) são ferramentas utilizadas para refinar e direcionar a busca por informações relevantes em bases de dados científicas. A Figura 2 representa o esquema de filtros que, adaptados para a presente pesquisa, foram aplicados visando a seleção das dissertações e teses registradas no banco de dados da CAPES.

Figura 2 – Filtros da revisão sistemática



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Conforto *et al.* (2011).

Os objetivos dessa etapa foram identificar os trabalhos que efetivamente se enquadram no escopo e tema da pesquisa e extrair as informações necessárias para responder às questões da pesquisa, conforme indicado na Tabela 6 (p. 44). Durante a aplicação do Filtro 1, foram selecionadas as teses e dissertações defendidas no período de 1993 a 2022 (ver Tabela 3). Em seguida, no Filtro 2, realizou-se a leitura do título, resumo e palavras-chave. Posteriormente, no Filtro 3, ocorreu a exclusão dos trabalhos duplicados. Por fim, com o propósito de concluir a coleta dos dados necessários para responder às questões propostas, os trabalhos selecionados foram organizados e catalogados. A Tabela 4 resume o procedimento adotado para exclusão das teses e dissertações analisadas.

Tabela 4 – Trabalhos excluídos

Critério	Quantidade excluída por termo de busca				Total
	“compras públicas”	“contratações públicas”	“licitação”	“aquisições públicas”	
Divulgação não autorizada	40	25	31	1	97
Sem informações detalhadas sobre o trabalho (resumo, palavras-chave etc.)	13	14	105	4	136

Critério	Quantidade excluída por termo de busca				Total
	“compras públicas”	“contratações públicas”	“licitação”	“aquisições públicas”	
Trabalhos duplicados	3	0	5	0	8
Trabalhos sem relação com o tema da pesquisa	8	88	893	0	989
Total	64	127	1.034	5	1.230

Fonte: elaborada pelo autor.

No total, foram excluídos 1.230 trabalhos. O termo "licitação" teve a maior quantidade de exclusões, com 1.034 trabalhos, destacando-se como o termo com mais incidências de problemas relacionados à falta de informação detalhada e trabalhos fora do tema de pesquisa. "Contratações públicas" teve 127 exclusões no total, seguido por "compras públicas" com 64 exclusões. "Aquisições públicas" teve o menor número de exclusões, com apenas 5 trabalhos. A exclusão de trabalhos por divulgação não autorizada foi um critério de impacto significativo, com um total de 97 trabalhos excluídos. Quando a divulgação do trabalho não estava autorizada no Catálogo, o trabalho foi buscado no repositório eletrônico da instituição de ensino. Se o trabalho não foi encontrado no repositório, ele foi excluído da amostra. A falta de informações detalhadas no Catálogo, como resumos e palavras-chave, foi o critério com o segundo maior número de exclusões, totalizando 136 trabalhos. A exclusão de trabalhos fora do tema da pesquisa foi o critério com o maior número de exclusões, totalizando 989 trabalhos. O termo "licitação" teve a maior quantidade de exclusões, com 893 trabalhos. Essa quantidade elevada de exclusões de trabalhos fora do tema ocorreu porque ao buscar pelo termo “licitação”, mesmo entre aspas, o sistema retornou trabalhos contendo apenas parte do termo (“licita”) no título, resumo ou palavras-chave.

Após a etapa de exclusão dos trabalhos conforme critérios mencionados na Tabela 4, a amostra selecionada para a pesquisa ficou estabelecida em 77 teses e 930 dissertações, totalizando 1.007 trabalhos (Tabela 5). Realizou-se o *download* da íntegra de todos os trabalhos selecionados para compor a amostra.

Tabela 5 – Trabalhos selecionados

Tese/Dissertação	Termo de busca				Total
	“compras públicas”	“contratações públicas”	“licitação”	“aquisições públicas”	
Tese	33	16	26	2	77
Dissertação	412	187	317	14	930
Total	445	203	343	16	1.007

Fonte: elaborada pelo autor

3.2 Modelo analítico

O modelo utilizado para analisar a produção de teses e dissertações é apresentado na Tabela 6. O modelo analítico foi criado com base na categorização preliminar obtida após consulta aos trabalhos produzidos pelos autores referenciados na Tabela 1 (p. 29). Esse modelo analítico busca responder às perguntas da pesquisa, apresentadas na seção 1.2 e pretende oferecer uma estrutura abrangente para examinar a produção acadêmica sobre compras públicas no Brasil, permitindo uma visão detalhada de sua evolução ao longo do tempo, seu perfil institucional, metodológico e temático, bem como sua relevância para o tema.

Tabela 6 – Métricas para resposta às questões

Pergunta/subquestões	Métrica
1 Qual o perfil da produção científica brasileira sobre compras públicas, nos programas de mestrado e doutorado, entre 1993 e 2022?	Número total de trabalhos científicos na forma de teses e dissertações sobre o tema, em cursos de mestrado e doutorado (ver subseção 4.1.1, p. 52).
1.1 Como foi a evolução quantitativa dessa produção, ao longo do período?	a. Número de trabalhos realizados, por ano de defesa (ver subseção 4.1.1, p. 54 – 55); b. Evolução temporal da quantidade de trabalhos produzidos (ver subseção 4.1.1, p. 56).
1.2 A produção científica acompanhou o desenvolvimento do campo de estudo Compras Públicas e reflete a sua relevância?	a. Marcos relevantes e sua associação com o número de trabalhos defendidos ao longo do tempo (ver subseção 4.1.3, p. 61).
1.3 Qual o perfil institucional e geográfico dessa produção e como evoluiu?	a. Distribuição geográfica das instituições de ensino superior que contribuíram para a produção científica, por unidade federativa e regiões (ver subseção 4.2.1, p. 68); b. Identificação das instituições de ensino superior às quais estão relacionados os trabalhos produzidos (ver subseção 4.2.2, p. 77).
1.4 Quais subtemas mobilizaram atenção dos pesquisadores e qual sua relação com o desenvolvimento do campo de estudo e das áreas de conhecimento?	a. Distribuição dos trabalhos por subtemas de compras públicas (ex: arcabouço legal e normativo, metodologias e ferramentas de gestão, uso do poder de compras, centralização etc.), ver subseção 4.3, p. 90; b. Associação da produção por subtemas com marcos importantes no desenvolvimento do campo de estudo compras públicas (ver subseção 4.3.2, p. 94), e com as áreas de conhecimento relacionadas aos programas de mestrado e doutorado (ver subseções 4.1.2, p. 57; e 4.1.3, p. 61).
1.5 Que abordagens metodológicas foram utilizadas nessa produção científica?	a. Identificação das abordagens metodológicas utilizadas nos trabalhos (ver subseção 4.4, p. 106); b. Distribuição dos trabalhos por abordagem metodológica de pesquisa (ex: quantitativa, qualitativa ou mista).

Pergunta/subquestões	Métrica
1.6 Qual o perfil dessa produção considerando os subtemas das pesquisas realizadas e, em especial, sua associação com as esferas de governo?	a. Identificação e categorização dos subtemas de pesquisa específicos, por esferas de governo (ver subseção 4.5, p. 111); b. Comparação da quantidade de trabalhos realizados em diferentes esferas de governo.

Fonte: elaborada pelo autor.

O modelo analítico inclui a especificação dos subtemas que, dentro do tema compras públicas, são o foco principal das pesquisas. As teses e dissertações foram categorizadas por subtemas de pesquisa: arcabouço legal e normativo, centralização, corrupção e integridade, descentralização, eficiência, gestão de contratos, governança, impacto das compras públicas, inovação e tecnologia, metodologias e ferramentas de gestão, participação das micro e pequenas empresas, participação social, reestruturação dos formatos de compra, sustentabilidade, transparência e uso do poder de compra. A descrição dos subtemas já foi apresentada na Tabela 2 (p. 37).

O modelo analítico contempla também a categorização da abordagem metodológica adotada nas pesquisas (Tabela 7), em três abordagens: qualitativa, quantitativa e mista. Cada categoria possui descritores específicos que ajudam a identificar a abordagem predominante em cada estudo. A descrição das abordagens metodológicas registradas na Tabela 7 reflete as características distintas e complementares das abordagens qualitativa, quantitativa e mista, conforme descrito por Bauer e Gaskell (2002). A pesquisa qualitativa, representada por descritores como entrevistas semiestruturadas, estudos de caso, e análise de conteúdo, foca na compreensão profunda dos fenômenos sociais por meio de métodos flexíveis e não estruturados que permitem explorar significados e contextos específicos. Por outro lado, a abordagem quantitativa, ilustrada por descritores como questionários estruturados, análise estatística, e experimentos, busca quantificar variáveis e generalizar resultados para populações maiores através de métodos estruturados e replicáveis. A abordagem mista, que combina elementos das abordagens qualitativa e quantitativa, como triangulação e designs sequenciais ou convergentes, proporciona uma visão mais abrangente ao integrar diferentes perspectivas metodológicas para corroborar resultados, permitindo uma compreensão mais rica e completa dos fenômenos sociais estudados (BAUER; GASKELL, 2002).

Tabela 7 – Abordagem metodológica

Abordagem	Descritor
Qualitativa	Entrevistas: uso de entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas. Estudos de Caso: análise detalhada de um ou mais casos específicos. Observação Participante: o pesquisador imerge no ambiente estudado. Grupos Focais: discussões em grupo para coletar percepções e opiniões. Análise de Conteúdo: análise sistemática de documentos, discursos ou interações comunicativas. Fenomenologia: exploração das experiências vividas pelos indivíduos. Etnografia: estudo detalhado das culturas e práticas de um grupo. Pesquisa aplicada, exploratória e descritiva. Foco em análise histórica e legislativa. Revisão teórica e histórica. Revisão de literatura legal e decisões judiciais. Análise normativa.
Quantitativa	Questionários: uso de questionários estruturados com respostas pré-definidas. Análise Estatística: emprego de estatísticas para análise de dados. Experimentos: design experimental para teste de hipóteses. Modelagem Matemática: uso de modelos matemáticos ou econômicos. Observação sistemática, registro de eventos. <i>Surveys</i>: levantamentos amplos com dados quantificáveis. Análise Econômica: análise de dados econômicos através de métodos quantitativos. Grupos de controle e tratamento em experimentos. Contagem de frequência. Análise quantitativa de discurso, de documentos, análise bibliométrica. Estudos de caso com coleta de dados quantitativos. Análise estatística de dados multimodais.
Mista	Triangulação: combinação de métodos qualitativos e quantitativos para corroboração dos resultados. Design Sequencial: uso de uma abordagem para complementar ou expandir a outra (exemplo: qualitativa seguida de quantitativa). Design Convergente: coleta simultânea de dados qualitativos e quantitativos, analisando-os em conjunto. Transformação de Dados: conversão de dados qualitativos em quantitativos ou vice-versa para análise. Fases Exploratórias: inicialmente exploratória (geralmente qualitativa) seguida de uma fase de teste ou confirmação (quantitativa).

Fonte: elaborada pelo autor, com base em Bauer; Gaskell, 2002.

A categorização dos trabalhos por esfera da administração pública (Tabela 8) identifica o escopo institucional do objeto da pesquisa, em cada trabalho: internacional, federal, estadual, municipal e multiesfera.

Tabela 8 – Esferas da Administração Pública

Esfera	Descritor
Internacional	Analisa práticas de compras públicas em escala global, realizando comparações entre legislações de diferentes países e examinando a influência de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas pesquisas abordam não apenas práticas de excelência, mas também cooperação internacional para o aprimoramento das compras públicas, com foco em sustentabilidade, inovação, combate à corrupção e eficiência econômica. Investiga estratégias para a governança e gestão de compras públicas em contextos internacionais, incluindo aquelas realizadas no âmbito de órgãos internacionais e órgãos públicos de outros países, como a OMC e o Departamento de Defesa norte-americano. Também compara legislações e modelos de compras públicas de diferentes países, como os europeus, latino-americanos e norte-americanos, analisando políticas, diretrizes e práticas em diversos contextos culturais e regulatórios. Essas pesquisas visam identificar melhores práticas e promover a cooperação internacional para o desenvolvimento das compras públicas.
Federal	Pesquisas que investigam o tema compras públicas, mediante estudo de caso, no âmbito de instituições de ensino, ministérios, autarquias, agências reguladoras, empresas estatais, entre outros, vinculados à esfera federal de administração pública. Inclui ainda estudos teóricos exclusivamente sobre legislação e jurisprudência federais, sem impacto e/ou aplicação em outras esferas da administração pública, bem como regulamentações e práticas administrativas em entidades federais.
Estadual	Investiga estratégias de compra pública em nível estadual, abordando as particularidades regionais e realizando análises das políticas e práticas estaduais, inclusive o Distrito Federal. Esses estudos examinam o impacto de inovações legislativas e administrativas nos estados, além da eficácia das medidas de controle e fiscalização por entidades estaduais. Pesquisas que analisam as estratégias para a gestão de compras públicas em nível estadual, considerando as demandas específicas de cada estado. Isso inclui a investigação de políticas estaduais de compras públicas, diretrizes para promoção da concorrência e práticas de compras em nível estadual, abrangendo empresas de economia mista com participação dos governos estaduais, autarquias e outras entidades nesse âmbito.
Municipal	Pesquisas que dizem respeito à análise e aprimoramento dos processos de compras públicas em nível municipal, com foco na simplificação de procedimentos, integração de sistemas e melhoria da eficácia e transparência. Engloba estudos sobre práticas que visam melhorar a prestação de serviços públicos locais e a gestão das compras públicas municipais, incluindo análises de modelos de compras, adoção de metodologias ágeis e flexíveis, integração de sistemas de informação, efetividade de programas de aquisição de alimentos e propostas para aprimoramento dos processos de compras desde o planejamento até a execução e avaliação. Considera também o impacto de políticas públicas, legislação específica e medidas de combate à corrupção nas compras públicas municipais.

Esfera	Descritor
Multiesfera	Pesquisas que abrangem e/ou impactam múltiplas esferas da administração pública, especialmente no contexto das compras públicas. Analisam práticas, políticas e processos relacionados às compras públicas que têm aplicabilidade ou influência em mais de um nível de governo. Essas pesquisas abordam uma variedade de temas, como ordenamento jurídico, sustentabilidade, participação social, eficiência, reformas normativas, princípios administrativos, planejamento de compras públicas, gestão de contratos, modelos de seleção de fornecedores, aplicação de sanções administrativas, combate à corrupção, desenvolvimento de sistemas automatizados para gestão de compras, arranjos institucionais de compras públicas, oportunidades e desafios enfrentados por micro e pequenas empresas, agricultores familiares, entre outros relacionados ao tema compras públicas de forma abrangente. O enquadramento nesta categoria é adequado para trabalhos que tratam de questões gerais sobre compras que permeiam diversas esferas da administração pública, além de estudos específicos, aplicados de forma simultânea no âmbito de órgãos governamentais, autarquias, fundações ou empresas estatais em mais de uma esfera governamental.

Fonte: elaborada pelo autor.

O modelo analítico contempla, ainda, a categorização das dimensões da gestão das compras públicas que compõem o escopo dos trabalhos, (Tabela 9): gestão estratégica, gestão de processos e gestão de desempenho. Cada dimensão possui descritores detalhados que facilitaram a categorização dos trabalhos. A referência bibliográfica de Schapper, Veiga Malta e Gilbert (2006) é utilizada como base para a elaboração de um modelo analítico que orienta a categorização das dimensões da gestão das compras públicas. Embora os autores não descrevam diretamente as dimensões específicas, eles propõem que a compreensão abrangente dos problemas, políticas e práticas relacionadas às compras públicas deve considerar três abordagens fundamentais: gestão estratégica, gestão de processos e gestão de desempenho. Essas abordagens, conforme argumentam, são cruciais para entender as dinâmicas complexas que envolvem a administração das compras públicas, pois cada uma foca em aspectos diferentes — desde a integração com objetivos estratégicos mais amplos e políticas governamentais (gestão estratégica), passando pela eficiência operacional e conformidade regulatória (gestão de processos), até a avaliação de desempenho e resultados de alta complexidade (gestão de desempenho).

Tabela 9 – Dimensões da gestão das compras públicas

Dimensão	Descritor
Gestão estratégica	Abrange pesquisas que analisam a integração das compras públicas com objetivos estratégicos mais amplos, políticas e reformas governamentais, incluindo o impacto no desenvolvimento econômico local ou regional, a promoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis, e o papel das compras públicas na implementação e eficácia das políticas públicas.
Gestão de processos	Inclui pesquisas sobre operações administrativas em compras públicas, abordando licitação, adjudicação, gestão de contratos, transparência e conformidade com leis, princípios da administração pública e regulamentos. Também abrange estudos sobre desenvolvimento de competências para os profissionais do setor e a adoção de novas tecnologias e sistemas de informação em compras públicas.
Gestão de desempenho	Abrange estudos sobre a eficiência, eficácia e qualidade nas compras públicas, incluindo análises de custo-benefício, qualidade dos produtos ou serviços adquiridos, utilização de indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos, equilibrando a conformidade regulatória com a eficiência operacional.

Fonte: elaborada pelo autor, com base em Schapper, Veiga Malta e Gilbert (2006).

Para categorizar as áreas de conhecimento relacionadas aos programas de mestrado e doutorado foi utilizada a estrutura da Tabela de Áreas de Conhecimento elaborada pela CAPES (ANEXO A, p. 154). A Tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) tem uma função prática de organizar o acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que são apoiados por essa entidade.

A tabela está organizada em quatro níveis hierárquicos, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas nas quais se distribuem as 49 áreas de avaliação da CAPES. Estes níveis são: i) Grande Área: Refere-se à aglomeração de diversas áreas do conhecimento que possuem afinidade entre seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais. Esta classificação também reflete contextos sociopolíticos específicos; ii) Área do Conhecimento (Área Básica): Conjunto de conhecimentos inter-relacionados, construído coletivamente e organizado conforme a natureza do objeto de investigação, com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas; iii) Subárea: Segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e procedimentos metodológicos amplamente utilizados; e iv) Especialidade: Caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode estar enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas. A tabela, que é publicada e atualizada regularmente, foi utilizada em sua versão de 24/10/2022, para a categorização das teses e dissertações por área de conhecimento. A área de conhecimento

referente a cada um dos 1.007 trabalhos analisados foi consultada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Plataforma Sucupira.

A aplicação do modelo analítico elaborado para essa pesquisa pretendeu oferecer uma abordagem estruturada e abrangente da produção sobre compras públicas dos mestrados e doutorados no Brasil, proporcionando uma visão das metodologias, esferas administrativas, subtemas e dimensões da gestão abordados pelos trabalhos analisados, bem como a área de conhecimentos dos programas no âmbito dos quais os trabalhos foram desenvolvidos.

4 RESULTADOS E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Este capítulo é dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa realizada, com a descrição e análise dos dados bibliométricos coletados e sistematizados. A análise é organizada em seções que correspondem às perguntas e subquestões de pesquisa, permitindo uma visão clara e estruturada dos resultados obtidos.

Na seção 4.1, é explorado o panorama da evolução quantitativa da produção acadêmica brasileira sobre compras públicas em programas de mestrado e doutorado. Essa seção detalha a evolução temporal da produção, as áreas de conhecimento relacionadas, e a associação da produção acadêmica com marcos legais, tecnológicos e administrativos, oferecendo uma visão da trajetória dessa pesquisa ao longo de três décadas. A subseção 4.1.1 detalha a quantidade total de dissertações e teses defendidas a cada ano, destacando picos de produção e períodos de redução, assim como a evolução específica da produção científica sobre compras públicas. Na subseção 4.1.2, é analisada a distribuição dos trabalhos de acordo com as áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação, evidenciando a multidisciplinaridade e a diversidade temática no campo de compras públicas. A subseção 4.1.3 discute como mudanças legais, eventos importantes e inovações tecnológicas influenciaram a produção acadêmica, fornecendo *insights* sobre a relação entre o desenvolvimento da área de compras públicas e sua produção científica. A subseção 4.1.4 compara a produção científica sobre compras públicas com a produção total de teses e dissertações, analisando o crescimento relativo e a relevância do tema no contexto acadêmico brasileiro.

Na seção 4.2, é apresentada a distribuição geográfica e institucional da produção científica, com subseções dedicadas a explorar a contribuição de diferentes regiões, estados e instituições de ensino superior, identificando concentrações e lacunas na disseminação do conhecimento sobre compras públicas no Brasil.

A seção 4.3, classifica as pesquisas segundo subtemas específicos, como sustentabilidade, eficiência, e arcabouço legal e normativo, entre outros. Esta seção oferece uma análise detalhada dos subtemas mais abordados e das tendências de pesquisa dentro do campo.

A seção 4.4, examina as abordagens metodológicas adotadas nos trabalhos analisados, categorizando-os como qualitativos, quantitativos ou mistos, e discutindo a evolução dessas preferências ao longo do tempo.

As seções 4.5 e 4.6 discutem, respectivamente, o perfil das pesquisas quanto às esferas de administração pública (federal, estadual, municipal, internacional e multiesfera) e as

diferentes dimensões da gestão de compras públicas abordadas nas teses e dissertações, completando o panorama dos resultados da pesquisa bibliométrica.

Na seção 4.7, é realizada uma análise sobre o impacto das teses e dissertações sobre compras públicas com base no número de citações no Google Acadêmico, conforme consultas realizadas entre janeiro e março de 2024.

Por fim, a seção 4.8 identifica os subtemas emergentes em compras públicas, destacando aqueles que mais atraíram atenção em teses e dissertações entre 1993 e 2022.

4.1 Perfil da produção científica

Esta seção apresenta um panorama da evolução quantitativa da produção científica brasileira sobre compras públicas nos programas de mestrado e doutorado, entre 1993 e 2022. Para descrever o perfil dessa produção, foram analisados diversos aspectos, incluindo a quantidade de trabalhos, a evolução temporal da produção, a área de conhecimento atinente ao programa de pós-graduação no âmbito do qual a dissertação ou tese foi realizada e a relação desses trabalhos com os marcos de mudanças legais, administrativas e tecnológicas, bem como eventos importantes no campo das compras públicas. A análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados permitiu identificar tendências, picos de produção e períodos de maior atividade, fornecendo uma visão detalhada da trajetória da pesquisa sobre compras públicas no Brasil, ao longo das últimas três décadas. Além disso, a associação dos trabalhos científicos com marcos legais e outros eventos relevantes permitiu avaliar, de forma sugestiva, como o desenvolvimento da área influenciou e foi influenciado pela produção acadêmica. Essa seção, portanto, estabelece alguns parâmetros para uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimento da pesquisa acadêmica em compras públicas, no país.

4.1.1 Quantidade de trabalhos

A CAPES registrou um total acumulado de 1.584.014 dissertações e teses, produzidas entre 1987 e 2024⁴ (ver Tabela 10). Em 1987, havia 4.496 teses e dissertações registradas, representando 0,28% do total acumulado até 2024. O crescimento anual variou, com picos de aumento, como em 1989 (19,91%), 1990 (20,06%), 1999 (20,90%) e 2002 (20,37%). Houve também alguns períodos de redução na produção, como em 2004, quando a variação foi

⁴ Informação obtida da CAPES. Dados sobre produção científica. Sem preencher qualquer termo na barra “Busca”, ao clicar em “Buscar” o sistema disponibiliza o total de trabalhos registrados e as informações correspondentes aos mesmos. Disponível em: <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/). Acesso em: 31 ago. 2024.

negativa (-2,31%). A produção total atingiu seu ponto mais alto em 2019, com 95.258 registros, representando 6,01% do total. Entretanto, em 2020, observou-se uma queda acentuada (-15,38%), e a produção permaneceu relativamente estável nos anos subsequentes, com pequenos aumentos. Em 2024, até a conclusão dessa pesquisa, o número de registros era 6.457 teses e dissertações. Ao longo de 37 anos, o crescimento foi de aproximadamente 17,18% ao ano, resultando em um total de 1.584.014. A subseção 4.1.4 (p. 65) apresenta a análise da relação entre a produção científica total representada pelas teses e dissertações (todos os temas) e a produção específica sobre compras públicas entre 1993 e 2022.

Tabela 10 – Quantidade total de teses e dissertações por ano de defesa

Ano de defesa	Quantidade	Crescimento (%)	%
1987	4.496	-	0,28
1988	4.682	4,14	0,30
1989	5.614	19,91	0,35
1990	6.740	20,06	0,43
1991	8.052	19,47	0,51
1992	8.975	11,46	0,57
1993	9.419	4,95	0,59
1994	9.975	5,90	0,63
1995	11.936	19,66	0,75
1996	13.495	13,06	0,85
1997	15.645	15,93	0,99
1998	16.745	7,03	1,06
1999	20.244	20,90	1,28
2000	23.724	17,19	1,50
2001	26.033	9,73	1,64
2002	31.337	20,37	1,98
2003	35.742	14,06	2,26
2004	34.917	-2,31	2,20
2005	39.695	13,68	2,51
2006	41.647	4,92	2,63
2007	42.819	2,81	2,70
2008	46.750	9,18	2,95
2009	50.167	7,31	3,17
2010	50.903	1,47	3,21
2011	55.554	9,14	3,51
2012	61.053	9,90	3,85
2013	68.282	11,84	4,31
2014	71.381	4,54	4,51
2015	77.141	8,07	4,87
2016	83.033	7,64	5,24

Ano de defesa	Quantidade	Crescimento (%)	%
2017	85.208	2,62	5,38
2018	90.447	6,15	5,71
2019	95.258	5,32	6,01
2020	80.610	-15,38	5,09
2021	81.444	1,03	5,14
2022	83.074	2,00	5,24
2023	85.320	2,70	5,39
2024	6.457	-	0,41
Total	1.584.014	-	100

Fonte: elaborada pelo autor.

A produção dos programas sobre o tema compras públicas é apresentada na Tabela 11 com a sua distribuição por ano de defesa e por tipo de trabalho - teses e dissertações - considerando os critérios definidos no capítulo 3 para seleção da amostra (ver Tabela 5, p. 43).

Tabela 11 – Quantidade de teses e dissertações por ano de defesa

Ano de defesa	Quantidade			Crescimento (%)	%
	Tese	Dissertação	Total		
1993	0	0	0	-	0,00
1994	0	1	1	-	0,10
1995	0	0	0	-	0,00
1996	0	0	0	-	0,00
1997	0	2	2	-	0,20
1998	0	2	2	0,00	0,20
1999	0	2	2	0,00	0,20
2000	1	1	2	0,00	0,20
2001	0	0	0	-	0,00
2002	0	3	3	-	0,30
2003	0	2	2	-33,33	0,20
2004	0	4	4	100	0,40
2005	0	2	2	-50,00	0,20
2006	0	5	5	150,00	0,50
2007	0	4	4	-20,00	0,40
2008	1	12	13	225,00	1,29
2009	0	12	12	-7,69	1,19
2010	1	13	14	16,67	1,39
2011	1	20	21	50,00	2,09
2012	3	34	37	76,19	3,67
2013	2	35	37	0,00	3,67
2014	7	30	37	0,00	3,67

Ano de defesa	Quantidade			Crescimento (%)	%
	Tese	Dissertação	Total		
2015	6	58	64	72,97	6,36
2016	5	68	73	14,06	7,25
2017	7	90	97	32,88	9,63
2018	7	98	105	8,25	10,43
2019	6	133	139	32,38	13,80
2020	18	94	112	-19,42	11,12
2021	8	109	117	4,46	11,62
2022	4	96	100	-14,53	9,93
Total	77	930	1.007	-	100

Fonte: elaborada pelo autor.

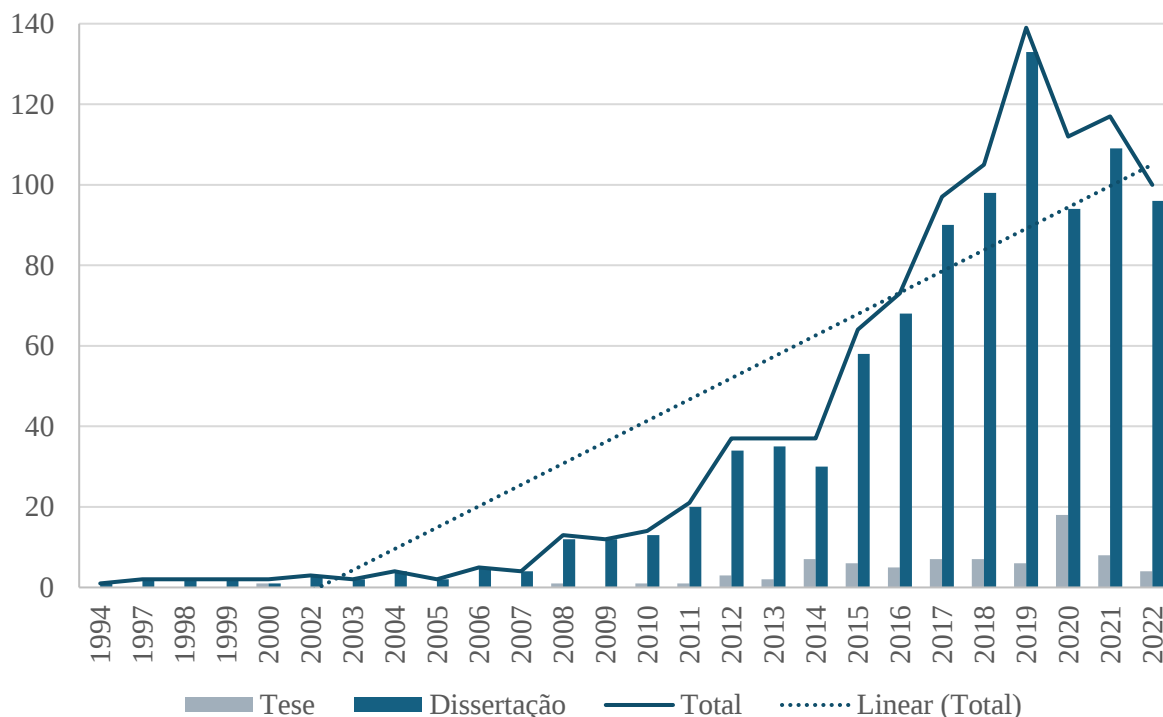
Até o ano 2001, a quantidade de trabalhos era bastante reduzida, com alguns anos sem a defesa de teses, evidenciando que o tema não constituía uma área de pesquisa relevante no âmbito dos programas. Possíveis explicações poderiam ser a falta de interesse e atenção ao tema como problema de pesquisa, entre os candidatos à titulação acadêmica e professores pesquisadores nos programas. Além disso, a sua ausência nos currículos e linhas de pesquisa. Há um aumento significativo na quantidade de trabalhos ao longo dos anos, especialmente a partir de 2008. Isso parece indicar um crescente interesse acadêmico e de pesquisa aplicada na área das compras públicas, possivelmente impulsionado pelas mudanças legislativas, tecnológicas e de organização das compras públicas, além da visibilidade pública da área resultante da realização de grandes eventos e projetos nacionais. Subtemas emergentes das compras públicas relacionados com questões de políticas governamentais que recebem elevada atenção da sociedade também podem explicar o crescente interesse pela área: é o caso da sustentabilidade ambiental (ver subseção 4.3.2.1, p. 94).

Os anos de 2019 e 2021 mostram picos notáveis no número de dissertações, com 133 e 109 dissertações respectivamente. Isso pode refletir a busca por respostas a questões suscitadas por políticas específicas implementadas nesses períodos ou eventos que demandaram uma análise mais aprofundada das práticas de compras públicas, conforme examinado na subseção 4.1.3 (p. 61).

O número de teses tem um aumento gradual, com um salto considerável em 2020, quando 18 teses foram defendidas. Isso sugere que questões mais complexas e profundas sobre compras públicas começaram a ser exploradas em nível de doutorado, indicando maturação do campo de estudo.

A produção de pesquisas em 2022 pode ter sido impactada pela pandemia de covid-19, que exigiu adaptações significativas nas práticas de compras públicas, incluindo a urgência em aquisições e mudanças nas normas de licitação para atender às necessidades emergenciais.

Gráfico 1 – Evolução da produção científica em compras públicas: quantidade de teses e dissertações por ano



Fonte: elaborado pelo autor.

A evolução do número de trabalhos acadêmicos sobre compras públicas sugere uma maior conscientização sobre a importância desse campo, tanto para a administração pública quanto para a sociedade. A academia parece estar respondendo a uma necessidade de desenvolver conhecimento que possa fundamentar melhorias nas políticas e práticas de compras públicas. A análise dos dados registrados nas Tabelas 10 e 11, bem como daqueles apresentados nos Gráficos 1 e 2, considerando a última década (2013 a 2022) abrangida por essa pesquisa, indica que o crescimento da produção de pesquisas sobre compras públicas (170,27%) parece ter ocorrido a uma taxa superior ao crescimento da produção total de teses e dissertações registrada pela CAPES (21,66%) e ao crescimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (28,70%). Além disso, ao comparar a taxa média de crescimento anual do número de programas de pós-graduação entre 2013 e 2022 (2,56% ao ano) com a taxa média de crescimento anual da produção de teses e dissertações sobre compras públicas (10,45% ao ano), observa-se que o crescimento da produção acadêmica sobre compras públicas foi 4,08

vezes maior. Da mesma forma, ao comparar com a taxa média de crescimento anual da produção total de teses e dissertações registrada pela CAPES no mesmo período (1,98% ao ano), verifica-se que o crescimento da produção sobre compras públicas foi 5,28 vezes superior.

Gráfico 2 – Expansão da quantidade de programas de mestrado e doutorado no Brasil



Fonte: Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/>. Acesso em: 02 set. 2024.

4.1.2 Áreas de conhecimento

As teses e dissertações sobre compras públicas estão distribuídas entre programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados a uma ampla gama de áreas de conhecimento (50), refletindo a multidisciplinaridade e a presença do tema em diversos campos acadêmicos (Tabela 12). Os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) estão diretamente relacionados a essas áreas, pois são estruturados e avaliados de acordo com os critérios definidos para cada área de conhecimento. Segundo a CAPES, as áreas de conhecimento, também chamadas de áreas básicas, representam um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, construídos coletivamente e organizados com base na natureza do objeto de investigação, com finalidades voltadas ao ensino, pesquisa e aplicações práticas (ver ANEXO A, p. 154).

Tabela 12 – Distribuição das teses e dissertações por área de conhecimento

Área de conhecimento	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Administração	8	189	197	19,56
Administração Pública	4	176	180	17,87
Direito	16	149	165	16,39

Área de conhecimento	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Economia	3	46	49	4,87
Engenharia de Produção	6	39	45	4,47
Sociais e Humanidades	4	38	42	4,17
Engenharia Civil	6	29	35	3,48
Ciências Ambientais	4	25	29	2,88
Interdisciplinar	0	28	28	2,78
Planejamento Urbano e Regional	0	22	22	2,18
Ciência da Computação	0	18	18	1,79
Ciências Contábeis	1	17	18	1,79
Engenharia/Tecnologia/Gestão	0	17	17	1,69
Meio Ambiente e Agrárias	0	17	17	1,69
Saúde Coletiva	3	11	14	1,39
Ciência Política	4	9	13	1,29
Educação	0	13	13	1,29
Saúde Pública	0	10	10	0,99
Políticas Públicas	0	9	9	0,89
Administração de Empresas	1	7	8	0,79
Arquitetura e Urbanismo	2	6	8	0,79
Farmácia	0	7	7	0,70
Direito Público	3	3	6	0,60
Engenharia Sanitária	1	5	6	0,60
Ciência da Informação	0	5	5	0,50
Ensino	0	5	5	0,50
Sociologia	2	3	5	0,50
Engenharia Elétrica	1	3	4	0,40
Serviço Social	2	2	4	0,40
Doenças Infecciosas e Parasitárias	0	2	2	0,20
Economia dos Recursos Humanos	2	0	2	0,20
Engenharia Aeroespacial	1	1	2	0,20
Engenharia Mecânica	0	2	2	0,20
Estado e Governo	0	2	2	0,20
Fisiologia	0	2	2	0,20
Nutrição	0	2	2	0,20
Direito Constitucional	0	1	1	0,10
Economia Regional	0	1	1	0,10
Enfermagem	0	1	1	0,10
Engenharia de Software	0	1	1	0,10
Extensão Rural	1	0	1	0,10
Farmacologia	0	1	1	0,10
Garantia de Controle de Qualidade	0	1	1	0,10
Geografia	1	0	1	0,10

Área de conhecimento	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Medicina	0	1	1	0,10
Medicina Veterinária	0	1	1	0,10
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	1	0	1	0,10
Saneamento Ambiental	0	1	1	0,10
Sociologia do Desenvolvimento	0	1	1	0,10
Tecnologia Educacional	0	1	1	0,10
Total	77	930	1.007	100

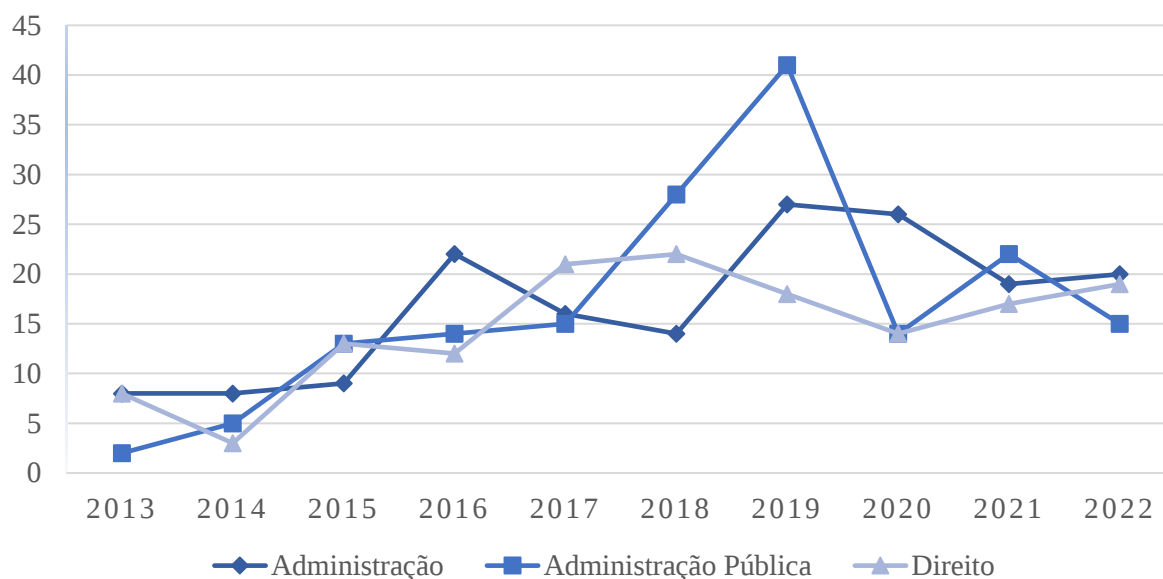
Fonte: elaborada pelo autor.

Os programas de mestrado e doutorado da área de conhecimento Administração são os que apresentam o maior número de trabalhos, com um total de 197, sendo 8 teses e 189 dissertações. Em seguida, a Administração Pública também se destaca significativamente com 180 trabalhos, dos quais 4 são teses e 176 dissertações. A afinidade entre o tema das compras públicas e os programas de administração e administração pública pode ser compreendida a partir da sua natureza como uma função administrativa, conforme discutido na subseção 2.1.1 (p. 21). Essa conexão institucional justifica o elevado número de trabalhos nos programas de administração (19,56%) e administração pública (17,87%), onde o foco está na gestão de processos e na otimização de recursos, temas que são fundamentais para a realização de compras públicas mais eficientes.

A área de conhecimento Direito apresenta um número expressivo de trabalhos (16,39%), totalizando 165, com uma predominância de dissertações (149) sobre teses (16). A necessidade de conformidade com legislações específicas, como discutido na seção 2.1.2 (p. 23), demonstra a relevância de um arcabouço jurídico robusto e explica a afinidade institucional do tema com a área do Direito.

Essas três áreas de conhecimento — Administração, Administração Pública e Direito — juntas representam 53,82% da produção acadêmica analisada nessa pesquisa. O Gráfico 3 demonstra a evolução da produção de teses e dissertações sobre compras públicas nas principais áreas de conhecimento no período compreendido entre 2013 e 2022. Nesse intervalo, a área de Administração Pública apresentou o maior crescimento percentual, particularmente entre 2017 e 2019, quando o número de trabalhos quase triplicou, passando de 15 para 41. Contudo, as três áreas de conhecimento analisadas mostram linhas de tendência de crescimento, indicando um aumento contínuo no interesse e na produção acadêmica sobre o tema ao longo dos anos.

Gráfico 3 – Evolução nas principais áreas de conhecimento: produção de teses e dissertações (2013 e 2022)



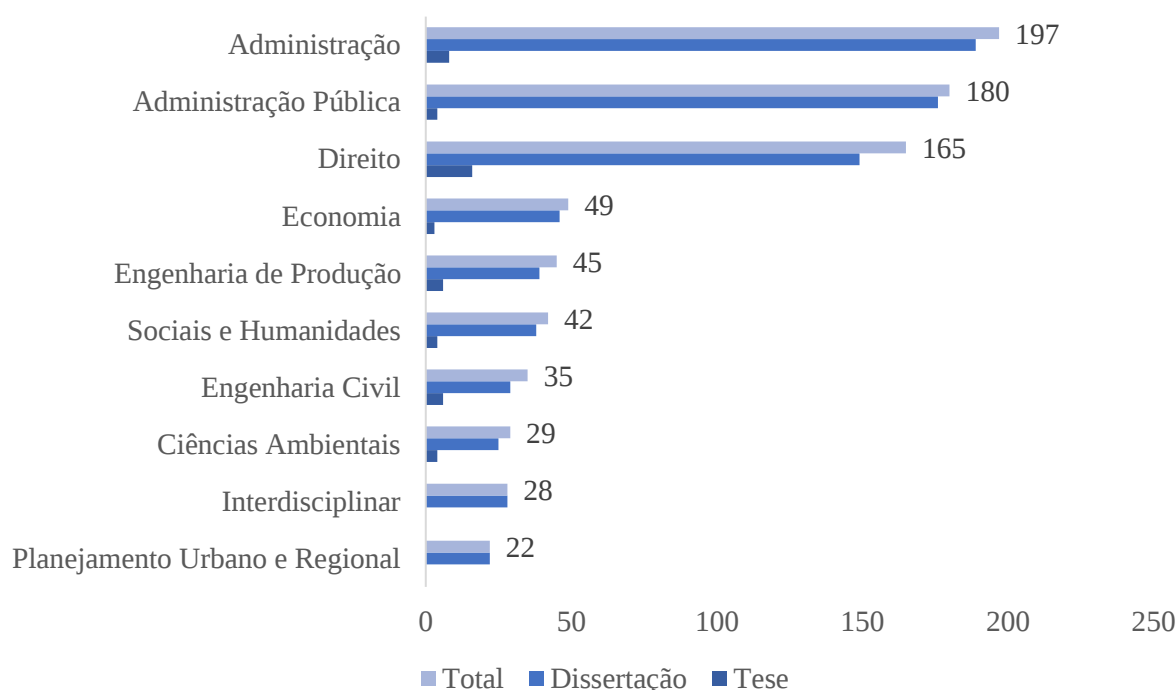
Fonte: elaborado pelo autor.

Outras áreas com números significativos de trabalhos incluem Economia (4,87%), com 49 trabalhos (3 teses e 46 dissertações), e Engenharia de Produção (4,47%), com 45 trabalhos (6 teses e 39 dissertações). A Economia, sendo fundamental para analisar a eficiência e o impacto econômico das compras públicas, e a Engenharia de Produção, que foca na otimização de processos, são ambas áreas vitais para esse tema.

Áreas como Ciências Ambientais (29 trabalhos), Políticas Públicas (9 trabalhos) e Saúde Coletiva (14 trabalhos) também contribuíram com uma quantidade relevante de pesquisas, o que destaca a multidisciplinaridade do tema das compras públicas. A área Interdisciplinar⁵, com 28 dissertações, reforça a presença do tema em programas que integram conceitos, teorias e métodos de diferentes áreas a fim de promover avanços científicos e tecnológicos. Esses dados são demonstrados no Gráfico 4, que apresenta a distribuição dos trabalhos de acordo com as áreas de conhecimento que registraram uma maior quantidade total de teses e dissertações.

⁵ A área Interdisciplinar, segundo a CAPES, se caracteriza como um espaço privilegiado para avançar além das fronteiras disciplinares, articulando, transpondo e gerando conceitos, teorias e métodos. Essa área é distinta por estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção do conhecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

Gráfico 4 – Principais áreas de conhecimento: quantidade total de teses e dissertações (1993 - 2022)



Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se uma variedade de outras áreas de conhecimento, como Engenharia Civil, Engenharia Sanitária, Sociologia e Serviço Social, em programas que abrigaram pesquisas abordando diferentes aspectos das compras públicas, desde a infraestrutura e engenharia (PEREIRA, 2020) até o impacto social e políticas públicas (SCHOTTZ, 2017).

Conforme se verifica no Gráfico 4 (p. 61) e Tabela 12 (p. 57), a pesquisa mostra que as compras públicas são um tema de interesse em diversas áreas do conhecimento. A diversidade de áreas reflete a complexidade e a importância das compras públicas, abordando desde aspectos administrativos e legais até questões econômicas, ambientais e sociais, conforme discutido na seção 2.1 (p. 21).

4.1.3 Associação com marcos relevantes

Esta subseção analisa a relação entre os marcos legais e eventos importantes na trajetória das compras públicas no Brasil e a produção científica sobre o tema, no período de 1993 a 2022. A análise busca identificar como as mudanças na legislação, a introdução de novas políticas, mudanças de organização da administração federal e ainda inovações tecnológicas, além da ocorrência de eventos significativos, podem ser associadas ao interesse acadêmico e à produção

de teses e dissertações. O Quadro 1 a seguir resume os principais marcos legais e eventos relevantes durante esse período.

Quadro 1 – Marcos relevantes relacionados às compras públicas no Brasil entre 1993 e 2022

Ano	Evento	Descrição
1993	Publicação da Lei nº 8.666	Instituiu normas gerais para licitações e contratos administrativos, com abrangência sobre todas as esferas da administração pública.
1994	Criação do SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), ferramenta informatizada de apoio às licitações da administração federal direta, autárquica e fundacional.
1998	Criação do Comprasnet	Portal de compras da administração federal na internet. Permitiu a publicação unificada dos editais de licitação e a realização dos pregões eletrônicos em sessões online.
2000	Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000	Criação do pregão, posteriormente convertida na Lei nº 10.520/2002, visando agilizar e reduzir custos nas compras.
2001	Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001	Regulamentou o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a concentração e centralização de compras.
2006	Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006	Instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, promovendo sua participação nas compras públicas por meio de regras diferenciadas.
2010	Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010	Introduziu mudanças nas regras de seleção das propostas dos licitantes para atender critérios de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento nacional nas licitações.
2011	Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011	Instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para agilizar as contratações de obras de engenharia relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, dentre outras áreas.
2014	Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014	Criação da Central de Compras e Contratações, com atuação no âmbito da administração federal.
2016	Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016	Estatuto jurídico das empresas estatais, ampliando a autonomia normativa para regulamentação das licitações nessas entidades.
2020	Pandemia de covid-19	Exigiu compras emergenciais de insumos médicos, equipamentos de proteção e vacinas.
2021	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, substituiu a Lei 8.666/93 e consolidou as inovações normativas e procedimentais em um marco legal unificado.

Fonte: elaborado pelo autor.

A evolução da produção de teses e dissertações sobre compras públicas no Brasil parece refletir a interação entre mudanças legais, inovações tecnológicas e eventos relevantes que

impactaram as práticas de compras públicas. A Lei nº 8.666/93 representou o auge de um processo de legalização que buscou ampliar o dever de licitar e unificar o sistema de licitações na administração pública, mas também limitou a discricionariedade dos gestores públicos e contribuiu para a fragmentação do sistema de compras devido à sua padronização excessiva e rigidez (ROSILHO, 2011). A Lei nº 8.666/93 estabeleceu normas gerais para licitações e contratos administrativos no Brasil, com foco na prevenção de desperdícios, conluio e práticas de corrupção, mas sua rigidez e inflexibilidade foram criticadas por limitar a eficiência e a adaptabilidade dos processos licitatórios a objetos complexos e às mudanças nas necessidades de contratação pública (FASSIO, 2017). A publicação da Lei nº 8.666, em 1993, foi um marco inicial ao instituir normas gerais para licitações e contratos administrativos, abrangendo todas as esferas da administração pública. Este marco estabeleceu as bases legais que orientariam o setor nas décadas seguintes.

A criação do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), em 1994, representou um avanço tecnológico significativo. O SIASG permitiu o cadastramento unificado de fornecedores, a criação de um catálogo de materiais e serviços, e a centralização das informações de compras, contribuindo para maior transparência e eficiência nas aquisições da administração pública federal (FERNANDES, 2020). Posteriormente, o lançamento do Comprasnet, em 1998, fortaleceu ainda mais a participação de fornecedores de todo o país, permitindo que qualquer empresa pudesse participar de licitações da administração federal pela internet, ampliando a concorrência e democratizando o acesso ao mercado de compras públicas (FERNANDES, 2020).

A Medida Provisória nº 2.026, de 2000, que posteriormente foi convertida na Lei nº 10.520/2002, introduziu o pregão como uma modalidade de licitação voltada a agilizar o processo e reduzir custos, refletindo a busca por maior eficiência nos procedimentos. Após a criação do pregão, 55 trabalhos, dentre os 1.000 produzidos entre 2000 e 2022, foram defendidos tendo essa modalidade de licitação como objeto no título (ver APÊNDICE B). Já o Decreto nº 3.931, de 2001, regulamentou o Sistema de Registro de Preços (SRP), que permitiu a concentração e centralização das compras, facilitando aquisições em grande escala e gerando economia de escala. Após a criação do SRP, 19 trabalhos, dentre os 998 produzidos entre 2001 e 2022, foram defendidos tendo o Sistema de Registro de Preços como objeto no título.

A Lei Complementar nº 123, de 2006, criou regras diferenciadas para promover a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras públicas, visando ampliar o acesso desse segmento ao mercado governamental. A participação das micro e

pequenas empresas nas compras públicas é abordada em subtema próprio nessa pesquisa (ver subseção 2.2.11, p. 35; e subseção 4.3.1, p. 90).

Outro marco relevante foi a Lei nº 12.349, de 2010, que introduziu regras de sustentabilidade nas licitações públicas, buscando atender critérios ambientais e de desenvolvimento nacional. É possível que o interesse acadêmico por sustentabilidade em compras públicas já estivesse sendo influenciado desde as primeiras iniciativas internacionais em meio ambiente (ver seção 4.8, p. 121), das quais o Brasil é signatário (algumas das principais iniciativas das quais o Brasil é signatário incluem a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris).

A criação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) pela Lei nº 12.462, de 2011, foi uma resposta direta à necessidade de acelerar as contratações para grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Após a criação do RDC, 19 pesquisas, dentre as 939 defendidas entre 2011 e 2022, foram defendidas tendo o Regime Diferenciado de Contratações Públicas como objeto no título.

Em 2014, a criação da Central de Compras e Contratações, regulamentada pelo Decreto nº 8.189, marcou outro avanço na centralização das aquisições da administração federal, visando melhorar a governança e gerar mais eficiência nos processos de compras (FERNANDES, 2020). O Estatuto das Estatais, Lei nº 13.303 de 2016, também trouxe um marco relevante ao permitir que cada empresa estatal criasse seus próprios regulamentos de licitação, ampliando a autonomia normativa dessas entidades. Seis trabalhos foram defendidos tendo o regime de compras públicas das estatais como objeto no título, entre 2016 e 2022.

A pandemia de covid-19, em 2020, trouxe uma situação emergencial sem precedentes, exigindo aquisições rápidas e eficientes de insumos médicos, equipamentos de proteção, e vacinas. Esse evento gerou grande atenção para as questões procedimentais e de desempenho nas compras públicas. Após a pandemia de covid-19, 3 trabalhos foram produzidos (todos em 2022) tendo o impacto da pandemia nas compras públicas como objeto no título.

Por fim, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133 de 2021, consolidou todas as inovações legais e normativas introduzidas ao longo do período em um marco legal unificado. Esta lei incorporou uma série de mudanças e avanços que foram sendo construídos ao longo dos anos, resultando em uma ampla consolidação que abrange desde a modernização dos procedimentos de contratação até a ampliação da transparência e da sustentabilidade nas compras públicas. Entre 2021 e 2022, nove pesquisas foram defendidas tendo a nova lei de licitações, Lei nº 14.133/2021, como objeto no título.

Assim, ao longo do período analisado, é plausível argumentar que a sucessão de mudanças e inovações nas compras públicas tenha atraído o interesse acadêmico pelo tema, refletindo a dinâmica entre a prática de gestão de compras públicas e a produção de teses e dissertações no Brasil.

4.1.4 Comparação com o total das áreas

Esta subseção apresenta a análise da relação entre a produção científica total representada pelas teses e dissertações (todos os temas) e a produção específica sobre compras públicas entre 1993 e 2022. Essa análise mostra o crescimento quantitativo da produção dos programas de mestrado e doutorado no Brasil e o aumento da presença nessa produção do tema compras públicas.

A Tabela 13 resume a quantidade total e a quantidade de teses e dissertações sobre compras públicas defendidas no âmbito das instituições de ensino superior, ao longo do período pesquisado. O volume total é 1.453.678 trabalhos, dos quais 1.007 são pesquisas sobre compras públicas (ver subseção 3.1, p. 40), correspondendo a 0,07 % da produção total.

Tabela 13 – Produção de teses e dissertações: total x compras públicas (1993 – 2022)

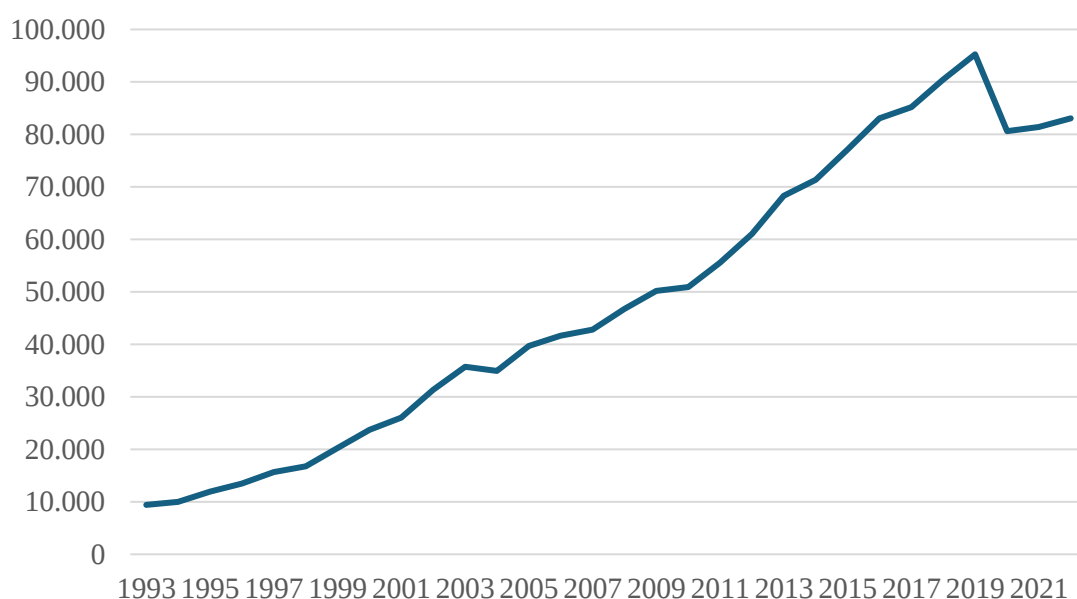
Ano	Quantidade		%
	Geral	Compras públicas	
1993	9.419	0	0,00
1994	9.975	1	0,01
1995	11.936	0	0,00
1996	13.495	0	0,00
1997	15.645	2	0,01
1998	16.745	2	0,01
1999	20.244	2	0,01
2000	23.724	2	0,01
2001	26.033	0	0,00
2002	31.337	3	0,01
2003	35.742	2	0,01
2004	34.917	4	0,01
2005	39.695	2	0,01
2006	41.647	5	0,01
2007	42.819	4	0,01
2008	46.750	13	0,03
2009	50.167	12	0,02
2010	50.903	14	0,03
2011	55.554	21	0,04

Ano	Quantidade		%
	Geral	Compras públicas	
2012	61.053	37	0,06
2013	68.282	37	0,05
2014	71.381	37	0,05
2015	77.141	64	0,08
2016	83.033	73	0,09
2017	85.208	97	0,11
2018	90.447	105	0,12
2019	95.258	139	0,15
2020	80.610	112	0,14
2021	81.444	117	0,14
2022	83.074	100	0,12
Total	1.453.678	1.007	0,07

Fonte: elaborada pelo autor.

O Gráfico 5 apresenta a evolução da produção científica no Brasil e o Gráfico 6 destaca o percentual de teses e dissertações sobre compras públicas. Observa-se que a produção científica geral cresceu significativamente ao longo dos anos, atingindo seu pico em 2019. A produção científica sobre compras públicas começou a aparecer de forma mais consistente a partir de 2008, com um crescimento notável após 2014.

Gráfico 5 – Produção total de teses e dissertações (1993 – 2022)

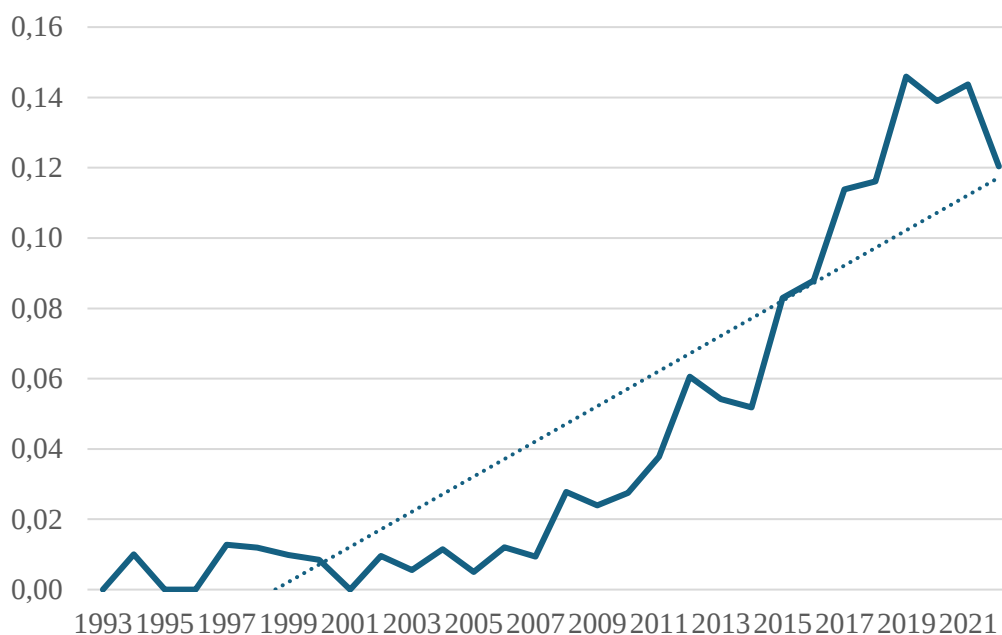


Fonte: elaborado pelo autor.

A proporção de teses e dissertações sobre compras públicas em relação à produção geral se mantém no patamar de apenas 0,01% até 2007. A partir de 2008, há um aumento contínuo

da participação percentual, com um crescimento mais acentuado após 2015. O pico foi alcançado em 2019, quando a produção sobre compras públicas representou cerca de 0,14% do total. Isso indica que, embora essa produção represente uma pequena fração do total, ela tem mostrado um crescimento significativo nos últimos anos (Gráfico 1, p. 56).

Gráfico 6 – Percentual da produção de teses e dissertações (1993 – 2022)



Fonte: elaborado pelo autor.

A evolução da produção sobre compras públicas demonstra que o tema cresceu mais que a produção geral, ou seja, num cenário de crescimento generalizado da produção dos programas o tema compras públicas ganhou participação crescente, especialmente entre 2007 e 2019 (ver seção 4.1.1, p. 56).

4.2. Perfil geográfico e institucional

Nesta subseção é analisado o perfil institucional e geográfico da produção científica brasileira sobre compras públicas, representada pelas teses e dissertações defendidas no período 1993-2022. São examinadas a distribuição dos trabalhos por região, Unidades da Federação e cidades, bem como entre as instituições de ensino superior. O mapeamento desses trabalhos permitiu identificar concentrações e lacunas geográficas na produção científica, além de fornecer uma visão detalhada sobre a disseminação do conhecimento relacionado às compras públicas no país.

4.2.1 Distribuição geográfica

A seguir é abordada a distribuição geográfica das teses e dissertações sobre compras públicas no Brasil. A análise abrange três níveis - região, Unidade da Federação e cidade – que se referem à localização da instituição de ensino superior na qual estão abrigados os programas de mestrado e doutorado.

Ao analisar a distribuição regional das teses e dissertações sobre compras públicas (Tabela 14) observamos que a região Sudeste apresenta o maior número de teses e dissertações sobre compras públicas, com um total de 441 trabalhos, correspondendo a 43,79% da produção nacional. Isso é esperado, dada a concentração de instituições de ensino superior e centros de pesquisa nessa região (46,43%), especialmente nos estados de São Paulo (17,86%), Rio de Janeiro (11,90%) e Minas Gerais (13,10%). A região Nordeste também se destaca, com um total de 224 trabalhos (22,24% da produção nacional). A região Centro-Oeste contribui com 136 trabalhos sobre o tema (13,51% da produção nacional). Isso pode ser atribuído, em parte, à presença de Brasília, que concentra 19,15% das instituições de ensino superior com programas de pós-graduação com produção de teses e dissertações em compras públicas. As regiões Sul e Norte contribuem com menos teses e dissertações em comparação com o Sudeste e o Nordeste. No entanto, ainda assim, há uma presença significativa de trabalhos nessas regiões, com 176 trabalhos na região Sul, correspondendo a 17,48% da produção nacional, e 30 trabalhos na região norte, correspondendo a 2,98% da produção nacional.

Tabela 14 – Distribuição das teses e dissertações por região

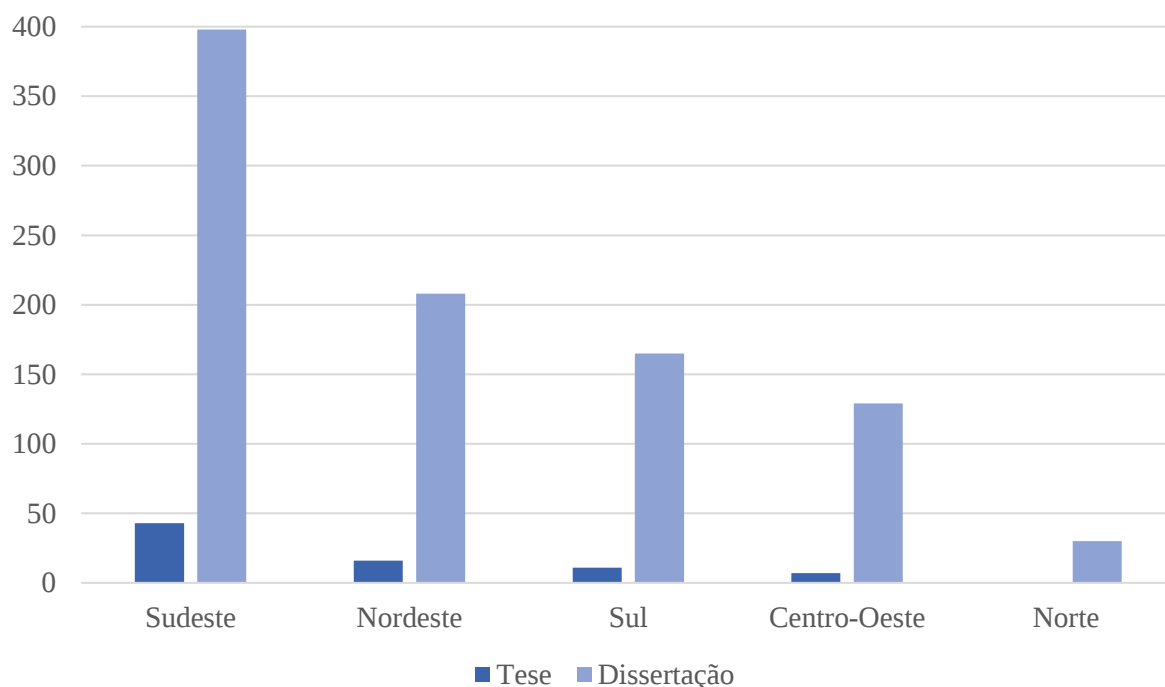
Região	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Sudeste	43	398	441	43,79
Nordeste	16	208	224	22,24
Sul	11	165	176	17,48
Centro-Oeste	7	129	136	13,51
Norte	0	30	30	2,98
Total	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Os resultados apresentados no Gráfico 7 mostram que a pesquisa sobre compras públicas é realizada em todas as regiões do Brasil, com uma predominância na região Sudeste, seguida pelo Nordeste. Apesar das diferenças no número absoluto de trabalhos, as regiões

brasileiras como um todo contribuem de maneira significativa para o campo de pesquisa sobre compras públicas.

Gráfico 7 – Distribuição das teses e dissertações por região

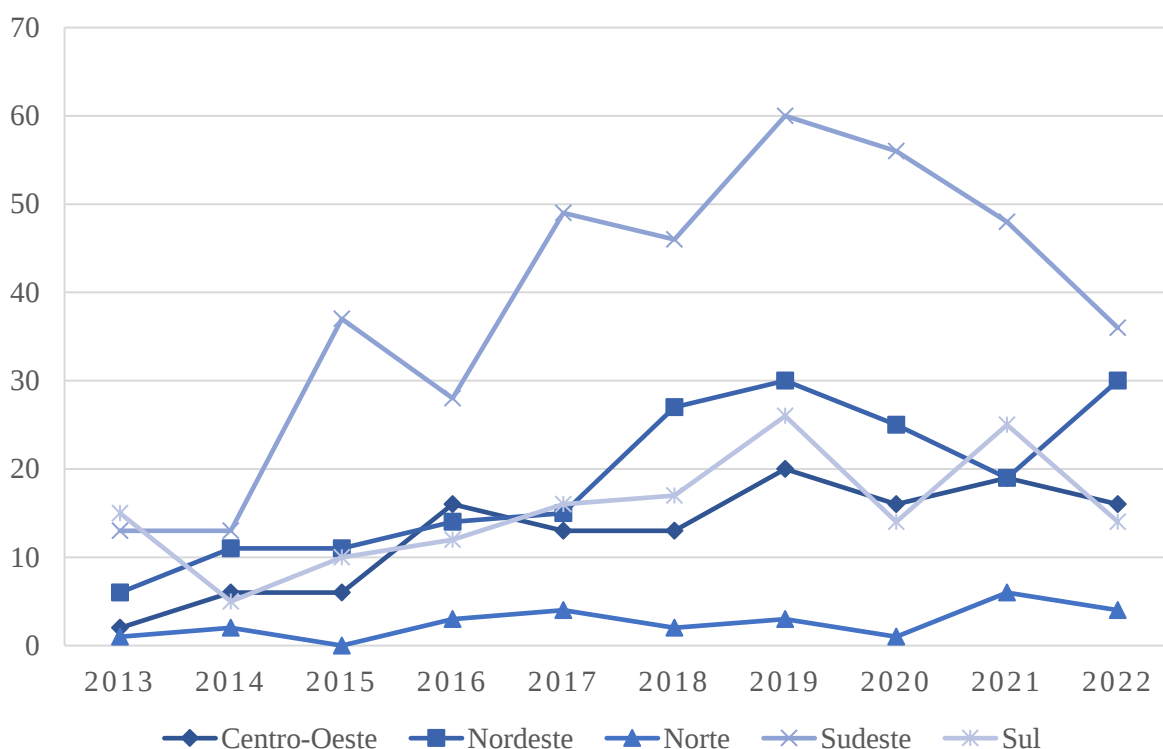


Fonte: elaborado pelo autor.

O Gráfico 8 apresenta a evolução da distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas por região no Brasil entre 2013 e 2022. A produção acadêmica da região Centro-Oeste variou significativamente ao longo dos anos, começando com apenas 2 teses e dissertações em 2013, atingindo um pico de 20 em 2019, e mantendo uma média de aproximadamente 17 produções nos anos seguintes. Essa oscilação indica um crescimento até 2019, seguido de uma estabilização. No Nordeste, há um crescimento contínuo na produção acadêmica até 2019, quando o número chega a 30. Embora tenha havido uma leve queda nos anos de 2020 e 2021, a região voltou a alcançar o mesmo pico de 30 produções em 2022, demonstrando um aumento geral e consistente na produção ao longo da década. A região Norte apresenta uma das menores quantidades de produções acadêmicas ao longo dos anos, com números variando entre 0 e 6. Apesar de um pequeno aumento em 2021, quando atingiu 6 produções, a região manteve-se em um patamar baixo em comparação com as demais. O Sudeste é a região com a maior quantidade de teses e dissertações no período analisado. Houve um crescimento notável até 2019, quando atingiu 60 produções, mas, a partir de então, a tendência foi de queda leve, mantendo, ainda assim, a liderança em número de produções até 2022. A região Sul iniciou com 15 produções

em 2013, mas apresentou uma queda acentuada em 2014 para 5 produções. Nos anos seguintes, os números oscilaram significativamente, alcançando um pico de 26 produções em 2019 e variando entre 14 e 25 nos anos subsequentes. De modo geral, a pesquisa demonstra que o Sudeste mantém uma posição de destaque ao longo de quase toda a década, enquanto o Nordeste e o Sul ocupam posições intermediárias, com o Centro-Oeste logo abaixo. O Norte apresenta a menor produção de teses e dissertações sobre compras públicas dentre as cinco regiões do Brasil.

Gráfico 8 – Evolução da distribuição das teses e dissertações por região



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas em relação às Unidades Federativas onde estão localizadas as instituições de ensino superior brasileiras, hospedeiras dos programas de mestrado e doutorado, observa-se que as unidades federativas mais populosas e com maior PIB - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais -, além do Distrito Federal, concentram 50,64% dos trabalhos defendidos (ver Tabela 15). Essa concentração reflete não apenas a densidade de instituições de ensino superior com produção acadêmica em compras nessas unidades federativas (conforme os dados dessa pesquisa: São Paulo, com 30; Minas Gerais, com 22; Rio de Janeiro, com 20; e Distrito Federal, com 9), mas também sua importância como centros de pesquisa e estudo no país. Além dessas unidades federativas mais populosas, outros estados, como Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Ceará, também

apresentam uma participação significativa na produção de pesquisas, com 6,36%, 6,55%, 5,86%, 3,97% e 3,38% do total, respectivamente. O Distrito Federal se destaca com 104 trabalhos, representando 10,33% do total.

Tabela 15 – Distribuição das teses e dissertações, população e PIB por UF

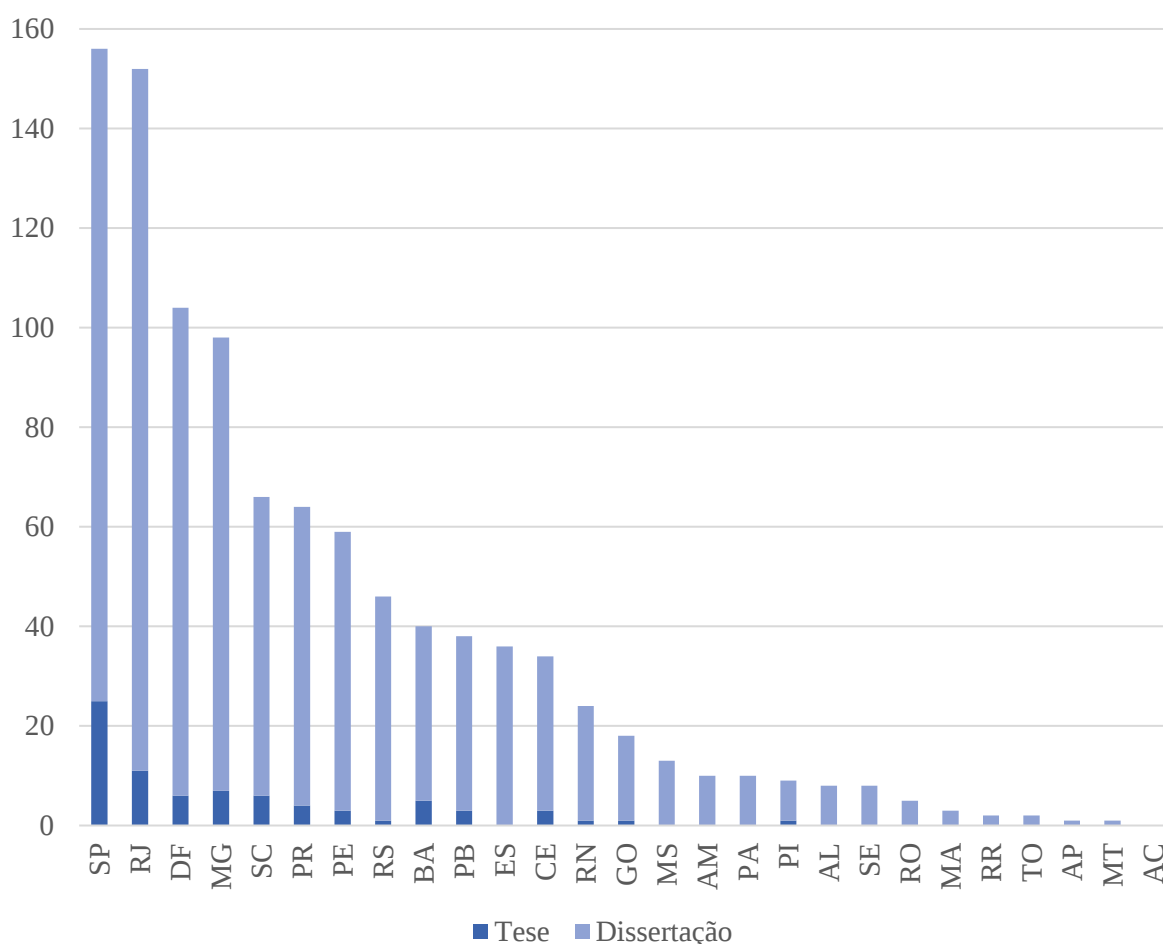
Unidade Federativa	Quantidade		Total	Percentual Total (%)	População	PIB 2021 (1.000.000 R\$)
	Tese	Dissertação				
São Paulo	25	131	156	15,49	44.411.238	2.719.751
Rio de Janeiro	11	141	152	15,09	16.055.174	949.301
Distrito Federal	6	98	104	10,33	2.817.381	286.944
Minas Gerais	7	91	98	9,73	20.539.989	857.593
Santa Catarina	6	60	66	6,55	7.610.361	428.571
Paraná	4	60	64	6,36	11.444.380	549.973
Pernambuco	3	56	59	5,86	9.058.931	220.814
Rio Grande do Sul	1	45	46	4,57	10.882.965	581.284
Bahia	5	35	40	3,97	14.141.626	352.618
Paraíba	3	35	38	3,77	3.974.687	77.470
Espírito Santo	0	36	36	3,57	3.833.712	186.337
Ceará	3	31	34	3,38	8.794.957	194.885
Rio Grande do Norte	1	23	24	2,38	3.302.729	80.181
Goiás	1	17	18	1,79	7.056.495	269.628
Mato Grosso do Sul	0	13	13	1,29	2.757.013	142.204
Amazonas	0	10	10	1,00	3.941.613	131.531
Pará	0	10	10	1,00	8.120.131	262.905
Piauí	1	8	9	0,89	3.271.199	64.028
Alagoas	0	8	8	0,79	3.127.683	76.266
Sergipe	0	8	8	0,79	2.210.004	51.861
Rondônia	0	5	5	0,50	1.581.196	58.170
Maranhão	0	3	3	0,30	6.776.699	124.981
Roraima	0	2	2	0,20	636.707	18.203
Tocantins	0	2	2	0,20	1.511.460	51.781
Amapá	0	1	1	0,10	733.759	20.100
Mato Grosso	0	1	1	0,10	3.658.649	233.390
Acre	0	0	0	0,00	830.018	21.374
Total	77	930	1.007	100	203.080.756	9.012.144

Fonte: elaborada pelo autor, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁶.

⁶ Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>; e <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 03 set. 2024.

A presença de trabalhos em quase todos os estados, exceto no Acre, incluindo aqueles das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, sugere uma ampla representatividade regional na pesquisa sobre compras públicas (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição ranqueada das teses e dissertações por UF



Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando os resultados da distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas em relação às cidades onde estão localizadas as instituições de ensino superior (Tabela 16), podemos destacar que aquelas maiores apresentam um número significativo de trabalhos defendidos: Brasília, com 104 (10,33% do total), São Paulo, com 96 (9,53% do total), Rio de Janeiro, com 88 (8,74% do total), e Belo Horizonte com 45 (4,47% do total). Isso reflete não apenas a densidade de instituições de ensino superior nessas áreas, mas também sua relevância como centros de pesquisa e estudo.

Tabela 16 – Distribuição das teses e dissertações por cidades

Cidade	Hierarquia Urbana	PIB per capita (2021)	População (2022)	Quantidade		Total	%
				Tese	Dissertação		
Brasília	Metrópole nacional	92.732,27	2.817.381	6	98	104	10,33
São Paulo	Grande metrópole nacional	66.872,84	11.451.999	18	78	96	9,53
Rio de Janeiro	Metrópole Nacional	53.078,23	6.211.223	7	81	88	8,74
Recife	Metrópole	33.094,37	1.488.920	3	54	57	5,66
Curitiba	Metrópole	49.907,02	1.773.718	4	43	47	4,67
Belo Horizonte	Metrópole	41.818,32	2.315.560	4	41	45	4,47
Florianópolis	Metrópole	45.602,98	537.211	3	38	41	4,07
Fortaleza	Metrópole	27.164,45	2.428.708	3	30	33	3,28
Niterói	Grande porte	128.333,01	481.749	3	28	31	3,08
Salvador	Metrópole	21.706,06	2.417.678	5	26	31	3,08
Vitória	Metrópole	85.035,67	322.869	0	31	31	3,08
João Pessoa	Capital regional A	26.936,78	833.932	3	23	26	2,58
Porto Alegre	Metrópole	54.647,38	1.332.845	1	22	23	2,28
Itajaí	Capital regional B	210.729,12	264.054	3	17	20	1,99
Natal	Capital regional A	26.972,28	751.300	1	18	19	1,89
Goiânia	Metrópole	38.483,54	1.437.366	1	15	16	1,59
São Carlos	Capital regional C	55.044,88	254.857	1	15	16	1,59
Volta Redonda	Capital regional C	71.551,44	261.563	0	12	12	1,19
Belém	Metrópole	22.216,33	1.303.403	0	10	10	0,99
Manaus	Metrópole	45.782,75	2.063.689	0	10	10	0,99
Ribeirão Preto	Capital regional A	55.484,91	698.642	2	8	10	0,99
Santa Maria	Capital regional B	33.532,26	271.735	0	10	10	0,99
Teresina	Capital regional A	27.430,28	866.300	1	8	9	0,89
Uberlândia	Capital regional B	61.038,02	713.224	1	8	9	0,89
Campos dos Goytacazes	Capital regional C	72.243,98	483.540	0	8	8	0,79
Maceió	Capital regional A	26.642,20	957.916	0	8	8	0,79
Seropédica	Médio porte	56.977,34	80.596	0	8	8	0,79
Campinas	Metrópole	59.634,21	1.139.047	3	4	7	0,70
Campo Grande	Capital regional A	37.916,06	898.100	0	7	7	0,70
Juiz de Fora	Capital regional B	35.145,34	540.756	0	7	7	0,70
São Cristóvão	Médio porte	11.203,61	95.612	0	7	7	0,70
Varginha	Capital regional C	58.817,87	136.467	0	7	7	0,70
Lavras	Capital regional A	27.818,10	104.761	0	6	6	0,60
Sousa	Capital regional A	18.836,93	67.259	0	6	6	0,60
Campina Grande	Capital regional C	25.066,11	419.379	0	5	5	0,50
Juazeiro	Capital regional C	23.601,32	237.821	0	5	5	0,50
Londrina	Capital regional B	40.636,89	555.965	0	5	5	0,50

Cidade	Hierarquia Urbana	PIB per capita (2021)	População (2022)	Quantidade		Total	%
				Tese	Dissertação		
Porto Velho	Capital regional B	36.541,49	460.434	0	5	5	0,50
Cruz das Almas	Centro sub-regional B	16.307,21	60.348	0	4	4	0,40
Dourados	Capital regional C	55.246,68	243.367	0	4	4	0,40
Mossoró	Capital regional C	26.570,03	264.577	0	4	4	0,40
São Mateus	Grande porte	21.894,57	123.752	0	4	4	0,40
Uberaba	Capital regional C	59.943,87	337.836	0	4	4	0,40
Araraquara	Capital regional C	49.692,93	242.228	0	3	3	0,30
Campo Limpo Paulista	Médio porte	29.291,03	77.632	0	3	3	0,30
Duque de Caxias	Grande porte	57.170,07	808.161	1	2	3	0,30
Franca	Capital regional C	31.450,10	352.536	0	3	3	0,30
Itajubá	Centro sub-regional B	33.630,33	93.073	1	2	3	0,30
Maringá	Capital regional B	51.908,79	409.657	0	3	3	0,30
Osasco	Grande porte	122.765,64	728.615	0	3	3	0,30
Pelotas	Capital regional C	31.347,60	325.685	0	3	3	0,30
São Luís	Capital regional A	32.739,65	1.037.775	0	3	3	0,30
Viçosa	Centro sub-regional B	22.673,74	76.430	1	2	3	0,30
Bauru	Capital regional C	43.806,93	379.146	0	2	2	0,20
Boa Vista	Capital regional C	30.906,19	413.486	0	2	2	0,20
Corumbá	Médio porte	34.684,48	96.268	0	2	2	0,20
Fernandópolis	Centro sub-regional A	35.430,06	71.186	0	2	2	0,20
Marechal Cândido Rondon	Médio porte	54.115,26	55.836	0	2	2	0,20
Montes Claros	Capital regional B	25.870,23	414.240	0	2	2	0,20
Palmas	Capital regional B	32.977,35	302.692	0	2	2	0,20
Pato Branco	Centro sub-regional A	53.648,87	91.836	0	2	2	0,20
Pedro Leopoldo	Médio porte	29.763,40	62.580	0	2	2	0,20
Ponta Grossa	Capital regional C	54.316,58	358.371	0	2	2	0,20
Rio Grande	Capital regional C	62.392,39	191.900	0	2	2	0,20
Santa Cruz do Sul	Centro sub-regional A	74.205,00	133.230	0	2	2	0,20
São João da Boa Vista	Centro sub-regional A	44.794,34	92.547	0	2	2	0,20
São José dos Campos	Capital regional B	61.315,88	697.054	1	1	2	0,20
Tubarão	Capital regional C	44.956,12	110.088	0	2	2	0,20
Alegre	Pequeno porte II	19.255,36	29.177	0	1	1	0,10
Anápolis	Centro sub-regional A	44.860,34	398.869	0	1	1	0,10
Aparecida de Goiânia	Grande porte	28.213,26	527.796	0	1	1	0,10

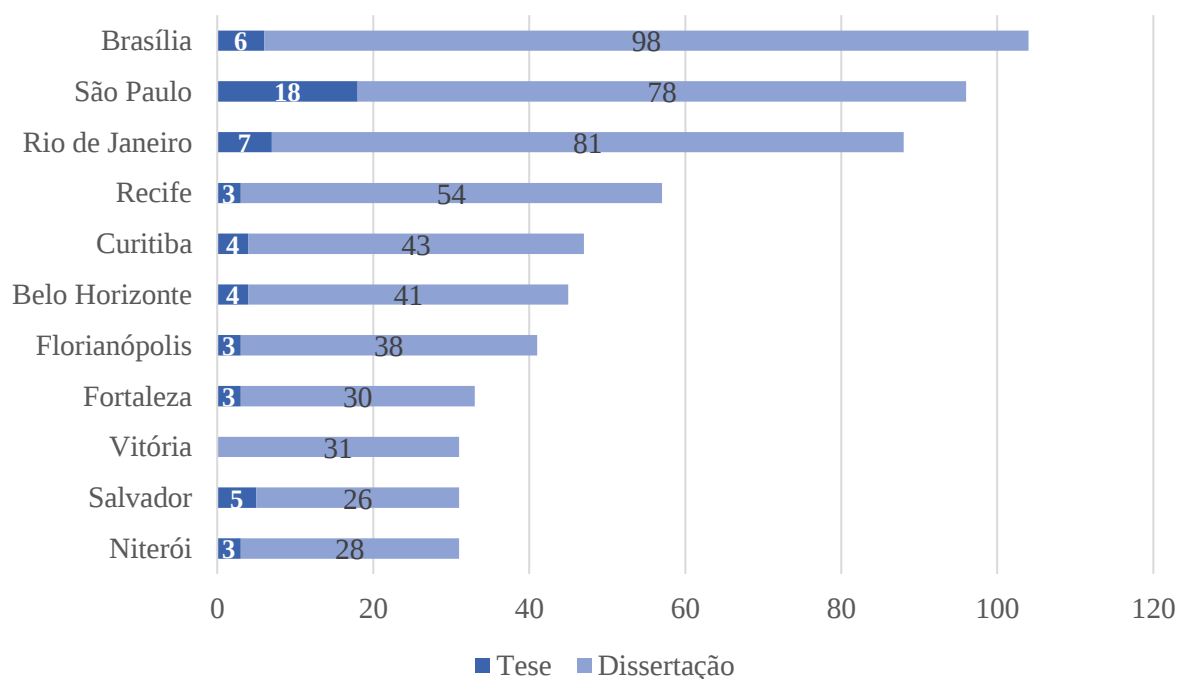
Cidade	Hierarquia Urbana	PIB per capita (2021)	População (2022)	Quantidade		Total	%
				Tese	Dissertação		
Aracajú	Capital regional A	27.364,40	602.757	0	1	1	0,10
Biguaçu	Médio porte	37.884,91	76.773	0	1	1	0,10
Blumenau	Capital regional B	56.155,65	361.261	0	1	1	0,10
Campo Mourão	Centro sub-regional A	53.562,73	99.432	0	1	1	0,10
Canoas	Grande porte	62.892,77	347.657	0	1	1	0,10
Chapecó	Capital regional B	60.166,46	254.785	0	1	1	0,10
Charqueadas	Pequeno porte II	41.649,07	35.012	0	1	1	0,10
Criciúma	Capital regional B	45.871,13	214.493	0	1	1	0,10
Cuiabá	Capital regional A	47.700,88	650.877	0	1	1	0,10
Diamantina	Pequeno porte II	20.537,92	47.702	0	1	1	0,10
Divinópolis	Capital regional C	34.355,36	231.091	0	1	1	0,10
Francisco Beltrão	Centro sub-regional A	39.597,05	96.666	0	1	1	0,10
Itabira	Grande porte	123.006,06	113.343	0	1	1	0,10
Jaboatão dos Guararapes	Grande porte	22.680,83	644.037	0	1	1	0,10
Juazeiro do Norte	Capital regional B	18.381,08	286.120	0	1	1	0,10
Lajeado	Centro sub-regional A	65.067,95	93.646	0	1	1	0,10
Laranjeiras do Sul	Pequeno porte II	31.951,50	32.227	0	1	1	0,10
Macapá	Capital regional C	24.768,62	442.933	0	1	1	0,10
Marília	Capital regional C	40.272,45	237.627	0	1	1	0,10
Nova Iguaçu	Grande porte	21.559,06	785.867	0	1	1	0,10
Ouro Branco	Pequeno porte II	219.860	38.724	0	1	1	0,10
Parnamirim	Grande porte	25.121,67	252.716	0	1	1	0,10
Passo Fundo	Capital regional B	60.905,63	206.215	0	1	1	0,10
Petrolina	Capital regional C	22.244,46	386.791	0	1	1	0,10
Piracicaba	Capital regional C	84.225,76	423.323	0	1	1	0,10
Pombal	Centro sub-regional B	14.177,59	32.473	0	1	1	0,10
Pouso Alegre	Capital regional C	69.478,81	152.217	0	1	1	0,10
Rio das Ostras	Capital regional C	56.096,82	156.491	0	1	1	0,10
Rio Paranaíba	Pequeno porte I	73.353,29	14.532	0	1	1	0,10
Santos	Capital regional C	55.508,46	418.608	0	1	1	0,10
São Bernardo do Campo	Grande porte	68.571,36	810.729	0	1	1	0,10
São Francisco de Paula	Pequeno porte II	46.934,89	21.893	0	1	1	0,10
São João del Rei	Centro sub-regional B	33.059,97	90.225	0	1	1	0,10
São Leopoldo	Capital regional C	45.159,57	217.409	0	1	1	0,10
Sertãozinho	Centro sub-regional A	55.352,42	126.887	0	1	1	0,10
Sorocaba	Capital regional B	64.046,61	723.682	0	1	1	0,10

Cidade	Hierarquia Urbana	PIB per capita (2021)	População (2022)	Quantidade		Total	%
				Tese	Dissertação		
Taquara	Grande porte	27.171,31	723.682	0	1	1	0,10
Taubaté	Grande porte	50.495,56	310.739	0	1	1	0,10
Teófilo Otoni	Capital regional C	20.893,97	137.418	0	1	1	0,10
Total	-	-	-	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁷.

Há uma distribuição bastante diversificada por todo o país, alcançando cidades de portes muito variados. Isso mostra que o tema das compras públicas é objeto de estudo que acompanha a distribuição das instituições de ensino superior por diferentes hierarquias de cidades, incluindo metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais e cidades de grande, médio e pequeno porte. Conforme demonstra o Gráfico 10, cidades como Recife, Florianópolis, Fortaleza e Niterói também contribuíram com um número significativo de trabalhos (57, 41, 33 e 31, respectivamente). A diversidade de cidades com produção no tema sugere que há em alguma medida a descentralização da pesquisa sobre compras públicas no Brasil.

Gráfico 10 – Cidades com maior produção científica em compras públicas



⁷ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c>>; <<https://cidades.ibge.gov.br/>>; e <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>>. Acesso em: 07 set. 2024.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados indicam uma distribuição diversificada das teses e dissertações sobre compras públicas em todo o território brasileiro, com uma presença significativa tanto em grandes centros urbanos quanto em cidades de menor porte. Isso sugere um interesse generalizado em relação ao tema compras públicas em todo o país.

4.2.2 Distribuição por instituições

Analisando os resultados da seleção das dissertações e teses sobre o tema de compras públicas utilizando os critérios definidos nesta pesquisa (ver Tabela 17), observa-se uma distribuição bastante ampla entre instituições de ensino superior onde esses trabalhos foram defendidos (168, de acordo com os registros na Plataforma Sucupira da CAPES).

Tabela 17 – Distribuição das teses e dissertações por instituição de ensino superior

Instituição de Ensino Superior	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Universidade de Brasília	6	48	54	5,36
Universidade Federal Fluminense	3	41	44	4,37
Universidade Federal de Pernambuco	3	36	39	3,87
Universidade de São Paulo	11	26	37	3,67
Universidade Federal de Santa Catarina	3	34	37	3,67
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa	0	28	28	2,78
Universidade Federal do Espírito Santo	0	27	27	2,68
Fundação Getúlio Vargas (RJ)	1	25	26	2,58
Universidade Federal da Bahia	5	20	25	2,48
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1	23	24	2,38
Fundação Getúlio Vargas (SP)	2	20	22	2,18
Universidade Federal da Paraíba	3	19	22	2,18
Universidade do Vale do Itajaí	3	18	21	2,09
Universidade Federal do Ceará	2	19	21	2,09
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1	19	20	1,99
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	3	16	19	1,89
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	18	19	1,89
Universidade Federal de São Carlos	1	16	17	1,69
Universidade Federal de Minas Gerais	2	12	14	1,39
Universidade Federal do Paraná	2	12	14	1,39
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	0	13	13	1,29
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1	11	12	1,19

Instituição de Ensino Superior	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	1	10	11	1,09
Universidade Federal de Campina Grande	0	11	11	1,09
Universidade Federal de Goiás	1	10	11	1,09
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	0	10	10	0,99
Universidade Federal de Santa Maria	0	10	10	0,99
Universidade Federal do Pará	0	10	10	0,99
Fundação Universidade Federal do Piauí	1	8	9	0,89
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1	8	9	0,89
Universidade Federal de Uberlândia	1	8	9	0,89
Universidade Federal do Amazonas	0	9	9	0,89
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3	6	9	0,89
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	7	8	0,79
Universidade Cândido Mendes	0	8	8	0,79
Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)	0	7	7	0,70
Fundação Universidade Federal de Sergipe	0	7	7	0,70
Universidade Federal de Alagoas	0	7	7	0,70
Universidade Federal de Alfenas	0	7	7	0,70
Universidade Federal de Juiz de Fora	0	7	7	0,70
Universidade Federal do Vale do São Francisco	0	7	7	0,70
Centro Universitário de Brasília	0	6	6	0,60
Centro Universitário Unihorizontes	0	6	6	0,60
Universidade Católica de Brasília	0	6	6	0,60
Universidade de Fortaleza	1	5	6	0,60
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1	5	6	0,60
Universidade Estadual de Campinas	3	3	6	0,60
Universidade Estadual do Ceará	0	6	6	0,60
Universidade Federal de Lavras	0	6	6	0,60
Universidade Fumec	0	6	6	0,60
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1	5	6	0,60
Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco	0	5	5	0,50
Escola Superior dom Helder Câmara	0	5	5	0,50
Fiocruz (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães)	0	5	5	0,50
Universidade Estadual de Londrina	0	5	5	0,50
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	0	5	5	0,50
Universidade Federal da Grande Dourados	0	5	5	0,50
Universidade Federal de Rondônia	0	5	5	0,50
Universidade Nove de Julho	0	5	5	0,50
Centro Universitário Alves Faria	0	4	4	0,40
Centro Universitário de João Pessoa	0	4	4	0,40
Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento e Pesquisa (IDP-SP)	0	4	4	0,40

Instituição de Ensino Superior	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Universidade de Pernambuco	0	4	4	0,40
Universidade do Estado de Santa Catarina	0	4	4	0,40
Universidade Federal de Itajubá	1	3	4	0,40
Universidade Federal de Viçosa	1	3	4	0,40
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	0	4	4	0,40
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	0	4	4	0,40
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	0	4	4	0,40
Centro Universitário Campo Limpo Paulista	0	3	3	0,30
Escola de Administração de Empresas de São Paulo	0	3	3	0,30
Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público	0	3	3	0,30
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino	0	3	3	0,30
Fundação Cesgranrio	0	3	3	0,30
Universidade de Araraquara	0	3	3	0,30
Universidade Estadual de Maringá	0	3	3	0,30
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	0	3	3	0,30
Universidade Federal de São Paulo	0	3	3	0,30
Universidade Federal do Maranhão	0	3	3	0,30
Universidade Paulista	1	2	3	0,30
Universidade Salvador	0	3	3	0,30
Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (PE)	0	2	2	0,20
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	0	2	2	0,20
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	0	2	2	0,20
Centro Universitário Curitiba	0	2	2	0,20
Centro Universitário da FEI	0	2	2	0,20
Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE	0	2	2	0,20
Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília	0	2	2	0,20
Centro Universitário Una	0	2	2	0,20
Centro Universitário Vale do Cricaré	0	2	2	0,20
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória	0	2	2	0,20
Faculdade de Economia e Finanças do Ibmecc	0	2	2	0,20
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	0	2	2	0,20
Fundação Pedro Leopoldo	0	2	2	0,20
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL)	0	2	2	0,20
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	0	2	2	0,20
Universidade Brasil	0	2	2	0,20
Universidade de Ribeirão Preto	1	1	2	0,20
Universidade de Santa Cruz do Sul	0	2	2	0,20
Universidade do Grande Rio	1	1	2	0,20

Instituição de Ensino Superior	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Universidade do Sul de Santa Catarina	0	2	2	0,20
Universidade Estadual de Montes Claros	0	2	2	0,20
Universidade Federal de Pelotas	0	2	2	0,20
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	0	2	2	0,20
Universidade Federal do Rio Grande	0	2	2	0,20
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	0	2	2	0,20
Universidade Federal Rural de Pernambuco	0	2	2	0,20
Centro de Ensino Universitário Autônomo do Brasil	0	1	1	0,10
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	0	1	1	0,10
Centro Universitário dos Guararapes	0	1	1	0,10
Centro Universitário Euro-Americano	0	1	1	0,10
Centro Universitário Senai Cimatec	0	1	1	0,10
Faculdade de Direito de Vitória	0	1	1	0,10
Faculdade de Direito do Sul de Minas	0	1	1	0,10
Faculdade FIA de Administração e Negócios	0	1	1	0,10
Faculdades Integradas de Taquara	0	1	1	0,10
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças	0	1	1	0,10
Fundação Universidade de Passo Fundo	0	1	1	0,10
Fundação Universidade Federal de Roraima	0	1	1	0,10
Fundação Universidade Federal do Tocantins – Palmas	0	1	1	0,10
Fundação Vale do Taquari de Educação e desenvolvimento Social	0	1	1	0,10
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	0	1	1	0,10
Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa	1	0	1	0,10
Instituto Brasiliense de Direito Público	0	1	1	0,10
Instituto de Ensino Superior e Pesquisa	0	1	1	0,10
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	0	1	1	0,10
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	0	1	1	0,10
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	0	1	1	0,10
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	0	1	1	0,10
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	0	1	1	0,10
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	0	1	1	0,10
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	0	1	1	0,10
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	1	0	1	0,10
Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul	0	1	1	0,10
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	0	1	1	0,10

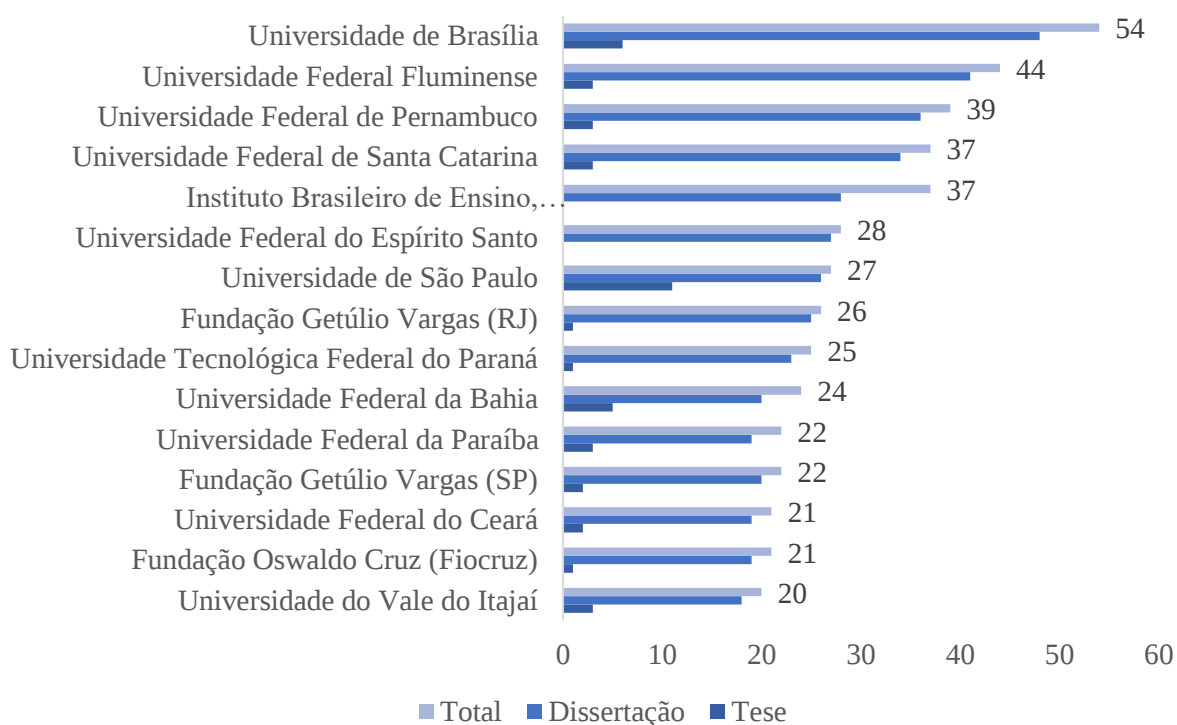
Instituição de Ensino Superior	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	0	1	1	0,10
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1	0	1	0,10
Universidade Católica de Santos	0	1	1	0,10
Universidade Católica do Salvador	0	1	1	0,10
Universidade da Força Aérea	0	1	1	0,10
Universidade de Marília	0	1	1	0,10
Universidade de Taubaté	0	1	1	0,10
Universidade do Estado da Bahia	0	1	1	0,10
Universidade do Estado do Amazonas	0	1	1	0,10
Universidade do Extremo Sul Catarinense	0	1	1	0,10
Universidade do Grande Rio - Prof Jose de Souza Herdy	0	1	1	0,10
Universidade do Oeste de Santa Catarina	0	1	1	0,10
Universidade Estácio de Sá	0	1	1	0,10
Universidade Estadual da Paraíba	0	1	1	0,10
Universidade Estadual de Roraima	0	1	1	0,10
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	0	1	1	0,10
Universidade Evangélica de Goiás	0	1	1	0,10
Universidade Federal da Fronteira Sul	0	1	1	0,10
Universidade Federal de Mato Grosso	0	1	1	0,10
Universidade Federal de São João del-Rei	0	1	1	0,10
Universidade Federal do Amapá	0	1	1	0,10
Universidade Federal do Cariri	0	1	1	0,10
Universidade Federal do Tocantins	0	1	1	0,10
Universidade La Salle	0	1	1	0,10
Universidade Metodista de Piracicaba	0	1	1	0,10
Universidade Potiguar	0	1	1	0,10
Universidade Regional de Blumenau	0	1	1	0,10
Universidade Santa Úrsula	0	1	1	0,10
Universidade Tiradentes	0	1	1	0,10
Universidade Veiga de Almeida	0	1	1	0,10
Total	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Algumas instituições se destacam por um número significativo de trabalhos: a Universidade de Brasília (UnB) com 54 trabalhos (5,36% da produção total); a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro e em São Paulo, com 48 trabalhos (4,77% da produção total); a Universidade Federal Fluminense (UFF) com 44 trabalhos (4,37% da produção total); e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 39 trabalhos (3,87% da produção total), representando um foco notável de pesquisa nessa área (Gráfico 11). Há trabalhos defendidos

em instituições de todas as regiões do Brasil, o que reflete a presença nacional do tema de compras públicas. Além de universidades e outras instituições que mantêm programas de mestrado e/ou doutorado, incluindo centros universitários e institutos de pesquisa. Isso mostra que a pesquisa sobre compras públicas é realizada em uma variedade de contextos acadêmicos.

Gráfico 11 – Instituições de ensino superior com maior produção científica em compras públicas



Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados indicam uma atividade de pesquisa em compras públicas em todo o Brasil, com uma ampla participação de diversas instituições de ensino superior. Essa diversidade reflete o interesse e a importância do tema e sugere oportunidades para avançar ainda mais o conhecimento e a prática nesse campo de estudo.

A Tabela 18 apresenta a evolução da produção acadêmica sobre compras públicas por algumas das principais instituições de ensino no Brasil, no período de 2008 a 2022. Ela destaca a distribuição percentual das dissertações defendidas em cada ano, permitindo identificar quais instituições se destacaram na produção científica sobre o tema ao longo do tempo.

Tabela 18 – Percentual de participação anual de dissertações (2008-2022)

Ano	UnB	UFF	UFPE	USP	UFSC	IDP	UFES	FGV - RJ	UFBA	UTFPR	FGV - SP	UEPB	UNIVALI	UFCE	FIOCRUZ
2008	8,3	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2009	8,3	0,0	8,3	0,0	0,0	8,3	0,0	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	8,3
2010	0,0	7,7	15,4	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	7,7	0,0
2011	0,0	0,0	5,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	15,0	5,0
2012	8,8	2,9	8,8	2,9	0,0	0,0	0,0	5,9	8,8	0,0	2,9	0,0	0,0	2,9	2,9
2013	5,7	2,9	2,9	2,9	14,3	0,0	5,7	0,0	0,0	8,6	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0
2014	10,0	6,7	3,3	3,3	0,0	0,0	6,7	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	6,7	6,7	0,0
2015	3,4	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	10,3	3,4	3,4	1,7	1,7	0,0	1,7	3,4	3,4
2016	7,4	2,9	7,4	1,5	1,5	0,0	1,5	4,4	1,5	1,5	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0
2017	4,4	6,7	0,0	3,3	4,4	2,2	5,6	0,0	2,2	1,1	2,2	6,7	3,3	0,0	1,1
2018	3,1	4,1	7,1	6,1	2,0	0,0	2,0	1,0	6,1	5,1	3,1	2,0	0,0	2,0	2,0
2019	3,8	6,0	0,8	3,0	2,3	4,5	3,0	1,5	0,8	4,5	1,5	1,5	3,0	1,5	2,3
2020	7,4	6,4	3,2	5,3	4,3	5,3	3,2	3,2	0,0	3,2	2,1	1,1	3,2	2,1	0,0
2021	6,4	3,7	0,9	3,7	0,9	5,5	1,8	0,9	0,9	2,8	3,7	4,6	3,7	0,0	6,4
2022	5,2	5,2	3,1	0,0	4,2	8,3	0,0	4,2	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0

Fonte: elaborada pelo autor.

A Universidade de Brasília (UnB) iniciou sua participação com 8,33% em 2008, apresentando flutuações nos anos seguintes. Em 2014, alcançou um pico de 10%, mas nos últimos anos sua participação oscilou entre 3% e 8%, fechando em 5,21% em 2022. A Universidade Federal Fluminense (UFF) começou com 0% em 2009, mas mostrou um crescimento significativo ao atingir 6,02% em 2019. Nos anos seguintes, a participação da UFF variou, terminando novamente em 5,21% em 2022. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) teve um comportamento volátil, iniciando com 25% em 2008, caindo para 0% em 2017 e oscilando entre 0,75% e 7,14% de 2018 a 2022, com uma queda para 3,13% em 2022. A Universidade de São Paulo (USP) registrou uma participação de 6,12% em 2018, mas caiu para 0% em 2022. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentou crescimento após 2017; sua participação foi de 2,04% em 2018, subindo gradualmente para 4,26% em 2020, e estabilizando em torno de 4% nos anos seguintes, fechando em 4,17% em 2022.

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) começou a aparecer em 2017 com 2,22% e cresceu de forma consistente, atingindo 8,33% em 2022. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve um pico de 10,34% em 2015, mas reduziu significativamente sua participação nos anos subsequentes. A Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (FGV-RJ) iniciou com 33,33% em 2008, caindo nos anos seguintes, e manteve-se

estável entre 1% e 4% nos últimos cinco anos. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) teve 8,33% de participação em 2008 e uma presença baixa nos últimos anos, com 0,92% em 2021 e 1,04% em 2022. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) registrou um pico de 8,57% em 2013, mas sua presença nos últimos cinco anos foi reduzida, variando de 0% a 5,10%.

A Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (FGV-SP) teve uma presença discreta ao longo dos anos, atingindo o pico de 10% em 2011, mas caindo para 0% em 2022. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) alcançou um máximo de 7,7% em 2010. A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) registrou participações que variaram entre 0% e 6,7%. A Universidade Federal do Ceará (UFCE) apresentou variações entre 0% e 16,7%. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) teve 6,42% em 2021, mas caiu para 1,04% em 2022.

A Tabela 19 apresenta o percentual de participação anual de teses sobre compras públicas, no período de 2008 a 2022, das 15 instituições de ensino superior que mais contribuíram com a produção total de teses e dissertações entre 1993 e 2022 (Gráfico 11, p. 82).

Tabela 19 – Percentual de participação anual de teses (2008-2022)

Ano	UnB	UFF	UFPE	USP	UFSC	IDP	UFES	FGV - RJ	UFBA	UTFPR	FGV - SP	UFPB	UNIVALI	UFCE	FIOCRUZ
2008	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2011	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2012	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2013	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2014	0,0	0,0	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	14,3	14,3	0,0
2015	0,0	16,7	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2016	40,0	20,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2017	14,3	0,0	0,0	42,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2018	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3	0,0	14,3	0,0	14,3	14,3	0,0
2019	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0
2020	5,6	0,0	0,0	16,7	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	0,0	0,0	5,6
2021	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0
2022	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: elaborada pelo autor.

A Universidade de Brasília (UnB) não apresentou participação de teses sobre compras públicas até 2016, quando registrou 40%. A partir de então, sua participação caiu para 14,3% em 2017, manteve-se no nível em 2018 e variou entre 0% e 5,6% nos anos seguintes. Em 2022,

a UnB voltou a ter uma presença significativa, registrando 25%. A Universidade Federal Fluminense (UFF) participou com 16,7% em 2015 e 20% em 2016. Em 2018, a UFF registrou novamente 14,3%, mas não teve participação nos anos subsequentes.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mostrou uma variação de participação ao longo dos anos. Em 2013, teve 50% de participação, mas caiu para 28,6% em 2014. Nos anos seguintes, a UFPE não registrou quantidades significativas, mantendo 0% em todos os anos até 2022. A Universidade de São Paulo (USP) teve uma presença significativa, registrando 33,3% em 2012, 50% em 2013, e 42,9% em 2017. Nos últimos anos, a USP teve uma participação de 16,7% em 2019 e 12,5% em 2021, mas não registrou participação em 2022.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não apresentou teses sobre compras públicas na maior parte do período analisado, com apenas dois registros: de 20% em 2016, e 5,6% em 2020. O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) também não registrou participação no período, conforme a tabela. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) não apresentou teses de 2008 a 2022, de acordo com os dados.

A Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (FGV-RJ) teve uma participação de 100% em 2010, mas não registrou mais teses nos anos seguintes. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) teve 100% de participação em 2011 e 16,7% em 2015, além de um aumento para 25% em 2021, sem participação em outros anos. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) registrou 14,3% em 2014, sem registros adicionais.

A Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (FGV-SP) apresentou participações pontuais: 20% em 2016 e 14,3% em 2018, sem continuidade nos anos seguintes. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) registrou uma participação de 33,3% em 2019, e uma participação de 5,6% em 2020. A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) registrou três participações: de 14,3% em 2014, 14,3% em 2018 e 12,5% em 2021. A Universidade Federal do Ceará (UFCE) apresentou duas participações: de 14,3% em 2014 e 14,3% em 2018.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) registrou uma participação pontual de 5,6% em 2020 e não teve mais teses registradas nos outros anos.

A Tabela 20 apresenta o perfil temático das teses e dissertações sobre compras públicas produzidas entre 1993 e 2022 pelas instituições de ensino superior que mais contribuíram com a produção acadêmica nesse campo. Os dados estão organizados em percentuais, refletindo a distribuição dos subtemas abordados por cada instituição.

Tabela 20 – Perfil temático de teses e dissertações (1993 - 2022)

IES	Arcabouço legal e normativo	Centralização	Sustentabilidade	Corrupção e integridade	Descentralização	Eficiência	Gestão de contratos	Governança	Impacto das compras públicas	Inovação e tecnologia	Metodologias e ferramentas de gestão	Participação das micro e pequenas empresas	Participação social	Reestruturação dos formatos de compra	Transparência	Uso do poder de compras
UnB	7,4	1,9	16,7	14,8	1,9	22,2	3,7	7,4	0,0	9,3	3,7	0,0	1,9	1,9	5,6	1,9
UFF	4,5	2,3	20,5	0,0	0,0	13,6	15,9	2,3	0,0	11,4	18,2	2,3	2,3	0,0	6,8	0,0
UFPE	5,1	2,6	5,1	7,7	0,0	48,7	2,6	2,6	0,0	5,1	2,6	7,7	2,6	0,0	7,7	0,0
USP	18,9	2,7	8,1	18,9	0,0	8,1	2,7	0,0	0,0	10,8	2,7	2,7	2,7	0,0	8,1	13,5
UFSC	10,8	2,7	10,8	5,4	0,0	27,0	5,4	8,1	2,7	8,1	16,2	0,0	0,0	0,0	2,7	0,0
IDP	14,3	0,0	7,1	14,3	0,0	21,4	7,1	10,7	3,6	7,1	7,1	0,0	0,0	0,0	7,1	0,0
UFES	0,0	3,7	22,2	0,0	0,0	29,6	11,1	0,0	0,0	3,7	25,9	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0
FGV - RJ	11,5	0,0	7,7	0,0	3,8	26,9	15,4	7,7	0,0	15,4	3,8	3,8	0,0	0,0	3,8	0,0
UFBA	0,0	0,0	16,0	12,0	0,0	40,0	4,0	8,0	0,0	8,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	4,0
UTFPR	0,0	0,0	45,8	0,0	0,0	12,5	8,3	8,3	0,0	0,0	12,5	8,3	0,0	0,0	4,2	0,0
FGV - SP	27,3	0,0	4,5	13,6	4,5	4,5	18,2	0,0	0,0	4,5	4,5	4,5	4,5	0,0	4,5	4,5
UFPB	0,0	0,0	31,8	18,2	0,0	18,2	4,5	4,5	0,0	13,6	4,5	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0
UNIVALI	0,0	0,0	66,7	0,0	4,8	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	4,8	0,0	4,8	4,8
UFCE	4,8	0,0	19,0	0,0	0,0	42,9	9,5	0,0	0,0	0,0	9,5	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0
FIOCRUZ	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	5,0	10,0	0,0	15,0	35,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: elaborada pelo autor.

A Universidade de Brasília (UnB) teve sua maior participação em subtemas relacionados à eficiência (22,2%), seguida por sustentabilidade (16,7%), corrupção e integridade (14,8%), e inovação e tecnologia (9,3%). Em contraste, subtemas como centralização, descentralização, participação social, e reestruturação dos formatos de compra representaram apenas 1,9% cada.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) destacou-se em sustentabilidade (20,5%), metodologias e ferramentas de gestão (18,2%), gestão de contratos (15,9%), e eficiência

(13,6%). Subtemas como governança, centralização, e participação social apresentaram menor contribuição, cada um com 2,3%.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) teve uma alta contribuição em eficiência (48,7%), subtemas como transparência, participação das micro e pequenas empresas e corrupção e integridade representaram 7,7% cada. A participação em subtemas como gestão de contratos, centralização, metodologias e ferramentas de gestão, governança, e participação social foi de 2,6% cada.

A Universidade de São Paulo (USP) mostrou uma concentração temática em arcabouço legal e normativo (18,9%), corrupção e integridade (18,9%), e uso do poder de compras (13,5%). Outros subtemas como sustentabilidade, eficiência, e transparência ficaram em 8,1% cada.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) teve maior ênfase em eficiência (27,0%) e arcabouço legal e normativo (10,8%). Subtemas como governança, e inovação e tecnologia foram igualmente representados com 8,1% cada, enquanto não houve registros em descentralização, participação social, uso do poder de compras, participação das micro e pequenas empresas e reestruturação dos formatos de compra.

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) focou em eficiência (21,4%), arcabouço legal e normativo (14,3%), corrupção e integridade (14,3%), subtemas como sustentabilidade, inovação e tecnologia, gestão de contratos, e metodologias e ferramentas de gestão representaram 7,1% cada.

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve uma forte participação em eficiência (29,6%), metodologias e ferramentas de gestão (25,9%), sustentabilidade (22,2%) e gestão de contratos (11,1%). Outros subtemas como centralização, inovação e tecnologia e participação das micro e pequenas empresas tiveram uma contribuição de 3,7% cada.

A Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (FGV-RJ) teve suas contribuições mais significativas em eficiência (26,9%), gestão de contratos (15,4%), inovação e tecnologia (15,4%), arcabouço legal e normativo (11,5%), e sustentabilidade (7,7%). Não apresentou registros nos subtemas de centralização, corrupção e integridade, descentralização, impacto das compras públicas, entre outros.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) focou em eficiência (40,0%), sustentabilidade (16,0%) e corrupção e integridade (12%). Inovação e tecnologia e governança tiveram uma contribuição de 8,0% cada. Demais subtemas (gestão de contratos, metodologias e ferramentas de gestão, participação das micro e pequenas empresas e uso do poder de compras) representaram 4% ou não tiveram participação.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) teve destaque em sustentabilidade (45,8%), com uma participação menor em subtemas como eficiência (12,5%) e metodologias e ferramentas de gestão (12,5%).

A Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (FGV-SP) apresentou a maior concentração em arcabouço legal e normativo (27,3%), com uma participação mais moderada em gestão de contratos (18,2%) e corrupção e integridade (13,6%).

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) concentrou-se principalmente em sustentabilidade (31,8%), corrupção e integridade (18,2%) e eficiência (18,2%).

A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) teve uma forte presença em sustentabilidade (66,7%) e eficiência (9,5%),

A Universidade Federal do Ceará (UFCE) mostrou alta concentração em eficiência (42,9%) e participação das micro e pequenas empresas (14,3%).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) focou principalmente em metodologias e ferramentas de gestão (35,0%), eficiência (20%), arcabouço legal e normativo (15,0%) e inovação e tecnologia (15%).

A pesquisa possibilitou detalhar a produção de teses e dissertações sobre compras públicas, de 1993 a 2022, nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que mais contribuíram para o tema. Esses trabalhos foram desenvolvidos em programas de mestrado e doutorado vinculados a diferentes áreas de conhecimento. A seguir, apresenta-se o perfil de produção acadêmica sobre compras públicas, distribuído pelas áreas de vinculação dos programas de cada instituição.

A Universidade de Brasília (UnB) teve uma distribuição de sua produção em programas vinculados a áreas de administração (11,11%), administração pública (20,37%), arquitetura e urbanismo (3,70%), ciência da computação (3,70%), ciência política (1,85%), ciências ambientais (5,56%), direito (7,41%), direito público (3,70%), economia (29,63%), engenharia civil (5,56%), engenharia elétrica (1,85%), meio ambiente e agrárias (1,85%), recursos florestais e engenharia florestal (1,85%), e sociais e humanidades (1,85%).

A Universidade Federal Fluminense (UFF) concentrou sua produção principalmente em administração (31,82%), seguida por engenharia/tecnologia/gestão (22,73%), interdisciplinar (18,18%) e engenharia civil (15,91%).

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apresentou uma distribuição de sua produção nas áreas de administração (12,82%), administração pública (12,82%), sociais e humanidades (20,51%), direito (10,26%), economia (10,26%), engenharia de produção

(10,26%), interdisciplinar (5,13%), ciência da computação (5,13%), ciência política (5,13%), e ciências contábeis (2,56%).

A Universidade de São Paulo (USP) concentra sua produção em direito (59,46%), seguida por ciências contábeis (8,11%), administração (5,41%), ciência política (5,41%), economia (5,41%), e outras áreas como saúde coletiva (2,70%), geografia (2,70%), administração pública (2,70%), ciências ambientais (2,70%), e engenharia civil (2,70%).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem a maior parte de sua produção em programas de administração (40,54%), direito (18,92%), ciências contábeis (10,81%), engenharia civil (10,81%), ciência da computação (8,11%), engenharia de produção (5,41%), engenharia elétrica (2,70%), e engenharia/tecnologia/gestão (2,70%).

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) focou sua produção em administração pública (75,00%), com contribuições adicionais em direito (21,43%) e administração (3,57%).

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve uma predominância na área de administração pública (96,30%), com engenharia sanitária contribuindo com 3,70%.

A Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (FGV-RJ) distribui sua produção igualmente entre programas de administração (42,31%) e administração pública (42,31%), com direito (7,69%) e economia (7,69%) completando as áreas de atuação.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) concentrou sua produção em administração pública (48,00%) e administração (28,00%), com contribuições de saúde coletiva (8,00%), sociais e humanidades (8,00%), e sociologia (8,00%).

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) teve uma produção significativa em planejamento urbano e regional (41,67%), seguida por administração pública (33,33%), engenharia de produção (8,33%), sociais e humanidades (4,17%) e administração (4,17%).

A Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (FGV-SP) focou principalmente em programas de direito (50,00%), seguida por administração (22,73%), e administração pública (22,73%), com uma pequena contribuição em economia (4,55%).

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) distribuiu sua produção em administração (27,27%), educação (22,73%), direito (13,64%), ciências ambientais (9,09%), economia (9,09%), e administração pública (9,09%).

A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) apresentou uma produção concentrada em direito (47,62%), seguida pelos programas de sociais e humanidades (19,05%), interdisciplinar

(14,29%), administração de empresas (9,52%), ciências ambientais (4,76%) e administração (4,76%).

A Universidade Federal do Ceará (UFCE) teve uma distribuição de produção em programas de economia (38,10%), sociais e humanidades (23,81%), administração (14,29%), direito público (4,76%), arquitetura e urbanismo (4,76%), educação (4,76%), engenharia de produção (4,76%), e ciências ambientais (4,76%).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) concentrou sua produção em programas das seguintes áreas de conhecimento: saúde pública (45,00%), engenharia/tecnologia/gestão (25,00%), saúde coletiva (15,00%), doenças infecciosas e parasitárias (10,00%), e medicina veterinária (5,00%).

4.3 Perfil por subtemas de compras públicas

Nesta seção a produção de teses e dissertações é analisada para identificar os principais subtemas pesquisados dentro do tema de compras públicas no Brasil, utilizando o modelo analítico desenvolvido na subseção 3.2. (p. 44). A análise revela que a maior parte da produção científica se concentra em alguns subtemas, refletindo a atenção às mudanças e eventos da trajetória, prioridades e preocupações contemporâneas do campo de pesquisas sobre as compras públicas (ver subseção 2.1.2, p. 23).

4.3.1 Distribuição por subtemas

A produção se distribui por 16 subtemas, conforme apresentado na Tabela 21. O subtema de maior destaque é Sustentabilidade, com 227 trabalhos (15 teses e 212 dissertações), representando 22,54% do total (Gráfico 12). Esse dado indica uma preocupação com a responsabilidade social e ambiental nas práticas de compras públicas. A ênfase neste subtema reflete a tendência global de promover práticas mais responsáveis e sustentáveis no setor público, incluindo análises de políticas existentes, estudos de casos de implementação e avaliação de impactos ambientais e sociais (SILVA, 2022; ALENCASTRO, 2014; TEIXEIRA, 2013; TRIANOSKI, 2013).

Tabela 21 – Distribuição das teses e dissertações por subtema de compras públicas

Subtema	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Sustentabilidade	15	212	227	22,54
Eficiência	11	199	210	20,85
Arcabouço legal e normativo	10	75	85	8,44
Metodologias e ferramentas de gestão	5	71	76	7,55
Inovação e tecnologia	3	68	71	7,05
Gestão de contratos	2	60	62	6,16
Corrupção e integridade	13	48	61	6,06
Participação das micro e pequenas empresas	2	47	49	4,87
Governança	2	38	40	3,97
Transparência	3	31	34	3,38
Uso do poder de compras	6	28	34	3,38
Participação social	4	26	30	2,98
Centralização	0	11	11	1,09
Impacto das compras públicas	1	7	8	0,79
Descentralização	0	6	6	0,60
Reestruturação dos formatos de compra	0	3	3	0,30
Total	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Em segundo lugar, está o subtema eficiência, com 210 trabalhos (11 teses e 199 dissertações), correspondendo a 20,85% do total. A ênfase na eficiência demonstra uma atenção à otimização de recursos e melhoria dos processos nas compras públicas. Os estudos buscam identificar e analisar estratégias, práticas e políticas que melhorem o desempenho e a eficiência dos processos de compras públicas, incluindo aspectos como a redução de custos, otimização de recursos e aprimoramento da gestão (RIBEIRO, 2021; ARAUJO, 2012; MOTA, 2010).

O arcabouço legal e normativo também é um subtema significativo, com 85 trabalhos (10 teses e 75 dissertações), representando 8,44% do total. A quantidade considerável de estudos sobre esse subtema destaca a preocupação com a dimensão jurídico-legal dos processos de compras e contratações públicas (FERNANDES, 2010; ROSILHO, 2011). Esses trabalhos exploram a legislação, regulamentações, normas e princípios que regem as compras públicas e incluem estudos sobre leis específicas, como a Lei nº 8.666/93, e comparações internacionais de marcos regulatórios (CESAR, 2022; SIQUEIRA, 2020; SANTOS, 2018).

Gráfico 12 – Distribuição de teses e dissertações por subtema de compras públicas

Fonte: elaborado pelo autor.

O subtema metodologias e ferramentas de gestão apresenta 76 trabalhos (5 teses e 71 dissertações), representando 7,55% do total. Esse subtema indica um interesse no desenvolvimento e aplicação de novas metodologias e ferramentas para aprimorar a gestão das compras públicas, abordando modelos de gestão, planejamento de compras, padronização de materiais e serviços, estimativas de preços de referência, controle de custos e avaliação de fornecedores (MOTA, 2021; MADEIRA, 2020; SOUZA, 2016).

O subtema inovação e tecnologia inclui 71 trabalhos (3 teses e 68 dissertações), representando 7,05% do total. A aplicação de inovações e de tecnologias inovadoras nas compras públicas é vital para modernizar os processos e aumentar a eficiência. Os estudos investigam a aplicação de tecnologias inovadoras, como sistemas eletrônicos de compras e soluções de comércio eletrônico, e a adoção de práticas inovadoras como a compra eletrônica reversa (ZILIOTTO, 2021; PEREIRA, 2020; IZAAC FILHO, 2004).

Gestão de contratos conta com 62 trabalhos (2 teses e 60 dissertações), representando 6,16% do total. O estudo desse subtema focaliza os aspectos da gestão dos contratos públicos. As pesquisas abrangem desde o planejamento até a execução e encerramento dos contratos, analisando estratégias para a elaboração de contratos, definição de cláusulas, monitoramento do desempenho e resolução de disputas contratuais (SILVA, 2015; FREITAS, 2011; GUIDUGLI FILHO, 2002).

O subtema corrupção e integridade é outro ponto focal importante, com 61 trabalhos (13 teses e 48 dissertações), o que corresponde a 6,06% do total. A presença relevante de pesquisas sobre esse subtema pode refletir a visibilidade pública e atenção recebida pelo mesmo na trajetória das compras públicas no Brasil (COSTA, 2016). As pesquisas examinam a natureza, extensão e prevenção da corrupção, conluio e outras irregularidades legais, inclusive o desenvolvimento de métodos e tecnologias para detectar fraudes e análises de políticas destinadas a promover a integridade (MENEZES, 2021).

Participação das micro e pequenas empresas tem 49 trabalhos (2 teses e 47 dissertações), representando 4,87% do total. Esse subtema trata do fomento à inclusão de micro e pequenas empresas nos processos de compras públicas, diversificando a base de fornecedores e estimulando a economia local (MENDES, 2017). Os trabalhos analisam barreiras e estratégias para promover a participação das micro e pequenas empresas em oportunidades de contratação pública (FARIA, 2019; MARINHO, 2018; SAMPAIO, 2012).

Governança nas compras públicas, com 40 trabalhos (2 teses e 38 dissertações), representa 3,97% do total. Esse subtema se refere às diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos na gestão das compras públicas, incluindo gestão de riscos e controles internos. As pesquisas exploram diretrizes, estruturas organizacionais e mecanismos de decisão, gestão e controle para garantir a eficácia na gestão das compras públicas (SOUZA, 2022; FERREIRA, 2021; DOURADO, 2020; MELO, 2017).

Uso do poder de compras é abordado em 34 trabalhos (6 teses e 28 dissertações), representando 3,38% do total. Esse subtema explora o uso estratégico das compras públicas para promover objetivos socioeconômicos, como desenvolvimento local, inclusão social e sustentabilidade (SOROMENHO, 2017; ZAGO, 2017; LESSA, 2014; SOUZA, 2014; BARADEL, 2011). As pesquisas investigam como o poder de compras do setor público pode ser utilizado para realização desses objetivos e maximizar o valor social das aquisições.

O subtema transparência nas compras públicas é abordado em 34 trabalhos (3 teses e 31 dissertações), representando 3,38% do total. A promoção da transparência se relaciona com a prevenção da corrupção e promoção da *accountability* nos processos de compras públicas. Os estudos investigam políticas e práticas de transparência na aquisição de bens e serviços, examinando a publicidade e divulgação de informações sobre processos de licitação e contratos (ARAUJO, 2019; DUARTE, 2019; SOARES, 2013).

O subtema participação social nas compras públicas é investigado em 30 trabalhos (4 teses e 26 dissertações), representando 2,98% do total. A participação social visa garantir que as decisões de compras públicas reflitam necessidades e interesses da sociedade. Os estudos

investigam mecanismos e práticas que promovem a participação de grupos sociais nas decisões e processos de compras públicas (COSTA, 2021; ANACLETO, 2019; STRUECKER, 2016; ASSIS, 2013).

Subtemas com menor representatividade na produção incluem: impacto das compras públicas (8 trabalhos), descentralização (6 trabalhos), centralização (11 trabalhos) e reestruturação dos formatos de compra (3 trabalhos). Estes subtemas, apesar de menos abordados, representam questões que estão presentes na produção científica contemporânea sobre compras públicas.

Em suma, a pesquisa revela uma concentração de estudos em sustentabilidade e eficiência, refletindo as prioridades contemporâneas no campo de estudo compras públicas. No entanto, subtemas como descentralização, impacto das compras públicas e reestruturação dos formatos de compra apresentam oportunidades para novos estudos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e diversificada do campo das compras públicas no Brasil.

4.3.2 Evolução da produção pelos principais subtemas e áreas de conhecimento

Esta subseção examina a evolução da produção nos três subtemas de compras públicas com maior participação ao longo do período: sustentabilidade, eficiência e arcabouço legal e normativo. Esses subtemas são responsáveis por mais de 50% da produção de teses e dissertações sobre compras públicas entre 1993 e 2022. Ao analisar a distribuição ao longo do tempo, identificam-se padrões e tendências de um desenvolvimento contínuo e diversificado do campo de estudo, no contexto de mudanças legais, normativas e das políticas públicas.

4.3.2.1 Sustentabilidade

A análise sobre a distribuição das teses e dissertações que abordam o subtema sustentabilidade nas compras públicas (Tabela 22) revela tendência de aumento no número de trabalhos ao longo dos anos, refletindo o crescente interesse e relevância do subtema.

Tabela 22 – Distribuição de teses e dissertações sobre sustentabilidade, por ano de defesa

Ano de Defesa	Quantidade		
	Tese	Dissertação	Total
2011	0	3	3
2012	1	4	5
2013	0	12	12

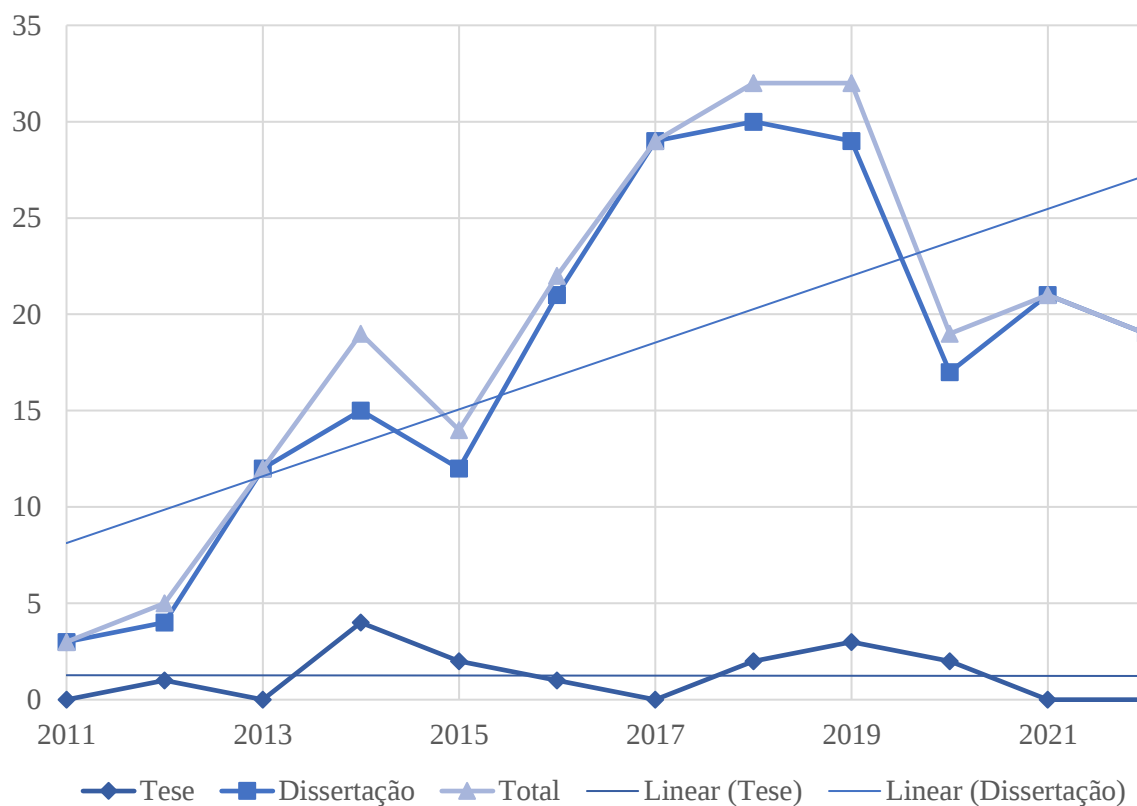
Ano de Defesa	Quantidade		
	Tese	Dissertação	Total
2014	4	15	19
2015	2	12	14
2016	1	21	22
2017	0	29	29
2018	2	30	32
2019	3	29	32
2020	2	17	19
2021	0	21	21
2022	0	19	19
Total	15	212	227

Fonte: elaborada pelo autor.

No início da produção acadêmica sobre o subtema sustentabilidade, 2011 e 2012, considerando o período analisado nesta pesquisa, 1993 a 2022, o número de teses e dissertações ainda era relativamente baixo, com apenas 3 e 5 trabalhos respectivamente. A partir de 2013, há um aumento notável, com a defesa de 12 dissertações e nos anos subsequentes, mantém-se uma média de 20,5 dissertações por ano. Esse aumento coincide com importantes eventos legislativos e políticas públicas que começaram a enfatizar a necessidade de sustentabilidade nas compras públicas. A publicação do Decreto nº 7.746 em 2012, que regulamentou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas compras realizadas pela administração pública federal, pode ter influenciado o crescimento no interesse acadêmico. Em 2014, o número de trabalhos atingiu um novo pico, com 19 defesas, sendo 4 teses e 15 dissertações. O ano de 2016 registra outro aumento expressivo, com 21 dissertações e 1 tese, refletindo um interesse contínuo no subtema.

A partir de 2017, o número de dissertações cresceu substancialmente, atingindo 29 trabalhos naquele ano e 30 em 2018. A continuidade do alto número de dissertações em 2019, com 29 trabalhos e em 2020, com 17 trabalhos, demonstra um interesse persistente, embora o ano de 2020 registre uma queda. Os anos de 2021 e 2022 mantêm um número elevado de trabalhos - 21 e 19, respectivamente - no contexto no qual se deu a aprovação da Lei nº 14.133, de 2021, que consolidou as normas de licitações e contratos administrativos no Brasil. Essa legislação provavelmente está estimulando pesquisas focadas em entender e aplicar essas mudanças no contexto da sustentabilidade nas compras públicas.

O Gráfico 13 mostra a evolução da quantidade de teses e dissertações defendidas ao longo dos anos, de 2011 a 2022, bem como suas tendências lineares.

Gráfico 13 – Evolução da produção de teses e dissertações sobre sustentabilidade

Fonte: elaborado pelo autor.

A distribuição das dissertações que abordam o subtema sustentabilidade nas compras públicas mostra um crescimento contínuo e significativo ao longo dos anos, refletindo a evolução e a importância crescente desse subtema no Brasil. A linha de tendência linear para as teses também mostra um crescimento, porém, não há um padrão de crescimento constante nas teses, com flutuações ao longo dos anos, apresentando picos em 2014 e 2019.

Considerando a associação do subtema sustentabilidade (ver subseção 2.2.14, p. 36) com as áreas de conhecimento dos programas de mestrado e doutorado (ANEXO A, p. 154), a análise dos dados sobre teses de doutorado e dissertações de mestrado que abordam o subtema sustentabilidade (Tabela 23) revela alguns pontos importantes.

Tabela 23 – Distribuição das teses e dissertações sobre sustentabilidade por área de conhecimento

Área de conhecimento	Quantidade			%
	Tese	Dissertação	Total	
Direito	2	39	41	18,06

Área de conhecimento	Quantidade			%
	Tese	Dissertação	Total	
Administração Pública	1	37	38	16,74
Administração	0	29	29	12,78
Ciências Ambientais	3	24	27	11,89
Engenharia de Produção	1	9	10	4,41
Engenharia/Tecnologia/Gestão	0	10	10	4,41
Meio Ambiente e Agrárias	0	10	10	4,41
Planejamento Urbano e Regional	0	10	10	4,41
Sociais e Humanidades	1	7	8	3,52
Engenharia Civil	2	4	6	2,64
Interdisciplinar	0	6	6	2,64
Políticas Públicas	0	5	5	2,2
Educação	0	4	4	1,76
Engenharia Sanitária	0	4	4	1,76
Administração de Empresas	0	3	3	1,32
Arquitetura e Urbanismo	1	1	2	0,88
Direito Público	1	1	2	0,88
Economia	0	2	2	0,88
Ensino	0	2	2	0,88
Ciência Política	0	1	1	0,44
Ciências Contábeis	0	1	1	0,44
Economia Regional	0	1	1	0,44
Engenharia Elétrica	1	0	1	0,44
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	1	0	1	0,44
Saneamento Ambiental	0	1	1	0,44
Saúde Coletiva	0	1	1	0,44
Serviço Social	1	0	1	0,44
Total	15	212	227	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Em primeiro lugar, observa-se que a maior parte das pesquisas foi realizada no âmbito de programas na área de direito, representando 18,06% do total, seguida por administração pública com 16,74% e administração com 12,78%. Outras áreas de destaque incluem ciências ambientais, com 11,89%, e engenharia de produção, com 4,41%.

Nesse contexto, as ciências ambientais chamam a atenção por possuírem 3 teses, representando 20% do total de teses, enquanto engenharia civil e direito possuem 2 teses cada uma.

Outras áreas de conhecimento, como ciência política, ciências contábeis, economia regional, engenharia elétrica, entre outras, possuem apenas um trabalho. A diversidade de áreas

de conhecimento abordando o subtema sustentabilidade é considerável, abrangendo desde ciências sociais e humanas até áreas técnicas como engenharia civil e sanitária.

A área de conhecimento denominada interdisciplinar também merece destaque, com 6 dissertações, representando 2,64% do total, indicando a relevância de abordagens que cruzam diferentes disciplinas para tratar do subtema sustentabilidade em compras públicas. Por fim, áreas como planejamento urbano e regional e meio ambiente e agrárias, embora não dominem em quantidade, apresentam uma presença notável com 10 trabalhos cada uma, ou 4,41% do total, indicando a importância dessas áreas no contexto das pesquisas sobre sustentabilidade em compras públicas. Dentre as 50 áreas de conhecimento com programas de mestrado e doutorado que produziram pesquisas em compras públicas, 27 (54% do total de áreas) apresentaram ao menos uma tese ou dissertação no subtema sustentabilidade.

4.3.2.2 Eficiência

A análise da distribuição de teses e dissertações em torno do subtema eficiência em compras públicas (Tabela 24) revela um crescimento significativo na produção acadêmica ao longo dos anos, associado a eventos e marcos regulatórios no Brasil. Essa categoria abrange os trabalhos que buscam identificar e analisar estratégias, práticas, procedimentos e políticas destinadas a melhorar o desempenho e a eficiência dos processos de compras públicas (ver subseção 2.2.5, p. 32). Exemplos incluem o Sistema de Registro de Preços, a modalidade de licitação denominada pregão e o Regime Diferenciado de Contratação. Dentre as 210 pesquisas categorizadas no subtema eficiência, 39 (18,57%) abordam a modalidade pregão, 13 (6,19%) tratam do Sistema de Registro de Preços e 7 (3,33%) mencionam o Regime Diferenciado de Contratação no título do trabalho. Os temas abordados nos estudos sobre eficiência incluem otimização de recursos, flexibilização dos procedimentos de compras, redução de custos, aprimoramento da gestão e operacionalização das compras públicas, além de estudos sobre a eficiência de diferentes modalidades de licitação.

As teses, que somam 11 no total, concentram-se majoritariamente nos anos de 2016 e 2020 e representam um percentual menor em relação ao total de trabalhos (aproximadamente 5%). As dissertações, por outro lado, apresentam um crescimento acentuado ao longo dos anos e constituem a maioria dos trabalhos defendidos.

Tabela 24 – Distribuição de teses e dissertações sobre eficiência por ano de defesa

Ano de Defesa	Quantidade		
	Tese	Dissertação	Total
2004	0	1	1
2005	0	2	2
2006	0	2	2
2007	0	1	1
2008	0	5	5
2009	0	4	4
2010	0	4	4
2011	0	6	6
2012	0	14	14
2013	1	4	5
2014	1	6	7
2015	1	15	16
2016	2	16	18
2017	1	16	17
2018	0	14	14
2019	0	22	22
2020	3	19	22
2021	0	24	24
2022	2	24	26
Total	11	199	210

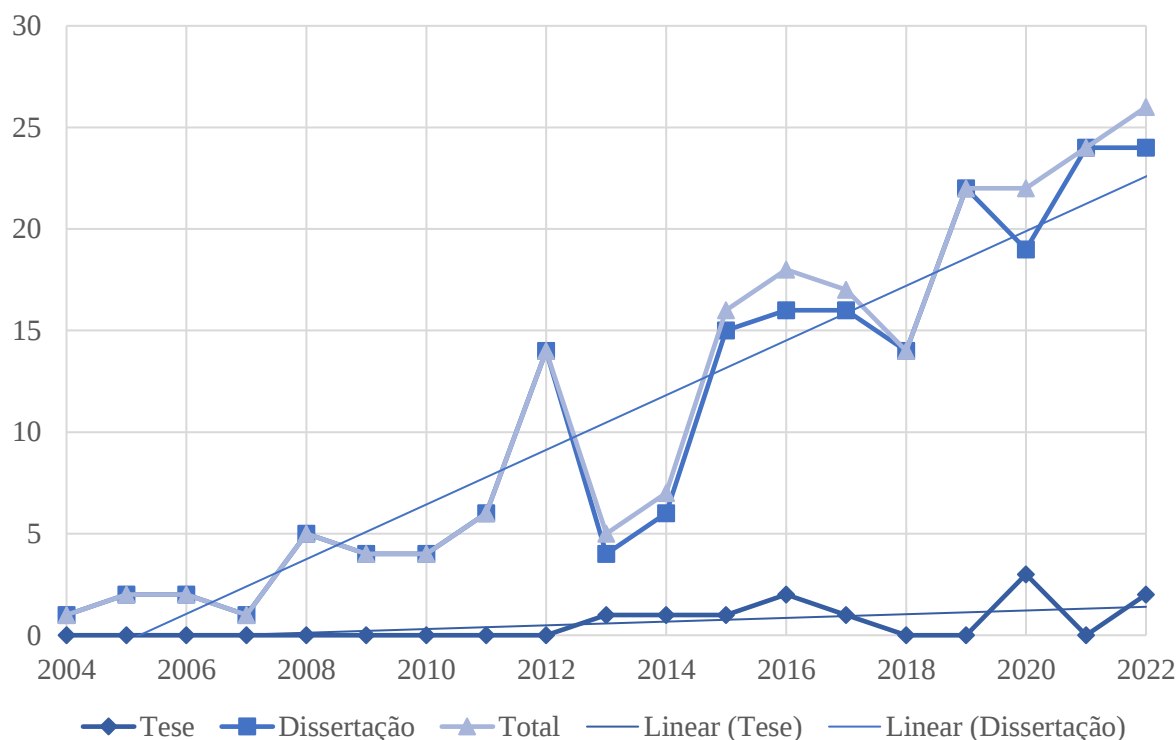
Fonte: elaborada pelo autor.

Entre 2004 e 2013, observa-se uma quantidade moderada de dissertações, com um total de 14 trabalhos defendidos até 2008 e um aumento progressivo de 5 teses e 32 dissertações entre 2009 e 2013. Este período coincide com a regulamentação do Sistema de Registro de Preços (2001) e a instituição do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (2011), criado para agilizar contratações relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

De 2014 a 2017, houve um crescimento contínuo com um pico em 2016, totalizando 58 trabalhos, dos quais 5 são teses. A partir de 2018 até 2022, registra-se um período de alta produção, com a maior quantidade de trabalhos defendidos, totalizando 106 trabalhos, com destaque para os anos de 2019 a 2022.

O Gráfico 14 demonstra que a produção acadêmica sobre o subtema eficiência em compras públicas cresceu significativamente nos anos recentes, com as dissertações dominando o cenário e as teses apresentando crescimento em anos específicos.

Gráfico 14 – Evolução da produção de teses e dissertações sobre eficiência nas compras públicas



Fonte: elaborado pelo autor.

Os trabalhos abordam temas cruciais para a eficiência nas compras públicas, como otimização de recursos, flexibilização dos procedimentos, redução de custos e aprimoramento da gestão (conforme discutido na subseção 4.3.1, p. 90). A pesquisa nesta área é fundamental para a melhoria contínua dos processos de compras públicas, promovendo economia de recursos e maior eficácia nas aquisições governamentais.

A análise da Tabela 25, que apresenta a distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas abordando o subtema eficiência, revela algumas tendências e padrões interessantes em relação às áreas de conhecimento, que estão relacionados aos programas de mestrado e doutorado.

Tabela 25 – Distribuição das teses e dissertações sobre eficiência por área de conhecimento

Área de conhecimento	Quantidade			%
	Tese	Dissertação	Total	
Administração	1	50	51	24,29
Administração Pública	2	47	49	23,33
Economia	1	25	26	12,38
Engenharia de Produção	1	14	15	7,14

Área de conhecimento	Quantidade			%
	Tese	Dissertação	Total	
Engenharia Civil	2	8	10	4,76
Sociais e Humanidades	0	10	10	4,76
Ciências Contábeis	0	7	7	3,33
Educação	0	5	5	2,38
Saúde Coletiva	2	3	5	2,38
Interdisciplinar	0	4	4	1,90
Administração de Empresas	1	2	3	1,43
Ciência da Informação	0	3	3	1,43
Direito	0	3	3	1,43
Engenharia/Tecnologia/Gestão	0	3	3	1,43
Farmácia	0	3	3	1,43
Engenharia Mecânica	0	2	2	0,95
Planejamento Urbano e Regional	0	2	2	0,95
Ciência Política	0	1	1	0,48
Enfermagem	0	1	1	0,48
Ensino	0	1	1	0,48
Estado e Governo	0	1	1	0,48
Extensão Rural	1	0	1	0,48
Farmacologia	0	1	1	0,48
Medicina	0	1	1	0,48
Medicina Veterinária	0	1	1	0,48
Serviço Social	0	1	1	0,48
Total	11	199	210	100

Fonte: elaborada pelo autor.

A área de conhecimento administração lidera com 51 trabalhos (24,29% do total), o que indica uma forte ênfase neste campo, possivelmente devido à relevância da eficiência nas práticas gerenciais e administrativas.

A administração pública também apresenta um número significativo de trabalhos, com 49 no total (23,33%). Isso pode ser relacionado à importância da eficiência nos serviços públicos e à necessidade de otimização dos recursos governamentais. Essas duas áreas juntas representam quase metade de toda a produção acadêmica sobre o subtema eficiência. Outra constatação relevante é que, considerando as abordagens de gestão de compras (ver subseção 2.1.1, p. 21), das 210 pesquisas desse subtema analisadas, 127 (60,48%) dizem respeito à gestão de processos e 71 (33,81%) à gestão de desempenho.

Economia é outra área que se destaca, com 26 trabalhos (12,38%), sugerindo um interesse considerável na análise de eficiência sob uma perspectiva econômica, incluindo análises de custo-benefício e otimização de recursos financeiros.

Engenharia de produção, com 15 trabalhos (7,14%), e engenharia civil, com 10 trabalhos (4,76%), destacam a aplicação de conceitos de eficiência em processos produtivos e na gestão de projetos de construção. Essas áreas enfatizam a importância da eficiência na execução de projetos e operações técnicas.

Saúde coletiva e educação, cada uma com 5 pesquisas (2,38%), demonstram um interesse emergente de programas de pós-graduação *stricto sensu* nessas áreas de conhecimento pela aplicação de conceitos de eficiência nas compras públicas destinadas aos setores da saúde e da educação.

Outras áreas como ciências contábeis (7 trabalhos, 3,33%) e interdisciplinar (4 trabalhos, 1,90%) também têm contribuições relevantes, indicando uma abordagem diversificada do tema.

Áreas menos representadas incluem extensão rural, medicina veterinária, farmacologia, entre outras, cada uma com 1 trabalho (0,48% cada). A dispersão de trabalhos por essas áreas sugere que, embora o interesse em eficiência exista em quase todos os campos, ele é particularmente forte em áreas relacionadas à gestão, economia e engenharia.

A análise também revela que a maioria dos trabalhos é dissertações (199 no total) em comparação com as teses (11 no total), o que evidencia uma maior produção de pesquisas em nível de mestrado do que de doutorado.

No geral, a pesquisa oferece uma visão abrangente da diversidade de áreas de conhecimento (26) interessadas em eficiência dentro do contexto das compras públicas. A concentração das pesquisas (60%) em programas de certas áreas de conhecimento (administração, administração pública e economia) destaca a importância do subtema eficiência em campos específicos, enquanto a presença em outras áreas (ciência política, enfermagem, ensino, estado e governo, extensão rural, farmacologia, medicina, medicina veterinária e serviço social) sugere um interesse multidisciplinar.

4.3.2.3 Arcabouço legal e normativo

A Tabela 26 fornece uma visão detalhada da distribuição anual de teses e dissertações sobre compras públicas que abordam o subtema arcabouço legal e normativo (ver subseção 2.2.1, p. 30), defendidas entre 1997 e 2022. Ao longo desse período, observou-se um total de 10 teses e 75 dissertações, resultando em 85 trabalhos.

Nos primeiros anos do período abrangido por este estudo, entre 1993 e 1997, não houve produção acadêmica no formato de tese ou dissertação relacionada ao subtema em arcabouço legal e normativo. Entre 1997 e 1999, houve um número muito baixo de defesas, com apenas uma dissertação sendo defendida por ano. Esse período foi marcado pela recente publicação da Lei nº 8.666/1993. No início dos anos 2000, entre 2000 e 2007, não houve nenhuma defesa, com um leve aumento em 2008 e 2009.

A partir de 2010, houve um aumento mais consistente no número de trabalhos acadêmicos. Em 2010, foram defendidas cinco dissertações. No ano seguinte, em 2011, três dissertações foram defendidas.

Tabela 26 – Distribuição de teses e dissertações sobre arcabouço legal e normativo por ano de defesa

Ano de Defesa	Quantidade		
	Tese	Dissertação	Total
1997	0	1	1
1998	0	1	1
1999	0	1	1
2008	0	3	3
2009	0	1	1
2010	1	4	5
2011	0	3	3
2012	0	3	3
2013	0	4	4
2014	0	1	1
2015	1	7	8
2016	0	4	4
2017	2	5	7
2018	1	8	9
2019	0	5	5
2020	4	7	11
2021	1	9	10
2022	0	8	8
Total	10	75	85

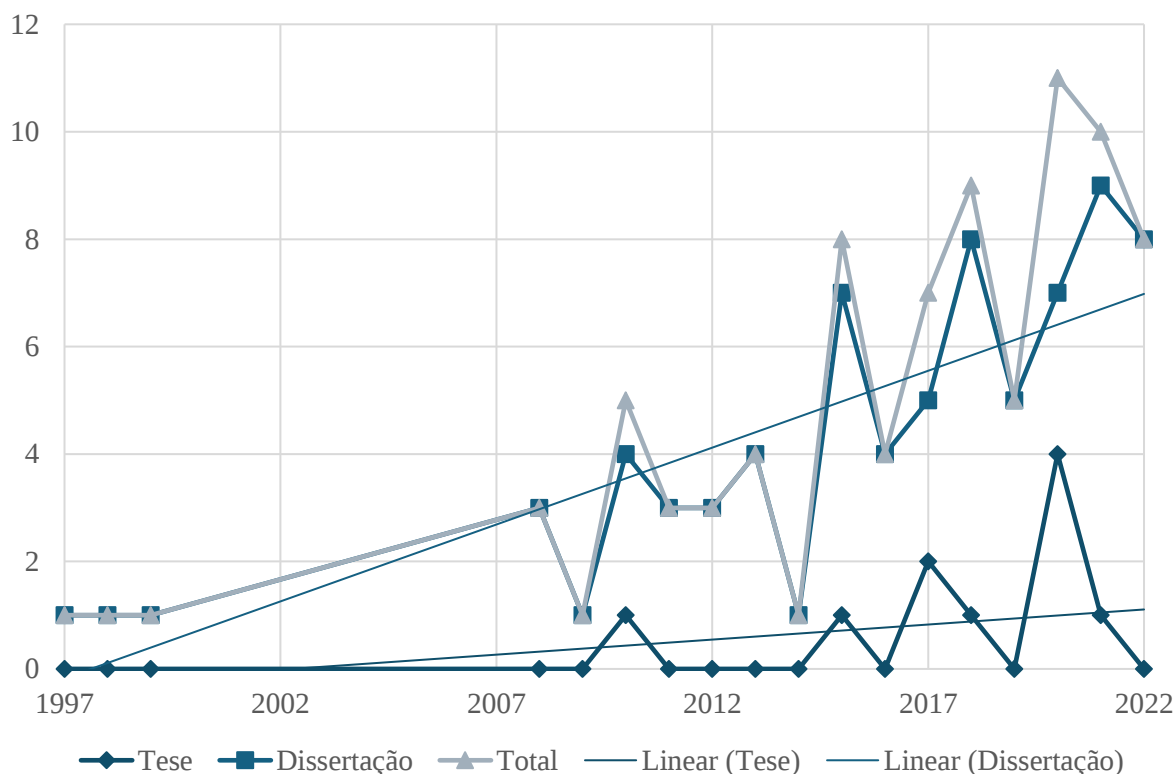
Fonte: elaborada pelo autor.

A tendência de crescimento continuou nos anos subsequentes, especialmente a partir de 2015, quando sete dissertações e uma tese foram defendidas. Em 2020, registrou-se o maior número total de defesas, com 11 trabalhos (4 teses e 7 dissertações).

O período recente, de 2015 a 2022, destaca-se pelo aumento expressivo no número de dissertações, especialmente em 2021, com nove dissertações defendidas. Esse crescimento pode refletir um aumento no interesse e na relevância do subtema arcabouço legal e normativo em compras públicas no contexto acadêmico brasileiro. Ao longo de todo o período analisado, a proporção de teses para dissertações é de aproximadamente uma tese para cada 7,5 dissertações, evidenciando uma predominância clara das dissertações. Essa distribuição sugere que, embora as dissertações sejam mais comuns, as teses também desempenham um papel importante na contribuição para o conhecimento no campo das compras públicas.

A análise dos dados revela um crescimento significativo e consistente na produção acadêmica sobre o subtema arcabouço legal e normativo em compras públicas (Gráfico 15), especialmente a partir de 2015, com uma predominância de dissertações ao longo dos anos. Eventos significativos, como a publicação de novas leis e regulamentos, a pandemia de covid-19 e a modernização das normas de compras públicas, podem ter influenciado essa produção, refletindo a evolução e a resposta do campo acadêmico às mudanças e necessidades emergentes na área de compras públicas.

Gráfico 15 – Evolução da produção de teses e dissertações sobre arcabouço legal e normativo



Fonte: elaborado pelo autor.

A análise da Tabela 27, que apresenta a distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas abordando o subtema arcabouço legal e normativo, revela tendências e padrões importantes em relação às áreas de conhecimento dos programas de mestrado e doutorado.

Tabela 27 – Distribuição das teses e dissertações sobre arcabouço legal e normativo por área de conhecimento

Área de conhecimento	Quantidade			%
	Tese	Dissertação	Total	
Direito	5	48	53	62,35
Administração	2	9	11	12,94
Interdisciplinar	0	4	4	4,71
Administração Pública	0	3	3	3,53
Direito Público	2	1	3	3,53
Saúde Pública	0	3	3	3,53
Ciência Política	0	2	2	2,35
Arquitetura e Urbanismo	1	0	1	1,18
Direito Constitucional	0	1	1	1,18
Economia	0	1	1	1,18
Educação	0	1	1	1,18
Engenharia Civil	0	1	1	1,18
Sociais e Humanidades	0	1	1	1,18
Total	10	75	85	100

Fonte: elaborada pelo autor.

A maior concentração de trabalhos se encontra na área de direito, com um total de 53 trabalhos (5 teses e 48 dissertações), representando 62,35% do total. Esse dado evidencia que o arcabouço legal e normativo é predominantemente estudado no contexto jurídico, possivelmente devido à natureza legislativa e regulamentar do tema, que exige uma análise detalhada das leis, normas e procedimentos legais relacionados às compras públicas (ver subseção 4.3.1, p. 90).

A segunda área com maior número de trabalhos é a administração, com 11 trabalhos (2 teses e 9 dissertações), correspondendo a 12,94% do total. Essa área também está diretamente envolvida na gestão e nos processos administrativos das compras públicas, justificando o interesse acadêmico.

Outras áreas que apresentaram trabalhos relacionados ao subtema incluem a interdisciplinar, com 4 dissertações (4,71%), administração pública, com 3 dissertações (3,53%), direito público, com 3 trabalhos (2 teses e 1 dissertação, 3,53%) e saúde pública, também com

3 dissertações (3,53%). Essas áreas refletem a aplicação e o impacto das normas de compras públicas em diferentes contextos e setores específicos.

Áreas como arquitetura e urbanismo, ciência política, economia, educação, engenharia civil, direito constitucional, e sociais e humanidades apresentam menos trabalhos, cada uma com apenas 1 ou 2 dissertações, mostrando um interesse mais específico ou menos frequente em relacionar o arcabouço legal e normativo com esses campos.

A presença de trabalhos na área interdisciplinar sugere abordagens que combinam conhecimentos de diferentes disciplinas para fornecer uma análise mais abrangente das compras públicas e suas complexidades legais e normativas.

A predominância do direito e da administração indica que há expressiva participação da análise jurídica e gerencial para o entendimento e aplicação das normas de compras públicas. Outras áreas, embora com menor representação, demonstram a relevância do subtema em contextos variados, refletindo a multidisciplinaridade e a abrangência das questões relacionadas ao arcabouço legal e normativo nas compras públicas.

4.4 Perfil metodológico

Nesta seção são analisadas as abordagens metodológicas adotadas nas teses e dissertações sobre compras públicas e sua evolução temporal, no período de 1993 a 2022.

A distribuição dos trabalhos de acordo com as três abordagens metodológicas de pesquisa mais utilizadas - qualitativa, quantitativa e mista – é apresentada na Tabela 28.

Tabela 28 – Distribuição de acordo com a abordagem metodológica

Abordagem metodológica	Quantidade		Total
	Tese	Dissertação	
Qualitativa	37	515	552
Mista	27	310	337
Quantitativa	13	105	118
Total	77	930	1.007

Fonte: elaborada pelo autor.

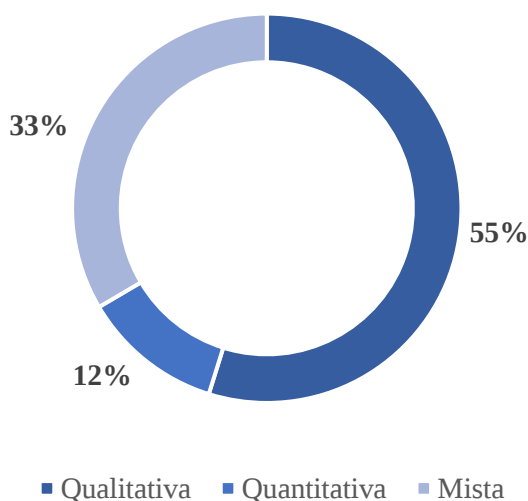
A análise das teses e dissertações permite observar predominância significativa da abordagem qualitativa, com 552 trabalhos (37 teses e 515 dissertações), correspondendo a 54,8% da produção (Gráfico 16). Esta preferência pode refletir a complexidade dos objetos de pesquisa e a natureza exploratória das pesquisas sobre os subtemas de compras públicas, nas quais há foco na compreensão profunda de fenômenos sociais, casos, experiências e situações, por meio

de métodos flexíveis e não estruturados que permitem explorar significados e contextos específicos (BAUER, GASKELL, 2002).

A abordagem mista, que combina métodos qualitativos e quantitativos, também é amplamente utilizada, com 337 trabalhos (27 teses e 310 dissertações), correspondendo a 33,47% da produção. Essa combinação de métodos permite a utilização combinada de dados quali e quanti e o aproveitamento de vantagens de ambas as abordagens para fornecer uma visão abrangente dos fenômenos estudados.

A abordagem quantitativa, embora menos frequente, apresenta uma participação importante, com 118 trabalhos (13 teses e 105 dissertações), correspondendo a 11,72% da produção. Essa menor proporção pode estar relacionada às dificuldades em obter dados quantificáveis e em aplicar os métodos e ferramentas de modelagem e tratamento estatístico aos subtemas de compras públicas no contexto da produção brasileira (Transparência Brasil, 2023).

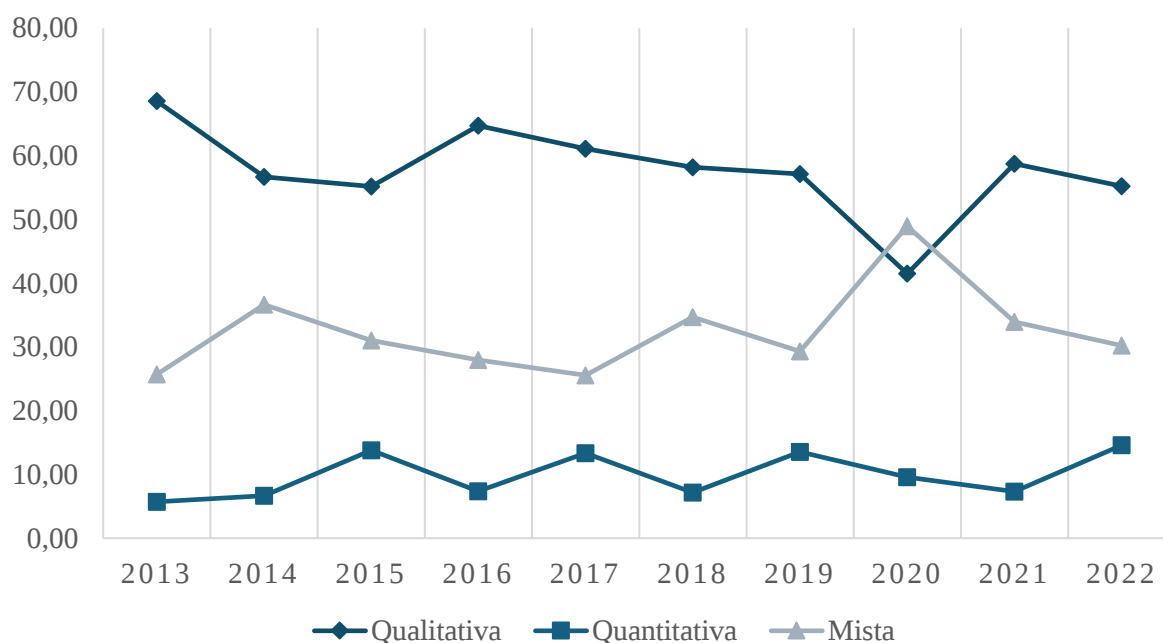
Gráfico 16 – Distribuição percentual das abordagens metodológicas



Fonte: elaborado pelo autor.

O Gráfico 17 mostra a evolução das preferências metodológicas em dissertações sobre compras públicas entre 2013 e 2022, destacando três abordagens metodológicas: qualitativa, quantitativa e mista. O eixo Y indica o percentual de participação de cada abordagem metodológica, enquanto o eixo X apresenta o ano de defesa das dissertações.

Gráfico 17 – Evolução das preferências metodológicas em dissertações sobre compras públicas



Fonte: elaborado pelo autor.

A abordagem qualitativa domina a maior parte do período analisado, começando com 68,57% de participação em 2013. A partir de 2014, observa-se uma leve queda na participação, para 56,67%, que se mantém próxima desse nível até 2015 (55,17%). Em 2016, há um aumento para 64,71%, seguido por uma pequena queda nos anos seguintes, atingindo 61,11% em 2017 e 58,16% em 2018. Em 2019, a abordagem qualitativa continua a cair levemente, para 57,14%, e em 2020 sofre uma queda mais acentuada, alcançando 41,49%. Nos anos seguintes, a abordagem qualitativa recupera parte da sua popularidade, subindo para 58,72% em 2021 e se mantendo em 55,21% em 2022. Essa trajetória mostra que, embora a abordagem qualitativa tenha tido flutuações ao longo dos anos, ela permaneceu como a mais utilizada nas dissertações sobre compras públicas.

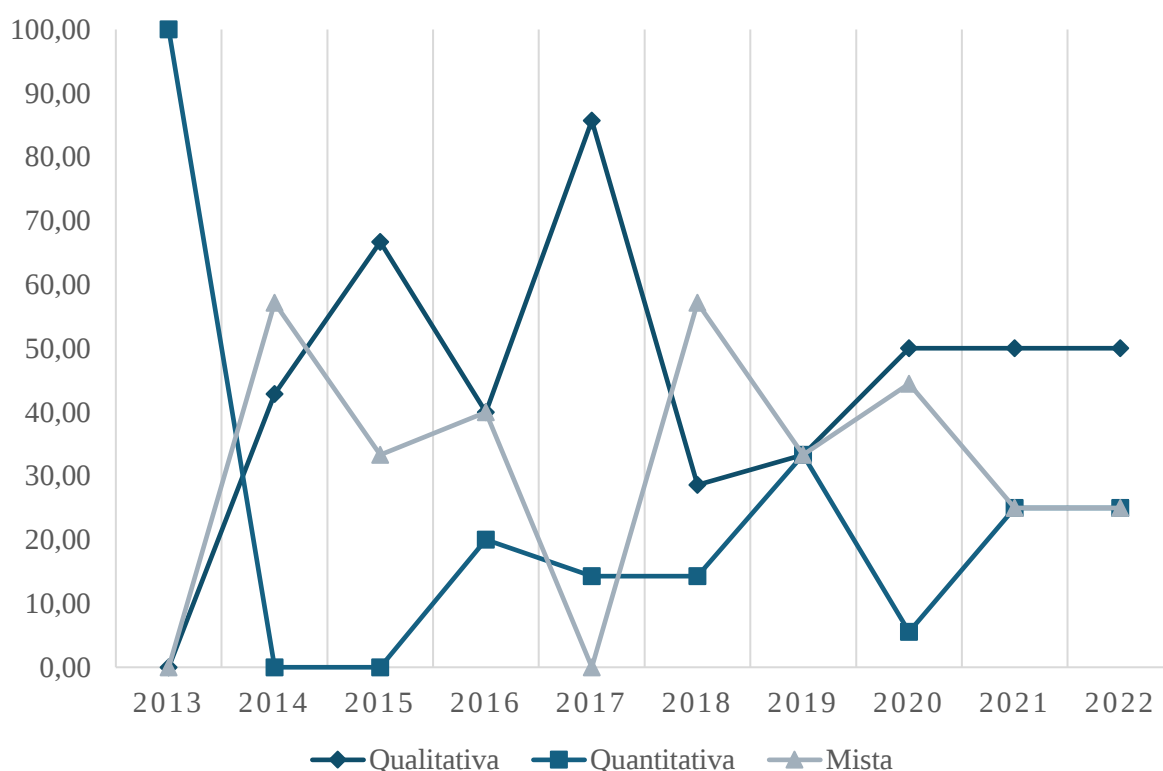
Já a abordagem mista, que combina elementos qualitativos e quantitativos apresenta uma trajetória de variações mais marcantes. Em 2013, a participação é de 25,71%, aumentando para 36,67% em 2014. Nos anos seguintes, há uma leve diminuição: 31,03% em 2015, 27,94% em 2016 e 25,56% em 2017. Em 2018, a abordagem mista volta a crescer, atingindo 34,69%. Em 2019, há uma nova queda para 29,32%, seguida por um aumento significativo para 48,94% em 2020, o pico do período analisado. Após 2020, a abordagem mista sofre uma nova queda para 33,94% em 2021 e 30,21% em 2022. A trajetória da abordagem mista mostra períodos de crescimento seguidos de quedas.

A abordagem quantitativa, por outro lado, mostra uma presença muito menor ao longo do período. Em 2013, a participação é de apenas 5,71%, subindo ligeiramente para 6,67% em 2014. O crescimento continua em 2015, atingindo 13,79%, mas cai novamente para 7,35% em 2016. Em 2017, a abordagem quantitativa volta a subir para 13,33%, mas cai para 7,14% em 2018. Em 2019, há outro aumento para 13,53%, seguido de uma nova queda para 9,57% em 2020. Nos dois últimos anos, 2021 e 2022, a abordagem quantitativa apresentou um leve crescimento, atingindo 7,34% e 14,58%, respectivamente. Esses dados indicam que, embora a abordagem quantitativa tenha oscilações, sua participação é relativamente baixa.

De maneira geral, os dados indicam que a abordagem qualitativa continua sendo a mais utilizada em dissertações sobre compras públicas, apesar de algumas variações ao longo do tempo. A abordagem mista, por sua vez, experimenta flutuações mais significativas, com picos e quedas. A abordagem quantitativa mantém uma presença discreta, sem grandes mudanças ao longo dos anos.

O Gráfico 18 ilustra a evolução das preferências metodológicas em teses sobre compras públicas no período de 2013 a 2022.

Gráfico 18 – Evolução das preferências metodológicas em teses sobre compras públicas



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a abordagem qualitativa, nota-se uma trajetória de altos e baixos ao longo do período. Em 2013, não foi utilizada em nenhuma tese (0%), mas ganhou espaço a partir de 2014, com uma participação de 42,86%. Esse crescimento continua em 2015, quando a abordagem qualitativa atinge seu pico de 66,67%. Em 2016, sua participação reduz para 40%, mas há uma recuperação acentuada em 2017, alcançando 85,71%, o ponto mais alto do período para essa abordagem. No entanto, em 2018, a abordagem qualitativa sofreu uma queda significativa para 28,57%. Nos anos seguintes, a participação se estabiliza em torno de 33,33% em 2019 e sobe para 50% em 2020, mantendo-se neste nível até 2022. Esses dados indicam que a abordagem qualitativa ganhou predominância em períodos alternados, especialmente após 2016, refletindo um interesse contínuo por métodos exploratórios e descritivos em pesquisas de compras públicas.

A abordagem mista apresenta uma trajetória bastante oscilante ao longo do período analisado. Ela não aparece em 2013, mas ganha destaque em 2014 com uma participação de 57,14%, a maior naquele ano. Em 2015, sua participação diminui para 33,33%, e em 2016 ela se mantém em 40%, igualando-se à abordagem qualitativa. No entanto, em 2017, a abordagem mista desaparece. Ela retornou com força em 2018, atingindo 57,14%, o ponto mais alto do período para essa abordagem. Em 2019, a participação da abordagem mista cai para 33,33%, mas volta a crescer ligeiramente para 44,44% em 2020. Nos últimos dois anos, 2021 e 2022, a abordagem mista se estabiliza em 25%. A análise da abordagem mista revela um padrão de crescimento e queda abrupta.

A abordagem quantitativa apresenta um comportamento bastante diferente. Em 2013, ela é a única abordagem utilizada. No entanto, em 2014, a abordagem quantitativa desaparece completamente, e esse cenário se mantém em 2015. Ela reaparece em 2016 com uma participação de 20%, mas logo cai para 14,29% em 2017 e mantém o percentual em 2018. Em 2019, a abordagem quantitativa mostra um crescimento significativo para 33,33%, antes de sofrer uma queda brusca para 5,56% em 2020. Nos últimos dois anos, 2021 e 2022, ela estabiliza em 25%. A trajetória da abordagem quantitativa revela uma queda inicial acentuada após 2013, seguida por um período de baixa utilização, com uma leve recuperação nos anos mais recentes, indicando um interesse modesto por métodos quantitativos em teses sobre compras públicas.

A pesquisa, no que se refere à evolução das preferências metodológicas em teses sobre compras públicas no período de 2013 a 2022, mostra uma alternância de predomínio entre as abordagens qualitativa e mista, enquanto a abordagem quantitativa tem uma presença mais tímida, com picos esporádicos.

4.5 Perfil por esferas da administração pública

Esta seção analisa a distribuição das pesquisas sobre compras públicas em diferentes esferas do governo (Tabela 29). A categorização das esferas inclui federal, estadual (inclusive o Distrito Federal), municipal, internacional e multiesfera. A análise é baseada na quantidade de teses e dissertações que abordam cada uma dessas esferas como objeto da pesquisa, proporcionando uma visão abrangente sobre como as teses e dissertações estão distribuídas conforme o nível de governo e a abrangência das práticas de compras públicas (ver Tabela 8, p. 47).

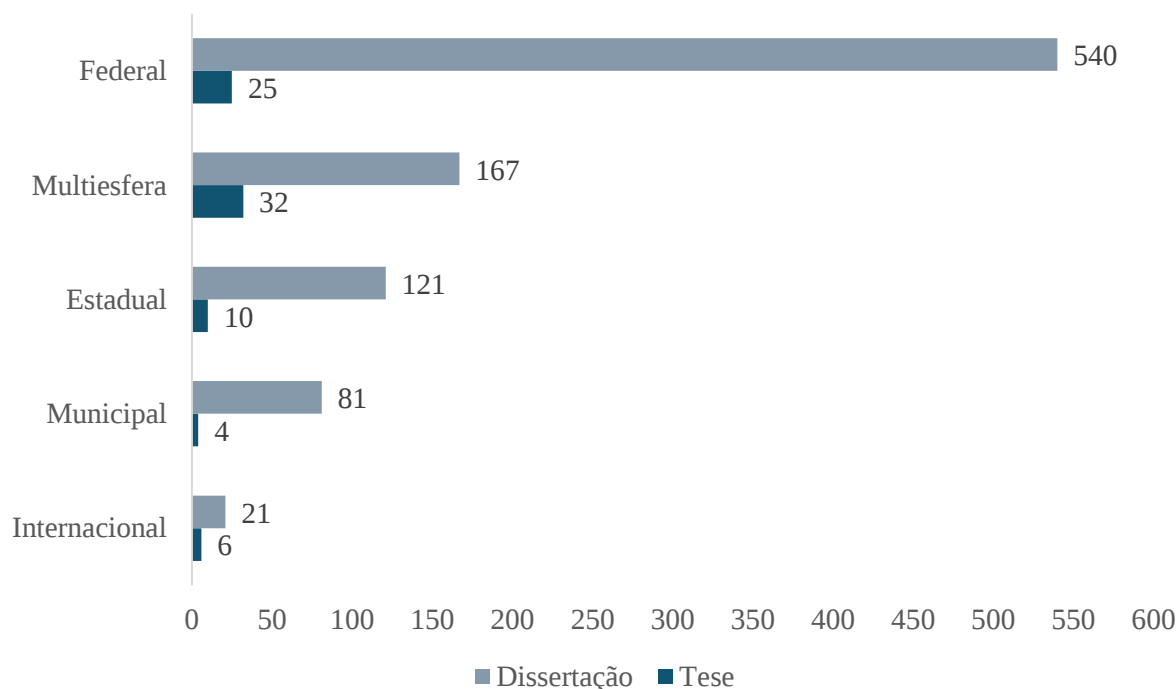
Tabela 29 – Distribuição das teses e dissertações de acordo com a esfera de governo

Esfera da Administração Pública	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Federal	25	540	565	56,11
Multiesfera	32	167	199	19,76
Estadual	10	121	131	13,01
Municipal	4	81	85	8,44
Internacional	6	21	27	2,68
Total	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor.

A distribuição das teses e dissertações conforme a esfera de governo revela que a esfera federal é a mais estudada, representando 56,11% do total de trabalhos, com 25 teses e 540 dissertações (Gráfico 19). Essa predominância pode ser atribuída ao fato de a esfera federal englobar uma ampla variedade de instituições, como ministérios, agências reguladoras, empresas estatais, e outras entidades, permitindo um grande campo de estudo. Os trabalhos nesta esfera frequentemente analisam casos específicos dessas instituições, bem como aspectos teóricos sobre legislação e jurisprudência federais.

A categoria multiesfera é a segunda mais frequente, com 19,76% do total (32 teses e 167 dissertações). Esta categoria engloba estudos que têm aplicabilidade em mais de uma esfera governamental ou que analisam questões gerais que permeiam várias esferas.

Gráfico 19 – Distribuição das teses e dissertações de acordo com a esfera de governo

Fonte: elaborado pelo autor.

Os estudos em nível estadual representam 13,01% (10 teses e 121 dissertações). A presença significativa de trabalhos nesta esfera pode indicar o interesse em explorar as particularidades regionais das compras públicas, como o impacto de inovações legislativas e a eficácia das medidas de controle a nível estadual. A esfera municipal conta com 8,44% (4 teses e 81 dissertações). A pesquisa internacional corresponde a 2,68% da produção (6 teses e 21 dissertações).

A distribuição dos trabalhos de pesquisa demonstra um claro predomínio de estudos na esfera federal, seguidos por uma significativa concentração de trabalhos que abordam múltiplas esferas.

A Tabela 30 apresenta a distribuição das teses e dissertações relacionadas ao tema de compras públicas, classificadas por subtema e por esfera de governo.

Tabela 30 – Distribuição das teses e dissertações por subtema e esfera de governo

Subtema	Quantidade					Total
	Federal	Multiesfera	Estadual	Municipal	Internacional	
Sustentabilidade	145	40	23	16	3	227
Eficiência	144	22	29	13	2	210
Arcabouço legal e normativo	28	42	5	4	6	85

Subtema	Quantidade					Total
	Federal	Multiesfera	Estadual	Municipal	Internacional	
Metodologia e ferramentas de gestão	54	9	11	2	0	76
Inovação e tecnologia	36	20	9	5	1	71
Gestão de contratos	39	10	10	3	0	62
Corrupção e integridade	19	14	15	6	7	61
Participação das micro e pequenas empresas	26	8	6	9	0	49
Governança	27	4	5	3	1	40
Uso do poder de compras	10	12	5	2	5	34
Transparência	10	8	5	10	1	34
Participação social	11	6	2	10	1	30
Centralização	7	1	2	1	0	11
Impacto das compras públicas	3	3	2	0	0	8
Descentralização	3	0	2	1	0	6
Reestruturação dos formatos de compra	3	0	0	0	0	3
Total	565	199	131	85	27	1.007

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao analisar a produção por esfera de estudo, a esfera federal destaca-se como a mais abrangente, concentrando a maior parte das teses e dissertações, com um total de 565 estudos. Os subtemas mais abordados nessa esfera incluem sustentabilidade (145), eficiência (144), metodologia e ferramentas de gestão (54), inovação e tecnologia (36), e gestão de contratos (39). A esfera multiesfera é a segunda mais significativa em termos de contribuição, com 199 estudos, sendo os subtemas mais estudados arcabouço legal e normativo (42), sustentabilidade (40), eficiência (22), e inovação e tecnologia (20). A esfera estadual, com 131 estudos, destacou-se principalmente nos subtemas de eficiência (29) e sustentabilidade (23).

A esfera municipal registrou um total de 85 estudos, com um foco maior em sustentabilidade (16), eficiência (13), transparência (10), e participação social (10). A esfera internacional, com a menor contribuição de todas, apresentou apenas 27 estudos. O subtema corrupção e integridade foi o mais estudado nesta esfera (7), seguido por arcabouço legal e normativo (6). Essa distribuição indica que há um interesse mais limitado nas compras públicas em contextos internacionais, comparado com as esferas nacionais e subnacionais.

Portanto, a análise revela que a esfera federal domina a produção acadêmica em compras públicas, refletindo um foco maior em políticas e práticas públicas a nível federal. A esfera multiesfera também tem um papel relevante, com estudos que abrangem múltiplos níveis de

governo. Subtemas como corrupção e integridade mostram uma distribuição mais equilibrada entre as esferas, enquanto outros, como reestruturação dos formatos de compra e descentralização, têm uma presença muito menor nas teses e dissertações.

4.6 Perfil por dimensões da gestão

Esta seção analisa a distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas conforme a dimensão da gestão abordada em cada pesquisa (ver Tabela 9, p. 49). As dimensões da gestão consideradas são: gestão de processos, gestão estratégica e gestão de desempenho. Cada uma dessas dimensões corresponde a uma perspectiva analítica ou aplicada a respeito da gestão das compras públicas, refletindo diferentes aspectos da administração pública.

A distribuição das teses e dissertações de acordo com a dimensão da gestão das compras públicas abordada na pesquisa (Tabela 31) mostra um predomínio significativo da gestão de processos. Essa dimensão representa 49,26% do total, com 33 teses e 463 dissertações, destacando-se como a mais estudada.

Tabela 31 – Distribuição das teses e dissertações de acordo com a dimensão da gestão

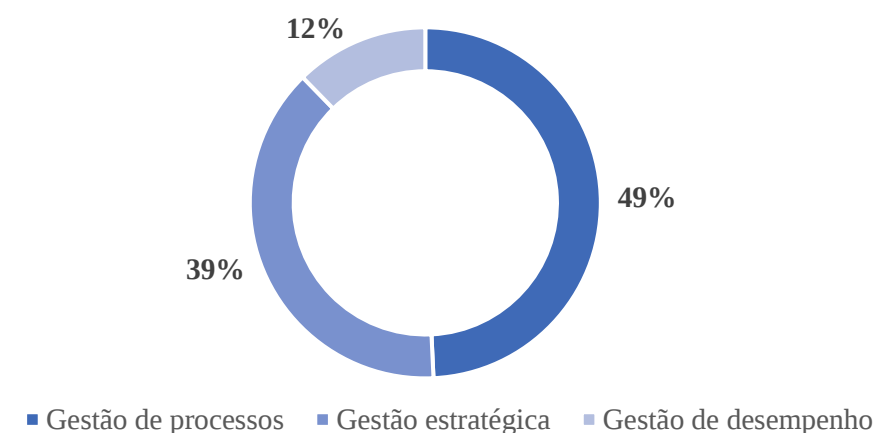
Dimensão	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
Gestão de processos	33	463	496	49,26
Gestão estratégica	37	350	387	38,43
Gestão de desempenho	7	117	124	12,31
Total	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor.

A gestão estratégica de compras públicas é a segunda mais abordada, representando 38,43% do total, com 37 teses e 350 dissertações (Gráfico 20). Essa dimensão engloba a integração das compras com objetivos estratégicos mais amplos e políticas governamentais, além de práticas sustentáveis e responsabilidade social.

Por fim, a gestão de desempenho de compras públicas, com 12,31% do total (7 teses e 117 dissertações), reflete uma menor, mas ainda significativa, atenção à eficiência, eficácia e qualidade das práticas de compras. Os estudos nessa dimensão investigam a eficiência de custos, qualidade dos produtos e serviços, e a utilização de indicadores de desempenho.

Gráfico 20 – Distribuição percentual das dimensões da gestão em teses e dissertações sobre compras públicas



Fonte: elaborado pelo autor.

A distribuição sugere que, no campo das compras públicas, a academia tem se concentrado principalmente em entender e melhorar os processos administrativos e operacionais (gestão de processos), enquanto também dedica uma atenção significativa ao papel estratégico das compras no cumprimento de objetivos governamentais mais amplos (gestão estratégica). No entanto, a dimensão de gestão de desempenho, que trata da avaliação da eficiência e eficácia das compras, parece ser menos explorada, indicando uma oportunidade para futuras pesquisas focadas em resultados e impacto das políticas de compras públicas.

4.7 Perfil por número de citações

A quantidade de citações (Tabela 32) de cada uma das 1.007 teses e dissertações sobre compras públicas analisadas nessa pesquisa (ver APÊNDICE B, p. 163) foi obtida em consultas no Google Acadêmico entre 31/01/2024 e 28/03/2024 (ver APÊNDICE A, p. 161). A citação no Google Acadêmico refere-se ao número de vezes que um determinado trabalho é mencionado em outros documentos acadêmicos. Esse mecanismo permite que o impacto de um trabalho seja medido pelo número de citações recebidas, o que pode ser utilizado para avaliar a influência de um estudo na comunidade científica (CAREGNATO, 2011, p. 72). No Google Acadêmico, as citações são computadas a partir de dados extraídos automaticamente das referências bibliográficas de documentos disponíveis na web, como artigos de periódicos, teses, dissertações, entre outros. A ferramenta utiliza um software que rastreia a internet, identificando e registrando automaticamente as referências que compõem documentos científicos.

O Google Acadêmico não se limita à produção acadêmica brasileira. Ele abrange uma ampla variedade de publicações de diversos países, indexando trabalhos em múltiplas línguas e de diferentes tipos de documentos, incluindo artigos de congressos, livros, capítulos de livros, além de periódicos (CAREGNATO, 2011, p. 75).

A Tabela 32 apresenta a distribuição das teses e dissertações sobre compras públicas de acordo com a quantidade de citações que cada trabalho recebeu.

Tabela 32 – Distribuição das teses e dissertações de acordo com a quantidade de citações

Citações	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
0	34	447	481	47,77
1	5	123	128	12,71
2	6	67	73	7,25
3	2	35	37	3,67
4	4	27	31	3,08
5	1	13	14	1,39
6	4	11	15	1,49
7	1	2	3	0,30
8	4	8	12	1,19
9	0	3	3	0,30
10	1	3	4	0,40
11	1	6	7	0,70
12	0	2	2	0,20
13	0	1	1	0,10
14	0	3	3	0,30
15	0	2	2	0,20
16	0	3	3	0,30
17	0	1	1	0,10
18	2	0	2	0,20
19	0	4	4	0,40
20	0	1	1	0,10
21	0	1	1	0,10
22	1	0	1	0,10
23	1	0	1	0,10
25	0	2	2	0,20
28	0	1	1	0,10
32	0	1	1	0,10
33	0	1	1	0,10
35	0	1	1	0,10
74	1	0	1	0,10

Citações	Quantidade		Total	%
	Tese	Dissertação		
75	0	1	1	0,10
*	9	160	169	16,78
Total	77	930	1.007	100

Fonte: elaborada pelo autor.

(*) – Trabalhos não encontrados no Google Acadêmico.

A primeira observação é que 47,77% dos trabalhos não receberam nenhuma citação, o que indica que quase metade das teses e dissertações sobre compras públicas ainda não alcançou impacto significativo na literatura acadêmica. Além disso, uma quantidade considerável de trabalhos (16,78%) não foi encontrada no Google Acadêmico. Portanto, ao considerar essas duas categorias juntas, é importante notar que 64,55% dos trabalhos não aparecem como citados ou indexados no Google Acadêmico, o que pode indicar limitações na visibilidade desses trabalhos ou na própria abrangência da ferramenta.

Entre os trabalhos citados, a maior parte recebeu uma ou duas citações, representando 12,71% e 7,25% do total, respectivamente. As teses e dissertações com três a cinco citações representam uma fração menor, mas ainda significativa (3,67% com três citações, 3,08% com quatro e 1,39% com cinco citações). Dessa forma, verifica-se que 28,10% das pesquisas receberam de 1 a 5 citações. Há também uma participação relativamente reduzida de trabalhos com um número maior de citações (7,35%), variando de seis a 75 citações.

A Tabela 33 apresenta a distribuição das dissertações de acordo com a quantidade de citações recebidas por subtema relacionado às compras públicas. Dentre as dissertações, 447 não receberam nenhuma citação. Isso representa uma proporção significativa de 48,06% do total de 930 dissertações. Esse dado sugere que quase metade dos trabalhos acadêmicos não teve impacto detectável na literatura científica disponível no Google Acadêmico. O subtema com o maior número de citações é eficiência, que possui 347 citações no total, seguido por sustentabilidade, com 224 citações. O subtema inovação e tecnologia aparece em terceiro, com 109 citações, e participação das micro e pequenas empresas é o quarto subtema mais citado, com 91 citações.

Quantidade de citações	Arcabouço legal	Centralização	Sustentabilidade	Corrupção e integridade	Descentralização	Eficiência	Gestão de contratos	Governança	Impacto das compras	Inovação e tecnologia	Metodologias e ferramentas	Participação das ME	Participação social	Reestruturação dos formatos	Transparência	Uso do poder de compras	Total
32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
33	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
35	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
74	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
75	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
*	10	1	43	7	1	29	16	3	1	12	9	12	6	0	5	5	160
Total	75	11	212	48	6	199	60	38	7	68	71	47	26	3	31	28	930

Fonte: elaborada pelo autor.

(*) – Trabalhos não encontrados no Google Acadêmico

A Tabela 34 apresenta a distribuição das teses de acordo com a quantidade de citações por subtema. Uma parte significativa das teses (34), correspondendo a 44,16% do total de 77 teses, não recebeu nenhuma citação. Os subtemas sustentabilidade (108 citações), arcabouço legal e normativo (46 citações) e eficiência (33 citações) destacam-se como os mais citados.

Tabela 34 – Distribuição das teses de acordo com a quantidade de citações por subtema

Quantidade de Citações	Arcabouço legal	Centralização	Sustentabilidade	Corrupção e integridade	Descentralização	Eficiência	Gestão de contratos	Governança	Impacto das compras	Inovação e tecnologia	Metodologias e ferramentas	Participação das ME	Participação social	Reestruturação dos formatos	Transparência	Uso do poder de compras	Total
0	5	0	7	9	0	4	1	1	0	1	1	0	2	0	1	2	34
1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	5
2	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	6
3	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	4

Quantidade de Citações	Arcabouço legal	Centralização	Sustentabilidade	Corrupção e integridade	Descentralização	Eficiência	Gestão de contratos	Governança	Impacto das compras	Inovação e tecnologia	Metodologias e ferramentas	Participação das ME	Participação social	Reestruturação dos formatos	Transparência	Uso do poder de compras	Total
*	1	0	3	1	0	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	9
Total	10	0	15	13	0	11	2	2	1	3	5	2	4	0	3	6	77

Fonte: elaborada pelo autor.

4.8 Subtemas emergentes

Nesta seção, são analisadas a evolução e as tendências dos subtemas abordados nas pesquisas sobre compras públicas entre 1993 e 2022. Inicialmente, é apresentada a distribuição percentual das teses e dissertações por subtemas ao longo do período, revelando como a ênfase em diferentes subtemas variou ao longo dos anos. Em seguida, é explorada a evolução percentual de alguns dos subtemas mais representativos, como arcabouço legal, sustentabilidade, eficiência, inovação e tecnologia, e corrupção e integridade, destacando as flutuações e tendências observadas entre 2008 e 2022.

A seção aprofunda essa análise ao apresentar a distribuição de dissertações e teses defendidas nos últimos cinco anos (2018 a 2022), categorizadas pelos subtemas mais relevantes. Esse período recente é marcado por um interesse crescente em subtemas como governança, que registrou o maior crescimento percentual, enquanto outros, como participação das micro e pequenas empresas, tiveram uma queda acentuada. A análise indica tanto a consolidação de alguns subtemas quanto a identificação de lacunas importantes que podem orientar futuras pesquisas na área de compras públicas. Assim, a subseção destaca as dinâmicas de mudança no campo de estudo, fornecendo uma base para entender as prioridades e os desafios emergentes na pesquisa acadêmica sobre compras públicas.

A Tabela 35 apresenta a distribuição percentual da produção acadêmica por subtemas abordados em teses e dissertações sobre compras públicas, ao longo do período de 1993 a 2022.

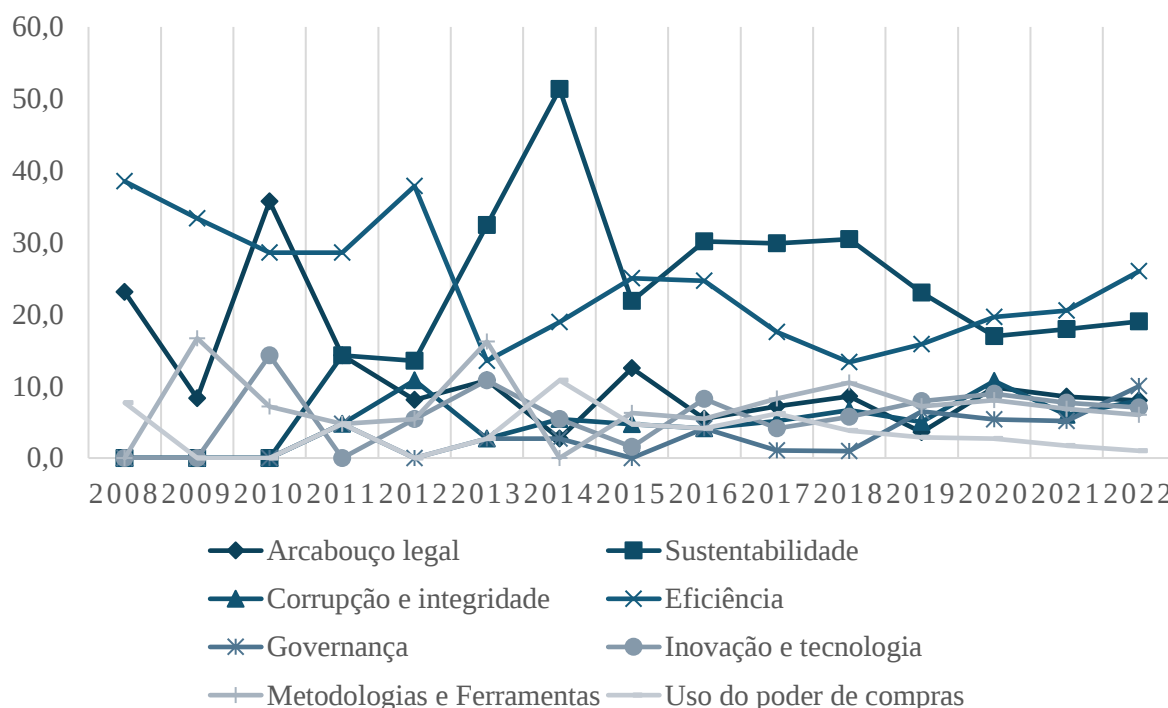
Tabela 35 – Distribuição percentual dos subtemas em teses e dissertações sobre compras públicas

Ano	Arcabouço legal	Centralização	Sustentabilidade	Corrupção e integridade	Descentralização	Eficiência	Gestão de contratos	Governança	Impacto das compras	Inovação e tecnologia	Metodologias e ferramentas	Participação das ME	Participação social	Reestruturação dos formatos	Transparência	Uso do poder de compras	Total
1993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1994	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
1995	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
1998	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
1999	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2003	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	100
2004	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2005	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2006	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0	0,0	40,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2007	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	25,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	100
2008	23,1	0,0	0,0	0,0	0,0	38,5	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0	15,4	7,7	100
2009	8,3	8,3	0,0	0,0	0,0	33,3	16,7	0,0	0,0	0,0	16,7	8,3	0,0	0,0	8,3	0,0	100
2010	35,7	0,0	0,0	0,0	0,0	28,6	7,1	0,0	0,0	14,3	7,1	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100
2011	14,3	0,0	14,3	4,8	0,0	28,6	9,5	4,8	0,0	0,0	4,8	0,0	4,8	0,0	9,5	4,8	100
2012	8,1	0,0	13,5	10,8	0,0	37,8	5,4	0,0	2,7	5,4	5,4	5,4	2,7	0,0	2,7	0,0	100
2013	10,8	0,0	32,4	2,7	0,0	13,5	0,0	2,7	0,0	10,8	16,2	0,0	2,7	0,0	5,4	2,7	100
2014	2,7	0,0	51,4	5,4	0,0	18,9	0,0	2,7	0,0	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	10,8	100
2015	12,5	1,6	21,9	4,7	1,6	25,0	4,7	0,0	0,0	1,6	6,3	10,9	1,6	0,0	3,1	4,7	100
2016	5,5	0,0	30,1	4,1	1,4	24,7	0,0	4,1	0,0	8,2	5,5	8,2	1,4	0,0	2,7	4,1	100
2017	7,2	0,0	29,9	5,2	0,0	17,5	7,2	1,0	1,0	4,1	8,2	4,1	5,2	1,0	2,1	6,2	100
2018	8,6	1,0	30,5	6,7	0,0	13,3	6,7	1,0	0,0	5,7	10,5	4,8	4,8	0,0	2,9	3,8	100
2019	3,6	1,4	23,0	5,0	0,7	15,8	10,8	6,5	0,0	7,9	7,2	7,9	5,0	0,0	2,2	2,9	100
2020	9,8	0,0	17,0	10,7	1,8	19,6	3,6	5,4	0,9	8,9	8,0	5,4	1,8	0,9	3,6	2,7	100
2021	8,5	4,3	17,9	6,0	0,0	20,5	7,7	5,1	0,9	7,7	6,8	4,3	2,6	0,9	5,1	1,7	100
2022	8,0	1,0	19,0	8,0	1,0	26,0	5,0	10,0	3,0	7,0	6,0	0,0	3,0	0,0	2,0	1,0	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao analisar a distribuição percentual da produção acadêmica por subtemas abordados em teses e dissertações sobre compras públicas, ao longo do período de 1993 a 2022, verifica-se que os subtemas arcabouço legal, eficiência e sustentabilidade foram recorrentes em diferentes períodos. Arcabouço legal tem destaque até 2010, enquanto eficiência se mantém constante ao longo dos anos e sustentabilidade cresce a partir de 2012. Gestão de contratos e corrupção e integridade começam a ser mais explorados, de forma constante, a partir de 2008 e 2011, respectivamente. Inovação e tecnologia e transparência ganham importância após 2010, com crescimento gradual. O subtema metodologia e ferramentas de gestão apresenta aumento a partir de 2015. Centralização e descentralização aparecem de forma pontual. Participação social e participação das micro e pequenas empresas mostram variações, sugerindo interesse flutuante. Governança e impacto das compras têm baixa presença, enquanto reestruturação dos formatos de compra e uso do poder de compras aparecem de forma esporádica, indicando temas menos abordados.

Gráfico 21 – Evolução da distribuição percentual dos subtemas em teses e dissertações sobre compras públicas



Fonte: elaborado pelo autor.

O Gráfico 21 revela a evolução da distribuição percentual de alguns dos subtemas mais representativos na produção anual de teses e dissertações sobre compras públicas, no período de 2008 e 2022.

Observa-se uma variação significativa nas proporções dos subtemas ao longo dos anos. O subtema arcabouço legal apresenta variações consideráveis, começando com 23,1% em 2008, recua para 8,3% em 2009 e atingindo um pico de 35,7% em 2010. Nos anos subsequentes, os percentuais se estabilizam em torno de 8% a 12%, mostrando flutuações na produção de pesquisas sobre esse subtema. Já sustentabilidade tem um crescimento acentuado em 2013, com 32,4%, alcançando um pico em 2014, com 51,4%, sendo o subtema mais representativo desse ano. Após 2014, há uma queda nas proporções, atingindo 17,0% em 2020, e uma leve recuperação para 19,0% em 2022. O subtema corrupção e integridade começa com 0% nos primeiros anos, aumentando para 10,8% em 2012, e se mantém entre 4% e 10% nos anos subsequentes, apresentando um leve aumento para 8,0% em 2022.

O subtema eficiência apresenta uma presença constante ao longo dos anos, com percentuais relativamente altos que variam de 13,3% a 38,5%. Nota-se um aumento significativo para 26% em 2022, sugerindo que tem sido um tema consistentemente de interesse na pesquisa acadêmica. Governança geralmente apresenta baixos percentuais, variando de 0% a 10%, com o maior valor registrado em 2022, com 10,0%, enquanto vários anos apresentam valores próximos de 0%. O subtema inovação e tecnologia mantém percentuais relativamente baixos e estáveis ao longo do período, oscilando entre 0% e 10,8%, e termina com um leve aumento para 7,0% em 2022.

Metodologias e ferramentas de gestão tem uma variação que vai de 0% a 16,7%, atingindo o pico de 16,7% em 2009 e caindo para 6,0% em 2022, com oscilações ao longo dos anos. Já o subtema uso do poder de compras permanece com percentuais baixos durante todo o período, começando e terminando em 0% em vários anos, com um pico de 10,8% em 2014 e declinando para 1,0% em 2022.

A Tabela 36 apresenta a distribuição das dissertações defendidas nos últimos cinco anos do período abrangido por essa pesquisa, categorizadas pelos subtemas definidos no campo das compras públicas.

Tabela 36 – Distribuição das dissertações de acordo com o subtema (2018 – 2022)

Dissertação	Quantidade					
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Sustentabilidade	30	29	17	21	19	116
Eficiência	14	22	19	24	24	103
Metodologias e ferramentas de Gestão	10	10	8	8	6	42
Inovação e tecnologia	6	10	9	8	7	40
Gestão de contratos	7	14	4	9	5	39

Dissertação	Quantidade					
Subtema	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Arcabouço legal e normativo	8	5	7	9	8	37
Corrupção e integridade	6	6	8	4	7	31
Governança	0	9	6	6	10	31
Participação das micro e pequenas empresas	5	11	5	4	0	25
Participação social	4	7	1	3	2	17
Transparência	3	3	4	5	2	17
Uso do poder de compras	4	4	2	1	1	12
Centralização	1	2	0	5	1	9
Impacto das compras públicas	0	0	1	1	3	5
Descentralização	0	1	2	0	1	4
Reestruturação dos formatos de compra	0	0	1	1	0	2
Total	98	133	94	109	96	530

Fonte: elaborada pelo autor.

A Tabela 37 apresenta a distribuição das teses defendidas entre 2018 e 2022, categorizadas de acordo com os subtemas de pesquisa no campo das compras públicas.

Tabela 37 – Distribuição das teses de acordo com o subtema (2018 – 2022)

Tese	Quantidade					
Subtema	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Corrupção e integridade	1	1	4	3	1	10
Sustentabilidade	2	3	2	0	0	7
Arcabouço legal e normativo	1	0	4	1	0	6
Eficiência	0	0	3	0	2	5
Inovação e tecnologia	0	1	1	1	0	3
Participação social	1	0	1	0	1	3
Metodologias e ferramentas de gestão	1	0	1	0	0	2
Participação das micro e pequenas empresas	0	0	1	1	0	2
Uso do poder de compras	0	0	1	1	0	2
Gestão de contratos	0	1	0	0	0	1
Governança	1	0	0	0	0	1
Transparência	0	0	0	1	0	1
Centralização	0	0	0	0	0	0
Descentralização	0	0	0	0	0	0
Impacto das compras públicas	0	0	0	0	0	0
Reestruturação dos formatos de compra	0	0	0	0	0	0
Total	7	6	18	8	4	43

Fonte: elaborada pelo autor.

Os trabalhos defendidos entre 2018 e 2022 totalizam 573 dissertações e teses, representando 56,90% de um total de 1.007 trabalhos. Ao analisar as Tabelas 36 e 37, os dados mostram que o subtema sustentabilidade teve destaque, com 123 trabalhos acadêmicos (116 dissertações e 7 teses), representando 21,47% do total para o período analisado. Contudo, verifica-se que a produção nesse subtema teve uma redução de 40,63% no período, passando de 32 trabalhos em 2018 para 19 em 2022. Já o subtema eficiência em compras públicas apresentou 108 trabalhos (103 dissertações e 5 teses), correspondendo a 18,85% do total, e um aumento de 85,71% ao longo dos cinco anos (de 14 para 26), destacando-se como uma área de foco crescente.

O subtema metodologias e ferramentas de gestão aparece com 44 estudos (42 dissertações e 2 teses), representando 7,68% do total, mas apresentou uma redução de 45,45% (de 11 para 6). Arcabouço legal e normativo conta com 43 estudos (37 dissertações e 6 teses), representando 7,50% de toda a produção acadêmica do período, o que reflete um decréscimo de 11,11% (de 9 para 8). O subtema inovação e tecnologia também aparece com 43 estudos (40 dissertações e 3 teses), representando 7,50% do total, e um aumento de 16,67% no período (de 6 para 7). O subtema Corrupção e integridade registra 41 estudos (31 dissertações e 10 teses), correspondendo a 7,16% do total, e apresentou um crescimento de 14,29% no período analisado (de 7 para 8).

Gestão de contratos, com 40 estudos (39 dissertações e 1 tese), corresponde a 6,98% do total, mas teve uma redução de 28,57% (de 7 para 5). Governança das compras públicas, com 32 estudos (31 dissertações e 1 tese), representa 5,58% do total e foi o subtema que apresentou o maior crescimento no período, com um aumento de 900% (de 1 para 10).

O subtema participação das micro e pequenas empresas apresentou 27 estudos, representando 4,71% do total. No entanto, houve uma queda acentuada de 100%, passando de 5 trabalhos em 2018 para nenhum trabalho em 2022. O subtema participação social, com 20 estudos (3,49% do total), também apresentou uma redução significativa de 40%, passando de 5 trabalhos em 2018 para 3 em 2022.

Transparência teve 18 estudos, correspondendo a 3,14% do total, e uma variação negativa de 33,33%, diminuindo de 3 para 2 trabalhos no período. O subtema uso do poder de compras, com 14 estudos (2,44% do total), apresentou uma redução significativa de 75%, de 4 trabalhos em 2018 para apenas 1 em 2022.

Outros subtemas, como centralização (9 estudos, 1,57% do total), descentralização (4 estudos, 0,70%), impacto das compras públicas (5 estudos, 0,87%), e reestruturação dos formatos de compra (2 estudos, 0,35%), tiveram pouca representatividade e apresentaram

variações pouco expressivas ou insuficientes para indicar uma tendência clara. A quantidade de pesquisas nesses subtemas sugere lacunas importantes no campo que necessitam de atenção.

Em resumo, a análise dos subtemas emergentes nas pesquisas sobre compras públicas entre 1993 e 2022 revela tanto a consolidação de alguns subtemas quanto a emergência de novos focos de interesse. Sustentabilidade, arcabouço legal, eficiência, e inovação e tecnologia se destacam como subtemas de maior relevância ao longo dos anos, com variações significativas em suas trajetórias. Ao mesmo tempo, subtemas como governança e corrupção e integridade emergem com um crescimento considerável, indicando novas direções para o campo. A redução de interesse em subtemas como participação das micro e pequenas empresas e uso do poder de compras sugere áreas menos exploradas recentemente, apontando para possíveis lacunas de pesquisa. Assim, o panorama apresentado fornece uma visão abrangente das tendências na pesquisa acadêmica sobre compras públicas, oferecendo *insights* para estudos futuros.

5 DISCUSSÃO

A seguir, são discutidas semelhanças e diferenças entre os achados dessa pesquisa e estudos anteriores de revisão bibliográfica e análise bibliométrica da produção científica sobre compras públicas. O objetivo é identificar convergências e divergências entre as investigações, proporcionando uma visão mais ampla e integrada sobre a evolução do conhecimento sobre esse tema. A análise comparativa busca compreender as prioridades de pesquisa ao longo do tempo e destacar as diferenças entre a produção brasileira e a internacional. Além disso, são identificadas oportunidades para futuras investigações.

Na seção 5.1 são apresentadas comparações com estudos anteriores e na seção 5.2, a discussão em torno das perspectivas emergentes identificadas pela análise bibliométrica, que apontam possíveis tendências no campo das compras públicas no Brasil.

5.1 Comparação com estudos anteriores

Assim como Fernandes (2019), Silva, Oliveira e Lopes (2019), Prado (2014) e Campos (2008), essa pesquisa identificou uma ênfase significativa no subtema eficiência (20,85% do total, ver seção 4.3.1, p. 90). Os autores revelaram que a eficiência é uma preocupação predominante nos estudos sobre compras públicas, refletindo a busca por processos de aquisição mais econômicos e eficazes. A presente pesquisa confirma essa tendência, mostrando que a eficiência continua a ser um foco central em estudos recentes, destacando-se como um dos subtemas mais abordados (2º mais abordado entre 2016 e 2019, e 1º colocado entre 2020 e 2022) nas dissertações e teses analisadas (ver seção 4.8, p. 121).

Campos (2008) destacou gestão de contratos e eficiência como os principais subtemas. Essa pesquisa indicou sustentabilidade, eficiência, e arcabouço legal e normativo como os subtemas mais relevantes (ver subseção 4.3.1, p. 90), refletindo uma variação nas prioridades de pesquisa entre os dois estudos. Campos (2008) destacou que a sustentabilidade ganhou relevância devido às inovações como o pregão eletrônico e as compras sustentáveis. Por outro lado, essa pesquisa revelou que a sustentabilidade é um dos subtemas mais importantes, representando 22,54% da produção total de teses e dissertações, o que sugere um tratamento mais aprofundado e diversificado do tema. Ambos os estudos concordam sobre a importância da transparência nas compras públicas; enquanto Campos (2008) considera a transparência crucial para o controle social e a eficiência, destacando a falta de metodologias analíticas mais robustas, essa pesquisa a identifica como relevante, mas não entre os subtemas mais

pesquisados (34 pesquisas ao todo, sendo 31 dissertações e 3 teses), representando 3,38% da produção total (ver Tabela 21, p. 91).

Prado (2014) identificou subtemas como eficiência em compras públicas, desvios de gastos públicos e compras públicas sustentáveis, destacando eficiência como o subtema principal, com maior número de publicações (28%). Em contraste, essa pesquisa também apontou eficiência como um dos subtemas mais relevantes, mas não o principal, pois sustentabilidade emergiu com 22,54% da produção total de teses e dissertações, sugerindo uma distribuição diferente de foco. Enquanto Prado (2014) concluiu que a eficiência em compras públicas era o subtema mais pesquisado nos artigos de conferências. Essa pesquisa revelou uma maior diversificação nos subtemas, incluindo arcabouço legal e normativo, e governança, indicando uma amplitude maior de interesse entre as teses e dissertações analisadas. Além disso, Prado (2014) destacou que o tema de compras públicas sustentáveis teve relevância, mas com um número reduzido de artigos (5%). Em contrapartida, essa pesquisa mostrou que sustentabilidade continua sendo um subtema de destaque na produção acadêmica brasileira recente (ver subseção 4.3.1, p. 90). Mesmo com uma redução de 40,63% entre 2018 e 2022, passando de 32 trabalhos para 19, continua sendo o segundo subtema com o maior percentual de pesquisas (ver gráfico 21, p. 123).

Oshiro *et al.* (2016) apontam sustentabilidade e eficiência nos processos administrativos públicos como os principais subtemas, com destaque para o período de 2013 a 2015. Essa pesquisa mostra que sustentabilidade e eficiência continuam relevantes, mas com diferentes níveis de destaque. Enquanto Oshiro *et al.* (2016) identificaram a sustentabilidade como um subtema em ascensão com o terceiro maior número de publicações (22,86% do total) entre 2013 e 2015, essa pesquisa encontrou que a sustentabilidade permanece um dos subtemas mais relevantes, indicando uma presença consistente, mas não necessariamente em ascensão recente. Além disso, Oshiro *et al.* (2016) destacam a transparência como fundamental para a prevenção de corrupção e promoção da *accountability* nas compras públicas, enquanto essa pesquisa também considera a transparência importante, mas observa que ela não está entre os subtemas mais pesquisados, representando 3,38% da produção total.

Fernandes (2019) destacou reestruturação dos formatos de compra (21,43%), metodologias e ferramentas de gestão (20%), arcabouço legal e normativo e uso do poder de compra (12,86% cada) como os principais subtemas, enfatizando as inovações como o pregão e o registro de preços. Essa pesquisa indicou sustentabilidade (22,54%), eficiência (20,85%) e arcabouço legal e normativo (8,44%) como subtemas mais relevantes. Ambos os estudos concordam quanto à importância do arcabouço legal e normativo nas compras públicas, embora

Fernandes (2019) tenha dado um enfoque maior às inovações legislativas e à sua implementação prática. Em relação à sustentabilidade, ambos os estudos destacam sua importância, mas com diferentes enfoques. Fernandes (2019) a considera uma tendência emergente para compras sustentáveis e redução de impacto ambiental, enquanto essa pesquisa aponta a sustentabilidade como um dos subtemas mais relevantes.

Silva, Oliveira e Lopes (2019) identificaram no perfil metodológico da produção uma predominância de abordagens qualitativas (46,67%) e a utilização de técnicas como pesquisa documental (70%) e entrevistas (30%). Essa pesquisa observa perfil semelhante, com uma grande parte das teses e dissertações utilizando abordagens qualitativas (55%), mas também destaca o uso crescente de metodologias mistas (33%) e quantitativas (12%), ver seção 4.4, p. 106. A análise de citações realizada por Silva, Oliveira e Lopes (2019) mostra que 43,24% dos artigos tiveram entre uma e cinco citações no Google Acadêmico, enquanto 24,32% tiveram mais de dez citações, indicando uma dispersão na relevância dos artigos no campo de compras públicas. A presente pesquisa, por sua vez, apresenta que 64,55% dos trabalhos não aparecem como citados ou indexados no Google Acadêmico, o que pode indicar limitações na visibilidade desses trabalhos ou na própria abrangência da ferramenta (ver seção 4.7, p.115). Ambas as pesquisas convergem ao destacar a importância de temas como eficiência e sustentabilidade nas compras públicas, embora com diferentes enfoques e contextos (ver seção 2.2, p. 27).

A pesquisa de Rezende e Moreira (2021) analisou artigos de periódicos e estudos de caso sobre compras governamentais, focando em temas como desempenho de compras, eficiência, inovação, governança e transparência no período de 2007 a 2017. Os principais subtemas identificados foram desempenho de compras e inovação, com ênfase na importância das inovações nas práticas de compras públicas para aumentar a eficiência e a qualidade. Essa pesquisa trata a gestão do desempenho como uma das abordagens da gestão de compras públicas (ver subseção 2.1.1, p. 21), sendo que 12,31% dos trabalhos (7 teses e 117 dissertações) foram categorizados nessa dimensão. Ambas as pesquisas convergem ao destacar a importância da eficiência e da inovação como temas principais, embora com diferentes enfoques e contextos.

A pesquisa de Guarnieri e Gomes (2019) realizou uma revisão sistemática da literatura sobre práticas estratégicas em compras públicas, analisando artigos de periódicos em bases como *Science Direct* e *Web of Science* no período de 2012 a 2017. Os subtemas identificados incluem sustentabilidade, parcerias e gestão de fornecedores, sistemas de informação e tecnologia. Guarnieri e Gomes (2019) indicaram que a incorporação de práticas estratégicas nas compras públicas pode resultar em melhorias de gestão dos recursos públicos e redução da corrupção. Os autores identificam uma carência de estudos que abordem especificamente as

compras públicas estratégicas e sugerem uma agenda futura de pesquisa, que pode beneficiar tanto pesquisadores quanto profissionais da área. Os resultados da análise bibliométrica mostram um aumento no interesse pelo tema, nos últimos anos, com destaque para publicações em revistas como *Journal of Cleaner Production* e *Supply Chain Management*, e destacam a necessidade de mais estudos empíricos e teóricos para avançar a compreensão e a implementação de práticas estratégicas em compras públicas. O presente estudo, ao analisar a distribuição das teses e dissertações em três dimensões da gestão (ver seção 4.6, p. 114) destaca que a gestão de processos é a dimensão mais estudada (49,26%), seguida pela gestão estratégica (38,43%) e, por último a gestão de desempenho (12,31%).

No contexto da produção internacional sobre compras públicas, Hudon *et al.* (2021, p. 183) identificaram os subtemas compras verdes e sustentáveis, inovação e corrupção e conluio como áreas de pesquisa populares e influentes. Essa pesquisa revela que a sustentabilidade continua sendo tema relevante (Gráfico 21, p. 123). Hudon *et al.* (2021, p. 199) destacam o uso de teorias e metodologias avançadas, como métodos mistos, *process tracing*, e *fuzzy-set qualitative comparative analysis*, que são comumente utilizadas para aprofundar a compreensão de questões complexas em compras públicas. Essa pesquisa demonstrou a predominância da abordagem qualitativa (54,8%) na produção de teses e dissertações (ver seção 4.4, p. 106), a qual foca na compreensão profunda dos fenômenos sociais por meio de métodos flexíveis e não estruturados que permitem explorar significados e contextos específicos (ver p. 45). Os achados dessa pesquisa e do estudo de Hudon *et al.* (2021) indicam que a pesquisa sobre compras públicas é altamente fragmentada e multidisciplinar, com publicações dispersas em uma variedade de subtemas específicos (ver Tabela 12, p. 57 e Tabela 21, p. 91).

Flynn e Davis (2014) examinam o uso de teorias na pesquisa de compras públicas e constatam que 29% dos artigos revisados no *Journal of Public Procurement* entre 2001 e 2013 são baseados em fundamentos teóricos, com uma predominância de teorias microeconômicas como a teoria dos leilões, licitações competitivas, teoria do agente-principal e teoria dos custos de transação. Flynn e Davis (2014, p. 166-168) argumentam que o campo de pesquisa em compras públicas se beneficiaria de uma abordagem mais pluralista e multidisciplinar. Essa pesquisa demonstra que as teses e dissertações sobre compras públicas estão distribuídas entre programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados a uma ampla gama de áreas de conhecimento (50), refletindo a multidisciplinaridade e a presença do tema em diversos campos acadêmicos (ver subseção 4.1.2, p. 57).

5.2 Perspectivas emergentes

O estudo de Koala e Steinfeld (2018) busca identificar o nível de construção teórica em compras públicas e o estágio de formulação de teoria ao longo dos períodos analisados. Os autores utilizam uma abordagem hierárquica que classifica os artigos em seis níveis de construção teórica: *rapporteurs* (os que não possuem conteúdo teórico), *reporters* (baixo nível de construção teórica), *testers* (baixo nível de construção teórica, mas com testes teóricos), *qualifiers* (nível moderado), *builders* (alto nível de construção teórica), e *expanders* (nível mais alto). Os achados indicam que o campo de compras públicas, à luz das publicações do JoPP entre 2001 e 2016, está predominantemente no nível de *testers*. Isso significa que muitos artigos testam modelos ou investigam os efeitos de variáveis de uma teoria, mas poucos se engajam em construir novas teorias. O número de artigos classificados como *builders* e *expanders*, que possuem alto nível de construção teórica, aumentou ao longo do tempo, indicando um progresso no desenvolvimento teórico do campo. Koala e Steinfeld (2018) concluem que há um movimento crescente em direção à construção teórica em compras públicas.

Patrucco (2013), de igual modo, concluiu que as compras públicas, como campo acadêmico, ainda estão no estágio inicial de exploração empírica, com o objetivo de observar e descrever fenômenos. O número crescente de publicações, no entanto, sugere que o nível de maturidade da disciplina está evoluindo: daqui a poucos anos, as compras públicas alcançarão um status mais maduro, para se consolidar cada vez mais ao longo do tempo. Outro ponto convergente é que ambos os estudos destacam a importância do nível nacional nas análises de compras públicas. Essa pesquisa corrobora as conclusões de Koala e Steinfeld (2018) e Patrucco (2013) ao evidenciar o avanço na construção teórica no campo de compras públicas, mediante um crescimento contínuo na produção científica brasileira sobre o tema, especialmente a partir de 2008 (Gráfico 1, p. 56; seção 4.1.4, p. 65; e o Gráfico 6, p. 67).

A análise bibliométrica das teses e dissertações sobre compras públicas revelou uma série de perspectivas emergentes no campo de estudo sobre compras públicas no Brasil a partir da identificação de subtemas que têm atraído a atenção de doutorandos e mestrands (ver seção 4.8, p. 121). Esses subtemas emergem devido a sua relevância e atenção na produção acadêmica ao longo dos anos analisados, refletindo novas demandas e desafios enfrentados pelo setor de compras públicas no Brasil. Além disso, o aumento significativo na quantidade e proporção desses trabalhos, produzidos no âmbito dos programas de mestrado e doutorado oferecidos por instituições de ensino superior brasileiras, reflete um crescente interesse acadêmico pelo tema. Conforme descrito na seção 4.1.1 (p. 52), o crescimento foi de 170,27%, considerando a última

década abrangida por essa pesquisa. Esse crescimento sugere a necessidade de desenvolver agendas de pesquisa mais robustas e estruturadas no campo de compras públicas.

Uma das principais tendências identificadas na seção 4.8 foi a importância da sustentabilidade nas compras públicas. A inclusão de critérios de sustentabilidade, antes sub-representada nas teses e dissertações (0 até 2010, ver Tabela 35, p. 122), emergiu como um subtema significativo, representando 22,54% da produção total de teses e dissertações analisadas, chegando a representar 51,4% da produção em 2014. Esse aumento indica uma mudança no foco das pesquisas acadêmicas, que agora refletem uma preocupação maior não apenas com a eficiência econômica, mas também com a responsabilidade social e ambiental nos processos de compras. Essa tendência está alinhada com as demandas contemporâneas por práticas mais sustentáveis e responsáveis na administração pública, conforme discutido por Fernandes (2019) e outros estudos mencionados na subseção 5.1.

Os trabalhos de Prado (2014) e Campos (2008) também revelam uma evolução nesse subtema. Além disso, comparando com estudos como o de Oshiro *et al.* (2016), que identificaram a sustentabilidade como um subtema emergente no período de 2013 a 2015, essa pesquisa confirma que a sustentabilidade continua a ser uma área relevante de estudo. No entanto, o foco atual parece estar se deslocando para uma análise mais holística e integrada, que considera múltiplas dimensões de impacto das compras públicas. Essa mudança de perspectiva também está em consonância com as observações de Guarnieri e Gomes (2019), que apontam a incorporação de práticas estratégicas sustentáveis como um meio de melhorar a gestão dos recursos públicos e promover a inovação.

Além da sustentabilidade, a inovação tecnológica tem ganhado destaque significativo nas pesquisas sobre compras públicas, refletindo um movimento para adaptar práticas e políticas aos avanços tecnológicos contemporâneos. Estudos recentes destacam que tecnologias emergentes, como *blockchain* e inteligência artificial, estão começando a ser exploradas como ferramentas para melhorar a eficiência, a transparência e a eficácia dos processos de compras públicas (MACHADO, 2022; ZILLOTTO, 2021; MENEZES, 2021; SCHIEFLER, 2021 e SILVEIRA, 2020). Essa tendência é corroborada pela análise de Rezende e Moreira (2021), que enfatiza o papel das novas tecnologias e dos métodos de avaliação de desempenho na otimização das práticas de compras governamentais. A pesquisa de Fernandes (2019) também aponta que sistemas informatizados e metodologias de gestão têm se tornado subtemas cada vez mais relevantes, refletindo a necessidade de adaptação e inovação diante de um ambiente regulatório em constante evolução. Da mesma forma, Guarnieri e Gomes (2019) destacam a importância da incorporação de tecnologias estratégicas nas práticas de compras públicas,

apontando que essas inovações podem resultar em melhorias substanciais na gestão dos recursos públicos e na redução da corrupção.

O subtema corrupção e integridade tem mostrado uma evolução gradativa no campo das pesquisas sobre compras públicas. Inicialmente ausente nos primeiros anos analisados (0% entre 1993 e 2003, e entre 2005 e 2010), após um pico de 25% em 2004, esse subtema ganha relevância a partir de 2012, quando atinge 10,8% de presença nas publicações. Nos anos seguintes, ele se mantém em níveis entre 4% e 10%, com uma variação para 8,0% em 2022. Esse movimento indica uma preocupação da comunidade acadêmica com a transparência e a integridade nos processos de compras públicas, alinhando-se a estudos como os de Hudon *et al.* (2021) e Guarnieri e Gomes (2019), que destacam a importância de práticas de integridade e mecanismos de prevenção da corrupção para fortalecer a *accountability* no setor público.

O subtema eficiência permanece como um dos pilares centrais nas pesquisas sobre compras públicas, apresentando uma presença constante ao longo dos anos com percentuais relativamente altos, variando de 13,3% a 38,5%. Em 2022, observa-se um aumento significativo para 26%, o que reforça a relevância contínua deste tema no meio acadêmico. Esse foco persistente na eficiência é corroborado por diversos estudos, incluindo Fernandes (2019), Prado (2014) e Silva, Oliveira e Lopes (2019), que identificam a eficiência como uma preocupação predominante nas pesquisas de compras públicas.

Já o subtema governança apresenta uma trajetória mais tímida, com percentuais que variam de 0% a 10%. O maior valor registrado foi em 2022, com 10,0%, enquanto diversos anos apresentaram valores próximos de 0%. Essa variação sugere que, embora o subtema governança tenha ganhado alguma atenção, ele ainda não se consolidou como uma prioridade nas pesquisas de compras públicas. No entanto, estudos como o de Rezende e Moreira (2021) destacam que a governança é fundamental para melhorar a coordenação e o controle dos processos de compras, sugerindo que sua importância pode aumentar à medida que as políticas públicas continuem a evoluir para enfrentar desafios complexos, conforme sugere a evolução nos últimos cinco anos abrangidos por essa pesquisa (2018 a 2022), quando o subtema governança saltou de 1 para 10% da produção total de teses e dissertações (ver Tabela 35, p. 122).

A análise bibliométrica revela uma diversificação significativa nas áreas de conhecimento que abordam as pesquisas sobre compras públicas, abrangendo disciplinas como administração pública, direito, engenharia, economia, entre outras. Conforme detalhado na subseção 4.1.2 (p. 57), as teses e dissertações sobre o tema estão distribuídas entre programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados a uma ampla gama de áreas de conhecimento,

refletindo a natureza multidisciplinar e abrangente do campo de estudo. Essa diversidade reflete a natureza multidisciplinar do campo e a necessidade de integrar diferentes perspectivas para abordar as complexidades inerentes às compras públicas. A adoção crescente de metodologias mistas, que combinam técnicas qualitativas e quantitativas, é um aspecto relevante identificado na evolução das preferências metodológicas em pesquisas sobre compras públicas, conforme detalhado na seção 4.4 (p. 106). Os dados analisados sugerem uma valorização da combinação de métodos para aumentar a robustez e a profundidade das análises. O Gráfico 16 (p. 107), que ilustra a evolução das preferências metodológicas em dissertações entre 2013 e 2022, mostra que a abordagem mista teve um crescimento significativo em determinados anos. Em 2013, a participação da metodologia mista foi de 25,71%, e, após um período de flutuações, atingiu seu pico de 48,94% em 2020, evidenciando um aumento expressivo na adoção dessa abordagem ao longo do tempo. Embora tenha caído para 33,94% em 2021 e 30,21% em 2022, a trajetória geral indica que a metodologia mista tem se consolidado como uma alternativa relevante entre os pesquisadores. A análise evidenciou uma evolução temática nas pesquisas sobre compras públicas, que reflete as mudanças nas políticas públicas e nos marcos regulatórios do Brasil. A associação dos trabalhos científicos com eventos importantes e mudanças legislativas permitiu avaliar como a produção acadêmica tem respondido às demandas e desafios contemporâneos, reafirmando a relevância de temas como eficiência, sustentabilidade, arcabouço legal e normativo. A pesquisa revela que a evolução temática acompanha de perto as inovações e reformulações das políticas de compras públicas, como destacam Campos (2008) e Fernandes (2019).

As perspectivas emergentes identificadas pela análise bibliométrica apontam para um campo em expansão e em constante evolução. As tendências metodológicas, a diversificação temática e a multidisciplinaridade destacadas oferecem um panorama promissor para o futuro da pesquisa e da prática no campo compras públicas no Brasil.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica sobre compras públicas em programas de mestrado e doutorado no Brasil entre 1993 e 2022, fornecendo uma visão bibliométrica abrangente. O estudo abordou várias questões-chave de pesquisa, incluindo a evolução da produção científica, a diversidade temática, os perfis institucionais e as abordagens metodológicas adotadas nos trabalhos acadêmicos. Os resultados oferecem *insights* sobre o desenvolvimento das compras públicas como campo de estudo, seu alinhamento com mudanças políticas e regulatórias, e sua natureza multidisciplinar. A seguir, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa, os achados mais importantes, e recomendações baseadas nos resultados obtidos.

6.1 Principais conclusões

A pesquisa revelou um crescimento significativo na produção científica sobre compras públicas no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, com picos observados em períodos que coincidem com marcos regulatórios e avanços tecnológicos no setor público. A análise bibliométrica identificou 1.007 trabalhos acadêmicos sobre o tema, mostrando uma tendência crescente ao longo dos anos. O aumento no número de trabalhos acadêmicos sobre compras públicas indica uma crescente conscientização sobre a relevância deste campo, tanto para a administração pública quanto para a sociedade. A academia parece estar respondendo a uma necessidade de desenvolver conhecimento que possa fundamentar melhorias nas políticas e práticas de compras públicas.

A análise dos dados referentes à última década (2013 a 2022) dessa pesquisa, mostra que o crescimento da produção de pesquisas sobre compras públicas (170,27%) ocorreu a uma taxa mais elevada do que o aumento da produção total de teses e dissertações registrada pela CAPES (21,66%) e o crescimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (28,70%). Além disso, ao comparar a taxa média de crescimento anual dos programas de pós-graduação entre 2013 e 2022 (2,56% ao ano) com a taxa média de crescimento anual da produção de teses e dissertações sobre compras públicas (10,45% ao ano), nota-se que o crescimento da produção acadêmica sobre compras públicas foi 4,08 vezes maior. De forma similar, ao comparar com a taxa média de crescimento anual da produção total de teses e dissertações registrada pela CAPES no mesmo período (1,98% ao ano), verifica-se que o crescimento da produção sobre compras públicas foi 5,28 vezes superior (ver subseção 4.1.1, p. 52).

Os dados sugerem que o volume dessa produção e sua tendência de crescimento estabelecem bases favoráveis para o desenvolvimento de um campo de conhecimento específico na área de compras públicas, impulsionado pela expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país.

A produção de trabalhos acadêmicos seguiu de perto o desenvolvimento das compras públicas como campo de estudo. Esse alinhamento é particularmente evidente nos períodos subsequentes a importantes reformas legais e regulatórias (ver subseção 4.1.3, p. 61). Assim, ao longo do período analisado, é plausível argumentar que a sucessão de mudanças e inovações nas compras públicas tenha atraído o interesse acadêmico crescente pelo tema, refletindo a dinâmica entre a prática de gestão de compras públicas e a produção de teses e dissertações no Brasil.

As teses e dissertações sobre compras públicas estão distribuídas por programas de pós-graduação *stricto sensu* em uma ampla variedade de áreas de conhecimento, totalizando 50, o que reflete a multidisciplinaridade do tema e sua presença em diversos campos acadêmicos (ver Tabela 12, p. 57). Os programas de mestrado e doutorado em Administração concentram a maior quantidade de trabalhos, com 197 no total, sendo 8 teses e 189 dissertações. A seguir, destacam-se os programas de Administração Pública, com 180 trabalhos, dos quais 4 são teses e 176 dissertações. A conexão entre o tema das compras públicas e os programas de Administração e Administração Pública se justifica pela sua natureza como uma função administrativa, conforme discutido na subseção 2.1.1 (p. 21). Essa relação institucional explica o elevado número de trabalhos nessas áreas (19,56% em Administração e 17,87% em Administração Pública), onde o foco está na gestão de processos e na otimização de recursos, aspectos fundamentais para a eficiência das compras públicas.

A área de Direito também apresenta um número considerável de trabalhos (16,39%), totalizando 165, sendo a maioria dissertações (149) em comparação a teses (16). A necessidade de conformidade com legislações específicas, como mencionado na subseção 2.1.2 (p. 23), destaca a importância de um arcabouço jurídico robusto e explica a afinidade do tema com a área de Direito. Juntas, as três áreas de conhecimento — Administração, Administração Pública e Direito — representam 53,82% da produção acadêmica analisada nessa pesquisa.

A pesquisa sobre compras públicas é realizada em todas as regiões do Brasil, com uma predominância na região Sudeste, seguida pelo Nordeste (ver Gráfico 7, p. 69). Apesar das variações no número absoluto de trabalhos, todas as regiões brasileiras contribuem de forma significativa para o campo de pesquisa sobre compras públicas. A diversidade de cidades que produzem estudos sobre o tema indica uma certa descentralização da pesquisa de compras

públicas no Brasil. Os resultados apontam para uma distribuição diversificada de teses e dissertações sobre compras públicas por todo o país, com uma presença relevante tanto em grandes centros urbanos quanto em cidades menores, sugerindo um interesse amplo e disseminado pelo tema em nível nacional (ver Tabela 15, p. 71, e Tabela 16, p. 73).

Algumas instituições se destacam pelo volume expressivo de trabalhos na área: a Universidade de Brasília (UnB), com 54 trabalhos (5,36% do total); a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro e São Paulo, com 48 trabalhos (4,77% do total); a Universidade Federal Fluminense (UFF), com 44 trabalhos (4,37% do total); e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 39 trabalhos (3,87% do total), evidenciando um notável foco de pesquisa sobre compras públicas (ver Tabela 17, p. 77). A produção de trabalhos sobre o tema ocorre em instituições de todas as regiões do Brasil, o que demonstra a presença nacional da pesquisa em compras públicas. Além das universidades, essa produção é realizada também em centros universitários e institutos de pesquisa que mantêm programas de mestrado e/ou doutorado, indicando que as pesquisas em compras públicas acontecem em diversos contextos acadêmicos.

Os subtemas mais abordados nas pesquisas sobre compras públicas refletem as prioridades contemporâneas no campo de estudo. Sustentabilidade e eficiência se destacam, demonstrando um foco nesses subtemas. A distribuição das pesquisas que abordam o subtema sustentabilidade mostra uma linha de tendência de crescimento ao longo dos anos, embora tenha apresentado uma redução no período entre 2018 e 2020. Eficiência emergiu nos últimos anos, entre 2018 e 2022 (Gráfico 21, p. 123), assim como o subtema governança, que apresentou o maior crescimento percentual no mesmo período. Outros subtemas como centralização, descentralização, impacto das compras públicas e reestruturação dos formatos de compra apresentam lacunas significativas, indicando oportunidades para novos estudos.

A análise do perfil temático das teses e dissertações sobre compras públicas defendidas entre 1993 e 2022 nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil revela uma variação significativa nas contribuições temáticas entre as instituições, refletindo diferentes focos de pesquisa e especializações (ver Tabela 20, p. 86). O subtema eficiência foi mais abordado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 48,7%, seguida pela Universidade Federal do Ceará (UFCE) com 42,9%, Universidade Federal da Bahia (UFBA) com 40,0%, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com 29,6%, e Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV-RJ) com 26,9%. O subtema sustentabilidade teve destaque na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) com 66,7%, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) com 45,8%, e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com 31,8%. A corrupção

e integridade foi explorada principalmente pela Universidade de São Paulo (USP) com 18,9%, UFPB com 18,2%, Universidade de Brasília (UnB) com 14,8%, e Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) com 14,3%. O subtema arcabouço legal e normativo foi predominantemente abordado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) com 27,3%, seguida pela USP com 18,9%, e pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com 15,0%.

Outras áreas de pesquisa também receberam atenção específica de certas instituições. Metodologias e ferramentas de gestão foram destacadas na produção acadêmica da FIOCRUZ com 35,0%, Universidade Federal Fluminense (UFF) com 18,2%, e UFES com 25,9%. Gestão de contratos teve maior enfoque na FGV-SP com 18,2%, na UFF com 15,9%, e na FGV-RJ com 15,4%. O subtema inovação e tecnologia teve representações variadas, com destaque na UnB com 9,3%, UFPB com 13,6%, e FGV-RJ com 15,4%. Participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas foi especialmente abordada pela UFCE com 14,3%, enquanto as outras instituições mantiveram uma participação de até 4,5%.

Cada instituição mostrou uma preferência por certos subtemas com base nas áreas de conhecimento dos seus programas de mestrado e doutorado. Por exemplo, a USP concentrou sua produção na área de Direito (59,46%), enquanto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) focou em Administração (40,54%) e Direito (18,92%), e o IDP majoritariamente em Administração Pública (75,00%). A Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) destacou-se em Direito (50,00%), e a UTFPR teve uma significativa produção em Planejamento Urbano e Regional (41,67%). Essa diversidade reflete uma ampla exploração dos desafios e inovações no campo das compras públicas no Brasil, com as IES contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e entendimento do tema.

Quanto às abordagens metodológicas, o estudo encontrou uma predominância de métodos qualitativos nas teses e dissertações analisadas, representando 55% do total, enquanto métodos mistos somam 33,4% e métodos quantitativos, 12% (ver seção 4.4, p. 106).

A análise da produção acadêmica sobre compras públicas por esfera de estudo mostra que a esfera federal é a mais abrangente (ver seção 4.5, p. 111), com 565 estudos, que focam principalmente em temas como sustentabilidade (145), eficiência (144), metodologia e ferramentas de gestão (54), gestão de contratos (39), e inovação e tecnologia (36). A esfera multiesfera, com 199 estudos, destaca subtemas como arcabouço legal e normativo (42), sustentabilidade (40) e inovação (20). A esfera estadual, com 131 estudos, concentra-se em eficiência (29) e sustentabilidade (23), enquanto a esfera municipal, com 85 estudos, prioriza sustentabilidade (16), eficiência (13), transparência (10), e participação social (10). A esfera internacional apresenta a menor contribuição, com 27 estudos, focados principalmente em

corrupção e integridade (7). Essa distribuição aponta para um maior foco nas esferas nacionais, especialmente no nível federal, enquanto a esfera internacional mostra menor interesse acadêmico. Subtemas como corrupção e integridade têm uma distribuição mais equilibrada entre as esferas, ao contrário de temas como reestruturação de compras e descentralização, que são menos abordados.

Quase metade dos trabalhos (47,77%) não possuem citações, o que sugere um alcance limitado ou menor visibilidade entre os pares acadêmicos. Trabalhos com apenas uma citação correspondem a 12,71% do total, enquanto aqueles com duas ou três citações representam 7,25% e 3,67%, respectivamente. Um percentual considerável de trabalhos (16,78%) não foi encontrado no Google Acadêmico, possivelmente indicando problemas de indexação ou publicação. Apenas uma pequena parcela de teses e dissertações apresenta um número maior de citações, o que demonstra que poucos estudos têm um impacto significativo no desenvolvimento teórico e prático das compras públicas. A distribuição dos dados (ver seção 4.7, p. 115) oferece um panorama sobre o nível de influência das pesquisas e evidencia a necessidade de estratégias para aumentar a visibilidade e o impacto acadêmico na área.

O subtema sustentabilidade emergiu como um subtema significativo, passando de 0% até 2010 para 51,4% em 2014, refletindo uma preocupação com a responsabilidade social e ambiental, conforme a seção 4.8 (p. 121). A inovação tecnológica também ganhou destaque, com tecnologias como *blockchain* e inteligência artificial sendo exploradas para melhorar os processos de compras públicas. O subtema corrupção e integridade, que era praticamente ausente entre 1993 e 2010, começou a ganhar relevância a partir de 2012, alcançando 8,0% em 2022, alinhando-se aos estudos de Hudon *et al.* (2021). A eficiência continua como um pilar central, variando de 13,3% a 38,5%, e chegando a 26% em 2022. O subtema governança, com percentuais variando de 0% a 10%, teve um aumento recente para 10% em 2022.

6.2 Limitações da pesquisa

Entre as limitações dessa pesquisa, destaca-se a representatividade do acervo de teses e dissertações disponibilizado em bases de dados públicas, o que pode ter excluído trabalhos relevantes não indexados. O recorte temporal (1993-2022) foi uma escolha metodológica fundamentada no marco da Lei nº 8.666 de 1993 (ver seção 1.4, p. 19), mas restringe a análise a esse período específico, podendo deixar de fora trabalhos importantes defendidos fora desse intervalo. A seleção das dissertações e teses foi baseada, principalmente, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e em repositórios eletrônicos de instituições nacionais de ensino

superior. A pesquisa acerca das citações foi realizada no Google Acadêmico (ver seção 3.1, p. 40). Portanto, trabalhos relevantes que não estejam nesses repositórios podem não ter sido considerados, limitando a abrangência dos resultados.

A análise dos dados foi realizada utilizando abordagens bibliométricas, que, embora robustas, possuem suas próprias limitações. Por exemplo, a análise bibliométrica depende da qualidade e da precisão dos metadados disponíveis nas bases de dados, o que pode levar a inconsistências e omissões. Além disso, a categorização dos subtemas foi baseada nas informações fornecidas nos resumos dos trabalhos, o que pode não refletir com precisão a totalidade do conteúdo de cada dissertação ou tese.

A pesquisa também enfrentou desafios relacionados à heterogeneidade dos programas de pós-graduação e das instituições de ensino superior. A diversidade nas metodologias e nos enfoques adotados pelos programas pode ter dificultado comparações diretas. Por fim, a interpretação dos dados está sujeita às limitações inerentes ao método de análise utilizado. As tendências identificadas refletem apenas os dados bibliométricos levantados e não capturam todas as dimensões da produção científica analisada, além das nuances e dinâmicas do campo de compras públicas. A pesquisa é essencialmente bibliométrica, e assim, deixa aberto o espaço para outros estudos que pretendam aprofundar o exame dos conteúdos dessa produção e de seu contexto de realização.

6.3 Recomendações

O estudo reconhece suas limitações, como a dependência de bases de dados públicas e a exclusão de outros formatos de produção científica como artigos e livros. Essas limitações sugerem a necessidade de uma abordagem mais abrangente que inclua outros tipos de publicação para uma compreensão mais completa do campo de compras públicas no Brasil. Futuros estudos também poderiam focar na análise de setores específicos, como saúde e educação, onde as compras públicas desempenham um papel crítico no fornecimento de bens e serviços essenciais.

Há uma clara falta de estudos sobre o impacto das compras públicas na economia, meio ambiente e sociedade. Pesquisas futuras podem focar no desenvolvimento de metodologias para avaliar o impacto econômico, ambiental e social das compras públicas, na criação de indicadores de desempenho específicos para medir o impacto das políticas de compras e na realização de estudos sobre o impacto das compras públicas em setores específicos.

A análise das citações de dissertações e teses sobre compras públicas aponta para a necessidade de ampliar a visibilidade e o impacto das pesquisas acadêmicas, incentivando temas que promovam avanços teóricos e aplicações práticas. Além disso, há uma demanda por explorar subtemas menos abordados e por integrar melhor as pesquisas ao debate acadêmico mais amplo e às necessidades do setor público.

A evolução observada na produção acadêmica sobre o tema é uma evidência fundamental que indica a importância de consolidar esse campo como uma área de estudo organizada e reconhecida, com programas de pós-graduação dedicados, eventos científicos específicos, publicações periódicas e linhas de pesquisa definidas. O aumento significativo na quantidade de teses e dissertações revela um interesse crescente da comunidade acadêmica e aponta para o potencial de desenvolvimento de um corpo teórico próprio, capaz de responder às demandas emergentes e de promover avanços no conhecimento sobre gestão de compras públicas. Dessa forma, a estruturação desse campo poderia não apenas estimular novas pesquisas e inovações, mas também contribuir para a formação de uma rede de pesquisadores e profissionais dedicada ao estudo e à melhoria das práticas de compras na administração pública.

6.4 Considerações finais

A pesquisa contribuiu para o entendimento da produção científica sobre compras públicas no Brasil, destacando a evolução temática e metodológica, as lacunas existentes e as oportunidades para futuras investigações. A análise revelou uma trajetória de crescente sofisticação teórica e metodológica, bem como uma maior conscientização sobre a importância de práticas de compras públicas mais responsáveis, eficientes e transparentes. As recomendações apresentadas visam não apenas preencher as lacunas identificadas, mas também contribuir para a construção de um sistema de compras públicas mais robusto e eficaz no Brasil.

Concluindo, este estudo alcançou com sucesso seus objetivos ao fornecer uma análise abrangente da produção acadêmica sobre compras públicas em programas de mestrado e doutorado no Brasil. Ele demonstrou como o campo evoluiu em resposta a mudanças regulatórias, avanços tecnológicos e desafios emergentes. A pesquisa também destacou a natureza multidisciplinar dos estudos de compras públicas e a necessidade de futuras pesquisas focarem em novos temas e contextos geográficos diversos. Assim, esta dissertação contribui significativamente para o corpo de conhecimento sobre compras públicas, oferecendo *insights* valiosos para acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Maria Alice Cruz. **Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência no Poder Executivo Federal** Fortaleza, Ceará. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALMEIDA, Eduardo Fonseca de; MACHADO, Roseli de Oliveira; COSTA, André Lucirton. Gestão de compras públicas: lead time e informatização. **Encontro Nacional da ANPAD**, v. 26, 2002.
- ALMEIDA, Karla Nazareth Correa de. **A pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada**. 2017. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNICAMP.
- ANACLETO, Elaine Aparecida Martins. **Minipúblicos como possibilidade de participação e deliberação em compras públicas**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.
- ARAÚJO, Paula Mara Costa de. **Processo licitatório tipo menor preço e eficiência em compras públicas: um estudo de caso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2012.
- ARAÚJO, Paulo Henrique Figueiredo de. **A modelagem das licitações como medida de combate a cartéis: uma análise sob o enfoque da transparência pública**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2019.
- ARROWSMITH, S.; DAVIES, A. **Public procurement: global revolution**. London: Kluwer Law International, 1998.
- ARROWSMITH, S.; TRYBUS, M. **Public procurement: the continuing revolution**. London: Kluwer Law International, 2003.
- ASSIS, Paloma Carpena de. **O observatório social de Maringá nas licitações: uma visão institucional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- BAILY, P.; FARMER, D.; JESSOP, D; JONES, D. **Compras: princípios e administração**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BALBINO, J.; DE FÁTIMA NUNES SILVA, H.; PENA DE COUTO, M. **Os múltiplos enfoques da interdisciplinaridade no ambiente acadêmico**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 17, n. 37, p. 1–21, 2021. DOI: 10.21713/rbpg.v17i37.1714. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1714>. Acesso em: 3 set. 2024.
- BARADEL, Evandro Meira. **Licitação como instrumento de política pública de desenvolvimento regional**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2011.

BATISTA, M. A. C.; MALDONADO, J.M.S.V. **O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S)**. RAP – Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 681-699, jul./ago. 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGES DE OLIVEIRA, E. A.; NEVES, F. J. T.; MORAIS, A. P. de O. O tratamento diferenciado das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil e as tendências law and economics. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. RFD. n. 41. 2022. p. 1-33. <https://doi.org/10.12957/rfd.2022.51711>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Decreto nº 2.926, de 14 de maio de 1862. Aprova o regulamento para as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1862**, v. 1, p. 126. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2926-14-maio-1862-555553-publicacaooriginal-74857-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922. Organiza o código de contabilidade da União. **Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, RJ**, 28 jan. 1922. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4536-1922.htm>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial da União, DF**, 06 jun. 2012. Acesso em: 06 jun. 2024.

_____. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial da União, DF**, 23 jan. 2013. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967. Estabelece normas para contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 24 fev. 1967. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos-leis/1965-a-1988-decretos-leis>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 27 fev. 1967. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos-leis/1965-a-1988-decretos-leis>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986. Dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 25 nov. 1986. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2300-86.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. **Integridade nas compras públicas**. Brasília, 2019. Disponível em <<http://enccla.camara.leg.br/acoes/arquivos/resultados-enccla-2019/cartilha-integridade-compras-publicas>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

_____. Lei nº 5.456, de 20 de junho de 1968. Dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas as licitações previstas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 21 jun. 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15456.htm>. Acesso em: 19 ago. 2023.

_____. Lei nº 5.721, de 26 de outubro de 1971. Dispõe sobre normas relativas às licitações e alienações de bens do Distrito Federal. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 27 out. 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15721.htm>. Acesso em: 19 ago. 2023.

_____. Lei nº 6.946, de 17 de setembro de 1981. Atualiza os limites de valor aplicáveis às diferentes modalidades de licitações, simplifica a organização de cadastros de licitantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 17 set. 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6946.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 22 jun. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 18 jul. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 5 de agosto de 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112462.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

_____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 2 abr. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm>. Acesso em: 17 ago. 2023.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 15 dez. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000. Institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 5 maio 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/2026.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. Edição 3. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020.

CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Compras governamentais: mapeamento preliminar de estudos na área de administração pública e das principais questões de pesquisa**. In: Encontro de Administração Pública e Governança – ENAPG, Salvador, 14 de novembro de 2008.

CAREGNATO, Sonia Elisa. **Google Acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: avaliação da precisão das buscas por autor**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 5, n. 3, p. 72-86, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5682>. Acesso em: 05 set. 2024.

CARTER, J. R.; NARASIMHAN, R. Purchasing and Supply Management: Future Directions and Trends. **Journal of Supply Chain Management**, v. 32, n. 4, p. 2-12, 2006.

CESAR, Florence Vieira D Albuquerque. **Análise comparativa da legislação brasileira com o modelo europeu de compras públicas de inovação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

CHRISTOPHER, Martin. **Logistics and supply chain management: creating value-adding networks**. 4. ed. Harlow: Pearson, 2016.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, S. L. da. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto -

CBGDP. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2011.

COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. **Compras públicas: para além da economicidade**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

COSTA, C. C. M. **O dinheiro público pelo ralo: ensaios em gestão e corrupção**. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração do Estado de São Paulo – Eaesp/FGV, 2016.

COSTA, Thalles Fomes Camello da. **Contratações públicas populares**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA CUNHA, Helton Souza; FERREIRA, Cristiano Vasconcellos; MURARI, Thiago Barros. Governança nas contratações públicas: referencial teórico. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 7, p. e4029-e4029, 2024.

DE REZENDE, Elvira Carolina Moreira; MOREIRA, Marina Figueiredo. **Desempenho das compras governamentais: revisão da literatura nacional recente e proposição de uma agenda de pesquisa**. *Gestão & Regionalidade*, v. 37, n. 112, 2021.

DIMITRI, N.; DINI, F.; PIGA, G.; ZANZA, Matteo. When should procurement be centralized? In: DIMITRI, N.; PIGA, G.; SPAGNOLO, G. (Eds.). **Handbook of Procurement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 47-81.

DIMITRI, N.; PIGA, G.; SPAGNOLO, G. Introduction. In: Idem (Eds.). **Handbook of Procurement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

DOURADO, Fabiane Aragão Martins. **Desempenho em processos de compras e contratações públicas: um estudo a partir dos valores organizacionais e dos instrumentos de governança recomendados pelo Tribunal de Contas da União**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

DUARTE, Karen Sabrina Bayestorff. **Transparência como elemento de accountability nas compras públicas: uma proposta para o poder executivo do estado de Santa Catarina**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ESCORCIA, J. P. Estudo bibliométrico de publicações científicas em bases de dados. In: TÁPANES, G.T. L.; ALFONSO, O. G. **Estudio bibliométrico de la Revista CorSalud**. *Revista Biblios*, nº 52, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2013.126>.

FARIA, Ana Rute Ribeiro Matos de. **Análise da gestão e fiscalização de contratos de obras públicas**: reflexões sobre o processo decisório a partir da teoria dos stakeholders. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FARIA, Isaac Euzebio de. **Procedimento para estimular a participação das MPEs nas compras públicas via pregão eletrônico no IF Sudeste MG - Campus Muriaé**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019.

FASSIO, Rafael Carvalho de. **Novos parâmetros para o poder de compra do Estado**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.2.2017.tde-27112020-164031. Acesso em: 29 ago. 2023.

FENILI, Renato. **Governança em aquisições públicas**: teoria e prática à luz da realidade sociológica. Niterói, RJ. Impetus: 2018.

FERNANDES, C. C. C. **A centralização das compras na administração federal** – lições da história. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, DF, 8 de maio de 2015.

_____. **A experiência do pregão nas compras públicas**: oportunidade e inovação. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 9. jun. 2016, Brasília. Anais. Brasília: CONSAD, 9 jun. 2016.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. **Política de compras e contratações**: trajetória e mudanças na administração pública federal brasileira. Tese (Doutorado em Administração) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **A trajetória da construção do arcabouço legal das compras e contratações na administração pública federal brasileira**: processo decisório e oportunidade política. In: XIX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Quito, Ecuador. 2014. 28 p. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1716>>. Acesso em: 22 set. 2023.

_____. **Compras públicas: da reforma gerencial à inovação impulsionada pela tecnologia**. In: CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; SILVA, Mauro Santos [orgs]. **Reformas do estado no Brasil**: trajetórias, inovações e desafios, Brasília, CEPAL; Rio de Janeiro: Ipea, 2020, p. 301-323 [Cap. 11].

_____. **Compras Públicas no Brasil**: tendências de inovação, avanços e dificuldades no período recente. Administração Pública e Gestão Social, v.11, n. 4, p. 1-19, 2019.

FERREIRA, Jose Roberto Chagas. **Governança das aquisições**: a implementação de um plano de gestão de riscos em uma seção de licitações do Exército Brasileiro. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.

FLYNN, Anthony; DAVIS, Paul. Theory in public procurement research. **Journal of Public Procurement**, v. 14, n. 21, p. 139-180, 2014. DOI: 10.1108/JOPP-14-02-2014-B001

FRANCISCO, Priscilla de Souza. **O uso do poder de compra do Estado como instrumento de fomento à inovação**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREITAS, Marcelo de. **Investigação das causas dos problemas de gestão e execução dos contratos de prestação de serviços contínuos, licitados por pregão eletrônico, pela Diretoria de Administração do Campus - DIRAC/FIOCRUZ**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2011.

FURTADO, Madeleine Rocha; FURTADO, Monique R. Rocha; VIEIRA, Antonieta Pereira; VIEIRA, Henrique Pereira. **Gestão de contratos de terceirização na Administração Pública: teoria e prática**. 7. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

GUARNIERI, Patricia; GOMES, Ricardo Corrêa. Can public procurement be strategic? A future agenda proposition. **Journal of Public Procurement**, v. 19, n. 4, p. 295-321, 2019.

GUIDUGLI FILHO, Roberto Rafael. **Modelo de gestão de contratos para obras públicas habitacionais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2002.

HUDON, Pierre-André; DUMAS, Philippe; GARZÓN, César. Recent research on public procurement: Should it become a subfield of public administration? **Canadian Public Administration**, v. 64, n. 2, p. 179-201, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/capa.12414>>.

HUMPHREYS, P.; MCIVOR, R.; MCALEER, E. Re-engineering the purchasing function. **European Journal of Purchasing & Supply Management**, n.6, p. 85-93, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 set. 2024.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c>. Acesso em: 07 set. 2024.

_____. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 07 set. 2024.

IZAAC FILHO, Neder Renato. **Sistema de compras eletrônicas por leilão reverso: estudo dos impactos observados na experiência do estado de São Paulo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2004.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. **O governo contratando com as micro e pequenas empresas: o estatuto a micro e pequena empresa fomentando a economia do país**. Brasília: SEBRAE, 2013. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/60b93fddfb763fe909a1ae2d9b2146e8/\\$File/4970.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/60b93fddfb763fe909a1ae2d9b2146e8/$File/4970.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2023.

KELMAN, Steven. **Gestão estratégica da contratação**. In Medeiros, Paulo Cesar e Levy, Evelyn (orgs). *Novos Caminhos da Gestão Pública - Olhares e Dilemas*. Rio de Janeiro: Qualitymark; Brasília: CONSAD, 2009, p.77-91. ISBN 8573038713

_____. **O estado comprador**. In: Congresso Consad de Gestão Pública, 2008, Brasília, DF.

KOALA, Kouliga; STEINFELD, Joshua. Theory building in public procurement. **Journal of Public Procurement**, v. 18, n. 4, p. 282-305, 2018.

LESSA, Marcus Augustus. **Compras públicas como políticas de incentivo à inovação: uma análise institucionalista do Small Business Innovation Research**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, João Walter Cotrim. **Blockchain na prevenção de conflitos em licitações públicas**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos) — Universidade de Araraquara, Araraquara, 2022.

MADEIRA, Cleiton Mateini. **Framework para plano anual de contratações: tratamento do trade-off demandas e orçamento**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

MALACINA, I.; KARTTUNEN, E.; JÄÄSKELÄINEN, A.; LINTUKANGAS, K.; HEIKKILÄ, J.; KÄHKÖNEN, A. Capturing the value creation in public procurement: A practice-based view. **Journal of Purchasing & Supply Management**, v. 28, 2022. DOI: 10.1016/j.pursup.2021.100745.

MANDARINO, Marcelo Longo Freitas. **Dificuldades das Micro e Pequenas Empresas nos Processos Licitatórios em Tempos de Pandemia**. 2021. 160 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade do Grande Rio - Prof. José de Souza Herdy, Duque de Caxias. Biblioteca Depositária: Biblioteca Euclides da Cunha - Campus I, UNIGRANRIO.

MARINHO, Fernando Henrique. **Barreiras das micro e pequenas empresas na participação dos processos licitatórios: um estudo das licitações na Universidade Federal de Viçosa-MG**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2018.

MELO, Diego Vieira de. **Governança em compras públicas: um estudo em uma instituição de ensino superior**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MENDES, Marcio Lopes. **Processo licitatório como fonte de oportunidade empreendedora em micro e pequenas empresas de base tecnológica**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017.

MENEZES, Ana Paula Veras Carvalho. **Inteligência artificial para identificação de indícios de fraude e corrupção em compras públicas no TCU**. 2021. 109 f. (Mestrado Profissional

em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.

MOGRE, R.; LINDGREEN, A.; HINGLEY, M. Tracing the evolution of purchasing research: future trends and directions for purchasing practices. **Journal of Business and Industrial Marketing**, v. 32, n. 2, p. 251–257, 2017.

MOTA, Alexandre Ribeiro. **O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público federal norte-americano e brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MOTA, Luiza Alvarenga. **Aplicação de métodos e ferramentas de gestão aos processos de contratação na administração pública**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 1, p. 189-206, 2015.

OSHIRO, W. H.; RENDA DOS SANTOS, L. M.; JESUS-LOPES, J. C. **Compras públicas: levantamento bibliométrico da produção científica do portal de periódicos CAPES/MEC, entre 1995 e 2015**. In: Congresso Nacional de Mestrados profissionais em Administração Pública, 2016, Curitiba, PR.

PALUDO, Augustinho V.; OLIVEIRA, Antonio G. **Governança organizacional pública e planejamento estratégico: para órgãos e entidades públicas**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.

PATRUCCO, A. S.; LUZZINI, D.; RONCHI, S. A systematic literature review on Public Procurement: past trends, future developments. In: **Proceedings to the 20th EUROMA conference**. 2013. p. 1-10.

PEREIRA, João Paulo. **Desenvolvimento de ferramenta digital “LicitaScan” para checagem de documentação em licitações de obras de engenharia na área de saneamento básico**. 2020. Tese (Doutorado em Tecnologia Ambiental) - Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2020.

PIERRE, John. **Debating Governance – Authority, Steering, and Democracy**. Published in the United States by Oxford University Press Inc., New York, 2000.

PRADO, Victor José Neris do. **A produção científica relacionada ao tema compras públicas nos encontros anuais do EnANPAD e congresso USP de controladoria e contabilidade: análise bibliométrica no período de 2008-2013**. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/12565>>.

RIBEIRO, Cássio Garcia; INÁCIO JR., Edmundo. **O mercado de compras governamentais brasileiro (2006-2017): mensuração e análise**. Brasília: IPEA, 2019. (Textos para Discussão,

n. 2476). Disponível em:
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9315/1/td_2476.pdf.

RIBEIRO, Eduardo Martins. **Proposição de um modelo de melhoria no processo de pregão eletrônico**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2021.

ROSILHO, André Janjácomo. **As licitações segundo a Lei 8.666**: um jogo de dados viciados. Revista de Contratos Públicos, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 7, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4900943&forceview=1>>. Acesso em: 24 set. 2023.

ROSILHO, André Janjácomo. **Qual é o modelo legal das licitações no Brasil?** As reformas legislativas federais no sistema de contratações públicas. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SAMPAIO, Adilson da Hora. **Um estudo sobre a participação das micro e pequenas empresas nos pregões eletrônicos realizados na FIOCRUZ/BA**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Fabio de Sousa. **Análise comparada da competição na contratação pública brasileira e estadunidense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

SANTOS, Franklin Brasil; DE SOUZA, Kleberson Robert. **Como combater a corrupção em licitações**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SANTOS, Felipe Vilaça Loureiro. **Centralização de compras públicas**: a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Dissertação (Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) – Orientação: Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes. Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Brasília, 2019.

SCHAPPER, P. R.; VEIGA MALTA, J. N.; GILBERT, D. L. An analytical framework for the management and reform of public procurement. **Journal of Public Procurement**, v. 6, n. 1-3, p. 1-26, 2006.

SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho. **Controle das compras públicas, inovação tecnologia e inteligência artificial**: o paradigma da administração pública digital e os sistemas inteligentes na nova lei de licitações e contratos administrativos. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SCHOTTZ, Vanessa. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: controvérsias sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. 2017. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Maria de Jesus Lopes. **Fiscalização de contratos administrativos na Universidade Federal do Ceará**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, Renato Cader da. **Avaliação dos impactos dos fatores comportamentais e organizacionais nas decisões de compras públicas sustentáveis do setor público brasileiro**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Soraia Sorice da; OLIVEIRA, Míriam Aparecida Mesquita; LOPES, André Vaz. **Panorama da produção científica sobre compras públicas no Brasil: temas em destaque e agenda de pesquisa**. In: Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 3, 2019, Florianópolis, SC.

SILVEIRA, Victor Andrade da. **Uma proposta de utilização de sistemas baseados na tecnologia blockchain para aquisições sustentáveis a partir da percepção de gestores públicos**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SIQUEIRA, Leonardo da Costa. **Aplicação do isomorfismo normativo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) nas compras governamentais brasileiras**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, Laura Letsch. **Transparência em compras públicas: proposta de um índice da transparência na gestão de compras públicas aplicadas aos websites de municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOROMENHO, Adriano Silva. **Uso do poder de compras do Estado como instrumento de política pública de incentivo à inovação no Brasil: desafios e possibilidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

SOUSA, Rosalia de Castro. **As regras do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a concorrência do mercado editorial brasileiro**. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília. Biblioteca Depositária: Biblioteca IDP. Disponível em: <<https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2503/1/SOUSA%2C%20Rosalia%20de%20Castro.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2023.

SOUZA, Kleberon Roberto de. **Influência das estruturas e dos processos de governança e gestão de aquisições no desempenho das compras públicas**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, Virley Lemos de. **Lean Thinking: proposta para melhoria das práticas de gestão em licitações de obras públicas**. 2016. Tese (Doutorado em Estruturas e Construção Civil) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, Welson Kleiton Antonio de. **A utilização do poder de compra governamental: uma análise da política de compras sustentáveis de Minas Gerais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2014.

STRUECKER, Denise Regina. **Diretrizes e ações para a participação social nas contratações públicas**: estudo do caso da concessão do transporte coletivo de Florianópolis/SC. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SVIDROŇOVA, M. M.; MERIČKOVÁ, B. M.; GONDÁŠOVÁ, L. E-procurement in Contracting-out of Public Goods and Services: Evidence from Slovakia. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, v. 9, n. 1, p. 57–71, 2016. DOI: 10.1515/nispa-2016-0003.

TEIXEIRA, Maria Fernanda de Faria Barbosa. **Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas**: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TERRA, Antonio Carlos Paim. **Compras públicas inteligentes**: um modelo de análise estratégica para a gestão das compras públicas—estudo de caso do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. 2016.

THAI, K. V. Public procurement re-examined. **Journal of Public Procurement**, v. 1, n. 1, p. 9-50, 2001.

TRAMMELL, Evelyn; ABUTABENJEH, Sawsan; DIMAND, Ana-Maria. A Review of Public Administration Research: Where Does Public Procurement Fit In? **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 8, p. 655-667, 2020. DOI:10.1080/01900692.2019.1644654.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Dados de contratações públicas do governo federal**: um quebra-cabeças incompleto. São Paulo: Transparência Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/>. Acesso em: 05 set. 2024.

TRIANOSKI, Juliana. **As compras públicas sustentáveis no Brasil**: um estudo nas universidades federais. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ZAGO, Marina Fontao. **Poder de compra estatal para a implementação de políticas públicas**: o uso derivado da contratação pública. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZILIOTTO, Mirela Miró. **A importância da aplicação da tecnologia blockchain nas contratações públicas no Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Curitiba, 2021.

ANEXO A - Tabela de áreas de conhecimento elaborada pela CAPES

O ANEXO A apresenta a tabela de áreas de conhecimento elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

ÁREAS DE CONHECIMENTO

ACÚSTICA
ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
ADMINISTRAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS
ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGRONOMIA
ALERGOLOGIA E IMUNOLOGIA CLÍNICA
ANATOMIA PATOLÓGICA ANIMAL
ANATOMIA PATOLÓGICA E PATOLOGIA CLÍNICA
ANESTESIOLOGIA
ANTROPOLOGIA
ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS
ANÁLISE
APROVEITAMENTO DA ENERGIA
APROVEITAMENTO DE ENERGIA
AQUICULTURA
ARQUEOLOGIA
ARQUITETURA E URBANISMO
ARQUIVOLOGIA
ARTES
ASTRONOMIA
AUTOMAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ELÉTRICOS E INDUSTRIAIS
BIBLIOTECONOMIA
BIOFÍSICA
BIOLOGIA E FISILOGIA DOS MICROORGANISMOS
BIOLOGIA GERAL
BIOLOGIA MOLECULAR
BIOQUÍMICA
BIOTECNOLOGIA
BOTÂNICA
BOTÂNICA APLICADA
CANCEROLOGIA
CARDIOLOGIA
CIRURGIA
CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL
CIRURGIA EXPERIMENTAL
CIRURGIA OTORRINOLARINGOLOGIA
CIRURGIA PLÁSTICA E RESTAURADORA
CIRURGIA UROLÓGICA

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CIÊNCIA DE ALIMENTOS
CIÊNCIA DO SOLO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
CIÊNCIA POLÍTICA
CIÊNCIAS AMBIENTAIS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CLIMATOLOGIA
CLÍNICA MÉDICA
CLÍNICA ODONTOLÓGICA
CLÍNICA VETERINÁRIA
COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO VISUAL
CONFORMAÇÃO MECÂNICA
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES ANIMAIS
CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA
DANÇA
DEFESA FITOSSANITÁRIA
DEMOGRAFIA
DERMATOLOGIA
DESENHO INDUSTRIAL
DIREITO
DIREITO CIVIL
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DIREITO PÚBLICO
DIREITOS ESPECIAIS
DISTÚRBIOS PSICOSSOMÁTICOS
DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS
ECOLOGIA
ECOLOGIA APLICADA
ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS
ECONOMIA
ECONOMIA AGRÁRIA
ECONOMIA DOS RECURSOS HUMANOS
ECONOMIA GERAL
ECONOMIA REGIONAL
ECONOMIA REGIONAL E URBANA
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO DE ADULTOS
EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS
EDUCAÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO FÍSICA
EDUCAÇÃO RURAL
ENDOCRINOLOGIA
ENDODONTIA
ENFERMAGEM
ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA

ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
ENGENHARIA AEROESPACIAL
ENGENHARIA AGRÍCOLA
ENGENHARIA BIOMÉDICA
ENGENHARIA CIVIL
ENGENHARIA DE ALIMENTOS
ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA
ENGENHARIA DE MINAS
ENGENHARIA DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ENGENHARIA DE SOFTWARE
ENGENHARIA DE TRANSPORTES
ENGENHARIA DE ÁGUA E SOLO
ENGENHARIA ELÉTRICA
ENGENHARIA HIDRÁULICA
ENGENHARIA MECÂNICA
ENGENHARIA NAVAL E OCEÂNICA
ENGENHARIA NUCLEAR
ENGENHARIA QUÍMICA
ENGENHARIA SANITÁRIA
ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
ENSINO
ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
ENSINO PROFISSIONALIZANTE
ENSINO-APRENDIZAGEM
EPIDEMIOLOGIA
EPISTEMOLOGIA
ESTADO E GOVERNO
ESTATÍSTICA
ESTRUTURAS
ESTRUTURAS NAVAIS E OCEÂNICAS
EXTENSÃO RURAL
FARMACOLOGIA
FARMACOLOGIA BIOQUÍMICA E MOLECULAR
FARMÁCIA
FILOSOFIA
FINANÇAS PÚBLICAS INTERNAS
FISIOLOGIA
FISIOLOGIA DOS ÓRGÃOS E SISTEMAS
FISIOLOGIA GERAL
FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
FITOPATOLOGIA
FITOSSANIDADE
FITOTECNIA
FONOAUDIOLOGIA
FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL
FÍSICA
FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA
GARANTIA DE CONTROLE DE QUALIDADE
GASTROENTEROLOGIA

GENÉTICA
GENÉTICA HUMANA E MÉDICA
GENÉTICA MOLECULAR E DE MICROORGANISMOS
GEOCIÊNCIAS
GEODÉSIA
GEOFÍSICA
GEOGRAFIA
GEOGRAFIA REGIONAL
GEOLOGIA
GEOQUÍMICA
GEOTÉCNICA
GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
HEMATOLOGIA
HISTÓRIA
HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL
HISTÓRIA DA ARTE
HISTÓRIA DO BRASIL
HISTÓRIA DO DIREITO
HISTÓRIA REGIONAL DO BRASIL
IMUNOLOGIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
INSTRUMENTAÇÃO PARA MEDIDA E CONTROLE DE RADIAÇÃO
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL, CONFLITO, GUERRA E PAZ
INTERDISCIPLINAR
IRRIGAÇÃO E DRENAGEM
JORNALISMO E EDITORAÇÃO
LETRAS
LINGÜÍSTICA
LINGÜÍSTICA APLICADA
LITERATURA BRASILEIRA
LITERATURA COMPARADA
LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
LÍNGUA PORTUGUESA
MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO
MANEJO FLORESTAL
MATEMÁTICA
MATEMÁTICA APLICADA
MATERIAIS
MATERIAIS E COMPONENTES DE CONSTRUÇÃO
MATERIAIS ODONTOLÓGICOS
MEDICINA
MEDICINA PREVENTIVA
MEDICINA VETERINÁRIA
MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA
MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS
MELHORAMENTO VEGETAL
MERCADOLOGIA
METEOROLOGIA
MICROBIOLOGIA
MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA

MICROBIOLOGIA APLICADA
MORFOLOGIA
MUSEOLOGIA
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
MÚSICA
NEFROLOGIA
NEGÓCIOS INTERNACIONAIS
NEUROFISIOLOGIA
NEUROLOGIA
NUTRIÇÃO
NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL
OBRAS DE TERRA E ENROCAMENTO
OCEANOGRAFIA
OCEANOGRAFIA BIOLÓGICA
OCEANOGRAFIA GEOLÓGICA
ODONTOLOGIA
ODONTOLOGIA SOCIAL E PREVENTIVA
ODONTOPEDIATRIA
OFTALMOLOGIA
OPERAÇÕES CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS BIOQUÍMICOS
ORTODONTIA
ORTOPEDIA
OUTRAS LITERATURAS VERNÁCULAS
OUTRAS SOCIOLOGIAS ESPECÍFICAS
PARASITOLOGIA
PEDIATRIA
PESQUISA OPERACIONAL
PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
PNEUMOLOGIA
POLÍMEROS, APLICAÇÕES
POLÍTICA INTERNACIONAL
POLÍTICAS PÚBLICAS
PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
PROCESSOS BIOQUÍMICOS
PROCESSOS DE FABRICAÇÃO
PROCESSOS INDUSTRIAIS DE ENGENHARIA QUÍMICA
PRODUÇÃO ANIMAL
PSICOBIOLOGIA
PSICOLINGUÍSTICA
PSICOLOGIA
PSICOLOGIA COGNITIVA
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
PSICOLOGIA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM
PSICOLOGIA DO TRABALHO E ORGANIZACIONAL
PSICOLOGIA EXPERIMENTAL
PSICOLOGIA SOCIAL
PSIQUIATRIA
QUALIDADE DO AR, DAS ÁGUAS E DO SOLO

QUÍMICA
QUÍMICA ANALÍTICA
QUÍMICA DOS PRODUTOS NATURAIS
QUÍMICA ORGÂNICA
RADIOLOGIA MÉDICA
RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA
RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL
RECURSOS HÍDRICOS
RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS
REPRODUÇÃO ANIMAL
REUMATOLOGIA
SANEAMENTO AMBIENTAL
SAÚDE COLETIVA
SAÚDE E BIOLÓGICAS
SAÚDE MATERNO-INFANTIL
SAÚDE PÚBLICA
SENSORIAMENTO REMOTO
SERVIÇO SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL APLICADO
SISTEMA DE COMPUTAÇÃO
SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES
SISTEMAS ELETRÔNICOS DE MEDIDAS E DE CONTROLE
SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA
SOCIAIS E HUMANIDADES
SOCIOLOGIA
SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
TAXONOMIA DE CRIPTÓGAMOS
TAXONOMIA DOS GRUPOS RECENTES
TEATRO
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
TECNOLOGIA DE ARQUITETURA E URBANISMO
TECNOLOGIA DE CELULOSE E PAPEL
TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL
TECNOLOGIA EDUCACIONAL
TECNOLOGIA QUÍMICA
TELEINFORMÁTICA
TEOLOGIA
TEOLOGIA PASTORAL
TEORIA ANTROPOLÓGICA
TEORIA DO DIREITO
TEORIA E MÉTODO EM ARQUEOLOGIA
TEORIA ECONÔMICA
TEORIA LITERÁRIA
TERMODINÂMICA
TOXICOLOGIA
TRATAMENTO E PREVENÇÃO PSICOLÓGICA
TURISMO
TÉXTEIS
ZOOLOGIA

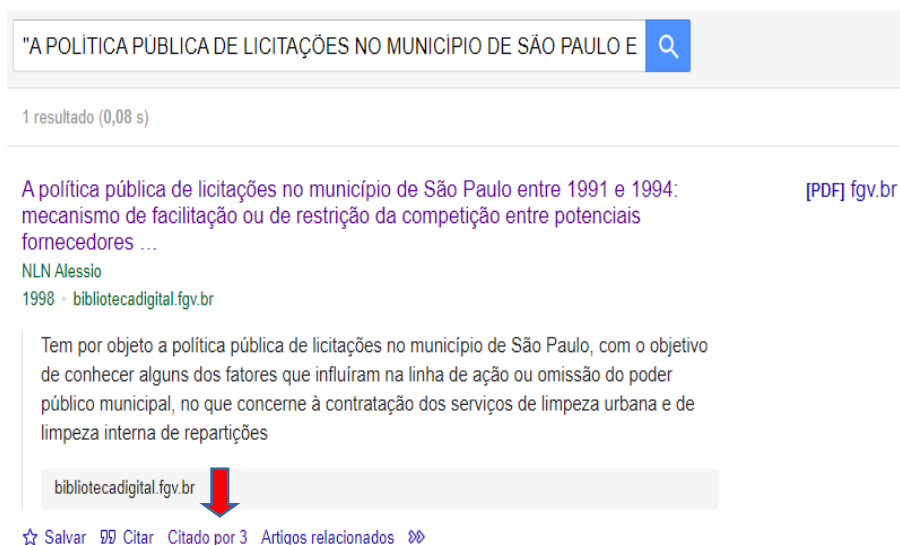
ZOOLOGIA APLICADA
ZOOTECNIA
ÉTICA

APÊNDICE A - Procedimentos de busca por citações no Google Acadêmico

Este apêndice detalha os procedimentos utilizados para a busca e registro de citações de dissertações e teses no Google Acadêmico. O objetivo desses procedimentos é assegurar a precisão na coleta de dados sobre a quantidade de citações de trabalhos acadêmicos específicos, garantindo que apenas os melhores resultados sejam considerados. A seguir, são descritos os passos adotados para a realização da busca e registro de citações:

Incluindo apenas os melhores resultados:

- 1) Acessar o site <https://scholar.google.com/>;
- 2) Digitar o título da dissertação/tese, entre aspas, na barra de busca;
- 3) Clicar na “lupa” para realizar a busca;
- 4) Analisar o resultado da busca e certificar-se de que o resultado apresentado é de fato idêntico ao digitado;
- 5) Se o resultado da busca for idêntico ao trabalho pesquisado, incluindo o(a) autor(a), e apresentar alguma citação, registrar a quantidade de citações apresentadas;



- 6) Se o resultado apresentado for apenas dados referentes ao próprio trabalho pesquisado, sem qualquer citação, registrar 0 (zero) na planilha;

"RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO JURISDICIONAL LÍCITO: PRISÃO PREVENTIVA E POSTERIOR ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO" 

1 resultado (0,03 s)

Responsabilidade do estado por ato jurisdicional lícito: prisão preventiva e posterior absolvição do acusado

JEN Meneghelli

2023 · icts.unb.br

Esta dissertação tem por objetivo, partindo do pressuposto contextualizado por um Estado Democrático, demonstrar que o Estado é responsável pela prática de ato jurisdicional lícito, consubstanciado na prisão preventiva. O Estado que tem finalidade de realizar o bem comum, sendo o ser humano fim, não instrumento para dominação e exploração, não pode ser irresponsável por seus atos. Democracia não se compatibiliza com irresponsabilidade. No início, não se admitia qualquer responsabilidade do Estado

[MOSTRAR MAIS](#) ▾

☆ Salvar  Citar [Artigos relacionados](#) [Todas as 4 versões](#) 

7) Se a busca retornar a mensagem “sua pesquisa ‘título do trabalho’ – não encontrou nenhum artigo correspondente”, registrar * (asterisco) na planilha;

"PRIVATIZAÇÃO DAS RODOVIAS BRASILEIRAS E O LEILÃO POR MENOR VALOR PRESENTE DAS RECEITAS" 

Sua pesquisa - "PRIVATIZAÇÃO DAS RODOVIAS BRASILEIRAS E O LEILÃO POR MENOR VALOR PRESENTE DAS RECEITAS" - não encontrou nenhum artigo correspondente.

Sugestões:

Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.

Tente palavras-chave diferentes.

Tente palavras-chave mais genéricas.

Tente usar menos palavras-chave.

[Experimente consultar em toda a Web](#)

8) Se o resultado apresentado não for idêntico ao título buscado, incluindo o (a) autor(a), realizar o download do arquivo referente ao resultado da busca e confirmar se consta no mesmo citação ao trabalho pesquisado, se a citação for confirmada, incluir o registro na planilha;

"SEGURO GARANTIA COMO ALTERNATIVA ÀS OBRAS PÚBLICAS PARA O CUMPRIMENTO DE OBRAS PÚBLICAS" 

1 resultado (0,06 s)

Dica: Pesquisa para resultados somente em Português (Brasil). Você pode especificar seu idioma para pesquisa em [Configurações do Acadêmico](#).

Análise econômica do direito e contratações públicas: o Performance Bond em contratos de obras públicas como instrumento para mitigar a assimetria de ...

[\[PDF\] fgv.br](#)

PHC Lopes - 2020 - bibliotecadigital.fgv.br

O tema das contratações públicas é muito trabalhado no Direito Administrativo brasileiro.

Todavia, a literatura especializada dedica poucos esforços para realizar uma análise do tema ...

☆ Salvar  Citar [Citado por 1](#) [Artigos relacionados](#) 

9) Se forem apresentados mais de um resultado, somar as citações, verificar os detalhes delas para excluir os duplicados, e registrar o resultado na planilha

"ANÁLISE DE LEILÕES NO SETOR ELÉTRICO: ENERGIA E TRANSMISSÃO" 

[Análise de leilões no setor elétrico: energia e transmissão](#)

[\[PDF\] ufpe.br](#)

[AP Cezario - 2007 - repositorio.ufpe.br](#)

Diversos países no mundo inteiro já passaram por um processo de reforma e reestruturação do setor elétrico. No Brasil, além de introduzir competição buscava-se investimento, eficiência e segurança no setor. Neste contexto, a principal forma de compra e venda de energia tem sido os leilões. Este é um mecanismo dinâmico e eficiente na formação de preços. Diversos leilões já foram realizados no Brasil movimentando investimentos de milhões de reais e contribuindo para o desenvolvimento do país. De modo especial, os ...

☆ Salvar  Citar Citado por 3 Artigos relacionados Todas as 2 versões 

[citação] [Análise de leilões no setor elétrico: energia e transmissão. 2007. 126 f](#)

[AP CEZARIO - 2007 - Dissertação \(Mestrado em ...](#)

☆ Salvar  Citar Citado por 2 Artigos relacionados

Mostrando os melhores resultados para esta pesquisa. Ver todos os resultados

APÊNDICE B – Relação da produção científica nos programas de mestrado e doutorado

O APÊNDICE B apresenta a amostra de teses e dissertações utilizada na análise bibliométrica dessa pesquisa, abrangendo produções científicas sobre compras públicas defendidas em programas de mestrado e doutorado no Brasil, entre 1993 e 2022. A amostra foi selecionada a partir de uma busca sistemática em bases de dados nacionais, incluindo o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, repositórios eletrônicos de instituições de ensino superior e o Google Acadêmico (ver seção 3.1, p. 40).

01. ABATTI, F. Serviço de outsourcing de impressão e sua viabilidade: um estudo na UTFPR campus Medianeira. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636563. Acesso em: 07 fev. 2024.

02. ABREU, R. V. de. Estratégias e ganhos nos leilões públicos: um estudo do comprasnet sobre o caso de medicamentos. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/498>. Acesso em: 06 fev. 2024.

03. ADAMO, G. A. Cartel em licitação: o papel dos programas de compliance em sua prevenção. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-25092020-164915/pt-br.php>. Acesso em: 07 fev. 2024.

04. ADRIANO, P. R. Processos licitatórios: legislação e formalização. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=83582. Acesso em: 07 fev. 2024.

05. AGUIAR, D. A. Aplicação dos critérios de sustentabilidade nas licitações públicas na UFES: análise e propostas. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7762662. Acesso em: 06 fev. 2024.

06. AGUIAR, F. Governo e sustentabilidade: uma análise do desenvolvimento sustentável sob a ótica da administração pública federal. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9129801. Acesso em: 07 fev. 2024.

07. ALBUQUERQUE, G. J. C. Gestão de compras públicas: a experiência do registro de preço nacional no fundo nacional de desenvolvimento da educação. Dissertação, Universidade

Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufra.br/handle/1/10524?mode=full>. Acesso em: 14 fev. 2024.

08. ALBUQUERQUE, J. L. C. M. Pregão eletrônico: uma análise das licitações do hospital das clínicas de Pernambuco sob o enfoque do custeio variável. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11850490. Acesso em: 10 fev. 2024.

09. ALBUQUERQUE, M. Certames licitatórios e o valor das obras da administração pública no estado do Ceará em 2013. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4464366. Acesso em: 07 fev. 2024.

10. ALECRIM, J. D. S. Análise crítica da sistemática de compras governamental pela perspectiva de novas tecnologias de contratos inteligentes. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2655>. Acesso em: 01 fev. 2024.

11. ALENCAR, E. J. Estudo sobre aspectos gerenciais do pregão: uma análise gerencial de sua utilização pela administração pública do estado de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6978>. Acesso em: 31 jan. 2024.

12. ALENCASTRO, M. A. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência no poder executivo federal. Tese, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16791>. Acesso em: 03 fev. 2024.

13. ALESSIO, N. L. A política pública de licitações no município de São Paulo entre 1991 e 1994: mecanismo de facilitação ou restrição da competição entre potenciais fornecedores do poder público municipal? Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/fbf3312f-39dc-4cb0-a682-69c484e46e08/content>. Acesso em: 06 fev. 2024.

14. ALEXANDRE, R. D. D. Os fatores que influenciam na eficiência das licitações por meio do pregão eletrônico na UFPE. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3734275. Acesso em: 07 fev. 2024.

15. ALEXANDRE, W. D. Sustentabilidade nas licitações públicas e o princípio da economicidade: desafios para o desenvolvimento nacional sustentável. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10737372. Acesso em: 06 fev. 2024.

16. ALMEIDA, D. D. Nova lei de licitações e contratos: perfil profissiográfico e mapeamento das competências para as funções essenciais de compras governamentais nos municípios sergipanos. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11321376. Acesso em: 11 fev. 2024.
17. ALMEIDA, P. F. Contratos interadministrativos: caracterização e aspectos de seu regime jurídico. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22794>. Acesso em: 03 fev. 2024.
18. ALMEIDA, T. B. B. Avaliação do uso do sistema de pregão eletrônico e sua adequação a uma instituição de pesquisa e ensino em ciência e tecnologia em saúde. Dissertação, Fiocruz (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães), Recife, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/3930/000035.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 07 fev. 2024.
19. ALMEIDA, W. A. C. Atuação estratégica da função de compras: a percepção dos profissionais da administração pública federal. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7631055. Acesso em: 08 fev. 2024.
20. ALVARENGA, R. A. L. Caracterização de competitividade de pregões eletrônicos por meio de mineração de dados. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1347/1/Ricardo%20Akl%20Lasmar%20de%20Alvarenga.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.
21. ALVES, C. P. D. Novas práticas de gestão das compras de material hospitalar para a pesquisa clínica associada à assistência do instituto nacional de infectologia Evandro Chagas - Fiocruz: a percepção dos pregoeiros. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5200215. Acesso em: 11 fev. 2024.
22. ALVES, C. Papel da contratação sustentável pela administração pública brasileira: um estudo sobre os contratos de natureza contínua na Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29548>. Acesso em: 07 fev. 2024.
23. ALVES, G. A. Compras públicas: um estudo na Universidade Federal de Campina Grande. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6537956. Acesso em: 01 fev. 2024.
24. ALVES, G. Gestão dos processos de compras: um estudo nas universidades públicas catarinenses. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/view-TrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5057963. Acesso em: 05 fev. 2024.

25. ALVES, G. L. Licitação sustentável e agricultura familiar como forma de desenvolvimento no município de são bentinho-pb. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Pom-bal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12342898. Acesso em: 10 fev. 2024.

26. ALVES, J. Efeitos nos pregões eletrônicos de uma instituição de ensino superior após a regulamentação da pesquisa de preços e da formação do preço de referência. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8794038. Acesso em: 08 fev. 2024.

27. ALVES, J. D. D. Análise das compras públicas no centro de educação e saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) sob a ótica das normas de sustentabilidade. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/17245/1/JOS%C3%89%20D%C3%84NY%20DE%20MELO%20ALVES%20-%20TCC%20PROFIAP%202019.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

28. ALVES, S. As licitações tecnológicas catalíticas como instrumento de busca da eficiência energética no Brasil: caracterização e análise de viabilidade. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3143/tde-11062013-104054/publico/TeseBibliotecadefinitivo.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

29. AMARAL, M. A. Eficiência administrativa nas contratações públicas: a experiência do observatório da despesa pública da controladoria geral da união. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/409>. Acesso em: 03 fev. 2024.

30. AMARAL, W. Análise de grafos para apoio em auditoria de licitações públicas. Dissertação, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10318047. Acesso em: 08 fev. 2024.

31. AMARANTE, E. A. L. Política municipal de segurança alimentar e nutricional: o caso de Marechal Cândido Rondon-PR. Dissertação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7630999. Acesso em: 08 fev. 2024.

32. AMURIM, E. P. D. S. Princípios orientadores em aquisições públicas: um estudo de caso na universidade do estado do mato grosso. Tese, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11010278. Acesso em: 31 jan. 2024.

33. ANACLETO, E. A. Minipúblicos como possibilidade de participação e deliberação em compras públicas. Dissertação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7679436. Acesso em: 31 jan. 2024.

34. ANDRADA, C. L. C. Análise da legalidade e economicidade dos custos indiretos de extensão de prazo e de permanência em contratos de obras públicas decorrentes de prorrogação do prazo de execução do contrato. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://poscivil.uff.br/dissertacao-3/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

35. ANDRADE, D. D. A. Limites do controle do tribunal de contas da união sobre contratações públicas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3618852. Acesso em: 03 fev. 2024.

36. ANDRADE, J. As compras da agricultura familiar para alimentação escolar no paraná sob as distintas modalidades de gestão: uma mirada de 2011 a 2016. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73602>. Acesso em: 05 fev. 2024.

37. ANDRADE, L. S. A contribuição dos sistemas BIM para o planejamento orçamentário das obras públicas: estudo de caso do auditório e da biblioteca de planaltina. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/10637>. Acesso em: 10 fev. 2024.

38. ANDRADE, M. Contratações sustentáveis em uma instituição de ensino superior: desafios e contribuições para a prevenção da geração de resíduos sólidos urbanos. Dissertação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13124348. Acesso em: 03 fev. 2024.

39. ANDRADE, R. B. A regulação do mercado de compras públicas no Brasil: a procedimentalização administrativa e a construção do conceito de interesse público. Tese, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5061033. Acesso em: 14 fev. 2024.

40. ANJOS, L. M. Compras governamentais dos municípios do estado de São Paulo: comportamento das modalidades de contratações de 2008 a 2018. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10941953. Acesso em: 31 jan. 2024.

41. APRA, A. G. Compras públicas sustentáveis na UTFPR: estudo de caso do campus Curitiba. Tese, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1567542. Acesso em: 31 jan. 2024.
42. AQUILA, G. Contribuição para o processo de contratação de projetos de geração eólico-fotovoltaica a partir da análise econômica de decisões baseada na programação multiobjetivo. Tese, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7644845. Acesso em: 11 fev. 2024.
43. ARAGAO, F. A. D. O regime diferenciado de contratações na INFRAERO. Dissertação, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2401199. Acesso em: 10 fev. 2024.
44. ARAUJO, A. M. Gerenciamento de riscos em contratos de obras públicas-estudos de caso: serviços de reforma em imóveis funcionais. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/11803>. Acesso em: 03 fev. 2024.
45. ARAUJO, A. G. G. L. Os impactos na eficiência de compras públicas com a edição da instrução normativa nº 05/14 MPOG: um estudo de caso na UnB. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9297829. Acesso em: 14 fev. 2024.
46. ARAUJO, A. Eficiência nos pregões eletrônicos do superior tribunal militar: principais fatores que motivam o cancelamento de itens. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12855111. Acesso em: 14 fev. 2024.
47. ARAUJO, D. F. descentralização de compras públicas de tecnologia da informação e comunicação - um estudo de caso na universidade de Brasília. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/44344>. Acesso em: 07 fev. 2024.
48. ARAUJO, F. D. As margens de preferência em licitações públicas: o uso da contratação governamental como instrumento de regulação e as falhas regulatórias. Dissertação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uni-ceub.br/jspui/handle/235/12265>. Acesso em: 10 fev. 2024.
49. ARAUJO, G. B. P. O modelo centralizado de compras como potencializador da melhoria dos processos de aquisições: estudo de caso da central de compras do distrito federal. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6227697. Acesso em: 14 fev. 2024.

50. ARAUJO, G. Contribuições de campanha influenciam decisões públicas? o caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30042013-123250/pt-br.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.

51. ARAUJO, H. R. Metas entre estado e mercado nas compras públicas. Dissertação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/23744>. Acesso em: 31 jan. 2024.

52. ARAUJO, J. Análise da aquisição de medicamentos especializados no estado da Bahia à luz da teoria de custos de transação. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36606>. Acesso em: 14 fev. 2024.

53. ARAUJO, J. H. Compras públicas compartilhadas: fatores que afetam a colaboração e seu impacto no desempenho de serviços internos e compras do IF goiano. Dissertação, Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4820622. Acesso em: 14 fev. 2024.

54. ARAUJO, L. F. Compras públicas, inovação e produtividade: o caso do registro de preço nacional de mobiliário escolar. Dissertação, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6229383. Acesso em: 07 fev. 2024.

55. ARAUJO, L. Compras públicas da agricultura familiar em área de fronteira: um estudo de caso no complexo naval de Ladário. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7833773. Acesso em: 01 fev. 2024.

56. ARAUJO, L. M. S. Análise do princípio da eficiência administrativa nas compras públicas sustentáveis na agricultura familiar a partir da proposição de modelo teórico e metodológico de eficiência ecossocioeconômica. Tese, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10810396. Acesso em: 07 fev. 2024.

57. ARAUJO, M. O. D. Contrato de gestão hospitalar implantado no estado de São Paulo, sob a égide da lei complementar n. 846, de 04.06.98. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/600a176d-f094-4213-9f05-c713745c7da4>. Acesso em: 07 fev. 2024.

58. ARAUJO, P. M. C. Processo licitatório tipo menor preço e eficiência em compras públicas: um estudo de caso. Dissertação, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa Em Contabilidade,

Economia E Finanças, Vitória, 2012. Disponível em: <https://fucape.br/producao-academica-1/processo-licitatorio-tipo-menor-preco-e-eficiencia-em-compras-publicas-um-estudo-de-caso-2/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

59. ARAUJO, P. H. F. A modelagem das licitações como medida de combate a cartéis: uma análise sob o enfoque da transparência pública. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8972804. Acesso em: 08 fev. 2024.

60. ARAUJO, S. S. Instrumento de gestão para avaliar o desempenho de uma unidade de licitações: estudo de caso no hospital universitário. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10045896. Acesso em: 08 fev. 2024.

61. ARAÚJO, S. M. Uma análise dos aspectos da economicidade e celeridade na utilização do pregão para aquisição de insumos em obras de saneamento. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7421>. Acesso em: 10 fev. 2024.

62. ASSANDRE, J. Barreiras e potenciais facilitadores para implementação de compras sustentáveis na Universidade Federal de São Carlos. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2470040. Acesso em: 14 fev. 2024.

63. ASSANTE, N. M. A. A influência da especificação do objeto no desperdício passivo: análise das compras por pregão eletrônico na UFV campus Rio Paranaíba no período de 2013 a 2017. Dissertação, Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6787263. Acesso em: 05 fev. 2024.

64. ASSIS, I. R. A. D. Padronização de materiais no hospital universitário da Universidade Federal da Grande Dourados: proposições ao sistema e à estrutura. Dissertação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7812721. Acesso em: 08 fev. 2024.

65. ASSIS, L. H. B. Perfil das organizações da agricultura familiar no programa de alimentação escolar da prefeitura de São Paulo. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7856758. Acesso em: 08 fev. 2024.

66. ASSIS, P. C. O observatório social de Maringá nas licitações: uma visão institucional. Dissertação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=254839. Acesso em: 07 fev. 2024.

67. ASSIS, S. A. Modernização da burocracia das compras públicas: sistema de registro de preços em uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/9750>. Acesso em: 07 fev. 2024.

68. ASSUMPCAO, C. Sustentabilidade nas contratações públicas em uma universidade federal do nordeste - um estudo de caso. Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7658143. Acesso em: 08 fev. 2024.

69. ASSUMPCAO, L. D. N. O marco legal de ciência, tecnologia e inovação e os desafios para os processos de aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento na Fiocruz. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11267288. Acesso em: 08 fev. 2024.

70. ASSUMPCÃO, A. Estimating the effect of discretionary spending on corruption: evidence from Brazilian municipalities. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/bce06d8a-26d3-4f55-9e5b-80d58ffaa0c7/content>. Acesso em: 06 fev. 2024.

71. ASTONE, D. A. Propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento: análise do efeito sistêmico das licenças de software na perspectiva das compras públicas. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-17122020-232209/pt-br.php>. Acesso em: 14 fev. 2024.

72. AVIGO, R. Inovação organizacional em compras públicas: análise da acurácia do planejamento participativo do Instituto Federal do triângulo mineiro de 2013 a 2016. Dissertação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6823693. Acesso em: 14 fev. 2024.

73. AYRES, M. C. C. Princípios sustentáveis nos editais de serviços do sistema pe-integrado: um estudo de caso. Dissertação, Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13743584. Acesso em: 10 fev. 2024.

74. AZEREDO, F. S. G. Compras públicas sustentáveis: percepção, práticas e estratégias nos institutos federais de educação. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3426466. Acesso em: 01 fev. 2024.

75. AZEVEDO, C. E. Aplicação do método de análise hierárquica (AHP) para seleção de um sistema de software de gestão previdenciária para o instituto de previdência social de Macaé/RJ. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4926268. Acesso em: 10 fev. 2024.
76. AZEVEDO, G. H. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: uma análise da modalidade de compra institucional a partir da perspectiva do órgão público comprador. Dissertação, Universidade Salvador, Salvador, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13558551. Acesso em: 08 fev. 2024.
77. AZEVEDO, L. D. A. Contratação pública de inovação: modelos jurídicos, recomendações e boas práticas. Dissertação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11205299. Acesso em: 03 fev. 2024.
78. BAHIA, B. Contratações públicas sustentáveis: meios para a sua concretização no âmbito da administração pública federal. Dissertação, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11231977. Acesso em: 03 fev. 2024.
79. BARADEL, E. Licitação como instrumento de política pública de desenvolvimento regional. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/812d4856-88fb-4087-adf2-da64d2a4bf21>. Acesso em: 06 fev. 2024.
80. BARBARA, E. F. Subsídios para implantação de uma política institucional de compras sustentáveis na UFRB. Dissertação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertacoes/category/13-2016>. Acesso em: 31 jan. 2024.
81. BARBOSA, F. J. Avaliação da implementação da política pública do estatuto das micro e pequenas empresas: um estudo das licitações realizadas pelo centro de preparação de oficiais da reserva de belo horizonte entre 2004 e 2015. Dissertação, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6254223. Acesso em: 07 fev. 2024.
82. BARBOSA, N. D. As políticas de inovação das instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT) no contexto das encomendas tecnológicas. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39289>. Acesso em: 08 fev. 2024.
83. BARBOZA, P. D. Pregão: procedimento à luz da lei n. 10.520/02. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/5537>. Acesso em: 06 fev. 2024.

84. BARREIRO, M. Compras públicas compartilhadas: análise da eficiência do processo licitatório centralizado da guarnição militar de santa maria. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8744269. Acesso em: 01 fev. 2024.
85. BARROS, B. D. Uma abordagem para caracterização dos aspectos não-funcionais e classificação do nível de exigência em editais de licitação de software no setor público brasileiro. Dissertação, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (PE), Recife, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5437893. Acesso em: 11 fev. 2024.
86. BARROS, I. Compras públicas sustentáveis: um estudo na Universidade Federal de Alfenas - MG. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5533253. Acesso em: 01 fev. 2024.
87. BARROS, J. D. As contratações públicas sustentáveis na administração pública federal: balanço e perspectivas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636490. Acesso em: 03 fev. 2024.
88. BARROS, J. D. Impactos do contingenciamento na execução dos gastos públicos: o caso do departamento de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10726349. Acesso em: 03 fev. 2024.
89. BARROS, K. D. O fluxo de processos na coordenação de contratos da Universidade Federal de Juiz de Fora: um estudo sobre os maiores desafios para a otimização dos trabalhos. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5525713. Acesso em: 03 fev. 2024.
90. BARROS, L. V. Análise da aplicação da técnica de gestão kraljic para a compra e estocagem de papel a4 da diretoria de logística da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3629016. Acesso em: 01 fev. 2024.
91. BARROS, M. Qualificação de fornecedores para a indústria farmacêutica: a questão do transporte de medicamentos. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/11629>. Acesso em: 03 fev. 2024.

92. BARROS, O. E. G. Pregão eletrônico como instrumento de inovação tecnológica para promover aquisições sustentáveis e gestão eficiente: estudo de caso no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Dissertação, Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9535194. Acesso em: 14 fev. 2024.
93. BASTOS, E. Pregão eletrônico e dispensa de licitação: uma análise dos valores contratados pela administração pública federal. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10726802. Acesso em: 05 fev. 2024.
94. BASTOS, P. R. D. Licitações sustentáveis na administração pública do rio grande do sul. Dissertação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11367323. Acesso em: 07 fev. 2024.
95. BATISTA, M. A. Modelo de gestão da informação: uma proposta para acompanhamento de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde - C&T/s. Dissertação, Fiocruz (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães), Recife, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3948>. Acesso em: 31 jan. 2024.
96. BAVARESCO, A. Proposta de implantação do sistema de compras públicas sustentáveis em uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4656>. Acesso em: 31 jan. 2024.
97. BELTRAME, F. As licitações públicas como um mecanismo para a promoção do desenvolvimento sustentável: um estudo na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5049863. Acesso em: 08 fev. 2024.
98. BENEDITO, C. A rotina do SICAF para fomentar, através das compras públicas, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade. Dissertação, Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, São João da Boa Vista, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6165738. Acesso em: 01 fev. 2024.
99. BENICIO, A. Negociação multifase para a licitação mono-item baseada em agente de software. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=112703. Acesso em: 10 fev. 2024.
100. BERNARDI, L. A certificação ambiental como requisito de sustentabilidade e ecoeficiência nas compras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9233352. Acesso em: 01 fev. 2024.

101. BERTOLINI, C. Impactos da Lei 13.303/16 em uma empresa de economia mista: um estudo de indicadores de melhoria dos processos de licitação. Dissertação, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/dissertacao/impactos-da-lei-13-303-16-em-uma-empresa-de-economia-mista-um-estudo-de-indicadores-de-melhoria-dos-processos-de-licitacao>. Acesso em: 10 fev. 2024.

102. BERTONE, E. O. Compras públicas sustentáveis: reestruturação no processo de compras nos campi da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Dissertação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6388779. Acesso em: 08 fev. 2024.

103. BEZERRA, D. Proposição de uma metodologia para compras sustentáveis no Instituto Federal de Sergipe - campus Lagarto. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9146?locale=pt_BR. Acesso em: 01 fev. 2024.

104. BEZERRA, J. P. S. Aprimoramentos na contratação de obras na indústria de óleo e gás: ações corretivas e mitigadoras. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7235122. Acesso em: 03 fev. 2024.

105. BEZERRA, P. A regulamentação dos processos de contratação pública como mecanismo de combate à corrupção nas empresas estatais. Dissertação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9125642. Acesso em: 03 fev. 2024.

106. BEZERRA, R. C. O grau de maturidade do sistema eletrônico de aquisições públicas federal brasileiro: uma avaliação tecnológica, jurídica e institucional. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12113555. Acesso em: 08 fev. 2024.

107. BIAGE, V. S. M. Compras e contratações públicas sustentáveis: um levantamento nas instituições federais de ensino superior na região centro-oeste, sob a ótica da equipe de compras. Dissertação, Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2024680. Acesso em: 03 fev. 2024.

108. BIANCHI, P. A política de micro e pequena empresa: potencialidades para a prática de equidade na gestão pública. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2019.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7908657. Acesso em: 31 jan. 2024.

109. BILLOTTA, L. Obras públicas: planejamento e qualidade. Dissertação, Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6623812. Acesso em: 10 fev. 2024.

110. BIMONTE, J. A. Especificação de um sistema eletrônico de compras para empresas públicas. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://lis-unicamp.github.io/wp-content/uploads/2014/09/bimonte.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

111. BINOTTO, M. Avaliação multicritério de desempenho do processo de compras do poder judiciário do estado de Santa Catarina: uma proposta construtivista. Dissertação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3821305. Acesso em: 14 fev. 2024.

112. BISSOLI, L. Controle da corrupção e discricionariedade: os meios de accountability dos agentes públicos e as licitações e contratações públicas. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-23102020-000810/pt-br.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.

113. BOAS, A. P. D. M. Contratações sustentáveis na administração pública: a experiência da comissão de implementação do sistema de controle do espaço aéreo. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/4a1cda10-339c-45f4-8e0c-c81f12306728>. Acesso em: 28 mar. 2024.

114. BOBSIN, E. Proposição de sistemática de avaliação de desempenho para processos licitatórios: o caso de uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11360263. Acesso em: 11 fev. 2024.

115. BONA, C. Pregão eletrônico e o princípio da eficiência: um estudo de caso da comissão permanente de licitações de materiais da prefeitura do Recife. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16680>. Acesso em: 10 fev. 2024.

116. BONATO, A. Práticas institucionalizadas na fase interna das licitações de obras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2368245. Acesso em: 07 fev. 2024.

117. BORDA, D. O regime de licitação das empresas estatais na lei 13.303/2016. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-06052021-230415/pt-br.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.
118. BORGES, B. O que os doadores de campanha ganham? O financiamento privado e os contratos públicos nos estados brasileiros. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11272400. Acesso em: 03 fev. 2024.
119. BORGES, J. Processo de compras em uma universidade pública federal no estado de Minas Gerais à luz dos princípios de accountability. Dissertação, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6554481. Acesso em: 01 fev. 2024.
120. BORGHI, V. Mecanismos de intervenção do estado no agronegócio para a promoção do desenvolvimento. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3607969. Acesso em: 03 fev. 2024.
121. BOSELLI, F. C. O regime diferenciado de contratações e uma análise da sua constitucionalidade sob seu aspecto principiológico. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=752237. Acesso em: 10 fev. 2024.
122. BOSELLI, F. C. Dispensa e inexigibilidade de licitação: o marco normativo constitucional e infraconstitucional da contratação direta no Brasil. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216235/PDPC1485-T.pdf?sequence=-1>. Acesso em: 06 fev. 2024.
123. BOVO, M. Capacidade de absorção das empresas do complexo aeronáutico brasileiro: um foco sobre as políticas de compra da Força Aérea Brasileira (FAB). Dissertação, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9758463. Acesso em: 08 fev. 2024.
124. BRAGA, B. Adoção de critérios de sustentabilidade no planejamento de compras da administração federal a luz da nova teoria institucional. Tese, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10300835. Acesso em: 01 fev. 2024.
125. BRAGA, C. Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural cinturão verde em São Luís (MA). Dissertação,

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2624>. Acesso em: 28 mar. 2024.

126. BRAGA, R. M. Impactos da lei geral das micro e pequenas empresas no desenvolvimento das compras públicas do Ceará. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40432>. Acesso em: 31 jan. 2024.

127. BRANDAO, F. Eficiência na gestão das compras públicas: um estudo de caso da modalidade pregão eletrônico nos processos licitatórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4072773. Acesso em: 14 fev. 2024.

128. BRANDAO, K. M. P. D. Planejamento estratégico na gestão de compras e contratos do Instituto Federal do Piauí: avanços, desafios e possibilidade. Dissertação, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13792003. Acesso em: 01 fev. 2024.

129. BRANDINI, R. Mecanismos de aprimoramento do controle dos contratos públicos em face à corrupção. Dissertação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2731178. Acesso em: 03 fev. 2024.

130. BRASIL, P. D. Arquitetura sustentável em edificações públicas: planejamento para licitações de projeto. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1601723. Acesso em: 07 fev. 2024.

131. BREUS, T. O governo por contrato(s) e a concretização de políticas públicas horizontais como mecanismo de justiça distributiva. Tese, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2542898. Acesso em: 03 fev. 2024.

132. BRITO, A. L. D. Ecoaquisições e desenvolvimento: um estudo sobre compras públicas e as licitações do município de Macapá. Dissertação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10958305. Acesso em: 05 fev. 2024.

133. BRITO, C. M. Compras públicas sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/21351>. Acesso em: 14 fev. 2024.

134. BRITO, E. D. Compras públicas consorciadas na educação: cooperação intermunicipal como indutora de eficiência do gasto público? Dissertação, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11254709. Acesso em: 07 fev. 2024.

135. BRITO, M. A gestão escolarizada do programa nacional de alimentação escolar em escolas da rede estadual de ensino no município de Belo Horizonte - MG. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5948366. Acesso em: 05 fev. 2024.

136. BRITO, R. F. Compras públicas na modalidade pregão eletrônico no HU/UFMG: proposta de instrumentos para redução no tempo de tramitação. Dissertação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5951209. Acesso em: 28 mar. 2024.

137. BURITE, A. Governo eletrônico e agricultura familiar: uma proposta de intervenção gerencial nas compras públicas realizadas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Dissertação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7586178. Acesso em: 14 fev. 2024.

138. BURKHARD, D. As compras públicas visando o fortalecimento dos pequenos negócios como política de desenvolvimento local. Dissertação, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2693025. Acesso em: 01 fev. 2024.

139. CABRAL, C. S. M. O controle das contratações públicas no âmbito dos serviços municipais de saúde pública. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6486764. Acesso em: 03 fev. 2024.

140. CABRAL, E. C. Lean office no setor público: proposta para a seção de licitação de uma unidade de ensino. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8518746. Acesso em: 10 fev. 2024.

141. CABRAL, J. D. Terceirização nas instituições federais de ensino superior: as contratações de serviços terceirizados na Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31867>. Acesso em: 03 fev. 2024.

142. CABRAL, L. P. Abordagem multicritério para apoiar compras públicas sustentáveis. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8844801. Acesso em: 31 jan. 2024.

143. CABRAL, V. N. Implementação da política de compras públicas sustentáveis em uma instituição federal de ensino: uma análise a partir da matriz de 5C de NAJAM. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7739955. Acesso em: 14 fev. 2024.
144. CAETANO, J. C. Accountability nas compras públicas eletrônicas: um estudo sobre transparência e desempenho nos pregões eletrônicos realizados pela Universidade Federal de Viçosa. Dissertação, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6548785. Acesso em: 05 fev. 2024.
145. CAETANO, R. Processo de aquisições na gestão pública brasileira: um estudo à luz do conceito do custo total de propriedade. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-27092018-142705/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2024.
146. CAIAFA, J. M. L. Uma proposta de melhoria do uso dos recursos do programa nacional de alimentação escolar e da aquisição de alimentos da agricultura familiar no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8754228. Acesso em: 08 fev. 2024.
147. CALDERON, P. E. Alimentación escolar y compras públicas en perspectiva comparada: um análisis Colômbia-Brasil. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6291350. Acesso em: 31 jan. 2024.
148. CALLEGARO, E. W. D. Heterogeneidade dos preços das compras públicas hospitalares e seus fatores associados. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9285965. Acesso em: 01 fev. 2024.
149. CAMARGO, F. W. Elaboração de um guia de compras públicas para servidores do IFRS. Dissertação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11225197. Acesso em: 01 fev. 2024.
150. CAMARGO, M. E. Estudo dos gargalos em licitações de um município paulista, à luz da gestão por processos e da teoria das restrições: análise e proposições de melhorias. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10319747. Acesso em: 11 fev. 2024.

151. CAMARGO, M. A. D. Objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios das compras públicas sustentáveis em unidades do Exército. Dissertação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2719>. Acesso em: 05 fev. 2024.

152. CAMPOS, L. A. Baixa participação das microempresas e empresas de pequeno porte nos pregões eletrônicos realizados pela UNIVASF: descobrindo as causas e propondo plano de ação para CPS. Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/profiap/pesquisa/publicacoes/dissertacoes/dissertacoes>. Acesso em: 05 fev. 2024.

153. CAMPOS, R. O impacto da instrução normativa MPOG nº 3/2011 na economia gerada pelo pregão eletrônico nas aquisições públicas federais. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15295>. Acesso em: 31 jan. 2024.

154. CAMPOS, S. J. D. Compras públicas estudo de caso da universidade de Brasília. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1038307. Acesso em: 31 jan. 2024.

155. CANELA, C. L. D. Inovação no processo de compras dos municípios: estudo de caso da implementação do sistema comprasnet do governo federal na prefeitura municipal de Caeté. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44429>. Acesso em: 08 fev. 2024.

156. CANTUARIA, D. A. M. Políticas públicas: controle e fiscalização de contratos em Muri-cilândia - TO. Dissertação, Fundação Universidade Federal do Tocantins – Palmas, Palmas, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11074745. Acesso em: 10 fev. 2024.

157. CAPUCHO, H. R. D. O. E. Análise das causas e do impacto financeiro de contratações adicionais em obras públicas. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/65a28582-e45c-4537-98c0-0f79078f90a3>. Acesso em: 10 fev. 2024.

158. CARAN, D. F. L. A terceirização de serviço de alimentação coletiva em instituições federais de ensino superior: estudo de caso em restaurante universitário. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/ee7745a2-14ae-4ccf-8b28-88765b63f4eb>. Acesso em: 07 fev. 2024.

159. CARDOSO, G. Processo de aquisição de produtos e serviços de software para administração pública do estado de minas gerais. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RVMR-6TJQEU/1/giselesilvacardoso.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

160. CARDOSO, J. A análise dos avanços jurídicos para a contratação pública de solução inovadora: da teoria à prática - um estudo de caso do certame piloto do programa Petrobras conexões para inovação. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13274004. Acesso em: 03 fev. 2024.

161. CARDOZO, R. Sistema de integridade como modo de combate à corrupção, com ênfase no setor de licitações e contratos na esfera municipal. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3037>. Acesso em: 11 fev. 2024.

162. CARNEIRO, B. Barreiras à entrada e habilitação em licitação: o artigo 37, inciso XXI, da constituição federal visto sob as perspectivas do direito administrativo e do direito antitruste. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/2608>. Acesso em: 06 fev. 2024.

163. CARVALHO, A. L. Compras governamentais: uma proposta de dinamização do fluxo de compras em instituições públicas em saúde. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4781>. Acesso em: 31 jan. 2024.

164. CARVALHO, B. Governança nas contratações públicas: uma análise dos órgãos e entidades licitantes do estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11528328. Acesso em: 03 fev. 2024.

165. CARVALHO, C. H. Os efeitos do sistema de registro de preço nas compras públicas: estudo de caso da secretaria municipal de obras, serviços básicos e habitação da cidade de Manaus. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3320/csoares.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

166. CARVALHO, C. O. C. Da atuação da administração pública na promoção do desenvolvimento sustentável: a instrumentalidade das licitações públicas na sustentabilidade ambiental. Dissertação, Centro de Ensino Universitário Autônomo do Brasil, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6012973. Acesso em: 03 fev. 2024.

167. CARVALHO, L. Licitações sustentáveis: um estudo sobre a aplicação do Decreto nº 7.746/2012 na contratação de serviços pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1380473. Acesso em: 10 fev. 2024.

168. CARVALHO, L. M. Medicamentos neuropsiquiátricos: estudo do abastecimento em minas gerais entre 2010 e 2017. Tese, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9406143. Acesso em: 08 fev. 2024.

169. CARVALHO, M. M. Análise jurídica da declaração de inidoneidade. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/8909/1/Marcos%20Moreira%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

170. CARVALHO, R. G. Compras públicas x compras privadas: o que os dados da aquisição de medicamentos nos dizem. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10921>. Acesso em: 31 jan. 2024.

171. CARVALHO, R. A. Estudo sobre a possibilidade de adoção de diretrizes de sustentabilidade nas licitações de obras de edificações do IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3030347. Acesso em: 10 fev. 2024.

172. CARVALHO, S. S. Um processo para gestão de contratos de aquisição de serviços de desenvolvimento de software na administração pública. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2405>. Acesso em: 10 fev. 2024.

173. CARVALHO, V. A. Concorrência e contratação pública: problemas e propostas acerca da cartelização em licitações no Brasil. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/9779>. Acesso em: 03 fev. 2024.

174. CASTRO, A. C. B. Obrigações trabalhistas em contratos de terceirização na administração pública: o caso do centro de pesquisas Aggeu Magalhães. Dissertação, Fiocruz (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães), Recife, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/13597/595.pdf?sequence=1&isAllo>. Acesso em: 10 fev. 2024.

175. CASTRO, C. J. P. A formação de preços de produtos de tecnologia em processos eletrônicos de compras do governo federal: uma abordagem baseada na teoria econômica de leilões. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9065365. Acesso em: 08 fev. 2024.

176. CASTRO, G. A. D. Licitações sustentáveis: um estudo de casos múltiplos em instituições federais de ensino superior do centro-oeste mineiro. Dissertação, Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, Divinópolis, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5068663. Acesso em: 31 jan. 2024.
177. CASTRO, L. C. Proposição de um programa de desenvolvimento de fornecedores para a Cemig. Dissertação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11172942. Acesso em: 01 fev. 2024.
178. CASTRO, M. C. D. A. Compras públicas sustentáveis: análise dos stakeholders de uma instituição federal de ensino do nordeste brasileiro. Dissertação, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11020425. Acesso em: 07 fev. 2024.
179. CASTRO, N. C. M. M. N. Cidadania ambiental no âmbito da universidade de Brasília - UnB: a licitação sustentável como política pública. Dissertação, Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7732480. Acesso em: 03 fev. 2024.
180. CATTONI, A. As técnicas licitatórias de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte para o desenvolvimento local e regional: perspectivas das Leis Complementares n. 123/2006, 147/2014, Lei n. 8.666/93, suas alterações e Constituição Federal de 1988. Dissertação, Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3023086. Acesso em: 10 fev. 2024.
181. CATTONY, L. (Des)caminhos dos concursos de arquitetura no Ceará (1969-2017). Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8511410. Acesso em: 03 fev. 2024.
182. CAVALCANTE, A. D. O protagonismo da UFRPE, UFPE e UNIVASF no desenvolvimento regional por meio do incentivo ao tratamento diferenciado nas contratações das micro e pequenas empresas. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10513986. Acesso em: 08 fev. 2024.
183. CAVALCANTI, A. C. Gerenciamento de riscos nas aquisições públicas do setor de saúde: estudo de caso de um hospital da rede sentinela. Dissertação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=500943. Acesso em: 31 jan. 2024.

184. CAVECCI, J. A. Fiscalização de contratos: proposta de aprimoramento a partir de um estudo em campi selecionados do IFSP. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10319650. Acesso em: 03 fev. 2024.

185. CAVEDO, T. D. Eficiência na gestão universitária: contribuições do sistema de compras na universidade de Brasília. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39420>. Acesso em: 01 fev. 2024.

186. CECCATO, M. Cartéis em contratações públicas e o direito administrativo. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-04122020-013122/en.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.

187. CELLEGHIM, E. O licenciamento ambiental no âmbito do regime diferenciado de contratações públicas. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/9680>. Acesso em: 03 fev. 2024.

188. CERINO, P. D. Micro e pequenas empresas e as compras governamentais: uma abordagem sobre a aplicação do capítulo V da Lei 123/06, no Brasil e no estado de Roraima. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18874>. Acesso em: 14 fev. 2024.

189. CESAR, F. V. D. Análise comparativa da legislação brasileira com o modelo europeu de compras públicas de inovação. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13351741. Acesso em: 31 jan. 2024.

190. CHAGAS, A. C. N. Modelo de padronização descritiva dos produtos químicos: uma proposta para uma instituição de C&T em saúde. Dissertação, Fiocruz (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães), Recife, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/62539>. Acesso em: 07 fev. 2024.

191. CHAGAS, I. C. Registro de preços nacional: o modelo de compras da educação pública brasileira à luz do princípio da eficiência. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6089199. Acesso em: 08 fev. 2024.

192. CHAGAS, S. J. As compras de equipamentos de TIC nas unidades administrativas da UFJF: uma proposta de novos procedimentos para aperfeiçoar o processo. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11044497. Acesso em: 01 fev. 2024.

193. CHAPARRO, R. Sustentabilidade ambiental nos pregões eletrônicos: análise em órgão do executivo federal. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/8275>. Acesso em: 07 fev. 2024.
194. CHAPUIS, G. A. Compras públicas e desenvolvimento local: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Dissertação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7685146. Acesso em: 08 fev. 2024.
195. CHARPINEL, F. Licitações públicas: análise de preços praticados nas licitações do governo do estado do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2676601. Acesso em: 06 fev. 2024.
196. CHAVES, F. R. Compras públicas e desenvolvimento local: uma análise das principais causas da baixa adesão de fornecedores locais nas licitações de uma universidade pública mineira. Dissertação, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7657427. Acesso em: 14 fev. 2024.
197. CHECCUCCI, G. L. A efetividade ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: das licitações sustentáveis na aplicabilidade do performance bond. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4392?locale=en>. Acesso em: 10 fev. 2024.
198. CHIARELLI, M. Infração contratual do tipo falta grave: a partir da contratação de serviço terceirizado por meio do pregão eletrônico. Dissertação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7780708. Acesso em: 03 fev. 2024.
199. CIRQUEIRA, J. Transparência nas compras públicas municipais: uma análise nas aquisições de bens e serviços comuns nos municípios alagoanos. Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/4790>. Acesso em: 08 fev. 2024.
200. CIRQUEIRA, J. A. Processo sancionador na nova lei de licitações: o devido processo legal e as lacunas normativas. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/4753>. Acesso em: 10 fev. 2024.
201. COAN, J. Avaliação de fornecedores para o setor público quanto aos requisitos de sustentabilidade. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11154296. Acesso em: 14 fev. 2024.

202. COELHO, A. Contrato de eficiência mediante o regime diferenciado de contratações públicas na perspectiva dos gestores. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8316312. Acesso em: 03 fev. 2024.

203. COELHO, H. Responsabilidade ambiental na licitação: sustentabilidade nas compras de governo. Dissertação, Escola Superior dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=239474. Acesso em: 07 fev. 2024.

204. COELHO, L. D. F. D. Compras públicas da agricultura familiar nas universidades federais brasileiras: análise comparada da UFPI e das contratações locais. Dissertação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7704844. Acesso em: 14 fev. 2024.

205. COELHO, R. I. D. Compras públicas sustentáveis no âmbito da organização mundial do comércio. Dissertação, Escola Superior dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3703787. Acesso em: 01 fev. 2024.

206. COGO, G. A. D. Critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e contratações de serviços da gestão pública federal. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2199452. Acesso em: 28 mar. 2024.

207. COIMBRA, L. O. Contratações públicas e efetividade do princípio do desenvolvimento sustentável: implementação da política no biênio 2011-2012, pela administração pública federal. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=652009. Acesso em: 03 fev. 2024.

208. CONCEIÇÃO, S. S. F. Fiscalização de contratos de terceirização de mão de obra na Universidade Federal de Sergipe: uma análise sobre a atuação e percepção dos agentes envolvidos no processo. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7665842. Acesso em: 03 fev. 2024.

209. CORREA, A. O impacto de contratos públicos na atuação de cooperativas de coleta seletiva: estudo de casos no interior de São Paulo. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11862137. Acesso em: 03 fev. 2024.

210. CORREA, J. Proposta de diretrizes para implantação de compras públicas. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11894?locale-attribute=en>. Acesso em: 31 jan. 2024.

211. CORREIA, E. L. D. Credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação não expressamente prevista na lei nº 8.666/93. análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial visando à formação de visão integrada. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3011>. Acesso em: 03 fev. 2024.

212. CORREIA, J. Gestão de compras do programa nacional de alimentação escolar para o aumento da participação de agricultores familiares nas aquisições do Instituto Federal Goiano. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7884020. Acesso em: 01 fev. 2024.

213. COSTA, A. Proposta de modelo de termos de referência de editais de licitação para aquisição de medicamentos no setor público. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7256373. Acesso em: 10 fev. 2024.

214. COSTA, A. M. S. D. Compras públicas sustentáveis: uma nova forma de licitar à luz dos critérios da sustentabilidade socioambiental. Dissertação, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1301801. Acesso em: 07 fev. 2024.

215. COSTA, A. Sistemas de compras: a lei de licitação e a função compras da empresa privada. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 1994. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/659ea2d4-1166-4d4a-8715-c8e6bcbd0f5e>. Acesso em: 07 fev. 2024.

216. COSTA, B. B. F. Contribuição para melhoria do processo de licitação de obras da construção civil: uma análise comparativa entre fontes de custos. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: http://cepisnf.uff.br/wp-content/uploads/sites/461/2018/10/dissertacao-bruno_definitiva.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

217. COSTA, B. B. F. Análise da lei nº 8.666/1993, de licitações e contratos administrativos à luz dos princípios da sustentabilidade visando seu emprego na contratação de obras públicas. Tese, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6865653. Acesso em: 11 fev. 2024.

218. COSTA, C. C. D. O dinheiro público pelo ralo: ensaios em gestão e corrupção. Tese, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3728818. Acesso em: 01 fev. 2024.
219. COSTA, D. Contratação pública sustentável: inclusão da preocupação ambiental na licitação de obras rodoviárias. Dissertação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11064038. Acesso em: 03 fev. 2024.
220. COSTA, E. Análise diagnóstica dos insucessos nas licitações da modalidade pregão em um hospital universitário público no estado de São Paulo no período de 2013 a 2017. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8194063. Acesso em: 07 fev. 2024.
221. COSTA, F. C. Limites e possibilidades da contribuição do sistema de compras do Instituto Federal Fluminense para o desenvolvimento do noroeste do estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3569489. Acesso em: 01 fev. 2024.
222. COSTA, H. J. Compras públicas nos institutos federais: uma análise dos processos de adesão às atas de registro de preços quanto aos princípios administrativos. Dissertação, Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4860746. Acesso em: 14 fev. 2024.
223. COSTA, L. G. Análise do impacto da implantação de observatórios sociais em municípios do estado do paraná baseados em indicadores de gestão pública de longo prazo. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10480111. Acesso em: 08 fev. 2024.
224. COSTA, L. O controle externo das contratações diretas realizado pelo tribunal de contas da união: uma análise de sua atuação a partir de casos concretos. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-25092020-163807/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2024.
225. COSTA, M. V. Utilização do registro de preços realizado por meio da modalidade pregão eletrônico e seu impacto nas compras governamentais. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6385>. Acesso em: 06 fev. 2024.
226. COSTA, R. As decisões dos tribunais de contas como garantia do uso de critérios sustentáveis nas contratações públicas. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2133830. Acesso em: 03 fev. 2024.

227. COSTA, R. E. Compras governamentais e o gerenciamento de aquisições: aplicação de boas práticas do PMBOK no setor público. Dissertação, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9080609.

Acesso em: 08 fev. 2024.

228. COSTA, S. C. Proposta de utilização de uma metodologia para a gestão da demanda de material de consumo em uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9307075. Acesso em: 08 fev. 2024.

229. COSTA, T. F. C. Contratações públicas populares. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11373490. Acesso em: 03 fev. 2024.

230. COTRIM, R. Influências das lógicas institucionais na formulação de regras para as aquisições públicas: dinâmicas, conflitos e interesses na definição da nova lei de licitações. Dissertação, Universidade Paulista, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11248034. Acesso em: 31 jan. 2024.

231. COUTINHO, R. A qualificação econômico-financeira segundo a Lei 8666/93: um enfoque nas exigências da administração pública. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5067977.

Acesso em: 11 fev. 2024.

232. COUTINHO, R. P. Possibilidades, limites e sentido da contratualização na administração pública: a experiência no município de Gandu. Dissertação, Universidade Salvador, Salvador, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11751464. Acesso em: 03 fev. 2024.

233. COUTO, H. L. G. Compras públicas sustentáveis: a influência do cenário de consumo sobre as preferências de gestores de compras governamentais. Tese, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2393200. Acesso em: 05 fev. 2024.

234. COUTO, L. F. Inovação em compras por órgãos da administração pública federal brasileira: estudo de caso. Dissertação, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização E Qualidade Industrial, Duque de Caxias, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11020218. Acesso em: 31 jan. 2024.

235. COVER, M. Diretrizes para licitações de projetos de sistemas prediais de água fria e esgoto sanitário em campi universitários. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4671/4449.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 fev. 2024.

236. CRIADO, P. Programa de desenvolvimento de competências para fiscais de contratos administrativos. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9827032. Acesso em: 11 fev. 2024.

237. CRUZ, A. B. Possibilidades e limitações para as compras públicas sustentáveis na Universidade Federal do Pará. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11284>. Acesso em: 01 fev. 2024.

238. CRUZ, C. S. Governança de ti e conformidade legal no setor público: um quadro referencial normativo para a contratação de serviços de TI. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1540>. Acesso em: 10 fev. 2024.

239. CRUZ, L. M. Diretrizes e requisitos para o planejamento de obras públicas a partir da análise de processos licitatórios. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5965020. Acesso em: 11 fev. 2024.

240. CRUZ, L. G. As compras públicas e a fase preparatória do processo licitatório da lei nº 14.133/2021: uma abordagem à luz da teoria dos custos de transação. Dissertação, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11687503. Acesso em: 14 fev. 2024.

241. CRUZ, V. M. Elementos diferenciais do regime diferenciado de contratações em face do regime vigente. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6235472. Acesso em: 11 fev. 2024.

242. CUIABANO, M. Processo de fiscalização de contratos administrativos em uma IES pública. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9572226. Acesso em: 03 fev. 2024.

243. CUNHA, H. S. Os efeitos do sistema de registro de preços nas compras públicas: estudo de caso do centro de pesquisa Gonçalo Moniz - FIOCRUZ - BA. Dissertação, Universidade

Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30815>. Acesso em: 31 jan. 2024.

244. CUNHA, L. G. Perfil de aquisições públicas de opioides em organizações militares não hospitalares do Brasil. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12801578. Acesso em: 31 jan. 2024.

245. CURZEL, J. R. Compras públicas do tribunal de justiça de Santa Catarina: uma perspectiva sistêmica à luz da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9285837. Acesso em: 14 fev. 2024.

246. CYPRESTE, A. S. Licitações sustentáveis - instrumento legal de promoção da sustentabilidade: um estudo da aquisição de bens na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/9ab9dbaa-b3f6-48b3-ab61-a2bbe1477c35>. Acesso em: 01 fev. 2024.

247. CYPRIANO, L. Aquisição de fardamento do comando da aeronáutica: orçamento e logística. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/e6164e1a-1617-47d5-a767-8e30b08e9f85>. Acesso em: 11 fev. 2024.

248. CÁRDENAS, F. Análise da utilização do registro nacional de preços de medicamentos como instrumento para aumento da oferta de medicamentos no sistema único de saúde. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7579>. Acesso em: 10 fev. 2024.

249. DALEFFE, A. Extinção de contrato de concessão por rescisão: é possível contratualizar? Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/f7ae1358-6c45-4983-b2b6-5e1559f72997>. Acesso em: 03 fev. 2024.

250. DANTAS, R. O. D. Análise econométrica dos padrões de descontos nas modalidades de contratações públicas no estado do rio grande do norte. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13433654. Acesso em: 03 fev. 2024.

251. DESORDI, D. A competência municipal para legislar sobre contratações públicas sustentáveis. Dissertação, Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9015606. Acesso em: 03 fev. 2024.

252. DEVIDES, J. E. A modalidade licitatória convite e a polêmica relativa ao seu procedimento: um estudo realizado à luz de princípios constitucionais. Dissertação, Universidade de

Marília, Marília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5057418. Acesso em: 07 fev. 2024.

253. DIAS, C. Gestão de processos licitatórios: análise das falhas prático-operacionais das licitações da UFBA. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7715737. Acesso em: 08 fev. 2024.

254. DIAS, L. F. D. A intervenção delitiva nos delitos de corrupção ocorridos no âmbito da contratação pública. Dissertação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/bbdc23cc-9ea5-4e74-96ea-311c29df06ce/content>. Acesso em: 03 fev. 2024.

255. DIAS, L. A. Os possíveis efeitos da modalidade de licitação pregão em um órgão representante da administração pública direta: o exército brasileiro. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/43f6631e-1a37-4ae3-949b-f4b060503a40>. Acesso em: 06 fev. 2024.

256. DIAS, S. Critérios para seleção de licitantes de obras públicas evitando contratações a preços inexequíveis. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10220116. Acesso em: 03 fev. 2024.

257. DINIZ, I. Contratações públicas como indutoras ao desenvolvimento econômico regional: um estudo com empresas do município de Mossoró/RN. Dissertação, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8567208. Acesso em: 03 fev. 2024.

258. DOMAKOSKI, A. Pregão eletrônico como instrumento de gestão municipal: estudo de caso na prefeitura municipal de Almirante Tamandaré - Paraná. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp111331.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

259. DOMINGOS, N. A. Licitações sustentáveis: estudo de caso na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Dissertação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5003534. Acesso em: 01 fev. 2024.

260. DORIA, T. R. Seguro garantia como alternativa às obras públicas paralisadas no Brasil. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9027385. Acesso em: 06 fev. 2024.

261. DOURADO, F. A. M. Desempenho em processos de compras e contratações públicas: um estudo a partir dos valores organizacionais e dos instrumentos de governança recomendados pelo tribunal de contas da união. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10301078. Acesso em: 03 fev. 2024.
262. DOURADO, R. C. D. Ecossistema da corrupção no Brasil: à sombra da gestão pública nas fraudes licitatórias. Tese, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11089371. Acesso em: 10 fev. 2024.
263. DOURADO, R. C. D. Manual de pequenas fraudes: a dimensão política dos processos licitatórios. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3316467. Acesso em: 10 fev. 2024.
264. DUARTE, J. Contratação de serviços de treinamento, na modalidade de inexigibilidade de licitação: identificação, análise e tratamento dos riscos. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9859823. Acesso em: 03 fev. 2024.
265. DUARTE, K. S. Transparência como elemento de accountability nas compras públicas: uma proposta para o poder executivo do estado de Santa Catarina. Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8259520. Acesso em: 01 fev. 2024.
266. DUARTE, R. S. D. Setor de compras do IFRS - campus Rio Grande: integração com as coordenações de curso. Dissertação, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Charqueadas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7837389. Acesso em: 08 fev. 2024.
267. DUCA, F. V. P. Análise do processo licitatório da prefeitura municipal de Passo Fundo. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2530544. Acesso em: 14 fev. 2024.
268. DUTKEVICZ, I. Manual de orientação aos gestores das instituições federais de ensino superior na contratação de serviços. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=307749. Acesso em: 10 fev. 2024.

269. DUTRA, A. O isomorfismo presente nos procedimentos de compras públicas sustentáveis. Dissertação, Universidade de Araraquara, Araraquara, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8159933. Acesso em: 31 jan. 2024.
270. DUTRA, C. A sustentabilidade na administração pública e as "compras compartilhadas": o compartilhamento das compras públicas como prática sustentável nas instituições públicas federais de ensino superior no estado de Roraima. Dissertação, Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8253243. Acesso em: 01 fev. 2024.
271. DUTRA, C. T. D. Licitações públicas sustentáveis de obras e serviços de engenharia. Tese, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4676818. Acesso em: 07 fev. 2024.
272. DUTRA, Incentivo à participação de pequenas empresas locais nas compras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7789572. Acesso em: 01 fev. 2024.
273. D'AGOTINI, V. Compras governamentais e comércio internacional. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/83648>. Acesso em: 03 fev. 2024.
274. ELIAS, G. H. Procedimento licitatório: desenvolvimento, função social e sustentabilidade. Dissertação, Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2015. Disponível em: <http://45.4.96.19/bitstream/aee/1923/1/Guilherme%20Elias.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.
275. ELY, D. Proposta para um modelo para avaliação de processo de concorrência pública de obras ou serviços de engenharia. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3621554. Acesso em: 11 fev. 2024.
276. ESTENDER, A. Fortalecimento da microeconomia por meio da alimentação escolar. Tese, Universidade Paulista, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13386502. Acesso em: 14 fev. 2024.
277. FABRE, F. M. B. Função horizontal da licitação e da contratação administrativa. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-01122015-123928/pt-br.php>. Acesso em: 14 fev. 2024.

278. FAGANELLO, M. Requisitos de habilitação em licitações públicas: controle da discricionariedade administrativa. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40223>. Acesso em: 07 fev. 2024.
279. FAGUNDES, M. Cocriação de valor na otimização de processos de aquisição aplicados a pesquisa clínica no instituto nacional de infectologia Evandro Chagas. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11345446. Acesso em: 10 fev. 2024.
280. FALCÃO, M. E. D. A adoção das licitações sustentáveis nas Companhias Docas do Brasil e sua prática na companhia do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5069045. Acesso em: 08 fev. 2024.
281. FANTINELLI, N. Licitar ou não licitar, eis a questão? Um estudo de aquisições por diferentes modalidades de licitação. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11336077. Acesso em: 01 fev. 2024.
282. FARIA, A. R. R. M. Análise da gestão e fiscalização de contratos de obras públicas: reflexões sobre o processo decisório a partir da teoria dos stakeholders. Dissertação, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12939394. Acesso em: 03 fev. 2024.
283. FARIA, E. R. desempenho, risco e funcionalidade do pregão eletrônico no setor público. Dissertação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/1928>. Acesso em: 31 jan. 2024.
284. FARIA, G. Indicadores de eficiência do pregão eletrônico: um estudo em uma universidade pública federal. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5153527. Acesso em: 10 fev. 2024.
285. FARIA, I. E. Procedimento para estimular a participação das MPES nas compras públicas via pregão eletrônico no IF sudeste MG - campus Muriaé. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8556975. Acesso em: 14 fev. 2024.
286. FARIA, J. Realidade e perspectiva do modelo de gestão de compras adotado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=308355. Acesso em: 07 fev. 2024.

287. FARIA, S. D. Mapeamento do processo de compras públicas: uma ferramenta para gestão de materiais de saúde. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5369748. Acesso em: 05 fev. 2024.

288. FARIAS, C. M. A. Utilização do maior desconto e seus impactos nos preços das contratações de tecnologia da informação e telecomunicações (TIC) da Petrobrás. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/4ea71445-4723-41df-a611-78a5d2e5aee6>. Acesso em: 10 fev. 2024.

289. FARIAS, D. M. S. D. Sustentabilidade das compras públicas no estado do Amapá. Dissertação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/05/DALVA-MAR%C3%8DIA-SALES-DE-LIMA-FARIAS.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

290. FARIAS, R. A. Contratações públicas no cenário de governança pela internet: o pregão eletrônico na UFPE. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7092>. Acesso em: 14 fev. 2024.

291. FASSIO, R. C. Novos parâmetros para o poder de compra do estado. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-27112020-164031/pt-br.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.

292. FENILI, R. desempenho em processos de compras e contratações públicas: um estudo a partir da inovação e das práticas organizacionais. Tese, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22451?locale=es>. Acesso em: 03 fev. 2024.

293. FERNANDES, A. L. Q. M. O controle exercido pelo tribunal de contas da união em matéria de contratações públicas e a Lei nº 14.133/2021. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11698980. Acesso em: 03 fev. 2024.

294. FERNANDES, C. C. C. Política de compras e contratações: trajetória e mudanças na administração pública federal brasileira. Tese, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/6a5574e1-0a6c-4765-8904-713db500e9f0>. Acesso em: 03 fev. 2024.

295. FERNANDES, P. Limites diferenciados de licitação: uma análise da experiência do estado de mato grosso. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8972911. Acesso em: 06 fev. 2024.

296. FERNANDES, S. Gestão de compras públicas no campus Ribeirão das Neves do IFMG. Dissertação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Ouro Branco, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11476190. Acesso em: 31 jan. 2024.
297. FERNANDEZ, A. Uma análise evolutiva nas contratações de obras e serviços públicos. Dissertação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008. Disponível em: https://ie-papp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/BQSOLLXFWMP.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.
298. FERNANDEZ, M. L. Comparação de custo e prazo entre duas formas de contratação de obras públicas de pavimentação de rodovias no Brasil. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237231>. Acesso em: 11 fev. 2024.
299. FERRAZ, A. Metodologia de análise dos critérios de sustentabilidade ambiental em licitações públicas federais. Dissertação, Universidade Brasil, Fernandópolis, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11025174. Acesso em: 03 fev. 2024.
300. FERRAZ, L. Compras públicas sustentáveis - um estudo sobre a aquisição de materiais no campus Paracambi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10121994. Acesso em: 01 fev. 2024.
301. FERREIRA, A. A inadimplência pública nas compras governamentais e a efetividade dos instrumentos legais de cobrança à disposição do contratado: ação judicial e ordem cronológica de exigibilidades dos pagamentos públicos (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/966599ec-571e-4875-a97f-9aa2153a90f7>. Acesso em: 14 fev. 2024.
302. FERREIRA, C. M. desafios para a implementação de compras públicas sustentáveis no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6613502. Acesso em: 14 fev. 2024.
303. FERREIRA, C. Gestão de compras públicas: desafios, dilemas e perspectivas na Universidade Federal de Viçosa. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2925572. Acesso em: 01 fev. 2024.
304. FERREIRA, F. Gestão de TIC no processo de compras públicas: análise da efetividade e dos entraves do sistema sagui. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,

2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13450469. Acesso em: 14 fev. 2024.

305. FERREIRA, F. D. Custos de transação em licitações públicas: análise da eficiência do processo de compra de medicamentos no âmbito do SUS. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10109018. Acesso em: 28 mar. 2024.

306. FERREIRA, H. A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação das políticas públicas de compras sustentáveis: uma análise empírica do caso da Universidade Federal do Piauí (2010-2020). Dissertação, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9940921. Acesso em: 05 fev. 2024.

307. FERREIRA, I. Avaliação de desempenho e controle dos fornecedores de serviços de conservação e limpeza: método gerencial aplicado ao IF sudeste MG. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7771876. Acesso em: 11 fev. 2024.

308. FERREIRA, J. R. Governança das aquisições: a implementação de um plano de gestão de riscos em uma seção de licitações do Exército Brasileiro. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11301899. Acesso em: 28 mar. 2024.

309. FERREIRA, M. Gerenciamento de riscos como estratégia de fomento ao valor público: uma proposta aplicada aos processos de aquisições municipais. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11044170. Acesso em: 01 fev. 2024.

310. FERREIRA, R. Mecanismos de combate à corrupção na remuneração das parcerias público-privadas. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10726249. Acesso em: 03 fev. 2024.

311. FERREIRA, T. Diagnóstico das sanções administrativas aplicadas aos fornecedores de uma instituição pública de ensino. Dissertação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7667654. Acesso em: 10 fev. 2024.

312. FERREIRA, T. Análise do processo de implantação das compras públicas sustentáveis da Universidade Federal do Ceará fundamentado em um modelo de compras públicas sugerido pelo governo federal brasileiro. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3547322. Acesso em: 31 jan. 2024.
313. FERREIRA, T. Pregão eletrônico e negociação: fatores determinantes na busca do menor preço. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/38209>. Acesso em: 01 fev. 2024.
314. FIGUEIREDO, R. A. Proposta de implantação dos conceitos do lean public service no planejamento da contratação de serviços continuados de uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9880903. Acesso em: 11 fev. 2024.
315. FIGUEIREDO, R. Uma metodologia para a prevenção de falhas em licitações e em contratos numa instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6163516. Acesso em: 10 fev. 2024.
316. FIGUEIRÊDO, J. D. Pregão eletrônico e satisfação do usuário: aplicação de técnicas de mensuração em uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15590>. Acesso em: 07 fev. 2024.
317. FILHO, D. M. Contratações públicas sustentáveis: análise das barreiras no caso do Banco Central do Brasil. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7360891. Acesso em: 03 fev. 2024.
318. FILHO, F. V. O impacto da adoção de licitações eletrônicas na gestão pública: uma abordagem baseada na visão dos pregoeiros do tribunal de justiça de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7448?show=full>. Acesso em: 06 fev. 2024.
319. FILHO, G. C. O processo de penalização de fornecedores: um estudo de caso da Universidade Federal de Alagoas. Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11112737. Acesso em: 01 fev. 2024.
320. FILHO, J. B. D. A eficiência do controle social nas licitações e contratos administrativos. Dissertação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5001636. Acesso em: 07 fev. 2024.

321. FILHO, J. M. P. Expectativa sobre o impacto da nova lei de licitações. Dissertação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13360337. Acesso em: 03 fev. 2024.

322. FILHO, J. N. T. O. Facilitadores e entraves para a implementação das licitações públicas sustentáveis: análise bibliométrica. Dissertação, Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11382969. Acesso em: 01 fev. 2024.

323. FILHO, L. C. Compras públicas para inovação e o desenvolvimento: um diagnóstico jurídico-institucional das encomendas tecnológicas no Brasil. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/6acf300f-f36e-4290-820c-08873f78844b>. Acesso em: 14 fev. 2024.

324. FILHO, L. F. B. D. Novos mecanismos de prevenção à corrupção em licitações públicas. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4080>. Acesso em: 06 fev. 2024.

325. FILHO, M. L. Contratação de suporte logístico para simuladores de voo da Força Aérea Brasileira. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/130bb744-388f-498a-a487-4d29eb116824>. Acesso em: 03 fev. 2024.

326. FILHO, M. A. P. M. Licitações sustentáveis: os parâmetros do desenvolvimento nacional e o controle das compras públicas no estado do Ceará. Dissertação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://politicassuece.com/br-dissertacoes-da-turma-13>. Acesso em: 14 fev. 2024.

327. FILHO, N. R. Sistema de compras eletrônicas por leilão reverso: estudo dos impactos observados na experiência do estado de São Paulo. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2004. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/a47559b8-2536-4bc9-8280-a5ae84724b9c>. Acesso em: 10 fev. 2024.

328. FILHO, R. Aquisições públicas com participação democrática como garantia de sustentabilidade e efetivação de governança pública e exercício de soberania popular. Tese, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6579033. Acesso em: 03 fev. 2024.

329. FILHO, R. C. As compras públicas na administração pública federal (APF) e o seu papel na agenda de redução das desigualdades territoriais brasileiras. Dissertação, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11713228. Acesso em: 14 fev. 2024.

330. FILHO, R. R. Modelo de gestão de contratos para obras públicas habitacionais. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MCBR-8AKG9L>. Acesso em: 11 fev. 2024.

331. FILHO, U. G. S. Transparência no sistema de registro de preços: um estudo de caso no Instituto Federal da Paraíba - campus Campina Grande. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6429916. Acesso em: 14 fev. 2024.

332. FIM, C. Proposta de método para mensuração e avaliação dos custos de transação sobre compras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2697135. Acesso em: 01 fev. 2024.

333. FIRMINO, A. D. S. Arranjos institucionais na secretaria municipal de Salvador, com a introdução do pregão eletrônico: o caso da compra de medicamentos para doenças sexualmente transmissíveis (DST). Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15247>. Acesso em: 07 fev. 2024.

334. FLEURY, F. B. G. As infrações e sanções administrativas aplicáveis a licitações e contratos (Leis 8.666/93, 10.520/02, 12.462/11 e Lei 12.846/13). Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3618890. Acesso em: 03 fev. 2024.

335. FONSECA, J. D. D. Políticas para aquisição e gestão de materiais médico-hospitalares em uma rede hospitalar pública. Dissertação, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7652746. Acesso em: 14 fev. 2024.

336. FONSECA, P. Fatores críticos de sucesso na implementação de sistemas de informação no planejamento da fase interna das compras públicas: análise comparativa entre as instituições federais de ensino superior do vale do São Francisco. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1750830. Acesso em: 08 fev. 2024.

337. FONTES, M. J. Análise crítica do procedimento licitatório da dispensa de licitação prevista na lei 13.979/2020. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP-SP), São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11476106. Acesso em: 10 fev. 2024.

338. FONTES, R. Avaliação experimental de um classificador para apoiar a detecção de fraudes em compras públicas. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15098>. Acesso em: 01 fev. 2024.
339. FONTES, V. Avaliação de propostas de licitação em uma autarquia federal empregando o método TODIM na tomada de decisão. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3646041. Acesso em: 10 fev. 2024.
340. FORTE, D. Uma proposta de processo de contratação de soluções de TI para ministérios públicos. Dissertação, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7768548. Acesso em: 10 fev. 2024.
341. FOSS, M. Compras públicas como instrumento de política de inovação orientada à demanda: experiências no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7675631. Acesso em: 01 fev. 2024.
342. FRAGA, A. detecção de casos suspeitos de fraudes em licitações realizadas nos municípios da Paraíba: uma aplicação de técnicas de mineração de dados. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12518?locale=pt_BR. Acesso em: 07 fev. 2024.
343. FRANCA, C. A. Participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas: um estudo de caso na FUNDACENTRO. Dissertação, Centro Universitário Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2019. Disponível em: https://unifaccamp.edu.br/mestrado/administracao/arquivo/documentos/producao_discente/CarlosAlbertoFranca.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.
344. FRANCA, J. F. Fatores determinantes da eficiência no processo de compras públicas. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/6099d73a-4ff7-4c75-b817-09b99126f247>. Acesso em: 01 fev. 2024.
345. FRANCA, N. B. As contratações públicas como mecanismo impulsionador de desenvolvimento local: um estudo multicaso sobre a efetividade da lei complementar 123/06 nos municípios de Afrânio-PE e Dormentes-PE. Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10714407. Acesso em: 28 mar. 2024.
346. FRANCA, R. M. Compras públicas conjuntas e economias de escala: um estudo de caso do sistema COFEN/conselhos regionais de enfermagem. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11233123. Acesso em: 14 fev. 2024.

347. FREIRE, D. R. Comentários à Lei n 7.753/2017: programa de integridade nas licitações e contratos administrativos do estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7629237. Acesso em: 11 fev. 2024.

348. FREIRE, F. N. O. Compras públicas na educação brasileira: instrumento de análise de desempenho para instituições federais. Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11745759. Acesso em: 07 fev. 2024.

349. FREIRE, M. A. F. Um estudo sobre os atrasos das obras públicas no município de Presidente Kennedy-ES. Dissertação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11105279. Acesso em: 10 fev. 2024.

350. FREITAS, B. V. Compras e contratações públicas no exterior: uma proposta de mudança para o departamento de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8971340. Acesso em: 01 fev. 2024.

351. FREITAS, E. R. Os desafios da implementação das compras públicas sustentáveis no IFNMG - campus Montes Claros. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5417024. Acesso em: 07 fev. 2024.

352. FREITAS, G. J. Gestão de processos: a fiscalização das contratações públicas para a detecção de irregularidades. Dissertação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. Disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/203?curso_id=203&page=6. Acesso em: 03 fev. 2024.

353. FREITAS, J. C. W. D. Compras públicas governamentais no pacto federativo brasileiro. Dissertação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufra.br/jspui/handle/1/10505>. Acesso em: 31 jan. 2024.

354. FREITAS, M. Investigação das causas dos problemas de gestão e execução dos contratos de prestação de serviços contínuos, licitados por pregão eletrônico, pela diretoria de administração do campus - DIRAC/Fiocruz. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16906>. Acesso em: 03 fev. 2024.

355. FREITAS, M. D. Compras públicas sustentáveis - um estudo de caso na Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11303323. Acesso em: 01 fev. 2024.
356. FREITAS, S. M. Proposta de metodologia de apoio ao controle interno baseada na distribuição de newcomb-benford para análise de contratos públicos. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8569046. Acesso em: 03 fev. 2024.
357. FREITAS, T. P. As contratações públicas como instrumento de políticas públicas sustentáveis: a dimensão esquecida. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1268950. Acesso em: 03 fev. 2024.
358. FRITZEN, Proposição de recomendações para a implementação da fiscalização de licitações sustentáveis para o tribunal de contas do estado de Santa Catarina. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=735042. Acesso em: 11 fev. 2024.
359. FURTADO, R. Análise da utilização do sistema de cotação eletrônica (comprasnet) em fundações públicas: um estudo de caso na Fiocruz Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6677764. Acesso em: 01 fev. 2024.
360. GALDINO, R. I. S. Procedimento gerencial para redução do desperdício de recursos em contratações públicas em uma instituição de ensino. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7699903. Acesso em: 08 fev. 2024.
361. GALEANO, J. C. Procedimentos de aquisição de equipamentos médico-assistenciais, uma ferramenta computadorizada de apoio. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81280>. Acesso em: 07 fev. 2024.
362. GAMBARRA, M. Qualificação de fornecedores em um laboratório farmacêutico oficial (LFO). Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7665188. Acesso em: 14 fev. 2024.
363. GARCEZ, L. R. D. Análise da gestão de riscos na área de compras da Fiocruz. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7720877. Acesso em: 14 fev. 2024.

364. GAVLAK, A. Mercado de geotecnologias no governo federal entre os anos de 2011 e 2019: compras públicas e geografia aplicada. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-29072021-200535/pt-br.php>. Acesso em: 14 fev. 2024.

365. GENEROSO, G. B. Estudo do processo de compras da UFMG, no contexto da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental. Dissertação, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1608074. Acesso em: 10 fev. 2024.

366. GERMANO, F. T. A gestão da informação no processo de contratação pública da Universidade Federal Rural do Semi-árido: um estudo de caso nos contratos de serviços. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12553371. Acesso em: 03 fev. 2024.

367. GIAMBERARDINO, G. Proposta de modelo conceitual de critérios ambientais para contratação pública de obras rodoviárias federais. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11492598. Acesso em: 03 fev. 2024.

368. GIOMBELLI, G. Transição sustentável das compras públicas de alimentos: o caso dos restaurantes das universidades federais no estado do paraná. Dissertação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6539894. Acesso em: 14 fev. 2024.

369. GODINHO, C. desafios na gestão de estoques de peças de reposição em uma empresa pública de geração de energia. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7951360. Acesso em: 05 fev. 2024.

370. GOMES, A. P. D. Análise da gestão de compras de livros no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Cariri. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11477350. Acesso em: 14 fev. 2024.

371. GOMES, A. Compras sustentáveis e o setor público: aspectos financeiros e econômicos à luz da realidade da universidade de Brasília (UnB). Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5699413. Acesso em: 14 fev. 2024.

372. GOMES, J. A formação continuada de gestores de licitação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6091857. Acesso em: 07 fev. 2024.

373. GOMES, L. Regime diferenciado de contratações públicas: o novo perfil dos contratos administrativos no Brasil. Dissertação, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=91614. Acesso em: 03 fev. 2024.

374. GOMES, L. S. Alimentação escolar: práticas de agricultores cearenses como fornecedores para o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7572560. Acesso em: 08 fev. 2024.

375. GOMES, M. V. S. Fatores que afetam a relação entre o setor privado prestador de serviços e a Petrobrás durante os processos de contratação: estudo de caso na gerência de exploração e produção da bacia de campos - E&PBC. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/f6472552-b6e9-4d49-a6f2-45b0a0169b9b>. Acesso em: 03 fev. 2024.

376. GOMES, R. J. S. Um estudo sobre as variáveis que influenciam na eficiência dos pregões eletrônicos como ferramenta das compras públicas. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25291>. Acesso em: 01 fev. 2024.

377. GOMES, R. G. Aplicabilidade do programa lean seis sigma na redução do lead time de licitações de obras e serviços de engenharia. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=104184. Acesso em: 10 fev. 2024.

378. GOMES, R. C. A postura das empresas construtoras de obras públicas da grande Florianópolis em relação ao PBQP-H. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89559>. Acesso em: 07 fev. 2024.

379. GOMES, T. E. O. Análise dos pregões eletrônicos realizados em universidades federais localizadas no rio grande do sul. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5054451. Acesso em: 10 fev. 2024.

380. GOMES, V. Direito à educação de qualidade: um olhar através das contratações públicas em educação no estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13519929. Acesso em: 03 fev. 2024.

381. GOMIDE, A. Compras públicas sustentáveis: a utilização do salário justo como categoria de impacto na avaliação do ciclo de vida social do produto. Dissertação, Universidade Federal da Grande dourados, dourados, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6309479. Acesso em: 08 fev. 2024.

382. GONCALVES, A. C. Governança das aquisições na administração pública federal: um estudo exploratório sobre a comissão de apoio técnico contábil para fins licitatórios na UFRN. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7845076. Acesso em: 07 fev. 2024.

383. GONCALVES, P. H. Política de inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte: avaliação das compras públicas na Universidade Federal do Ceará-UFC com base na lei complementar nº 123/06. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10697982. Acesso em: 08 fev. 2024.

384. GONCALVES, R. Considerações esportivo-jurídicas sobre o regime diferenciado de contratações - RDC. Dissertação, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10986442. Acesso em: 11 fev. 2024.

385. GONCALVES, T. B. Governança das contratações (bens e serviços): um estudo de caso na Universidade Federal do Cariri. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11481181. Acesso em: 03 fev. 2024.

386. GONZAGA, M. L. D. Objetivos e barreiras para as compras públicas sustentáveis: experiência de uma instituição de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6489913. Acesso em: 31 jan. 2024.

387. GONZALES, M. Proposta de modelo de gestão para serviços continuados numa instituição pública de ensino. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10849250. Acesso em: 11 fev. 2024.

388. GONÇALVES, M. D. Um estudo sobre os fatores determinantes dos prazos das compras e contratações públicas através de pregão eletrônico no âmbito da Fiocruz - BA. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7730>. Acesso em: 31 jan. 2024.

389. GRANDIZOLI, T. Gestão de contratos de parcerias de investimento: lições e aprendizados a partir do estudo de caso da PPP da linha 4. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/637677b3-0e74-48f3-a524-c3b73ab19c05>. Acesso em: 03 fev. 2024.

390. GREGOLIN, G. Alimentação escolar e agricultura familiar: uma análise sobre a implementação da lei 11.947/2009 e seu caráter sustentável no sudoeste do paraná. Dissertação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3343248. Acesso em: 31 jan. 2024.

391. GUEDES, F. A. Infrações e sanções em licitações e contratos administrativos. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30103?show=full>. Acesso em: 07 fev. 2024.

392. GUIMARAES, A. R. Eficiência estatística das formas de licitação na valoração contingente: um estudo de caso do formato dicotômico, one-and-one-half bound. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1865854. Acesso em: 11 fev. 2024.

393. GUIZZARDI, Criação e implantação de estrutura de trabalho para melhorias de curto prazo em ambientes de compras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1421771. Acesso em: 05 fev. 2024.

394. GURGEL, P. H. Preços estimados e homologados: uma referência ilusória na apuração da eficiência em compras públicas. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9764656. Acesso em: 01 fev. 2024.

395. HOMRICH, A. Contratação de capacitação: construção e validação de instrumento avaliativo. Dissertação, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6345583. Acesso em: 03 fev. 2024.

396. HORACIO, L. A licitação como instrumento de incentivo à proteção ambiental nos negócios jurídicos da administração pública. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina,

Londrina, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7053528. Acesso em: 10 fev. 2024.

397. HUBAIDE, E. Estudo do BDI sobre o preço de obras empreitadas. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14160/1/diss.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

398. INAMINE, Sistema eletrônico de compras: a experiência do governo federal brasileiro. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93754>. Acesso em: 31 jan. 2024.

399. IZAR, A. L. Compras públicas ambientalmente sustentáveis em um contexto de green supply chain management: um survey sobre o papel do treinamento ambiental, empowerment dos funcionários e fatores influenciadores externos. Dissertação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2412592. Acesso em: 01 fev. 2024.

400. JACOB, A. Responsabilidade socioambiental em uma instituição de ensino superior: um estudo sobre a viabilidade de adoção das práticas de compras sustentáveis. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8528376. Acesso em: 11 fev. 2024.

401. JANKOSKI, A. R. M. Os impactos da Lei Complementar 123/2006 nos pregões eletrônicos da Universidade Federal do Paraná. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3619162. Acesso em: 10 fev. 2024.

402. JAPUR, J. P. Formalismo das licitações públicas no ordenamento jurídico brasileiro. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151322>. Acesso em: 07 fev. 2024.

403. JESUS, M. B. Modelo preditivo de risco de irregularidades em compras públicas no estado de Goiás. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9884336. Acesso em: 01 fev. 2024.

404. JORGE, R. Dispensa de licitação fundamentada em situações emergenciais ou de calamidade pública. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-24072020-012245/publico/9431251_Dissertacao_Original.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

405. JULIAO, D. V. Raciocínio baseado em casos na confecção de termos de referência para contratações públicas. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26924>. Acesso em: 03 fev. 2024.
406. JUNIOR, A. Licitações sustentáveis: o caso da Embrapa algodão. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5362464. Acesso em: 07 fev. 2024.
407. JUNIOR, C. L. C. Melhoria no processo para disponibilização de dados de licitação do portal de transparência de Niterói baseado em boas práticas de governança de dados. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11717003. Acesso em: 11 fev. 2024.
408. JUNIOR, C. J. O. Proposta de modelo de planejamento anual de compras, baseado em metodologias ágeis. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11034632. Acesso em: 11 fev. 2024.
409. JUNIOR, E. Proposição de um modelo de procedimentos internos para processos de compras públicas compartilhadas. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8555802. Acesso em: 01 fev. 2024.
410. JUNIOR, F. A. D. A. A.O. A necessária e complexa relação entre concorrência e corrupção: uma (re)análise dos cartéis de licitação condenados pelo CADE. Tese, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/46490/1/2022_FernandoAnt%C3%B4nioDeAlencarAlvesdeOliveiraJ%C3%BAnior_.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.
411. JUNIOR, F. J. D. Regime diferenciado de contratações públicas: análise do princípio da eficiência nas licitações de obras do Instituto Federal da Paraíba - IFPB. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11381869. Acesso em: 03 fev. 2024.
412. JUNIOR, J. C. Estudo das práticas de obtenção, coleta e disposição dos óleos lubrificantes no Exército Brasileiro. Dissertação, Universidade La Salle, Canoas, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3254947. Acesso em: 03 fev. 2024.
413. JUNIOR, J. C. P. C. Licitação pública: aspectos que influenciam no processo licitatório. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4241753. Acesso em: 07 fev. 2024.

414. JUNIOR, J. A efetividade dos critérios de sustentabilidade nas contratações públicas sustentáveis vigentes em 2017: o caso da superintendência de administração da Advocacia-Geral da União em Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32225>. Acesso em: 03 fev. 2024.
415. JUNIOR, J. M. O. A inovação como um vetor de mudança no processo de compra pública da agricultura familiar oriunda do PNAE. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11081622. Acesso em: 14 fev. 2024.
416. JUNIOR, J. M. S. Modelo para classificação de fornecedores da administração pública baseado em aprendizagem de máquina supervisionada. Dissertação, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7642977. Acesso em: 14 fev. 2024.
417. JUNIOR, M. C. S. Relação entre compras públicas e empresariado regional: o caso da UNIVASF nos municípios de Juazeiro e Petrolina. Dissertação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3387405. Acesso em: 05 fev. 2024.
418. JUNIOR, M. Poder de compra governamental como instrumento de política pública para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10452037. Acesso em: 07 fev. 2024.
419. JUNIOR, M. Análise dos procedimentos licitatórios adotados pelo poder judiciário paranaense: a etapa de qualificação econômico-financeira. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=99426. Acesso em: 10 fev. 2024.
420. JUNIOR, M. V. S. Autocomposição de conflitos em contratos sob o regime diferenciado de contratação (RDC) na administração pública no estado de São Paulo. Dissertação, Universidade de Araraquara, Araraquara, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12589626. Acesso em: 14 fev. 2024.
421. JUNIOR, N. Contribuições da aplicação de sanções administrativas em compras públicas na Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20785>. Acesso em: 05 fev. 2024.

422. JUNIOR, O. J. A influência da estrutura e dos processos organizacionais nas contratações públicas. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/5dd43f89-0b87-4744-ae1d-998b9306174f>. Acesso em: 03 fev. 2024.
423. JUNIOR, R. Vantagens e limitações geradas (a partir de 2017) no âmbito de contratações da Udesc decorrentes da regulamentação e adoção do pregão eletrônico como modalidade de licitação. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8296630. Acesso em: 03 fev. 2024.
424. JUNIOR, R. S. D. S. Responsabilidade civil do estado pela ausência de inclusão de critérios de preservação ambiental no procedimento de licitação pública. Dissertação, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1351399. Acesso em: 11 fev. 2024.
425. JUNIOR, T. Licitação compartilhada sustentável: uma tecnologia social. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10821269. Acesso em: 07 fev. 2024.
426. JUNIOR, W. F. Rede de empresas no regime diferenciado de contratação (RDC): estudo de caso da obra na br-381/mg, região de belo horizonte. Dissertação, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3053820. Acesso em: 10 fev. 2024.
427. JUNIOR, Z. E. Licitações sustentáveis: construindo um estado de direito para a natureza. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2019. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2606/Zany%20Estael%20Leite%20Junior.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.
428. JURKSAITIS, G. Uma proposta de releitura para o direito ao equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-14082020-000059/pt-br.php>. Acesso em: 11 fev. 2024.
429. JURKSAITIS, G. Contratação direta: análise crítica do sistema e o caso dos serviços advocatícios. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-10112016-112249/es.php>. Acesso em: 10 fev. 2024.
430. JURUENA, C. O dever de informação em contratações públicas nos portais da transparência: um estudo a partir dos sítios oficiais do poder executivo dos municípios do vale do rio pardo. Dissertação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4908272. Acesso em: 03 fev. 2024.

431. KARIYADO, M. Proposta e aplicação de uma sistemática baseada na gestão do conhecimento para a melhoria do processo de compras públicas. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3620484. Acesso em: 01 fev. 2024.
432. KERN, E. Uma estrutura de agentes para o processo de licitação. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77654>. Acesso em: 06 fev. 2024.
433. KESSELER, N. Aplicação de recursos públicos: um estudo comparativo entre as compras públicas e as compras em fundações de apoio à tecnologia e ciência. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8779900. Acesso em: 08 fev. 2024.
434. KHALIL, B. Políticas agrárias e articulação de escalas: uma análise do ambiente institucional nas compras públicas do município de São Carlos SP. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8287860. Acesso em: 05 fev. 2024.
435. KIHARA, B. M. Compras, contratações sustentáveis e materiais de consumo do plano de gestão de logística sustentável: uma proposta para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6428246. Acesso em: 11 fev. 2024.
436. KLOTZ, R. F. Infrações e sanções administrativas aplicáveis aos particulares em licitações e contratos. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5429>. Acesso em: 07 fev. 2024.
437. KOWALSKI, K. M. Aprendizagem organizacional nas licitações: um modelo com foco no pregoeiro. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11522590. Acesso em: 07 fev. 2024.
438. LACERDA, G. Ação empreendedora no setor público: a criação do setor de "pós-compra" em uma universidade pública localizada no sul de minas gerais. Dissertação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7679629. Acesso em: 08 fev. 2024.
439. LACERDA, L. C. Uma análise da variabilidade dos preços adjudicados em pregões eletrônicos na administração pública federal. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de

Janeiro, 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/abcedca1-ae4d-48a9-87fd-036152df1a44/content>. Acesso em: 10 fev. 2024.

440. LAURINHO, I. Uma visão multidimensional das deficiências relacionadas as compras públicas municipais. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11302044. Acesso em: 01 fev. 2024.

441. LAVOR, A. A. A. Os critérios de sustentabilidade nas contratações públicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Iguatu. Dissertação, Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, Lajeado, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5681995. Acesso em: 03 fev. 2024.

442. LEAL, C. M. D. Modelagem organizacional: mapeando os processos da coordenação de compras do departamento de material da Universidade Federal do Amazonas com foco na melhoria do fluxo administrativo. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5717864. Acesso em: 05 fev. 2024.

443. LEAO, A. M. D. F. A difusão da lei de incentivos à participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras públicas municipais brasileiras. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4989708. Acesso em: 14 fev. 2024.

444. LEIROZ, A. Proposta de utilização da metodologia leanoffice para otimização do processo administrativo de licitação de obras públicas em uma instituição de ensino tecnológico. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1396539. Acesso em: 11 fev. 2024.

445. LEITE, E. Práticas de compliance nas contratações públicas da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11478988. Acesso em: 03 fev. 2024.

446. LEITE, M. Adequação da transparência das licitações e contratos da Universidade Federal de Minas Gerais à lei de acesso à informação. Dissertação, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10533057. Acesso em: 31 jan. 2024.

447. LEITE, M. D. F. D. Sustentabilidade versus legislação vigente: uma análise no perfil das licitações sustentáveis no TJPE. Dissertação, Associação Instituto de Tecnologia de

Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9534603. Acesso em: 06 fev. 2024.

448. LEITE, R. O. O plano de contratações anual e o planejamento das compras públicas: proposta de melhoria nas compras unificadas do IF sudeste MG. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12408061. Acesso em: 14 fev. 2024.

449. LEMES, R. Avaliação do sistema de controles internos na aprovação e no acompanhamento de licitações públicas. Dissertação, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5262499. Acesso em: 10 fev. 2024.

450. LEMOS, P. H. Gerenciamento de riscos em contratos públicos de terceirização de serviços de limpeza. Dissertação, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4672261. Acesso em: 03 fev. 2024.

451. LESSA, M. Compras públicas como políticas de incentivo à inovação: uma análise institucionalista do small business innovation research. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=241355. Acesso em: 14 fev. 2024.

452. LETTIERI, C. Análise dos motivos de fracasso no processo de compras de medicamentos no hospital de clínicas de porto alegre. Dissertação, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11432499. Acesso em: 10 fev. 2024.

453. LEVCOVITZ, S. A corrupção e a atuação da justiça federal no Brasil: 1991 – 2014. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9840302. Acesso em: 11 fev. 2024.

454. LEÃO, C. J. Produção pública de medicamentos: uma estrutura de governança possível. Tese, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15223/1/Tese%20Claudio%20Le%20C3%A3o.%202011.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

455. LIBORIO, M. Efeitos dos incentivos normativos sobre compradores e fornecedores de bens divisíveis em pregões eletrônicos. Tese, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11519922. Acesso em: 03 fev. 2024.

456. LIMA, C. C. O desafio na contratação e elaboração de projetos para execução de obras rodoviárias: o fator projeto. Dissertação, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1618324. Acesso em: 11 fev. 2024.
457. LIMA, C. B. Gestão da cadeia de suprimentos da secretaria municipal de saúde de Manaus: uma proposta de otimização do processo de aquisição de medicamentos. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6287507. Acesso em: 14 fev. 2024.
458. LIMA, G. C. O controle prévio dos editais de licitação pelos tribunais de contas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3038877. Acesso em: 07 fev. 2024.
459. LIMA, J. A. Regulamentação de compras e eficiência administrativa: uma análise sobre a gestão orçamentária das universidades federais. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa (IDP-SP), São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13204269. Acesso em: 14 fev. 2024.
460. LIMA, L. F. Cartel damages in lowest price english auctions with endogeneous entry. Tese, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0b675547-863a-4d3e-b376-9a6565c878df/content>. Acesso em: 10 fev. 2024.
461. LIMA, L. L. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das licitações e contratos administrativos. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2820072. Acesso em: 03 fev. 2024.
462. LIMA, M. G. Fatores que determinam o desempenho em termos de variação de preço e prazo de entrega das compras por pregão eletrônico. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1578821. Acesso em: 10 fev. 2024.
463. LIMA, M. F. Análise da gestão e conservação de recursos hídricos das agências bancárias da Caixa Econômica Federal no estado do Paraná. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6123813. Acesso em: 08 fev. 2024.

464. LIMA, M. deep vacuity: detecção e classificação automática de padrões com risco de conluio em dados públicos de licitações de obras. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11285658. Acesso em: 10 fev. 2024.
465. LIMA, O. S. W. Justiça em aprendizagem de máquina na estimativa de risco de contratos públicos. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9294292. Acesso em: 03 fev. 2024.
466. LIMA, P. G. determinantes para a implementação de contratações públicas sustentáveis no Brasil: o caso do sistema ministério do meio ambiente. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7645563. Acesso em: 03 fev. 2024.
467. LIMA, R. M. Os desafios da contratação pública: fundamentos e proposições a partir do processo de reabilitação profissional. Tese, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6713667. Acesso em: 03 fev. 2024.
468. LIMA, R. J. Diagnóstico dos elementos que favorecem ou limitam a execução do recurso de custeio descentralizado aos centros acadêmicos: um estudo de caso do centro de ciências da saúde da UFPE. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45704>. Acesso em: 01 fev. 2024.
469. LIMA, S. A. Funções econômica e social do contrato administrativo: equilíbrio econômico-financeiro. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/tede/solange.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.
470. LIMA, T. M. Otimização do fluxo das análises do controle de qualidade de medicamentos em laboratório farmacêutico oficial. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47999>. Acesso em: 08 fev. 2024.
471. LIMBERGER, A. Compras públicas compartilhadas: uma análise sobre os principais antecedentes ao processo de formação de redes de compras entre hospitais públicos. Dissertação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11714801. Acesso em: 14 fev. 2024.
472. LINDNER, A. Modelo multicritério construtivista para avaliação de desempenho em compras públicas: estudo de caso na UTFPR-campus pato branco. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6312091. Acesso em: 08 fev. 2024.

473. LIRA, B. D. Cartéis em licitação: utilizando a teoria dos leilões para analisar a legislação licitatória nacional. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10123>. Acesso em: 01 fev. 2024.

474. LIRA, W. R. Inovação no setor público: percepções sobre os resultados no processo de compras públicas no governo brasileiro. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13550316. Acesso em: 14 fev. 2024.

475. LOBAO, J. C. D. A influência do contexto organizacional no desempenho das compras públicas na UFBA. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18564>. Acesso em: 01 fev. 2024.

476. LOBATO, J. D. Uma proposta de mapeamento e otimização de processos das atividades de compras vinculadas à fundação de apoio à pesquisa científica e tecnológica em um centro de pesquisa clínica da UFRRJ. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11043825. Acesso em: 14 fev. 2024.

477. LOPES, A. As compras públicas sustentáveis nas universidades federais brasileiras: um estudo com ênfase na Universidade Federal do maranhão. Dissertação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2087>. Acesso em: 14 fev. 2024.

478. LOPES, G. O pregão como instrumento de maximização nas compras públicas: um estudo de caso na Universidade Federal do Amazonas. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3598>. Acesso em: 01 fev. 2024.

479. LOPES, J. Contratações públicas e critérios ambientais: percepções do setor público federal brasileiro. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8132599. Acesso em: 14 fev. 2024.

480. LOPES, K. Sustentabilidade do sistema das cadeias de valor de madeira e móveis de Parintins/AM. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/6339>. Acesso em: 01 fev. 2024.

481. LOPES, P. C. Avaliação da aplicabilidade da lei complementar 147/2014 e seus efeitos nas compras públicas da Universidade Federal de Viçosa. Dissertação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8593972. Acesso em: 08 fev. 2024.

482. LOPES, P. H. Análise econômica do direito e contratações públicas: o performance bond em contratos de obras públicas como instrumento para mitigar a assimetria de informações. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9204043. Acesso em: 03 fev. 2024.

483. LOPES, T. C. O. A participação das micro e pequenas empresas nas licitações de uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasília, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6428930. Acesso em: 10 fev. 2024.

484. LOUREIRO, C. H. B. Escolhas interpretativas nas contratações públicas: entre o erro grosseiro e a responsabilização do agente público. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11477747. Acesso em: 03 fev. 2024.

485. LOUZADA, G. N. Por trás das compras sustentáveis do governo federal: uma análise dos atores envolvidos no processo de transformação das aquisições federais. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/7ad3a8a2-8b5e-40e4-bded-386076fba5bc>. Acesso em: 08 fev. 2024.

486. LUCAS, A. M. Panorama das compras públicas sustentáveis e o (des)equilíbrio da legislação brasileira. Dissertação, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8596235. Acesso em: 01 fev. 2024.

487. LUCENA, K. A. Práticas de sustentabilidade relacionadas ao processo de compras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – campus cabo de santo agostinho. Dissertação, Universidade de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3610498. Acesso em: 10 fev. 2024.

488. LUZ, A. Universalização das interpretações e deliberações expedidas pelo tribunal de contas da união (TCU) no âmbito do regime diferenciado de contratações públicas. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/23914>. Acesso em: 03 fev. 2024.

489. LUZ, S. A contratação pública socialmente responsável: uma alternativa para a inclusão no mercado de trabalho. Dissertação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12793>. Acesso em: 03 fev. 2024.

490. LUZIA, C. Controle das licitações públicas: aspectos da tutela jurisdicional de controle da função administrativa nas contratações públicas. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=126078. Acesso em: 03 fev. 2024.
491. LUZIA, C. O dever de proporcionalidade na aplicação de sanções administrativas no regime de contratações públicas. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-29042021-222905/pt-br.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.
492. MACEDO, A. L. B. Licitação sustentável na Universidade Federal da paraíba: análise das práticas para aquisição de materiais de expediente pela pró reitoria administrativa. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=2847. Acesso em: 11 fev. 2024.
493. MACEDO, E. D. S. Gerenciamento de riscos nas aquisições públicas à luz da governança. Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/profiap/pesquisa/publicacoes/dissertacoes/dissertacoes>. Acesso em: 31 jan. 2024.
494. MACEDO, M. Competências profissionais do pregoeiro: construção e evidências de validade de escala de medida. Dissertação, Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10895897. Acesso em: 08 fev. 2024.
495. MACEDO, M. V. Compras sustentáveis: análise dos critérios de sustentabilidade nas aquisições do judiciário estadual em juazeiro do norte. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11587625. Acesso em: 14 fev. 2024.
496. MACEDO, R. G. O seguro garantia por desempenho como mecanismo de controle dos riscos contratuais: o caso do programa caminhos da paraíba. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11416438. Acesso em: 10 fev. 2024.
497. MACHADO, A. Critérios de classificação para padronização de produtos de defesa de natureza logística para amparo legal em aquisições governamentais. Dissertação, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.redebia.dirensri.fab.mil.br/Direns_RI/acervo/detalhe/89488?guid=1694736005960&returnUrl=%2FDirens_RI%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1694736005960%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D89488%2389488&i=5. Acesso em: 07 fev. 2024.

498. MACHADO, A. A definição do valor de referência nas licitações – um estudo das contratações por pregão eletrônico das unidades da comissão nacional de energia nuclear situadas no município do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5062153. Acesso em: 11 fev. 2024.
499. MACHADO, F. As sanções da lei de licitações e a desconsideração da personalidade jurídica. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-27022015-114859/pt-br.php>. Acesso em: 07 fev. 2024.
500. MACHADO, G. Licitações como políticas públicas de redução de desigualdades: um estudo do estatuto das pequenas empresas do município de fortaleza. Dissertação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4986821. Acesso em: 10 fev. 2024.
501. MACHADO, J. W. Blockchain na prevenção de conflitos em licitações públicas. Dissertação, Universidade de Araraquara, Araraquara, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12590325. Acesso em: 07 fev. 2024.
502. MACHADO, J. A transparência enquanto mecanismo de prevenção à prática de ilícitos em licitações de obras públicas. Dissertação, Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11920479. Acesso em: 07 fev. 2024.
503. MACHADO, M. D. F. D. Principais barreiras e facilitadores para implementação das compras públicas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição federal de ensino. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=148998. Acesso em: 01 fev. 2024.
504. MACHADO, P. L. S. Contribuição à análise da qualificação econômico-financeira realizada no âmbito das licitações públicas, na modalidade de concorrência, divulgadas pelo governo do estado de Santa Catarina, no período de janeiro de 2003 até outubro de 2005. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88923>. Acesso em: 07 fev. 2024.
505. MACIEL, S. Uma proposta de mapeamento de riscos no Instituto Federal de Vacaria. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9100267. Acesso em: 03 fev. 2024.
506. MADEIRA, C. Framework para plano anual de contratações: tratamento do trade off demandas e orçamento. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10445579. Acesso em: 03 fev. 2024.

507. MAGALHAES, L. Licitações sustentáveis: a garantia do meio ambiente equilibrado como um dever constitucional do estado. Dissertação, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7730883. Acesso em: 10 fev. 2024.

508. MAGALHÃES, U. J. Uso do pregão em licitações de obras e serviços de engenharia no estado de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7931>. Acesso em: 07 fev. 2024.

509. MAGGI, V. R. M. Licitações na preservação do patrimônio cultural brasileiro: contornando fracassos e desertos. Dissertação, Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6198293. Acesso em: 10 fev. 2024.

510. MAIA, K. S. O. Dinâmica de interação dos marcos ordenadores e marcos legais no contexto das licitações sustentáveis dos bancos públicos federais. Tese, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=351446. Acesso em: 11 fev. 2024.

511. MAIA, L. O poder de compra do estado para o desenvolvimento regional. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11232256. Acesso em: 14 fev. 2024.

512. MANDARINO, M. L. Dificuldades das micro e pequenas empresas nos processos licitatórios em tempos de pandemia. Tese, Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11370141. Acesso em: 14 fev. 2024.

513. MAPA, M. M. G. A percepção dos servidores sobre o processo em uma instituição federal de ensino de Minas Gerais. Dissertação, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10990757. Acesso em: 14 fev. 2024.

514. MARCAL, M. F. Implementação da política de planejamento das contratações de serviços na FIOCRUZ Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6677496. Acesso em: 11 fev. 2024.

515. MARCELINO, A. D. O impacto da Lei Complementar 123/2006 nas compras públicas: o caso de um hospital universitário. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6312061. Acesso em: 07 fev. 2024.
516. MARCOLA, J. Modelo de decisão de licitação utilizando sistema fuzzy baseado em regras. Tese, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7501758. Acesso em: 07 fev. 2024.
517. MARCON, G. Aprendizagem no contexto organizacional para a sustentabilidade: um estudo de caso. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205529>. Acesso em: 08 fev. 2024.
518. MARINHO, F. Barreiras das micro e pequenas empresas na participação dos processos licitatórios: um estudo das licitações na Universidade Federal de viçosa-mg. Dissertação, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6553733. Acesso em: 14 fev. 2024.
519. MARINHO, G. D. P. Critérios de sustentabilidade em obras públicas: estudo de caso obra da unidade acadêmica do Cabo de Santo Agostinho - UACSA. Dissertação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10799758. Acesso em: 11 fev. 2024.
520. MARINHO, R. D. C. A implementação de procedimentos de controle como estratégia de disseminação do conhecimento e instrumento para atingir eficiência na fiscalização de contratos de serviços terceirizados em uma universidade pública. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6523>. Acesso em: 03 fev. 2024.
521. MARQUES, M. S. Avaliação de riscos nas contratações diretas realizadas pelo serviço de compras nacionais de Farmanguinhos. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11199902. Acesso em: 01 fev. 2024.
522. MARTIMIANO, D. A. As micro e pequenas empresas da região de São Roque e as compras governamentais. Dissertação, Centro Universitário Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2016. Disponível em: http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/documentos/producao_discente/AlessandraLandiMartimiano.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.
523. MARTINEZ, J. P. M. M. Análise do sistema de gestão de estoques de materiais de consumo em uma instituição federal de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9711473. Acesso em: 10 fev. 2024.

524. MARTINS, B. S. Contratações de serviços terceirizados: avaliação da gestão e fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, caso hospital universitário da Universidade Federal do Piauí. Dissertação, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9940080. Acesso em: 03 fev. 2024.

525. MARTINS, C. F. Análise crítica da sobreposição de atribuições do CADE e da CGU no combate aos cartéis em licitações da Petrobrás: um estudo de caso. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11439304. Acesso em: 11 fev. 2024.

526. MARTINS, D. Essays on public procurement. Tese, Insper Instituto de Ensino E Pesquisa, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/2796>. Acesso em: 01 fev. 2024.

527. MARTINS, F. O fundo CTPETRO e o setor produtivo: análise da política de ciência e tecnologia para o desenvolvimento do fornecedor local de equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás natural. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/273896>. Acesso em: 10 fev. 2024.

528. MARTINS, G. A. Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte em pregões eletrônicos: o caso da Universidade Federal de lavras. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5533142. Acesso em: 10 fev. 2024.

529. MARTINS, L. F. Resistência à mudança e gestão de riscos nas contratações públicas: um estudo a luz da teoria da agência com os servidores das instituições federais de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13554682. Acesso em: 03 fev. 2024.

530. MARTINS, M. Governança pública e compliance: os novos caminhos das contratações públicas. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28592>. Acesso em: 03 fev. 2024.

531. MARTINS, R. A. Regime licitatório constitucional das empresas estatais: análise de constitucionalidade do tratamento homogêneo estabelecido pela lei federal nº 13.303/2016. Dissertação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6312039. Acesso em: 11 fev. 2024.

532. MATOS, J. A. Compra de material escolar para uso dos matriculados no ensino público municipal de São Paulo: a hipótese de subsídio com a implantação de vale-material escolar. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8572953. Acesso em: 14 fev. 2024.
533. MATOS, R. D. C. Política de compras no poder público - centralização a melhor solução? Dissertação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp097691.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.
534. MATTOS, R. M. A manutenção do equilíbrio econômico de contratos de obras públicas empreitadas-parâmetros para o estudo de riscos vinculados a atrasos no encaixe do preço. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1896>. Acesso em: 07 fev. 2024.
535. MEDEIROS, A. L. Registro de preços: compromisso e não direito de fornecimento. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7427/1/arquivo3898_1.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.
536. MEDEIROS, M. Análise do uso do pregão eletrônico nas compras públicas pelo COFEN sob a perspectiva econômica. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12139477. Acesso em: 01 fev. 2024.
537. MEDEIROS, M. Contratações públicas sustentáveis como instrumento para a proteção do meio ambiente. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1695/1/HLBP26072017.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.
538. MEDRI, B. C. Responsabilidade socioambiental nas licitações sustentáveis. Dissertação, Universidade Brasil, Fernandópolis, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5630166. Acesso em: 06 fev. 2024.
539. MEIRA, J. C.M. Melhoria de um processo intensivo em conhecimento: elaboração de edital de licitação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4977421. Acesso em: 10 fev. 2024.
540. MEIRELES, G. L. Gestão e fiscalização de contratos de serviços de terceirização de mão de obra: análise do caso do Instituto Federal do Piauí (2013- 2017). Dissertação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7759030. Acesso em: 11 fev. 2024.

541. MELO, A. A. Compras públicas sustentáveis: uma análise do desempenho da advocacia-geral da união no contexto da administração pública federal. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15209>. Acesso em: 31 jan. 2024.
542. MELO, D. V. Governança em compras públicas: um estudo em uma instituição de ensino superior. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5264265. Acesso em: 01 fev. 2024.
543. MENDES, D. G. P. S. Compras sustentáveis no setor público: a integração de critérios ambientais, sociais e econômicos ao processo de aquisição de bens e serviços da justiça do trabalho. Dissertação, Universidade de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1365267. Acesso em: 01 fev. 2024.
544. MENDES, J. M. Proposta de indicadores de desempenho para os pregões eletrônicos do campus Dourados do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Dissertação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8083340. Acesso em: 08 fev. 2024.
545. MENDES, M. L. Processo licitatório como fonte de oportunidade empreendedora em micro e pequenas empresas de base tecnológica. Dissertação, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5949738. Acesso em: 10 fev. 2024.
546. MENDES, M. E. Compras públicas de inovação pelo governo federal: uma análise das diferenças entre as modalidades de compra. Dissertação, Centro Universitário da Fei, São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6607270. Acesso em: 01 fev. 2024.
547. MENDES, M. Da contratação sustentável nos procedimentos licitatórios: uma análise da atuação do estado brasileiro. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10975168. Acesso em: 07 fev. 2024.
548. MENDES, R. C. Projeto frango caipirão da capul no município de Arinos-MG: diversificação produtiva dos agricultores familiares. Dissertação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha E Mucuri, Diamantina, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12203719. Acesso em: 14 fev. 2024.

549. MENDONÇA, A. Compra pública como ferramenta do desenvolvimento sustentável: análise da sustentabilidade dos pregões eletrônicos gerenciados pelo município de rio grande em 2019. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10985965. Acesso em: 14 fev. 2024.
550. MENDONÇA, C. T. P. A sustentabilidade no processo de compras em instituições federais de ensino superior do centro-oeste. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6817115. Acesso em: 31 jan. 2024.
551. MENDONÇA, R. A. Compras públicas sustentáveis: o processo de implantação no estado de Minas Gerais. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/items/a6d62de2-9354-4dbb-8af9-dd3dcf8066f5>. Acesso em: 31 jan. 2024.
552. MENEGATTI, A. Medidas restritivas do uso de robôs em pregões eletrônicos: impactos nos leilões de café do comprasnet. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9760958. Acesso em: 11 fev. 2024.
553. MENESCAL, L. M. D. M. Benefícios promovidos por uma política pública de compras sustentáveis e barreiras à implementação de critérios ambientais: uma visão do setor público. Dissertação, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.uni-for.br/web/guest/bdtd?course=67®istration=1814872>. Acesso em: 14 fev. 2024.
554. MENEZ, J. B. Processo licitatório da EMBRAPA na percepção dos seus colaboradores. Dissertação, Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12419457. Acesso em: 05 fev. 2024.
555. MENEZES, A. P. V. Inteligência artificial para identificação de indícios de fraude e corrupção em compras públicas no TCU. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11294655. Acesso em: 14 fev. 2024.
556. MENEZES, C. C. Licitações sustentáveis no âmbito da secretaria de estado de educação e qualidade do ensino do Amazonas. Dissertação, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5021525. Acesso em: 10 fev. 2024.
557. MENEZES, R. D. C. E. Avaliação da corrupção em processos de licitação pública utilizando redes bayesianas. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/view-TrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=783335. Acesso em: 07 fev. 2024.

558. MENEZES, T. L. Eficácia no uso de aprendizagem de máquina para estimação de risco em contratos públicos e empresas. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8824229. Acesso em: 03 fev. 2024.

559. MEROTTI, D. Comportamento dos custos no ministério da saúde do Brasil: um comparativo entre despesas licitadas e não licitadas. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235865>. Acesso em: 03 fev. 2024.

560. MESSIAS, L. A chamada pública como alternativa à licitação: seu uso na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Dissertação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6319606. Acesso em: 11 fev. 2024.

561. MICHELOTTO, J. R. P. Compras eletrônicas por leilão reverso - estudo de caso em órgão público federal. Dissertação, Faculdade de Economia E Finanças do Ibmec, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://ibmec-dissertacoes.s3.amazonaws.com/ibmec-dissertacoes/mes-trado-profissional-em-administracao/2011/dis_2011_36_-_jose_renato_de_paiva_miche-lotto.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

562. MIRANDA, K. A. C. L. Política de compras do comando da aeronáutica e o aprendizado tecnológico de fornecedores. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/430808>. Acesso em: 08 fev. 2024.

563. MOHR, T. D. Nova economia institucional como instrumento para mensuração do grau de risco associado à modalidade pregão eletrônico: um estudo na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8224839. Acesso em: 03 fev. 2024.

564. MONICO, D. V. D. G. Barreiras às compras públicas sustentáveis: um survey exploratório no Brasil com organizações participantes do programa A3P. Dissertação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5296221. Acesso em: 14 fev. 2024.

565. MONTE, R. Regulação jurídica e econômica do mercado de medicamentos: fundamento, desafios e impactos regulatórios. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36947>. Acesso em: 08 fev. 2024.

566. MONTEIRO, E. Um estudo de caso em instituição pública de ensino superior na gestão da aquisição de bens e serviços. Dissertação, Universidade Paulista, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/engenharia-dissertacoes-teses/um-estudo-de-caso-em-instituicao-publica-de-ensino-superior-na-gestao-da-aquisicao-de-bens-e-servicos/>. Acesso em: 31 jan. 2024.
567. MORAES, E. Compras de medicamentos pelo instituto nacional de câncer: análise do período 2007-2014. Tese, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4787>. Acesso em: 08 fev. 2024.
568. MORAES, L. C. Licitação sustentável e seus desafios frente a política social como instrumento de política pública de desenvolvimento. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9697596. Acesso em: 03 fev. 2024.
569. MORAES, V. L. Gestão de contratos de repasse: uma aplicação de análise de sobrevivência. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5866846. Acesso em: 03 fev. 2024.
570. MORAIS, C. M. M. Identificação de possíveis empresas fraudadoras de licitações por meio de técnicas de reconhecimento de padrões estatísticos e mineração de dados. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3638252. Acesso em: 10 fev. 2024.
571. MOREIRA, A. Gestão de catálogo de materiais: estudo de caso da qualidade da informação para o setor de compras de um laboratório oficial. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3143639. Acesso em: 14 fev. 2024.
572. MOREIRA, B. Crimes de licitação como fenômenos corruptivos e seu enfrentamento a partir do controle externo: uma análise da experiência do rio grande do sul – novas perspectivas. Dissertação, Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10454489. Acesso em: 06 fev. 2024.
573. MOREIRA, M. E. Modelo multicritério para apoiar a avaliação técnica de empresa(s) habilitada(s) para projetar e construir um trecho rodoviário. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78845>. Acesso em: 07 fev. 2024.
574. MOREIRA, R. L. Integração projeto e obra em empreendimento público de grande porte. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9270231. Acesso em: 03 fev. 2024.

575. MORENO, G. Contratação de serviços contínuos na ENSP: o processo de planejamento em atendimento à in 05/2017. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7248491. Acesso em: 03 fev. 2024.

576. MORGHETTI, R. A inserção da sustentabilidade em licitações públicas como instrumento de efetivação do direito fundamental ao meio ambiente. Dissertação, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12886572. Acesso em: 10 fev. 2024.

577. MORRUDO, A. L. Análise da gestão dos processos de aquisições nas unidades gestoras executoras do exército brasileiro no que tange à sua efetividade temporal. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12854096. Acesso em: 05 fev. 2024.

578. MORÊTO, L. Gestão eficaz de contratos: suporte para a implantação da terceirização de serviços - caso na Petrobrás-Un-ES. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79114>. Acesso em: 10 fev. 2024.

579. MOTA, A. O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público federal norte-americano e brasileiro. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/771507>. Acesso em: 31 jan. 2024.

580. MOTA, A. Estudos dos fatores relacionados ao desempenho da fiscalização de contratos administrativos no IFNMG - campus montes claros. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5357414. Acesso em: 03 fev. 2024.

581. MOTA, F. P. Processo eletrônico de compras públicas na perspectiva da dualidade da tecnologia: um estudo comparado no contexto brasileiro e paraibano. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3870?locale=pt_BR. Acesso em: 31 jan. 2024.

582. MOTA, L. Aplicação de métodos e ferramentas de gestão aos processos de contratação na administração pública. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10997065. Acesso em: 03 fev. 2024.

583. MOTA, R. S. Competências de fiscal de contratos administrativos de limpeza e conservação da Universidade Federal do Rio de Janeiro: um estudo avaliativo. Dissertação, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7693468. Acesso em: 03 fev. 2024.
584. MOTA, S. D. Análise comparativa entre RDC e a lei 8.666 em obras e serviços de engenharia: uma perspectiva para a FIOCRUZ. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3309920. Acesso em: 28 mar. 2024.
585. MOTTA, H. D. Compras e contratações públicas federais: desafios na participação de micro e pequenas empresas. Dissertação, Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2154089. Acesso em: 31 jan. 2024.
586. MOTTA, L. P. Compras públicas e desenvolvimento sustentável: um estudo sobre as aquisições do poder executivo federal. Dissertação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4850666. Acesso em: 01 fev. 2024.
587. MOURA, M. H. A autonomia contratual da administração pública. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235077>. Acesso em: 03 fev. 2024.
588. MOURAO, A. M. S. Análise do desempenho do processo de compras em uma empresa pública de pesquisa. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2017. Disponível em: <https://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20de%20Macedo%20da%20Silva%20Mour%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.
589. MULLER, G. Contratações sustentáveis: guia para inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade em processos de licitação de serviços. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/244572>. Acesso em: 10 fev. 2024.
590. MUNDURUCA, D. S. Gestão estratégica das compras públicas em instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT's): uma análise do instituto Gonçalo Moniz – FIOCRUZ-BA. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6677075. Acesso em: 01 fev. 2024.
591. MUNIZ, Equipamentos de proteção individual no enfrentamento da pandemia da covid-19: cenário legal, desafios e oportunidades nas compras públicas. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13075854. Acesso em: 14 fev. 2024.

592. MURAD, C. G. A fiscalização administrativa dos contratos de prestação de serviços em uma universidade federal. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8511103. Acesso em: 03 fev. 2024.

593. NAGLI, B. Licitações sustentáveis e operação urbana consorciada. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=112117. Acesso em: 07 fev. 2024.

594. NASCIMENTO, A. J. O microsistema de contratação de defesa: a licitação como instrumento de política pública de defesa no Brasil. Dissertação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8606>. Acesso em: 10 fev. 2024.

595. NASCIMENTO, A. A eficácia dos contratos de serviços por pregão: um estudo de serviços continuados em licitações públicas na modalidade de leilão reverso no estado do Espírito Santo. Dissertação, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória, 2007. Disponível em: <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

596. NASCIMENTO, C. M. L. A ordem econômica e o problema da corrupção nas contratações públicas: prejuízo ao desenvolvimento sociopolítico sustentável. Dissertação, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.up.edu.br/jspui/handle/123456789/2150>. Acesso em: 03 fev. 2024.

597. NASCIMENTO, F. Especificação de sistemas construtivos industrializados para edificações públicas: avaliação de contratações públicas de projeto. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/32237>. Acesso em: 03 fev. 2024.

598. NASCIMENTO, F. A. O. Gerenciamento de risco das contratações públicas de uma autarquia federal de ensino. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9501002. Acesso em: 14 fev. 2024.

599. NASCIMENTO, L. M. M. A qualidade da informação nos processos de contratação de obras de engenharia na Universidade Estadual de Londrina. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000173802>. Acesso em: 10 fev. 2024.

600. NASCIMENTO, M. Indicadores de eficiência na licitação: um estudo na universidade do estado da Bahia. Dissertação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12698512. Acesso em: 07 fev. 2024.

601. NASCIMENTO, S. W. Licitações sustentáveis: a aplicação da agenda ambiental na administração pública (A3P) como promoção da sustentabilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. Dissertação, Universidade de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3408169. Acesso em: 11 fev. 2024.
602. NASCIMENTO, W. R. Proposta de estrutura de trabalho para aumentar a eficiência das compras públicas compartilhadas. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3070435. Acesso em: 01 fev. 2024.
603. NASSIF, M. Compra pública de medicamento biológico e os desafios decorrentes da intercambialidade automática no âmbito do SUS. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29732>. Acesso em: 08 fev. 2024.
604. NEGRINI, F. Proposta de um modelo de ferramenta de tecnologia da informação e comunicação (TIC) que auxilie no processo de compras da UFSM. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4138323. Acesso em: 05 fev. 2024.
605. NEIVA, R. Compras compartilhadas na aquisição de material: um estudo de caso na Universidade Federal de Campina Grande. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11547510. Acesso em: 14 fev. 2024.
606. NERIS, T. Análise de riscos aplicada nos instrumentos de controle de obras públicas na fase interna de licitação. Dissertação, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8047753. Acesso em: 07 fev. 2024.
607. NETA, C. F. V. A educação a distância em ambientes corporativos: o ambiente tecnológico na formação de gestores e sua contribuição para a eficácia e transparência na construção de licitações e contratos públicos. Dissertação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11080983. Acesso em: 03 fev. 2024.
608. NETO, E. S. A aplicação da política pública de margem de preferência nas licitações promovidas pelo estado de Rondônia. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná,

Curitiba, 2018. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/000094/00009491.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

609. NETO, F. Boas práticas de governança em licitações públicas: uma análise dos vícios e limitadores inerentes ao processo em um órgão das forças armadas. Dissertação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022. Disponível em: <https://profiap.unir.br/pagina/exibir/18888>. Acesso em: 10 fev. 2024.

610. NETO, F. A. S. A busca da eficiência nas licitações públicas: o efeito da regulamentação da pesquisa de preço sobre as compras do Instituto Federal de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9093281. Acesso em: 07 fev. 2024.

611. NETO, J. As prestações extracontratuais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obras públicas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6311552. Acesso em: 03 fev. 2024.

612. NETO, J. A. A adoção de metodologias ágeis no âmbito da contratação pública. Dissertação, Centro de Estudos E Sistemas Avançados do Recife (PE), Recife, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=294132. Acesso em: 03 fev. 2024.

613. NETO, M. P. D. O programa de aquisição de alimentos - PAA no município de Lagoa Seca - PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar. Dissertação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/1818>. Acesso em: 11 fev. 2024.

614. NETO, O. Compras públicas sustentáveis na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: desenvolvimento e fomento das ações propostas. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6428832. Acesso em: 14 fev. 2024.

615. NETO, P. D. A. Dispute boards nos contratos públicos: uma abordagem prática no método aplicado aos contratos de construção civil firmados pela administração pública. Dissertação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/4688454/pedro-d-alcantara-miranda-neto.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

616. NETO, R. Compras públicas sustentáveis: aplicação da agenda ambiental da administração pública nos pregões municipais. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5537670. Acesso em: 07 fev. 2024.

617. NETO, R. S. Os lucros cessantes no caso de rescisão do contrato administrativo de obra pública, sem culpa do contratado. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP-SP), São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10733243. Acesso em: 11 fev. 2024.
618. NETO, S. C. A. Critérios sustentáveis nas licitações de serviços da superintendência de orçamento e finanças da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11381172. Acesso em: 07 fev. 2024.
619. NEVES, A. R. Inovação e sustentabilidade na administração pública: uma análise da institucionalização do conceito de compras verdes em unidades gestoras do governo federal em Rondônia. Dissertação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=90829. Acesso em: 10 fev. 2024.
620. NEVES, M. Pregão eletrônico: um estudo das causas de cancelamento de itens no âmbito de uma universidade federal. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8328064. Acesso em: 06 fev. 2024.
621. NEVES, S. D. Avaliação de políticas públicas: uma análise da experiência de licitações sustentáveis da UNIVASF. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4001652. Acesso em: 07 fev. 2024.
622. NIEBHUR, J. D. Princípio da isonomia na licitação pública. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81335>. Acesso em: 06 fev. 2024.
623. NOBREGA, A. D. Gestão da informação no processo de contratação de bens e serviços na universidade estadual da Paraíba. Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7707493. Acesso em: 03 fev. 2024.
624. NOGUEIRA, N. Regime diferenciado de contratações públicas: um estudo crítico sobre a compreensão dos entes interessados. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5175084. Acesso em: 03 fev. 2024.
625. NONATO, R. Compras públicas sustentáveis no Brasil: análise da produção e circulação das ideias a partir da ressignificação dos atores. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP),

São Paulo, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2402843. Acesso em: 14 fev. 2024.

626. NOVA, A. M. P. C. Pregão eletrônico e seu impacto na melhoria do gasto público. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6211?locale=en>. Acesso em: 06 fev. 2024.

627. NOVAES, R. A. Modernização das compras públicas: uma visão econométrica. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6155?locale=es>. Acesso em: 31 jan. 2024.

628. NOVELLI, G. Impactos da adoção de procedimentos para contratações de serviços públicos. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11388267. Acesso em: 03 fev. 2024.

629. NUNES, M. A. Compras sustentáveis no setor público: uma análise das práticas implementadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Dissertação, Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9536023. Acesso em: 05 fev. 2024.

630. NUNES, S. C. Apoio ao processo de licitação e projetos em BIM para infraestrutura metرويária a partir de uma biblioteca de metacomponentes. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3153/tde-04112021-124029/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2024.

631. OLCZEWSKI, A. Sistema eletrônico de compras governamentais: como avaliar e evoluir. estudo de caso do sistema integrado de gestão de aquisições do estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4542470. Acesso em: 08 fev. 2024.

632. OLIVEIRA, A. B. Governança em compras públicas: análise contabilométrica das aquisições de materiais comuns no Brasil durante a pandemia de covid-19. Dissertação, Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13121723. Acesso em: 14 fev. 2024.

633. OLIVEIRA, A. R. S. Edital eficiente: aplicação do princípio da eficiência em procedimentos licitatórios (CJU-PE, 2010 - 2012). Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11345>. Acesso em: 07 fev. 2024.

634. OLIVEIRA, A. I. L. Análise do processo de compras do ILMD na perspectiva da gestão de riscos. Dissertação, Fiocruz (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães), Recife, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/59747>. Acesso em: 01 fev. 2024.
635. OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas: sustentabilidade financeira dos contratos administrativos. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/caa32df6-f845-4768-865f-12a6f79457f6>. Acesso em: 03 fev. 2024.
636. OLIVEIRA, B. F. Avaliação do impacto da rigidez e da flexibilização normativa, no âmbito do governo federal, sobre a eficiência dos processos de aquisição e contratação. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/b5c43e7e-a78e-477e-a7ef-04caa603d43e>. Acesso em: 07 fev. 2024.
637. OLIVEIRA, C. E. L. A utilização de ferramentas eletrônicas nas compras públicas brasileiras na percepção de seus usuários. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/41/dissert/805757.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.
638. OLIVEIRA, C. Z. A. C. Contratos administrativos complexos e de longo prazo: a prorrogação antecipada e a relicitação na teoria dos contratos públicos. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7268326. Acesso em: 03 fev. 2024.
639. OLIVEIRA, E. dados governamentais abertos e portal minas transparente: um diagnóstico das dispensas de licitação dos municípios de minas gerais. Dissertação, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5215576. Acesso em: 07 fev. 2024.
640. OLIVEIRA, G. M. Corrupção em tempos de pandemia: fraudes licitatórias no âmbito do enfrentamento da covid-19. Dissertação, Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11920413. Acesso em: 07 fev. 2024.
641. OLIVEIRA, G. M. B. D. C. Compras públicas da agricultura familiar como indutoras do desenvolvimento rural sustentável na fronteira Brasil-Bolívia. Dissertação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11367710. Acesso em: 14 fev. 2024.
642. OLIVEIRA, I. D. P. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável: licitações sustentáveis na UNIRV – Universidade de Rio Verde. Dissertação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12477>. Acesso em: 10 fev. 2024.

643. OLIVEIRA, J. T. N. Análise dos procedimentos de cotação de preços nas compras públicas na unidade de alegre da UFES. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9303630. Acesso em: 01 fev. 2024.
644. OLIVEIRA, L. H. Fatores que contribuem para o cancelamento de itens dos pregões eletrônicos: análise dos processos de compras da UNIFAL - MG. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7737732. Acesso em: 05 fev. 2024.
645. OLIVEIRA, M. D. C. Licitações sustentáveis: análise sob a perspectiva legal e prática nas contratações públicas. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11547580. Acesso em: 03 fev. 2024.
646. OLIVEIRA, M. C. Eficiência do calendário de compras para os processos de licitação: um estudo de caso da Universidade de Brasília. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/18974/1/2015_MaxdaCostaOliveira.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.
647. OLIVEIRA, M. E. R. A política de compras do programa espacial brasileiro como instrumento de capacitação industrial. Tese, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1756674. Acesso em: 31 jan. 2024.
648. OLIVEIRA, N. G. F. Compras públicas sustentáveis: uma proposta de práticas de licitação sustentável para a universidade do estado de Santa Catarina. Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=151423. Acesso em: 01 fev. 2024.
649. OLIVEIRA, S. V. D. A. L. Proposta de manual de procedimentos de compras governamentais para o campus campos centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3440644. Acesso em: 11 fev. 2024.
650. OLIVEIRA, S. Z. Alocação de riscos e equilíbrio econômico-financeiro nas contratações públicas. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10553984. Acesso em: 03 fev. 2024.

651. OLIVEIRA, T. L. Avaliação da eficácia dos processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico - sistema de registro de preços (SRP): um estudo comparativo nas instituições federais de ensino superior (IFES) da região norte. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11083375. Acesso em: 10 fev. 2024.
652. OLIVEIRA, V. Proposta de desenvolvimento de critérios para práticas de gestão sustentável nas licitações da reitoria no Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10128347. Acesso em: 05 fev. 2024.
653. OLIVEIRA, W. Eficiência energética em edifícios públicos no sul do Brasil: aplicação do método do RTQ-C em obras licitadas pelas IFES Wagner Costa Oliveira Pelotas. Dissertação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7497324. Acesso em: 11 fev. 2024.
654. OLIVERO, S. Contratações e compras públicas sustentáveis no estado de São Paulo. Dissertação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://biblioteca-tede.uninove.br/handle/tede/659>. Acesso em: 31 jan. 2024.
655. OTA, C. Compras públicas sustentáveis: proposta de implantação de critérios de sustentabilidade nas licitações da UTFPR. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7076662. Acesso em: 01 fev. 2024.
656. PADILHA, A. Ambiente institucional e as práticas orientadas pela sustentabilidade ambiental: um estudo no sistema de pregão eletrônico em uma instituição pública. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3797>. Acesso em: 10 fev. 2024.
657. PAIM, J. V. Regime diferenciado de contratações: uma análise de contratos em uma empresa pública. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3340858. Acesso em: 07 fev. 2024.
658. PAIVA, E. N. As micro e pequenas empresas nas contratações públicas exclusivas como mecanismo estratégico para o desenvolvimento local. Dissertação, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8651354. Acesso em: 14 fev. 2024.
659. PAIVA, S. C. Q. Sistema de registro de preços: eficiência relativa das universidades federais brasileiras em aquisições e contratações públicas. Dissertação, Universidade Federal do

Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6403654. Acesso em: 03 fev. 2024.

660. PAIVA, V. Gestão do conhecimento pessoal: um estudo aplicado ao planejamento anual de compras nas unidades acadêmicas da Universidade Federal Fluminense. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13202399. Acesso em: 08 fev. 2024.

661. PAIXÃO, A. L. S. Compras públicas compartilhadas: um estudo de caso comparando modelos de compras públicas eletrônicas adotados no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos. Dissertação, Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6409>. Acesso em: 01 fev. 2024.

662. PANIS, A. D. Inovação em compras públicas: estudo de caso do robô Alice da Controladoria-Geral da União (CGU). Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9695589. Acesso em: 08 fev. 2024.

663. PANKO, L. Observância e aplicação de critérios ambientais sustentáveis dispostos pela in 01/2020 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no âmbito da administração pública federal - estudo de caso da Universidade Federal do Paraná. Dissertação, Instituto Superior de Administração E Economia do Mercosul, Curitiba, 2021. Disponível em: <http://repositorio.isaebrasil.com.br/dissertacoes/69059-2/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

664. PANSERI, B. D. Discrecionalidade da burocracia em áreas-meio: compras na saúde na prefeitura de São Paulo. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6385726. Acesso em: 14 fev. 2024.

665. PARAVIDINO, W. L. Implementação de ações de sustentabilidade em órgãos públicos: um estudo de caso no IFFLUMINENSE. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://pep.ucam-campos.br/producoes/dissertacoes/dissertacoes-2016/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

666. PARZIALE, A. D. Limites jurídicos do poder punitivo estatal no âmbito das contratações públicas. Dissertação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5050964. Acesso em: 03 fev. 2024.

667. PAULA, P. N. Aprimoramento das aquisições na administração pública: um estudo de caso. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18664@1>. Acesso em: 01 fev. 2024.

668. PAZETTO, V. M. F. Análise de ciclo de vida para produtos moveleiros com vistas a compras públicas sustentáveis. Tese, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6363441. Acesso em: 01 fev. 2024.
669. PEDRO, A. R. Gestão de riscos nas licitações do CINDACTA I: um estudo de caso. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12853721. Acesso em: 14 fev. 2024.
670. PEDRO, S. C. Apoio do governo e os tipos de inovação na indústria brasileira. Dissertação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8819804. Acesso em: 08 fev. 2024.
671. PEIXOTO, G. Previsão de demanda em registro de preços: análise dos processos de compras da reitoria do Instituto Federal do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3990495. Acesso em: 14 fev. 2024.
672. PELLEGRINI, G. Licitação multiunitária: modelagem de contratações públicas a partir da teoria dos leilões. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/dd3ca36c-dcc4-4d9e-8623-6a83a18e0757>. Acesso em: 03 fev. 2024.
673. PERCIO, G. Sustentabilidade e preferência em licitações públicas - aspectos da lei nacional nº 12.349/2010. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=101119. Acesso em: 10 fev. 2024.
674. PEREIRA, A. Seguro de garantia de obrigações em contratos administrativos: a iniciativa privada e a alternativa pública. Dissertação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5031313. Acesso em: 11 fev. 2024.
675. PEREIRA, C. Política pública e poder: interesses associados entre políticos e empresas na governança da expansão do metrô de São Paulo. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9323893. Acesso em: 08 fev. 2024.
676. PEREIRA, E. Uma análise da contribuição do setor de patrimônio do jardim botânico do Rio de Janeiro na gestão das compras públicas sustentáveis. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5062093. Acesso em: 14 fev. 2024.

677. PEREIRA, E. J. Efeitos da atuação do controle interno nas contratações dos conteúdos científicos do portal de periódicos da CAPES. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10738424. Acesso em: 03 fev. 2024.

678. PEREIRA, E. Potencialidades do uso do sistema de registro de preços para a eficiência da gestão de compras públicas: um estudo na UFBA. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13086834. Acesso em: 14 fev. 2024.

679. PEREIRA, F. Criptografia temporal: aplicação prática em processos de compra. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86201>. Acesso em: 07 fev. 2024.

680. PEREIRA, G. S. Compras públicas sustentáveis: proposta metodológica e análise dos critérios socioambientais utilizados em editais de licitações de dois campi da universidade de São Paulo. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7740689. Acesso em: 01 fev. 2024.

681. PEREIRA, J. H. D. O. S. Peculiaridades das licitações e contratos na área da saúde e a responsabilidade do advogado público. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11164256. Acesso em: 07 fev. 2024.

682. PEREIRA, J. Licitações sustentáveis: mapeamento e racionalização de rotina administrativa. um estudo no IFSP – Câmpus São João da Boa Vista. Dissertação, Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, São João da Boa Vista, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3030746. Acesso em: 11 fev. 2024.

683. PEREIRA, J. desenvolvimento de ferramenta digital “licitascan” para checagem de documentação em licitações de obras de engenharia na área de saneamento básico. Tese, Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10586862. Acesso em: 06 fev. 2024.

684. PEREIRA, J. Relações entre doações de campanha, denúncias de corrupção e variação de preço nas licitações de obras públicas. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1740968. Acesso em: 10 fev. 2024.

685. PEREIRA, J. A importância do planejamento e gerenciamento de contratações no atendimento de demandas do sistema único de saúde: uma proposta para o instituto de tecnologia em fármacos. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11275705. Acesso em: 10 fev. 2024.
686. PEREIRA, K. C. D. Contratações públicas sustentáveis: análise da aplicação da instrução normativa 01/2010 nas compras do serviço florestal brasileiro. Dissertação, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12400947. Acesso em: 03 fev. 2024.
687. PEREIRA, L. Aquisição de alimentos da agricultura familiar na administração pública: considerações acerca dos processos de compras do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - campus Uberlândia. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34266>. Acesso em: 14 fev. 2024.
688. PEREIRA, P. H. Regime diferenciado de contratações: avaliação do ganho de eficiência em obras de infraestrutura. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6234973. Acesso em: 03 fev. 2024.
689. PEREIRA, S. Corrupção em obras públicas: a ODEBRECHT e o aeroporto de Goiânia. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9845939. Acesso em: 11 fev. 2024.
690. PEREIRA, S. G. As empresas e a nova lei de licitações: da prioridade na tramitação das ações ao e-marketplace governamental. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11972075. Acesso em: 10 fev. 2024.
691. PEREIRA, V. Compras públicas municipais: uma proposta de modelo de gestão para municípios de pequeno porte. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7658213. Acesso em: 05 fev. 2024.
692. PEREZ, E. Modelo de avaliação para uma instituição federal de ensino superior, a partir dos critérios estabelecidos na instrução normativa nº 01/2010. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7739407. Acesso em: 08 fev. 2024.
693. PESSOA, A. Previsão de custo e prazo de obras públicas utilizando redes neurais artificiais. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em:

<https://ppgec.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2020/Alcineide%20Dutra%20Pessoa.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

694. PETIAN, A. Contratação direta por emergência. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2379268. Acesso em: 11 fev. 2024.

695. PIERINI, E. Análise do IGOVCONTRAT/2018 índice de governança e gestão em contratações da Universidade Federal do Paraná e proposições para melhorar o índice. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10451583. Acesso em: 03 fev. 2024.

696. PIMENTA, F. Indicadores de desempenho em compras públicas: revisão da literatura e proposta de aplicação no instituto nacional da propriedade industrial. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11475130. Acesso em: 31 jan. 2024.

697. PIMENTEL, V. Parcerias para o desenvolvimento produtivo de medicamentos sob a ótica das compras públicas para inovação: 2009-2017. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6388414. Acesso em: 14 fev. 2024.

698. PINHEIRO, G. Licitação de bens e serviços culturais: um enfoque na contratação de shows musicais. Dissertação, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://uol.unifor.br/auth-sophia/exibicao/9390>. Acesso em: 03 fev. 2024.

699. PINHEIRO, G. Racionalidade comunicativa e ambiental: a licitação pública do município de Teresina é instrumento de desenvolvimento sustentável? Tese, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19490?locale=pt_BR. Acesso em: 06 fev. 2024.

700. PINHEIRO, L. Estudo da economicidade na despesa de custeio da Marinha do Brasil referente à execução orçamentária de 2012. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=345958. Acesso em: 14 fev. 2024.

701. PINHEIRO, P. Gerência de pós-compra da Universidade Federal de Juiz de Fora: uma proposta de reestruturação. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6797>. Acesso em: 08 fev. 2024.

702. PINHO, C. A. B. Há um sistema brasileiro administrativo de combate à corrupção? Inovações, avanços e retrocessos da lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-20082020-175435/pt-br.php>. Acesso em: 11 fev. 2024.
703. PINO, V. A Lei 123/06 como instrumento de fortalecimento da economia local: um estudo da participação das microempresas e empresas de pequeno porte do município de Natal nos pregões eletrônicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3647699. Acesso em: 10 fev. 2024.
704. PINTO, A. P. Compras públicas sustentáveis: uma análise sobre a possível limitação aos princípios da isonomia e da competitividade em face da promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13247835. Acesso em: 14 fev. 2024.
705. PINTO, E. Lei das licitações: instrumento de controle versus instrumento de ação. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31350/000155718.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 fev. 2024.
706. PIRES, A. C. A desconsideração da personalidade jurídica na aplicação das penas restritivas do direito de licitar e contratar. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/6008>. Acesso em: 06 fev. 2024.
707. POLIZEI, R. Proposta de aperfeiçoamento do processo de compras no Instituto Federal de Mato Grosso. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10261214. Acesso em: 03 fev. 2024.
708. POMBO, R. G. F. Contratos públicos na lei de inovação. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-06052021-014843/publico/10237858_Dissertacao_Original.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.
709. POMPEU, E. H. O poder do estado como consumidor e fomentador do desenvolvimento sustentável. Dissertação, Escola Superior dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2440711. Acesso em: 07 fev. 2024.
710. PONCIANO, E. Compras públicas sustentáveis da agricultura familiar: um estudo multi-caso dos processos de compras para a merenda escolar. Dissertação, Universidade Federal de

Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19067>. Acesso em: 14 fev. 2024.

711. PONTAROLLI, G. Compras públicas sustentáveis: práticas que vem sendo adotadas pelos órgãos públicos. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11239261. Acesso em: 01 fev. 2024.

712. PORTO, R. D. O regime diferenciado de contratações públicas: um olhar dos gestores. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5057822. Acesso em: 03 fev. 2024.

713. PORTUGAL, M. Corrupção em obras públicas: uma análise dos procedimentos licitatórios no papel de combate à corrupção. Dissertação, Centro Universitário da Fei, São Bernardo do Campo, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5082148. Acesso em: 10 fev. 2024.

714. PRADINES, D. P. A análise de atores sociais na formulação de políticas públicas de transportes: o caso da licitação do transporte público de Maceió/AL. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6921833. Acesso em: 10 fev. 2024.

715. PRADO, A. R. As políticas de compras governamentais e os seus efeitos na capacidade de inovar das empresas farmacêuticas brasileiras. Tese, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11022349. Acesso em: 08 fev. 2024.

716. PRADO, J. D. Processo administrativo sancionador na UTFPR: diagnóstico e elementos para uma proposta de dosimetria. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasília, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7075193. Acesso em: 10 fev. 2024.

717. PRATA, M. A. M. Contratação pública sustentável: estudo de caso da política pública no Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. Dissertação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7635313. Acesso em: 14 fev. 2024.

718. PRECINOTTO, A. Transparência de dispensas de licitação em situações de emergência nacional. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11037381. Acesso em: 07 fev. 2024.

719. PROCOPIO, C. E. S. Economicidade no sistema de compras centralizadas no Exército Brasileiro: estudo de caso do modelo utilizado na guarnição de Brasília. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11295925. Acesso em: 14 fev. 2024.

720. PRUCOLI, M. As barreiras para participação das empresas nos contratos públicos. Dissertação, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2383841. Acesso em: 03 fev. 2024.

721. PUBLIO, M. C. O impacto da política de favorecimento de micro e pequenas empresas nas compras públicas municipais para o desenvolvimento sustentável. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35802?locale=es>. Acesso em: 14 fev. 2024.

722. PUGLIESE, A. C. A. Implantação de um plano de ação para a melhoria da performance do setor de licitações de uma instituição pública de ensino. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7819914. Acesso em: 08 fev. 2024.

723. PUTON, R. Aspectos críticos na condução do pregão eletrônico: uma abordagem a partir da opinião de pregoeiros da UFES. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5074038. Acesso em: 10 fev. 2024.

724. QUEIROZ, B. Avaliação da capacidade de inovação em serviços públicos: o caso dos correios. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7639382. Acesso em: 01 fev. 2024.

725. QUEIROZ, J. A. R. A auditoria de sustentabilidade como mecanismo de controle externo dos tribunais de contas na efetivação de compras públicas sustentáveis. Tese, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11332483. Acesso em: 14 fev. 2024.

726. QUEIROZ, J. A. R. O controle externo dos tribunais de contas na implementação de critérios e práticas de governança sustentável nas contratações públicas. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7659269. Acesso em: 08 fev. 2024.

727. QUEIROZ, W. A. D. A regulamentação do procedimento de formação do preço de referência das licitações públicas: um estudo de caso no MPF/ES nos anos de 2013 a 2017. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6323127. Acesso em: 11 fev. 2024.
728. RABELLO, L. A. Efetividade das compras públicas: atos e exigências adequados à contratação. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32194>. Acesso em: 01 fev. 2024.
729. RAMASCO, T. Regime diferenciado de contratações públicas: o procedimento licitatório como instrumento da moralidade, eficiência e desenvolvimento econômico. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6832557. Acesso em: 03 fev. 2024.
730. RAMIRES, C. As ações do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina mediante a inserção de critérios sócio ambientais na lei de licitações e contratos. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2911599. Acesso em: 03 fev. 2024.
731. RAMOS, P. T. Tomada de decisão no processo de compras compartilhadas: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5804812. Acesso em: 05 fev. 2024.
732. RAMOS, V. D. E. Licitações sustentáveis no Brasil do século XXI: fundamentos e desafios para sua eficaz implementação. Dissertação, Escola Superior dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2894101. Acesso em: 07 fev. 2024.
733. RAMOS, V. H. C. Negociações de ganhos mútuos: um estudo de caso na empresa pública Delta. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4233>. Acesso em: 31 jan. 2024.
734. RAPOSO, L. G. Custos de transação ex-post em aquisições de materiais por pregão eletrônico de sistema de registo de preços. Dissertação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11860536. Acesso em: 31 jan. 2024.
735. REAL, L. C. A problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar - uma revisão de literatura. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49803>. Acesso em: 14 fev. 2024.

736. REIS, J. H. O. Gestão de compras públicas: uma proposta para melhorar o processo de compras em um setor de saúde pública. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6268257. Acesso em: 14 fev. 2024.

737. REIS, L. O dever do estado brasileiro usar as licitações e as contratações públicas para a promoção da ciência, tecnologia e inovação nacional. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9525707. Acesso em: 08 fev. 2024.

738. REIS, P. R. C. Desempenho nos contratos de compras públicas: evidências empíricas das mudanças institucionais no Brasil. Tese, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2689858. Acesso em: 31 jan. 2024.

739. REZER, E. P. Análise do uso do procedimento intenção de registro de preços pelo Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10060475. Acesso em: 06 fev. 2024.

740. RIBEIRO, A. Governança nas compras de material permanente da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10758109. Acesso em: 01 fev. 2024.

741. RIBEIRO, A. V. Efetividade do pregão eletrônico nos procedimentos licitatórios da administração pública federal. Dissertação, Universidade Salvador, Salvador, 2012. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/handle/tede/136>. Acesso em: 10 fev. 2024.

742. RIBEIRO, E. Proposição de um modelo de melhoria no processo de pregão eletrônico. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11033839. Acesso em: 14 fev. 2024.

743. RIBEIRO, J. Proposta para a qualidade de projetos e obras de engenharia licitadas pela administração pública brasileira: modelos, limites e possibilidades para o comprometimento do setor privado. Tese, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3267523. Acesso em: 11 fev. 2024.

744. RIBEIRO, L. Estudo das boas práticas no âmbito do serviço público: o combate às causas da corrupção em licitações e convênios na Amazônia. Dissertação, Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8980778. Acesso em: 11 fev. 2024.
745. RIBEIRO, L. F. Desenvolvimento local como estratégia nas modalidades licitatórias no estado de Rondônia. Dissertação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11024021. Acesso em: 11 fev. 2024.
746. RIBEIRO, R. A baixa legitimação da informação contábil nos processos de licitação pública. Tese, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9315007. Acesso em: 07 fev. 2024.
747. RICHTER, K. Iniciativas para melhoria do fluxo de informações do processo licitatório de obras públicas que visam a obtenção da certificação leed. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=999539. Acesso em: 11 fev. 2024.
748. RIZATELO, W. Homogeneidade de bens na administração pública: considerações sobre a lei de licitações e o direito jurisprudencial na área da saúde. Dissertação, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/46999>. Acesso em: 28 mar. 2024.
749. ROCHA, A. G. Desenvolvimento sustentável como direito humano e sua concretização nas contratações públicas. Dissertação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12221839. Acesso em: 03 fev. 2024.
750. ROCHA, A. P. M. Sustentabilidade nas compras públicas: um estudo de caso numa unidade hospitalar do estado de Pernambuco. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1645309. Acesso em: 05 fev. 2024.
751. ROCHA, G. R. Fatores críticos de sucesso para o processo licitatório: um estudo comparativo entre unidades gestoras da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7587922. Acesso em: 14 fev. 2024.
752. ROCHA, R. (Des)alinhamento entre a lei de licitações e contratos administrativos no estado gerencial: estudo de caso. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3343965. Acesso em: 10 fev. 2024.

753. ROCHA, R. A extensão das sanções administrativas no âmbito da licitação, segundo os julgados divergentes do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça. Dissertação, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11316854. Acesso em: 10 fev. 2024.

754. RODRIGUES, A. C. A contratação integrada no regime diferenciado de contratações públicas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3624873. Acesso em: 03 fev. 2024.

755. RODRIGUES, A. Dispensa de licitação por emergência: uma proposta gerencial. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22703>. Acesso em: 06 fev. 2024.

756. RODRIGUES, B. Contratações de serviço na administração pública federal: explorando os fatores associados ao desempenho dos contratos no IFRJ. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7950767. Acesso em: 03 fev. 2024.

757. RODRIGUES, C. C. C. A percepção dos usuários das compras realizadas pelo setor público: estudo de caso na Universidade Federal de Goiás. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6831733. Acesso em: 14 fev. 2024.

758. RODRIGUES, J. Gestão de contratos públicos: um estudo da prestação de contas de obras no estado de Minas. Dissertação, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8635545. Acesso em: 03 fev. 2024.

759. RODRIGUES, M. Os arranjos normativos e institucionais subjacentes à revisão da legislação sobre licitações e contratos administrativos. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4771899. Acesso em: 10 fev. 2024.

760. ROLIM, D. S. Revisão do princípio da vantajosidade nas contratações públicas brasileiras à luz do princípio do desenvolvimento nacional sustentável: limites e possibilidades. Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9094270. Acesso em: 03 fev. 2024.

761. ROSA, C. S. Análise do acúmulo e método de descarte de bens patrimoniais em uma instituição pública de ensino. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5866239. Acesso em: 14 fev. 2024.
762. ROSAL, A. S. Avaliação da segurança e saúde do trabalho nas contratações de obras públicas. Dissertação, Universidade de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6368141. Acesso em: 10 fev. 2024.
763. ROSILHO, A. J. Qual é o modelo legal das licitações no Brasil? As reformas legislativas federais no sistema de contratações públicas. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/6a7110da-e2c4-4d21-8a5a-df20d774c6e4>. Acesso em: 03 fev. 2024.
764. ROSSATO, J. Compras públicas sustentáveis: estudo nas instituições federais de ensino superior a partir das comissões permanentes de licitação. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95683>. Acesso em: 31 jan. 2024.
765. ROSSET, A. C. Compras públicas sustentáveis: um estudo dos critérios de sustentabilidade utilizados nas contratações da empresa brasileira de infraestrutura aeroportuária - INFRAERO. Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2289>. Acesso em: 05 fev. 2024.
766. ROSSETTI, S. Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3607968. Acesso em: 03 fev. 2024.
767. ROSSI, F. Programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3704>. Acesso em: 10 fev. 2024.
768. ROSSITO, I. K. Contratação pública socialmente sustentável: mecanismo na legislação nacional brasileira. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7951224. Acesso em: 03 fev. 2024.
769. ROST, M. Arbitragem como componente de uma política pública de combate a cartéis em licitação no Brasil. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5584760. Acesso em: 10 fev. 2024.

770. SA, A. L. S. Remuneração variável conforme desempenho nas licitações brasileiras de concessões de rodovias e de obras rodoviárias no regime diferenciado de contratações públicas. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1572978. Acesso em: 03 fev. 2024.
771. SA, A. G. B. Licitações públicas com o uso da tecnologia da informação: um estudo sobre a eficiência do pregão eletrônico nas aquisições do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6474860. Acesso em: 11 fev. 2024.
772. SA, T. Métodos de classificação supervisionados aplicados à identificação de fraudes de fornecedores do estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13472286. Acesso em: 07 fev. 2024.
773. SABINO, C. D. B. S. Reflexos da lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência nas licitações e contratos administrativos: a obediência ao percentual de contratação da Lei nº 8.213/1991 como imposição legislativa estatal efetivamente inclusiva. Dissertação, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicid.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2202/1/CARLA%20DANIELLE%20BARRETO%20SABINO.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.
774. SACCO, R. Manual orientativo para licitação por administração municipal de sistema de autoprodução de energia elétrica via usina solar fotovoltaica ao solo. Dissertação, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Pelotas, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11034868. Acesso em: 11 fev. 2024.
775. SALDANHA, J. Exequibilidade das compras públicas sustentáveis em uma instituição de ensino da região norte do Brasil. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4124633. Acesso em: 01 fev. 2024.
776. SALES, L. Proposta de modelo de classificação do risco de contratos públicos. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4626150. Acesso em: 03 fev. 2024.
777. SALGADO, R. J. D. S. Implementação do programa de aquisição de alimentos (PAA): relações intergovernamentais, marco lógico e chamadas públicas e desempenhos de burocratas de nível de rua em compras de universidades federais brasileiras. Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30647>. Acesso em: 08 fev. 2024.

778. SAMPAIO, A. H. Um estudo sobre a participação das micro e pequenas empresas nos pregões eletrônicos realizados na FIOCRUZ/BA. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7729>. Acesso em: 10 fev. 2024.
779. SAMPAIO, A. H. Práticas anticoncorrenciais no Brasil: verificação analítica, empírica e sistêmica da integridade de aquisições públicas por pregões eletrônicos. Tese, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11175809. Acesso em: 31 jan. 2024.
780. SAMPAIO, A. A não incidência da licitação nas empresas estatais que exercem atividade econômica. Dissertação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6322464. Acesso em: 07 fev. 2024.
781. SAMPAIO, J. Proposta de inovação em processos: concepção de diretrizes para fomento das compras públicas sustentáveis através de análise em institutos e hospitais federais. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6602615. Acesso em: 05 fev. 2024.
782. SAMRSLA, M. Aprimoramento do banco de preços do Ministério da Saúde e acompanhamento dos gastos públicos com medicamentos especializados (excepcionais). Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143061>. Acesso em: 11 fev. 2024.
783. SANTANA, D. desenvolvimento de um sistema de gestão das informações dos contratos públicos (SIGEIC). Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Maceió, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9751529. Acesso em: 03 fev. 2024.
784. SANTANA, E. F. S. Centralização das aquisições e contratações públicas: uma análise dos impactos financeiros do redimensionamento do quantitativo das UASG do Instituto Federal de Sergipe (2015-2020). Dissertação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/18754>. Acesso em: 03 fev. 2024.
785. SANTANA, J. Compliance anticorrupção e responsabilidade penal da pessoa jurídica (RPPJ): uma visão a partir da lógica de integridade nas relações público-privadas. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21277/1/JaquelineRos%C3%A1rioSantana_Dissert.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.
786. SANTANA, L. Avaliação dos requisitos da logística reversa nos processos de compras e descarte de lâmpadas na UFES - campus São Mateus. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7789590. Acesso em: 08 fev. 2024.

787. SANTANA, L. Uma análise do registro de oportunidade nas licitações de tecnologia da informação e comunicação: perspectivas a partir do acórdão nº 2569/2018 – TCU/plenário. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11446522. Acesso em: 10 fev. 2024.

788. SANTANA, R. B. desafios a disponibilização de material bélico para o cumprimento da missão institucional: o caso PMERJ. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/f0fe9cb4-1af8-4e33-bff5-960cd8a87922>. Acesso em: 08 fev. 2024.

789. SANTORO, A. Licitações: adoção de critérios sustentáveis na gestão pública municipal. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11161731. Acesso em: 07 fev. 2024.

790. SANTOS, A. M. Contratação de eventos públicos no Brasil: modelagem jurídica, instrumentos contratuais e melhores práticas. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/9659a451-f3f4-4cdf-a57a-c4f98911ce79>. Acesso em: 03 fev. 2024.

791. SANTOS, A. R. Avaliação da sustentabilidade ambiental nas compras públicas realizadas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no ano de 2011. Dissertação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1253548. Acesso em: 14 fev. 2024.

792. SANTOS, A. P. P. Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento sustentável: uma avaliação da política de compras públicas sustentáveis (CPS) da Universidade Federal do Ceará. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13619037. Acesso em: 14 fev. 2024.

793. SANTOS, C. D. Critérios de sustentabilidade socioambiental nas compras públicas: um estudo na Universidade Federal do Tocantins. Dissertação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3829280. Acesso em: 14 fev. 2024.

794. SANTOS, C. T. R. Compras eletrônicas e incentivos à eficiência no setor público: evidências do estado de São Paulo. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6540217. Acesso em: 01 fev. 2024.

795. SANTOS, C. V. R. Diagnóstico e análise do processo administrativo licitatório na modalidade pregão e seus resultados em uma autarquia de ensino federal. Dissertação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6820666. Acesso em: 08 fev. 2024.
796. SANTOS, D. P. F. Responsabilidade subsidiária da administração pública em terceirização de serviços: análise crítica da súmula 331 do TST. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/4433?mode=full>. Acesso em: 07 fev. 2024.
797. SANTOS, E. C. Aplicação de técnicas de testes de aceitação automatizados para especificação de software em editais de licitação. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7699527. Acesso em: 06 fev. 2024.
798. SANTOS, F. D. Análise comparada da competição na contratação pública brasileira e estadunidense. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6891509. Acesso em: 03 fev. 2024.
799. SANTOS, F. F. Estudo de caso: avaliação dos benefícios obtidos com a implantação de práticas de sustentabilidade e de eficiência energética em edificação pública. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7762589. Acesso em: 08 fev. 2024.
800. SANTOS, F. V. Licitação sustentável: instrumento concretizador do direito ao meio ambiente. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13206>. Acesso em: 07 fev. 2024.
801. SANTOS, F. V. L. Centralização de compras públicas: a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Dissertação, Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8251311. Acesso em: 01 fev. 2024.
802. SANTOS, F. R. Incorporação de critérios de sustentabilidade nas compras públicas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dissertação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6605305. Acesso em: 01 fev. 2024.
803. SANTOS, F. R. M. A percepção dos gestores do Instituto Federal de Sergipe – IFS campus Lagarto acerca das licitações sustentáveis. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5035863. Acesso em: 10 fev. 2024.

804. SANTOS, F. J. Pregão eletrônico como ferramenta de eficiência administrativa, um estudo no Instituto Federal de Pernambuco - campus Recife. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10497>. Acesso em: 14 fev. 2024.

805. SANTOS, J. F. O processo de implementação das compras públicas sustentáveis no Instituto Federal Goiano. Dissertação, Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6106858. Acesso em: 01 fev. 2024.

806. SANTOS, J. S. Análise sobre os desafios impostos à governança das contratações, a partir da aprovação da Lei 14.133: o caso do GAP-RJ. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/c1c28a1a-0211-4da1-a346-875b2b28cfe6>. Acesso em: 07 fev. 2024.

807. SANTOS, J. R. A utilização do DMAIC para o desenvolvimento de um manual de procedimento operacional de planejamento (MPOP): um estudo sobre a gestão de compras em uma IFES. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11083634. Acesso em: 14 fev. 2024.

808. SANTOS, L. F. M. O desenvolvimento da resiliência nas redes de suprimentos da administração pública: a perspectiva do capital social. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12004965. Acesso em: 08 fev. 2024.

809. SANTOS, L. L. Coordenação de planejamento estratégico de compras da FIOCRUZ: uma proposta de governança para compras em rede. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11010759. Acesso em: 14 fev. 2024.

810. SANTOS, L. B. C. Perfil e determinantes do gasto público em antidepressivos, ansiolíticos e hipnóticos-sedativos em minas gerais de 2010 a 2015. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48355>. Acesso em: 14 fev. 2024.

811. SANTOS, M. F. M. Licitação pública: entendendo o nível de aparelhamento BIM em escritórios de arquitetura e engenharia para atendimento às atuais exigências editalícias. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7816161. Acesso em: 07 fev. 2024.

812. SANTOS, M. H. A. M. Exigências ambientais nas licitações de obras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28339>. Acesso em: 03 fev. 2024.
813. SANTOS, M. A. E. A percepção de agentes de contratações públicas sobre compras públicas sustentáveis. Dissertação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4544690. Acesso em: 01 fev. 2024.
814. SANTOS, M. Dificuldades na execução de obras e serviços de engenharia no âmbito do Banco do Brasil S/A, considerando as etapas de projeto, licitação e fiscalização. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/9058>. Acesso em: 07 fev. 2024.
815. SANTOS, N. Compras públicas e o fomento ao desenvolvimento econômico local: uma análise para o município de Londrina entre 2016 e 2019. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11357904. Acesso em: 05 fev. 2024.
816. SANTOS, O. M. R. O pregão eletrônico no fórum de ciência e cultura da UFRJ: um estudo avaliativo. Dissertação, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10072177. Acesso em: 11 fev. 2024.
817. SANTOS, P. V. As compras governamentais da prefeitura municipal de Teófilo Otoni/MG e os benefícios concedidos às MPEs locais após a implantação da Lei Complementar n. 123/2006. Dissertação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2021. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2913>. Acesso em: 14 fev. 2024.
818. SANTOS, R. C. L. O comitê de resolução de disputas e os contratos públicos, uma proposta de regulamentação. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13690255. Acesso em: 03 fev. 2024.
819. SANTOS, R. A. A sustentabilidade na percepção dos colaboradores que atuam no setor de contratações: o caso UFRRJ. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7003854. Acesso em: 03 fev. 2024.
820. SANTOS, S. A. Licitações públicas no Brasil: o necessário atendimento do princípio da sustentabilidade. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5525797. Acesso em: 07 fev. 2024.

821. SANTOS, S. Aplicação do mapeamento de fluxo de valor nos processos licitatórios de uma universidade pública. Dissertação, Universidade Federal de Itajubá, Itabira, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9747663. Acesso em: 07 fev. 2024.

822. SANTOS, T. V. C. Contratação por pregão: formas atípicas de trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10513901. Acesso em: 10 fev. 2024.

823. SANT'ANNA, M. M. Aplicabilidade do princípio da publicidade nas licitações públicas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8119>. Acesso em: 07 fev. 2024.

824. SARAIVA, B. L. C. G. Análise das práticas sustentáveis nas aquisições de bens e materiais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8921043. Acesso em: 03 fev. 2024.

825. SARAIVA, M. C. Os impactos da modalidade do pregão eletrônico nas compras do governo do estado do Ceará. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9454>. Acesso em: 06 fev. 2024.

826. SAVIOLI, A. Licitações como instrumento do fomento estatal. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-25092020-155205/pt-br.php>. Acesso em: 07 fev. 2024.

827. SCARPATI, R. Fatores que influenciam no desconto obtido em obras e serviços de engenharia. Dissertação, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12089745. Acesso em: 06 fev. 2024.

828. SCHIEFLER, E. A. Controle das compras públicas, inovação tecnologia e inteligência artificial: o paradigma da administração pública digital e os sistemas inteligentes na nova lei de licitações e contratos administrativos. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11027346. Acesso em: 08 fev. 2024.

829. SCHOTTZ, V. Programa nacional de alimentação escolar (PNAE): controvérsias sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Tese, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6295797. Acesso em: 08 fev. 2024.

830. SCHRAMM, F. O compliance como instrumento de combate à corrupção no âmbito das contratações públicas. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6694395. Acesso em: 03 fev. 2024.

831. SCHRAMM, F. Modelo de seleção de fornecedores para compras públicas baseado em negociação multilateral e multiaspecto. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=196845. Acesso em: 05 fev. 2024.

832. SCRIMINI, C. Processos licitatórios: a percepção de gestores MEs e EPPs frente às legislações vigentes. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11226015. Acesso em: 14 fev. 2024.

833. SEIXAS, E. Governança nas compras públicas sustentáveis: um modelo para os institutos federais de educação, ciência e tecnologia baseado na análise de redes sociais. Tese, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26018>. Acesso em: 14 fev. 2024.

834. SEIXAS, E. Estudo sobre critérios de compras públicas sustentáveis: o caso de uma empresa brasileira de economia mista da área de energia. Dissertação, Centro Universitário Senai Cimatec, Salvador, 2012. Disponível em: <http://repositoriosenaiba.fieb.org.br/handle/fieb/803>. Acesso em: 31 jan. 2024.

835. SENES, R. Lean office: estudo na área de licitações em uma universidade pública estadual. Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11601250. Acesso em: 07 fev. 2024.

836. SENRA, K. A definição do objeto e a aplicação da diligência nas aquisições de autopeças: um estudo de caso do Comando Logístico. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13315110. Acesso em: 31 jan. 2024.

837. SETTE, S. Fiscalização de contratos públicos com fornecimento de mão de obra exclusiva à luz do e-Social: estudo de caso no IFSC. Dissertação, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10483782. Acesso em: 03 fev. 2024.

838. SILVA, A. C. A contratação de serviços de advocacia pelo poder público na perspectiva dos princípios da administração pública e o fortalecimento da democracia. Dissertação, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2895641. Acesso em: 11 fev. 2024.
839. SILVA, A. C. C. desempenho do sistema de registro de preços nas licitações praticadas pelo poder executivo do Distrito Federal. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3859143. Acesso em: 07 fev. 2024.
840. SILVA, A. Melhoria de processos integrada ao ciclo PDCA: uma análise nas aquisições de bens do IFS - campus Aracaju. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9007954. Acesso em: 14 fev. 2024.
841. SILVA, A. L. F. Fornecimento por licitação: desafios para uma gestão eficiente da demanda de produtos para a saúde. Dissertação, Faculdade Fia de Administração e Negócios, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10589577. Acesso em: 10 fev. 2024.
842. SILVA, A. P. C. Análise dos pregões eletrônicos do instituto de ciências agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais mediante a uma abordagem quantitativa. Dissertação, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8971918. Acesso em: 08 fev. 2024.
843. SILVA, A. P. P. Proposta de centralização do processo de gestão, contratação e fiscalização de contratos terceirizados na UFSC. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11191587. Acesso em: 10 fev. 2024.
844. SILVA, A. M. M. Avaliação da implementação da política de compras públicas sustentáveis nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia da região nordeste. Tese, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8161538. Acesso em: 31 jan. 2024.
845. SILVA, A. S. Compras públicas in(sustentáveis): estudo de caso na secretaria municipal de meio ambiente e sustentabilidade de Manaus. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8937>. Acesso em: 14 fev. 2024.

846. SILVA, A. F. Ensaios sobre economia aplicada: doações eleitorais e compras públicas e análise de políticas afirmativas e reprovação no ensino superior. Tese, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7831952. Acesso em: 14 fev. 2024.
847. SILVA, A. D. J. Análise do projeto VLT carioca via opções reais avaliando o retorno para o vencedor da licitação e os impactos dos incentivos governamentais. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6391915. Acesso em: 11 fev. 2024.
848. SILVA, A. A. A economia das compras governamentais em decorrência do pregão eletrônico uma abordagem econométrica. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6591>. Acesso em: 07 fev. 2024.
849. SILVA, A. B. M. Proposição de marketplace digital em compras públicas: estudo de caso. Dissertação, Universidade Potiguar, Parnamirim, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11384141. Acesso em: 01 fev. 2024.
850. SILVA, C. D. N. S. Critérios de monitoramento de riscos nas contratações como contribuição para a governança em instituições públicas - uma análise na UFPA. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/12327>. Acesso em: 03 fev. 2024.
851. SILVA, C. M. Aplicação do manual de processo administrativo sancionador: um estudo de caso na UTFPR. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636390. Acesso em: 10 fev. 2024.
852. SILVA, C. M. S. Impactos dos incentivos à agricultura familiar nas compras governamentais – estudo de caso na Marinha do Brasil. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9521915. Acesso em: 11 fev. 2024.
853. SILVA, C. M. D. O princípio da padronização como uma boa prática de gestão em biotérios: licitação de rações comerciais para animais de laboratório. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55364>. Acesso em: 10 fev. 2024.
854. SILVA, C. A. Diretrizes para a gestão das compras públicas sustentáveis: a contribuição da UTFPR para o desenvolvimento nacional sustentável. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7078404. Acesso em: 05 fev. 2024.

855. SILVA, D. B. P. Caracterização e análise das redes de fornecedores do programa nacional de alimentação escolar no estado de São Paulo entre 2013 e 2017. Tese, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9761646. Acesso em: 08 fev. 2024.
856. SILVA, D. J. A regressão quantílica e a economia nos pregões eletrônicos. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/45113>. Acesso em: 10 fev. 2024.
857. SILVA, E. B. M. Pregão eletrônico para contratação de serviços de alta complexidade à pessoa idosa: uma face da política pública de assistência social em presidente Kenedy-ES. Dissertação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11099258. Acesso em: 11 fev. 2024.
858. SILVA, E. P. O uso do poder de compra do estado como instrumento de política pública: a Lei Complementar nº 123/2006, sua implementação. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/f202b009-5e08-431d-9106-021f535dfafb>. Acesso em: 03 fev. 2024.
859. SILVA, F. X. Análise de processos de compras públicas: um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso - campus Coxim. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6877789. Acesso em: 05 fev. 2024.
860. SILVA, G. S. Aquisição de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica no estado do Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11751150. Acesso em: 08 fev. 2024.
861. SILVA, G. M. Método construtivista de avaliação de desempenho do processo de planejamento de compras no poder judiciário do estado de Santa Catarina. Dissertação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5106148. Acesso em: 28 mar. 2024.
862. SILVA, I. C. T. O pregão eletrônico como importante inovação nas compras públicas da União. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11349050. Acesso em: 01 fev. 2024.
863. SILVA, I. N. Motivos que levam à licitação deserta em obras públicas: estudo em obra de construção civil licitadas pelo departamento de obras públicas do estado de minas gerais.

Dissertação, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4668399. Acesso em: 07 fev. 2024.

864. SILVA, I. C. Gestão de documentos e transparência dos atos públicos: um estudo de caso sobre os processos de licitação da Universidade Federal Fluminense. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1472492. Acesso em: 10 fev. 2024.

865. SILVA, I. L. Compras governamentais e a economia de escala: um estudo em órgãos federais da região nordeste do Brasil. Dissertação, Centro Universitário dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9193470. Acesso em: 08 fev. 2024.

866. SILVA, J. Perspectivas sustentáveis nas compras governamentais: um estudo de caso na Universidade Federal Rural da Amazônia. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11190>. Acesso em: 14 fev. 2024.

867. SILVA, J. M. Compras públicas da agricultura familiar: análise da execução do programa de aquisição de alimentos na modalidade compra institucional no Comando da Aeronáutica. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10691475. Acesso em: 14 fev. 2024.

868. SILVA, J. D. B. O efeito da maldição do vencedor nas contratações públicas da auditoria independente. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12579959. Acesso em: 03 fev. 2024.

869. SILVA, J. L. Compras públicas: a eficiência das adesões às atas pré-existentes. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/community-lie/handle/10438/17719>. Acesso em: 01 fev. 2024.

870. SILVA, L. A. Inovação em compras governamentais: o estudo técnico preliminar no planejamento de compras do IFRN. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13365719. Acesso em: 14 fev. 2024.

871. SILVA, L. Licitação sustentável: análise dos critérios ambientais dos contratos de mão de obra na Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação, Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12392354. Acesso em: 05 fev. 2024.

872. SILVA, L. C. S. Estruturação do planejamento de contrato de obras públicas brasileiras na modalidade de concorrência utilizando o VFT. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6310201. Acesso em: 10 fev. 2024.

873. SILVA, M. F. Processos licitatórios no campus III da Universidade Federal da Paraíba: uma análise da performance dos pregões de ração e insumos de nutrição animal. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11435806. Acesso em: 28 mar. 2024.

874. SILVA, M. J. Economia das licitações, a contratação de obras e reformas em prédios públicos - o caso da UFRGS. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6314715. Acesso em: 10 fev. 2024.

875. SILVA, M. A. M. São públicas as contratações do estado brasileiro? Uma experiência de contratações públicas junto à comunidade coqueiral em Aracaju/SE. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13576?mode=full>. Acesso em: 03 fev. 2024.

876. SILVA, M. D. J. Fiscalização de contratos administrativos na Universidade Federal do Ceará. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3522777. Acesso em: 03 fev. 2024.

877. SILVA, M. H. C. Governança e aprendizagem organizacional nas aquisições públicas: o caso da controladoria geral do município de Upanema/RN. Dissertação, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12654343. Acesso em: 31 jan. 2024.

878. SILVA, M. J. A. Compras públicas sustentáveis: os programas de aquisição de produtos da agricultura familiar como instrumento de desenvolvimento. Dissertação, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13061661. Acesso em: 07 fev. 2024.

879. SILVA, N. C. Aquisições públicas no contexto das pesquisas científicas e a perspectiva de implantação das centrais de serviços compartilhados na EMBRAPA. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10612073. Acesso em: 31 jan. 2024.

880. SILVA, P. I. P. Regulamentos de licitações editados sob a Lei 13.303/2016: instrumentos de inovação ou de repetição? Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/69be6b17-8127-4a56-8024-dc6bbb3a7639>. Acesso em: 07 fev. 2024.

881. SILVA, P. S. A. B. Mineração de dados no combate aos cartéis. Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10724514. Acesso em: 07 fev. 2024.

882. SILVA, R. Contratações públicas sustentáveis: estudo de caso sobre a realização de contratações sustentáveis pela Marinha do Brasil. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11330811. Acesso em: 14 fev. 2024.

883. SILVA, R. C. Avaliação dos impactos dos fatores comportamentais e organizacionais nas decisões de compras públicas sustentáveis do setor público brasileiro. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12023712. Acesso em: 14 fev. 2024.

884. SILVA, R. G. Análise da eficácia das compras públicas sustentáveis do governo federal. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1548151. Acesso em: 31 jan. 2024.

885. SILVA, R. M. Tomada de decisão em processos administrativos da guarnição aeronáutica de Santa Maria - RS: uma aplicação do processo de raciocínio da teoria das restrições. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11331041. Acesso em: 31 jan. 2024.

886. SILVA, R. C. Descentralização da função de compras e licitações: o caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4126457. Acesso em: 10 fev. 2024.

887. SILVA, S. A. A. S. Estratégias das MPEs nas licitações e gestão de contratos administrativos: um estudo na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Dissertação, Centro Universitário Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2020. Disponível em: https://unifaccamp.edu.br/mestrado/administracao/arquivo/documentos/producao_discente/SimoneAparecidaAlvesSouzaSilva.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

888. SILVA, S. S. Avaliação da implementação de indicadores de desempenho no programa de gestão de compras governamentais do governo do Distrito Federal. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9169008. Acesso em: 05 fev. 2024.
889. SILVA, T. T. D. S. O funcionamento do estado e a formação integral: o conhecimento sobre os processos de aquisições públicas como forma de promover e aplicar os princípios da educação profissional e tecnológica. Dissertação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Sertãozinho, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11248864. Acesso em: 31 jan. 2024.
890. SILVA, W. B. Análise dos instrumentos normativos reguladores da aquisição de alimentos destinados à alimentação escolar municipal belenense após a emenda constitucional nº 64/10: comparação entre a práxis e a garantia social estabelecida pela “constituição cidadã”. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7612740. Acesso em: 07 fev. 2024.
891. SILVA, W. C. Procedimentos de planejamento de compras governamentais: estudo de caso numa instituição federal de ensino superior brasileira. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3748814. Acesso em: 05 fev. 2024.
892. SILVA, W. J. G. Compras governamentais: critérios de economicidade e qualidade garantem bons produtos e serviços? Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11078>. Acesso em: 31 jan. 2024.
893. SILVEIRA, F. D. Análise dos resultados da implantação da ferramenta de pregão eletrônico nas contratações da administração pública: o caso do IFRJ. Dissertação, Universidade do Grande Rio - Prof Jose de Souza Herdy, Duque de Caxias, 2012. Disponível em: <https://tede.unigranrio.edu.br/handle/tede/172>. Acesso em: 11 fev. 2024.
894. SILVEIRA, J. Centralização de compras públicas: uma proposta para o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Dissertação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11037754. Acesso em: 07 fev. 2024.
895. SILVEIRA, L. F. Margens de preferência para produtos e serviços nacionais em licitações públicas: incentivos e desincentivos para captura do regulador. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP-SP), São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13204998. Acesso em: 11 fev. 2024.

896. SILVEIRA, V. A. Uma proposta de utilização de sistemas baseados na tecnologia blockchain para aquisições sustentáveis a partir da percepção de gestores públicos. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9306840. Acesso em: 14 fev. 2024.
897. SILVERIO, A. Sustentabilidade nas compras e contratações públicas: estudo de caso em uma instituição pública federal. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150153>. Acesso em: 31 jan. 2024.
898. SIMOES, L. F. B. Revisitação do mecanismo da repactuação de preços nos contratos de serviços de natureza continuada, a partir da jurisprudência do TCU e das normas de regência. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3174>. Acesso em: 11 fev. 2024.
899. SIMONELLI, M. Licitações verdes: possibilidades e limitações. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10385936. Acesso em: 07 fev. 2024.
900. SIQUEIRA, A. D. S. Aspectos ambientais na contratação de obras públicas. Dissertação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2012. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/1562>. Acesso em: 03 fev. 2024.
901. SIQUEIRA, C. R. C. D. Compras públicas sustentáveis - uma proposta de operacionalização para aplicação em uma organização militar brasileira. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5322622. Acesso em: 07 fev. 2024.
902. SIQUEIRA, L. C. Aplicação do isomorfismo normativo da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OECD) nas compras governamentais brasileiras. Dissertação, Faculdade de Economia E Finanças do Ibmecc, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/22855>. Acesso em: 10 fev. 2024.
903. SIQUEIRA, R. G. S. Mapeamento de processos de contratação de serviços terceirizados e aprendizagem coletiva para adotar a Instrução Normativa 05/2017: subsidiando capacitação no IFRJ - campus Paracambi. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10132888. Acesso em: 03 fev. 2024.
904. SIQUEIRA, T. T. Comunicação interativa no setor público: o uso de ferramenta digital para melhorar a fiscalização de contratos na Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5360938. Acesso em: 03 fev. 2024.

905. SOARES, A. R. B. Compras públicas ambientalmente sustentáveis: um estudo de casos. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3902507. Acesso em: 31 jan. 2024.

906. SOARES, I. A efetividade do princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Dissertação, Escola Superior dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6356233. Acesso em: 03 fev. 2024.

907. SOARES, J. C. Gestão de riscos em compras públicas: um estudo na central de compras do estado da Paraíba. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8443737. Acesso em: 01 fev. 2024.

908. SOARES, L. Transparência em compras públicas: proposta de um índice da transparência na gestão de compras públicas aplicadas aos websites de municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1112481. Acesso em: 31 jan. 2024.

909. SOARES, L. Centralização x descentralização: uma análise do arranjo organizacional da função de compras/licitações no contexto da UFMG. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9932428. Acesso em: 31 jan. 2024.

910. SOARES, M. Análise estatística dos impactos gerados pelo custo amazônico nas compras públicas de uma instituição de ensino. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11518856. Acesso em: 07 fev. 2024.

911. SOARES, M. Satisfação da lei de acesso à informação através do sistema de compras eletrônicas do governo do estado do Rio de Janeiro: a transparência proporcionada pelo sistema integrado de gestão de aquisições - siga. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13513>. Acesso em: 07 fev. 2024.

912. SOBRAL, E. F. Ensaio em microeconomia aplicada: estratégias de risco em processo licitatório e análise de política de acesso à água no ambiente escolar. Tese, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10071451. Acesso em: 08 fev. 2024.

913. SODRE, F. Fluxo de informações no processo de projeto BIM de edificações públicas licitadas: estudo de caso de um edifício hospitalar. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13179703. Acesso em: 11 fev. 2024.
914. SOROMENHO, A. Uso do poder de compras do estado como instrumento de política pública de incentivo à inovação no Brasil: desafios e possibilidades. Dissertação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12421>. Acesso em: 03 fev. 2024.
915. SOUSA, A. M. M. S. Contratações públicas de micro e pequenas empresas: análise do tratamento favorecido à luz da concorrência e da eficiência administrativa. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9056220. Acesso em: 03 fev. 2024.
916. SOUSA, E. S. Contratações públicas sustentáveis na administração federal: um estudo na Universidade Federal do Piauí. Dissertação, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3329458. Acesso em: 01 fev. 2024.
917. SOUSA, J. J. Compras públicas sustentáveis no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7076976. Acesso em: 07 fev. 2024.
918. SOUSA, P. P. R. Compras públicas no cenário da pandemia sars-cov-2: uma análise das aquisições de testes rápidos registradas pelo Tribunal de Contas do estado do Piauí (TCE/PI). Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11232887. Acesso em: 14 fev. 2024.
919. SOUSA, R. C. As regras do programa nacional do livro e do material didático (PNLD) e a concorrência do mercado editorial brasileiro. Dissertação, Instituto Brasileiro de Ensino, desenvolvimento E Pesquisa, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8972314. Acesso em: 08 fev. 2024.
920. SOUSA, S. A. Avaliação das alterações no estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte sobre a reserva de mercado para aquisições públicas no Brasil. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12443?locale=pt_BR. Acesso em: 05 fev. 2024.
921. SOUTO, H. Mineração de dados abertos: uma análise do uso de bots em pregões eletrônicos. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8542730. Acesso em: 07 fev. 2024.

922. SOUZA, A. G. Contratações públicas sustentáveis no Brasil: a redefinição da concepção da vantajosidade das propostas. Dissertação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14520?mode=full>. Acesso em: 03 fev. 2024.

923. SOUZA, A. B. Cadeias curtas e qualidade: análise das aquisições da agricultura familiar para a alimentação escolar no Distrito Federal, Brasil. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8823535. Acesso em: 08 fev. 2024.

924. SOUZA, A. C. M. Contratação pública sustentável: avaliação de ciclo de vida aplicada à gestão de mobiliário no CEFET-RJ. Dissertação, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Nova Iguaçu, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11394058. Acesso em: 03 fev. 2024.

925. SOUZA, C. O. Compras públicas sustentáveis: um estudo de caso do processo decisório em órgãos federais do Rio de Janeiro. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17642>. Acesso em: 05 fev. 2024.

926. SOUZA, C. C. Capacidades dinâmicas na Controladoria-Geral da União: estudo de caso nas capacidades operacionais de auditoria e fiscalização em compras e licitações. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1514420. Acesso em: 10 fev. 2024.

927. SOUZA, E. J. O princípio da eficiência como instrumento de controle dos procedimentos licitatórios do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE): paradigmas para sua aferição. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6951/1/arquivo1042_1.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

928. SOUZA, E. M. Fatores influenciadores da implementação das compras públicas sustentáveis na Universidade Federal da Bahia. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6678383. Acesso em: 31 jan. 2024.

929. SOUZA, J. R. Contratação de bens, serviços e obras na Universidade Federal de Campina Grande e sustentabilidade ambiental. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9338?locale=pt_BR. Acesso em: 03 fev. 2024.

930. SOUZA, K. R. Influência das estruturas e dos processos de governança e gestão de aquisições no desempenho das compras públicas. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/33019>. Acesso em: 07 fev. 2024.
931. SOUZA, L. S. Proposta de diretrizes para "fiscalização sustentável" de contratos públicos. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10869473. Acesso em: 03 fev. 2024.
932. SOUZA, M. C. Uso da sociedade em conta de participação para organizar interesses privados em contratações públicas. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/164c0086-3256-470f-af1d-12a3fc2afdf8>. Acesso em: 03 fev. 2024.
933. SOUZA, S. R. Aprendizagem e cooperação em setores de licitações em universidade pública: um estudo de caso. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=85090. Acesso em: 07 fev. 2024.
934. SOUZA, V. L. Lean thinking: proposta para melhoria das práticas de gestão em licitações de obras públicas. Tese, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4819718. Acesso em: 10 fev. 2024.
935. SOUZA, W. K. A. A utilização do poder de compra governamental: uma análise da política de compras sustentáveis de minas gerais. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultadetalhedocumento.php?iCoddocumento=57287>. Acesso em: 14 fev. 2024.
936. SPITALE, E. desafios na gestão de frota de veículos: estudo de caso do estado de Minas Gerais. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11335627. Acesso em: 03 fev. 2024.
937. STRADIOTTO, J. Processo BIM em projetos de licitações de obras públicas em obras do CRAS-SC. Dissertação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6459237. Acesso em: 10 fev. 2024.
938. STROPPIA, C. C. As micro e pequenas empresas (MPES) e a função social da licitação. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=84956. Acesso em: 07 fev. 2024.

939. STRUECKER, D. R. Diretrizes e ações para a participação social nas contratações públicas: estudo do caso da concessão do transporte coletivo de Florianópolis/SC. Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.
940. TADA, T. O. Impacto do princípio da sustentabilidade nas contratações públicas de duas instituições federais de ensino superior do estado de São Paulo. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5146791. Acesso em: 31 jan. 2024.
941. TAFUR, D. J. Estudo de caso da parceria público-privada dos "complexos hospitalares" do estado de São Paulo: da manifestação de interesse privada - MIP aos principais desafios da modelagem. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/13891cf1-2bad-42c1-9358-7c6d270da1b2>. Acesso em: 03 fev. 2024.
942. TARDAN, J. L. Compras públicas sustentáveis: o poder de compra do estado como indutor de performance ambiental. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9229235. Acesso em: 01 fev. 2024.
943. TARSITANO, F. Estratégias de captura de renda por sobrepreço e medidas corretivas na consolidação do assunto pelo Tribunal de Contas da União brasileiro. Dissertação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-26102012-103957/pt-br.php>. Acesso em: 07 fev. 2024.
944. TAVARES, D. A. Conteúdo local: perspectivas da soberania e desenvolvimento econômico brasileiro no contexto do pré-sal. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-01052021-204426/pt-br.php>. Acesso em: 08 fev. 2024.
945. TEIXEIRA, A. Compras sustentáveis: uma análise da situação dos condicionadores de ar da UNIVASF sob a ótica da sustentabilidade. Dissertação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/profiap/airon.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.
946. TEIXEIRA, M. F. F. B. Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas: um estudo dos casos do governo federal brasileiro e do governo do estado de São Paulo. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/13866>. Acesso em: 03 fev. 2024.
947. TEIXEIRA, T. Compras públicas sustentáveis: estudo de caso no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí, campus Campo Maior (IFPICACAM). Dissertação, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10986906. Acesso em: 14 fev. 2024.

948. TERRA, A. C. Compras públicas inteligentes: um modelo de análise estratégica para a gestão das compras públicas – estudo de caso do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3835044. Acesso em: 31 jan. 2024.
949. TESCAROLO, F. D. A política de gestão de suprimentos no governo de Minas Gerais: uma avaliação a partir da percepção dos seus gestores. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9A5J4M>. Acesso em: 05 fev. 2024.
950. THEISS, G. Análise diagnóstica da fase preparatória de pregões na UDESC: um estudo sobre compras públicas. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3655592. Acesso em: 01 fev. 2024.
951. THOMAZ, A. Centro de serviços compartilhados: a experiência do estado de Minas Gerais. Dissertação, Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/591>. Acesso em: 03 fev. 2024.
952. TILIO, L. D. A. Análise das práticas sustentáveis das aquisições de bens e materiais do Instituto Federal Fluminense sob a ótica ambiental. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5562945. Acesso em: 10 fev. 2024.
953. TOLENTINO, I. A utilização da ciência de redes e da medida de capacidade de difusão para análise da rede de empresas das licitações do governo federal. Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11168941. Acesso em: 10 fev. 2024.
954. TOLENTINO, L. Avaliação da gestão de compras públicas de tecnologia da informação na Universidade de Brasília. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11161385. Acesso em: 01 fev. 2024.
955. TOMÉ, S. A configuração jurídica do registro de preços: parâmetros para uma nova conformação legislativa. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5443>. Acesso em: 03 fev. 2024.
956. TONINI, R. Modelo de referência para processos de compras de organizações públicas federais. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5084904. Acesso em: 08 fev. 2024.

957. TORCHIA, B. Corrupção e fraude às licitações: o particular em face das sanções penais e do direito administrativo sancionador. Dissertação, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5332785. Acesso em: 10 fev. 2024.
958. TORRES, N. Compras governamentais: proposta de um modelo multicriterial para licitações públicas. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/NilsonTrevisanTorres.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.
959. TORRES, S. W. O processo de compras de material de consumo na UFJF: dilemas, desafios e perspectivas de superação de seus principais entraves. Dissertação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9753324. Acesso em: 08 fev. 2024.
960. TOSAWA, S. A padronização de fases internas do procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, dentro do sistema de compras da UTFPR. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7642655. Acesso em: 07 fev. 2024.
961. TRIANOSKI, J. As compras públicas sustentáveis no Brasil: um estudo nas universidades federais. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=92582. Acesso em: 01 fev. 2024.
962. TRINDADE, L. Análise da eficiência dos processos de compras públicas: um estudo de caso na Universidade Federal de Itajubá. Dissertação, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3589882. Acesso em: 01 fev. 2024.
963. ULLIANA, M. Lei geral das micro e pequenas empresas: o tratamento diferenciado aos pequenos negócios nas licitações públicas de Osasco. Dissertação, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47293>. Acesso em: 28 mar. 2024.
964. VALADAO, J. C. A implementação de compras sustentáveis no âmbito das organizações públicas brasileiras. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7762406. Acesso em: 01 fev. 2024.
965. VALERIANO, C. A. O programa de aquisição de alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CPR - doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9694>. Acesso em: 03 fev. 2024.

966. VALLADAS, P. A sistematização do processo de compras do almoxarifado de uma organização pública de saúde: uma aplicação no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Dissertação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7957745. Acesso em: 05 fev. 2024.
967. VALLE, V. C. L. Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. Tese, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5251231. Acesso em: 03 fev. 2024.
968. VALLIM, J. J. D. C. Uso do modelo de raciocínio baseado em casos para monitoramento de conluio em licitações de obras de pavimentação urbana. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10366645. Acesso em: 06 fev. 2024.
969. VALPONI, S. Os desafios e a insegurança jurídicos na celebração de parcerias/contratações público-privadas e público-público ante a promulgação do marco legal da ciência, tecnologia & inovação. Dissertação, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11372012. Acesso em: 03 fev. 2024.
970. VARGAS, A. Na perspectiva da qualidade ampla: os desafios e as oportunidades para a agricultura familiar frente às compras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5069552. Acesso em: 14 fev. 2024.
971. VASCO, E. P. Estudo comparativo entre a aplicação do novo regime diferenciado de contratações (RDC) e a lei de licitações no âmbito da Universidade Federal de São Carlos - UFS-CAR. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4114227. Acesso em: 03 fev. 2024.
972. VASCONCELOS, F. O formalismo procedimental nos processos licitatórios em conflito com a supremacia do interesse público na concretização de políticas públicas. Dissertação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10972320. Acesso em: 07 fev. 2024.

973. VASCONCELOS, O. N. A política pública de compras sustentáveis no governo do Ceará. Dissertação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4988651. Acesso em: 01 fev. 2024.
974. VAZ, V. Padronização de documentos em contratação pública: reflexos na eficiência do processo. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/30d2e13e-d350-4dea-9dbf-83962183959b>. Acesso em: 03 fev. 2024.
975. VEIGA, H. G. Previsão de demanda em registros de preços: análise do departamento de gestão de restaurantes da Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2495433. Acesso em: 03 fev. 2024.
976. VELAME, I. D. Economicidade e eficiência temporal estudo de caso no Instituto Federal de Goiás. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4068483. Acesso em: 03 fev. 2024.
977. VENTURA, O. A. Rigidez ou flexibilidade governamental? Discurso anticorrupção e pró-eficiência sobre contratações com orçamento sigiloso. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3924927. Acesso em: 03 fev. 2024.
978. VENTURA, T. S. Planejamento de compras públicas na diretoria de gestão dos restaurantes universitários e a aplicação da Instrução Normativa nº 1/2019. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9303352. Acesso em: 14 fev. 2024.
979. VENTURA, V. Relação entre pedido de compras e resultado da licitação: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7600547. Acesso em: 10 fev. 2024.
980. VERLINDO, M. G. S. O processo de contratação de obras diretamente pelas escolas em cumprimento a gestão democrática na educação e ao princípio constitucional da eficiência estudo de caso na Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2016 e 2017. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9319347. Acesso em: 03 fev. 2024.

981. VIANA, M. D. Licitações sustentáveis no poder judiciário do estado de Santa Catarina: diagnóstico e possibilidades de aprimoramento. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234757>. Acesso em: 03 fev. 2024.
982. VIANA, V. A percepção dos pregoeiros sobre o seu trabalho em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. Dissertação, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2018. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1111>. Acesso em: 14 fev. 2024.
983. VICENTE, J. Sustentabilidade como política pública em contratos e compras públicas. Dissertação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7159492. Acesso em: 31 jan. 2024.
984. VIEIRA, B. C. Favoritismo e efeitos informacionais em licitações públicas. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/971>. Acesso em: 31 jan. 2024.
985. VIEIRA, D. O fomento estatal por meio das licitações e contratações públicas: a instituição de margens de preferência nas compras governamentais à luz dos princípios da legalidade e isonomia. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6459455. Acesso em: 03 fev. 2024.
986. VIEIRA, F. Um sistema multiagente para apoio as decisões no processo de licitação pública. Dissertação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/499>. Acesso em: 10 fev. 2024.
987. VIEIRA, L. W. D. B. Procedimentos de manifestação de interesse (PMI) e manifestação de interesse da iniciativa privada (MIP): mecanismos de contribuição das entidades privadas para o alcance dos fins públicos. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-19112020-001825/en.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.
988. VIEIRA, R. Elaboração de uma sistemática de seleção de pregoeiros por competências no IFSC, campus São José. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5371750. Acesso em: 07 fev. 2024.
989. VILELA, K. D. Dinâmica relacional da implementação do programa nacional de alimentação escolar nos institutos federais brasileiros. Tese, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9792271. Acesso em: 08 fev. 2024.

990. VILLAC, T. Sustentabilidade e contratações públicas no Brasil: direito, ética ambiental e desenvolvimento. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5313564. Acesso em: 03 fev. 2024.
991. VITA, P. H. B. A boa-fé objetiva e a sua aplicação aos processos de contratação pública. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5021084. Acesso em: 03 fev. 2024.
992. VIVEIROS, D. H. P. Análise da utilização do sistema de registro de preços como instrumento de execução orçamentária pelo IFMS. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. Disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/203?curso_id=203&page=6. Acesso em: 03 fev. 2024.
993. VOSGERAU, B. A corrupção empresarial em licitações e a multiplicidade de leis punitivas: uma análise crítica do direito aplicável. Dissertação, Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8184252. Acesso em: 07 fev. 2024.
994. WEBER, L. Aditivos de prazo em obras públicas: uma análise sob a ótica dos empreiteiros e a aplicabilidade dos conceitos enxutos. Dissertação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13631>. Acesso em: 11 fev. 2024.
995. WIRTZBIKI, J. B. Impacto do pregão eletrônico nas economias das licitações da secretaria de saúde do estado do Ceará. Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6090/1/2010_dissert_jbvwirtzbiki.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.
996. XAVIER, S. M. Análise dos impactos financeiros dos serviços de impressão por outsourcing em compras governamentais. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11987779. Acesso em: 14 fev. 2024.
997. YAMAUCHI, V. Projeto e construção de edifícios públicos: avaliação pós-construção das estratégias de contratação e organização viabilizadas pela legislação brasileira de licitações. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9313968. Acesso em: 06 fev. 2024.
998. ZAGO, M. Poder de compra estatal para a implementação de políticas públicas: o uso derivado da contratação pública. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-13112020-173328/pt-br.php>. Acesso em: 03 fev. 2024.

999. ZAGUES, F. Análise da aquisição de bens de capital na UFSCAR campus Sorocaba: a inserção de critérios ambientais nas requisições. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6452468. Acesso em: 01 fev. 2024.
1000. ZAMPROGNO, H. C. R. Sistema de registro de preços nas aquisições de bens: estudo de caso da polícia militar do Espírito Santo no período de 2007 a 2012. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/7dae4772-7edd-48ab-b9a5-0bbf49bc61f7>. Acesso em: 07 fev. 2024.
1001. ZANFERDINI, A. Licitações e editais de empreendimentos públicos de construção e sua influência no processo de projeto. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4660?show=full>. Acesso em: 07 fev. 2024.
1002. ZANOLLI, L. S. Compras públicas: análise da viabilidade econômica na aquisição de medicamentos pelo consórcio intergestores Paraná saúde no município de Maringá. Dissertação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11494193. Acesso em: 14 fev. 2024.
1003. ZILIOOTTO, M. A tecnologia blockchain aplicada nas contratações públicas no Brasil. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11111575. Acesso em: 03 fev. 2024.
1004. ZILLER, H. Mudança institucional no governo: compras públicas de medicamentos no município de Brusque. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/11370>. Acesso em: 31 jan. 2024.
1005. ZUCOLOTO, I. Gestão e fiscalização de contratos de serviços terceirizados em uma instituição federal de ensino. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7684849. Acesso em: 11 fev. 2024.
1006. ZVOLINSKI, A. Diagnóstico das compras públicas na prefeitura municipal de Guarapuava voltadas para as micro e pequenas empresas como meio de desenvolvimento regional e distribuição de renda. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5007270. Acesso em: 14 fev. 2024.
1007. ZYLBERMAN, M. A gestão das compras públicas dos estados brasileiros: a experiência do Rio de Janeiro com a opção pela descentralização. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas (RJ), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2367500. Acesso em: 01 fev. 2024.